

NORTON
DE MATOS

Memórias e Trabalhos da Minha Vida

Volume
I



Coimbra • Imprensa da Universidade • 2005

(Página deixada propositadamente em branco)

Norton de Matos

Memórias e trabalhos
da minha vida



Volume 1

Factos, acontecimentos e episódios
que a minha memória guardou

Conferências, discursos e artigos
e suas raízes no passado

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Imprensa da Universidade de Coimbra

PLANIFICAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
Armando Malheiro da Silva
José Pedreira Castro Norton

CONCEPÇÃO GRÁFICA
António Barros

PAGINAÇÃO
António Resende
[Universidade de Coimbra]

TRATAMENTO DE IMAGENS
Estímulus [design] • Coimbra

EXECUÇÃO GRÁFICA
Gráfica de Coimbra, Lda
Palheira • Assafarge
3001-453 Coimbra Codex

ISBN
972-8704-30-5

DEPÓSITO LEGAL
218810/04

© DEZEMBRO 2004, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OBRA PUBLICADA COM A COLABORAÇÃO DE:



OBRA PUBLICADA COM O PATROCÍNIO DE:
BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO • GRÉMIO LUSITANO
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS • CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA
INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO



Banco Comercial Português



PREFÁCIO

(Página deixada propositadamente em branco)

José Maria Mendes Ribeiro Norton de Matos, nascido em Ponte de Lima, em 23 de Março de 1867, foi uma figura política notabilíssima da primeira metade do século XX. Filho de comerciantes, radicados no Minho, com grandes tradições liberais (afilhado do grande dirigente da Regeneração Rodrigo da Fonseca Magalhães, a «raposa», como lhe chamou Oliveira Martins no «Portugal Contemporâneo»), enveredou pela carreira das armas tendo-se licenciado também em Matemática. Chegou a general do corpo do Estado Maior, tendo feito uma carreira brilhante na administração colonial.

Norton de Matos, em jovem, conheceu Mouzinho de Albuquerque, o herói de Chaimite, que exerceu sobre ele enorme fascínio. O ultimato, que o apanhou com vinte e três anos, marcou-o também. A ideia que então formou de Portugal — e da necessidade de valorizar a sério as colónias, pela sua efectiva ocupação e de as desenvolver, sem exclusão das populações indígenas — acompanhou-o, depois do choque do ultimato, ao longo da vida.

Havia nessa época, no ar do tempo, uma ameaça latente que pesava sobre as colónias portuguesas. As potências europeias — principalmente a Inglaterra e a Alemanha — não escondiam a cobiça que lhes despertavam. Norton iniciou a sua carreira de administrador colonial na Índia, onde foi director dos serviços de Agrimensura e realizou um trabalho muito apreciado. Acabada a missão, esteve na China, em missão diplomática, e regressou à Metrópole a tempo de assistir à agonia da Monarquia. É então que o liberal, ao estilo do séc. XIX, se torna republicano.

Em 1911 adere formalmente às instituições republicanas, reconhecendo o esgotamento da Monarquia, mas mantendo-se fiel à linha do liberalismo político que foi sempre a sua.

É então nomeado governador-geral de Angola (1912) onde lança as bases do desenvolvimento do território, procurando ocupá-lo inteiramente, protegendo os indígenas, nomeadamente quanto à aplicação das leis de trabalho, à proibição do trabalho escravo e procurando integrar as duas economias, a portuguesa e a angolana.

Regressado a Portugal, no intermezo ditatorial de Pimenta de Castro, Norton de Matos envolve-se em conspirações democráticas contra a ditadura e, após o movimento 14 de Maio de 1915, que derrubou o «ditador e a afrontosa ditadura», é por pouco tempo ministro das Colónias e, logo depois, com a entrada de Portugal na guerra (1916) é o ministro da Guerra do governo da «União Sagrada», presidido por António José de Almeida, com a destacada participação de Afonso Costa, nas Finanças, como o homem politicamente mais forte.

Norton foi o rosto do chamado «milagre de Tancos», a preparação do corpo expedicionário português para entrar na guerra da Flandres, tendo em vista também a defesa das colónias africanas, nomeadamente Angola e Moçambique, ameaçadas directamente pela Alemanha.

A intervenção de Portugal na I Grande Guerra, foi uma opção extremamente polémica, que dividiu profundamente a sociedade portuguesa e esteve na origem do fortalecimento da corrente autoritária e fascisante expressa, primeiro, com a ditadura de Sidónio Pais e, mais tarde, com a «ditadura militar» representada, sucessivamente, por Gomes da Costa, brilhante oficial colonial e depois chefe do Corpo Expedicionário na Flandres, por António Óscar de Fragoso Carmona e, finalmente, a partir sobretudo de 1930, por Salazar.

A razão que justificou a intervenção de Portugal na guerra teve a ver com três fortes motivos, aos quais Norton de Matos sempre foi extremamente sensível: a defesa, no plano internacional, do imenso património colonial português; a orientação democrática dos Aliados contra os impérios centrais, alemão, austro-húngaro e otomano; e, finalmente, a vontade política de participar na futura Conferência de Paz, que julgava-se iria decidir da sorte da Europa e do Mundo ao longo do século XX, então nos seus começos. Em abono da verdade, os republicanos que decidiram a intervenção de Portugal na guerra, acompanhados por alguns monárquicos liberais e pelo

próprio Rei D. Manuel, não previram que a guerra durasse longos quatro anos, fosse tão terrivelmente devastadora e tivesse consequências, a prazo, nos planos económico e social, tão profundamente depressivas e destabilizadoras.

A contra-revolução sidonista — precursora das reacções autoritárias que se lhe seguiriam, em Espanha (com Primo de Rivera), em Itália (com Mussolini), e depois um pouco por toda a Europa — ocorrida em 5 de Dezembro de 1917 e que se saldaria por uma tragédia, o assassinato do ditador, em 14 de Dezembro de 1918, levou ao banimento, perseguição e, finalmente, ao exílio, em Londres, de Norton de Matos. Mas Sidónio foi apenas um prelúdio breve do que viria depois, implacavelmente.

Retomada a linha democrática com o que se chamou a Nova República Velha — depois das breves tentativas frustradas da Monarquia do Norte e da Revolta Monárquica de Monsanto, ambas dominadas pelas hostes republicanas, com aparente excessiva facilidade — Norton de Matos foi delegado à Conferência de Paz, sob a presidência de Afonso Costa, onde os interesses portugueses foram brilhantemente defendidos e, depois, Alto Comissário em Angola.

Foi aí que Norton de Matos deu toda a medida da sua imensa capacidade de realizador ou, como se dizia na época, de «construtor de impérios». A sua obra foi notabilíssima (1918-24) e a marca que deixou em Angola não se apagou por muito tempo, quer no plano da construção de cidades, da rede de estradas e de outras obras materiais, quer no da integração de todas as etnias — e da sua protecção — na vida angolana. Suscitou, obviamente, violentíssimas críticas, reacções diversas da parte dos interesses instalados e dos chamados «negreiros», que ganhavam fortunas com o trabalho «condicionado», eufemismo com que se pretendeu mascarar a escravatura pura e simples. Veja-se, a propósito, o injusto livro de Cunha Leal, «Calígula em Angola», que representa um eloquente testemunho dos vivíssimos ataques que merecia à classe dominante instalada em Angola a política de Norton de Matos.

De regresso de novo a Lisboa, Norton de Matos assiste à decadência inelutável da I República, corroída pelas guerrilhas partidárias, pela incapacidade dos políticos desavindos e pelos reflexos negativos da crise

económica mundial, que então se perfilava. Foi ainda embaixador em Londres, de 1924 a 1926, substituindo Teixeira Gomes, eleito então Presidente da República. Deixou aí uma boa imagem, ainda que breve, na linha dos notáveis embaixadores portugueses em Londres, como o marquês de Soveral e Teixeira Gomes.

A ditadura militar que desponta com a arrancada de Gomes da Costa, em Braga, revelou-se um verdadeiro desastre nacional, provocando o caos administrativo e financeiro (Sinel de Cordes) e um regime odioso de perseguições, censura e arbitrariedades. Desse caos político-militar emergiu, ajudado por Carmona, o verdadeiro beneficiário do regime militar, Salazar, que de ditador das Finanças evolui para ditador do País, com a ajuda do Partido da Igreja — de que era o chefe e o teorizador por excelência — dos militares, que julgavam que a hora lhes pertencia e dos grandes interesses económicos, que então começam a ganhar alguma consistência e ambição política.

Norton de Matos foi, nesses anos sombrios, professor do Instituto Superior Técnico, de onde seria demitido por Salazar, na primeira das «purgas» que realizou no ensino superior, em 1935, no mesmo ano em que foi extinta a Maçonaria, sendo Norton de Matos grão-mestre do Grande Oriente Lusitano, desde 1929. Ficou, como diria mais tarde o prémio Nobel Egas Moniz, «exilado no seu próprio país». Mas não deixou nunca de conspirar. Afastado compulsivamente do serviço público, que sempre servira por forma isenta e com total dedicação, vigiado em permanência, discriminado, perseguido. A dignidade cívica das suas tomadas de posição e da sua resistência à ditadura, tomaram-no, a pouco e pouco, uma referência nacional insubstituível.

Assistiu à tragédia da guerra civil espanhola, prelúdio da II Grande Guerra Mundial, onde se revelaram e moldaram as grandes confrontações ideológicas do século. Acompanhou, depois, a decadência das democracias liberais, que parecia inelutável, corroídas pela ascensão implacável dos totalitarismos de sinal contrário (nazi-fascista e comunista) e, depois, à viragem da guerra, em Estalinegrado e em El Alamein.

Em 1943 funda-se o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF) que uniu, pela primeira vez, toda a oposição à ditadura, dos comunistas e anarquistas, às correntes socialistas, republicanas, ao grupo

Seara Nova, e independentes, democratas de diferentes *nuanças* (à excepção do pequeno grupo de Cunha Leal). Norton de Matos aceitou presidir ao MUNAF com a autoridade moral do seu nome e o prestígio do seu passado.

Foi nessa altura que o conheci. O meu pai tinha por ele uma grande admiração e respeito. Eram amigos e conheciam-se de antigas conspirações contra a ditadura. Eu tinha vinte anos no final da guerra, fiz parte da juventude do MUNAF, com o empenhamento e a paixão pelas nobres causas que então se erguiam no horizonte de um mundo novo que começava a desenhar-se, confusamente, da mais odiosa e cruel de todas as guerras. Salazar, parceiro e cúmplice de Hitler e de Mussolini, parecia-nos irremediavelmente perdido. Enganámo-nos.

O Movimento de Unidade Democrática (MUD) surgiu no rescaldo do fim da guerra na Europa, em Outubro de 1945. Presidido pelo professor Barbosa de Magalhães e, depois, pelo professor Mário de Azevedo Gomes, teve como presidente da sua Comissão de Honra o General Norton de Matos. A articulação entre os dois movimentos – o MUNAF, clandestino, e o MUD, para-legal – nem sempre foi fácil. Conheci de perto essas dificuldades. Foi o que me deu um conhecimento próximo de Norton de Matos, que sabia que eu era filho de um grande amigo e correligionário seu – de toda a vida – e, seguramente, por isso, me manifestava uma grande estima.

Quando surgiu a hipótese da sua candidatura à Presidência da República, no Verão de 1948 (Julho), o MUD, a cuja Comissão Central eu pertencia, apoiou-o, após algumas tergiversações. Norton de Matos convidou-me para ser uma espécie de secretário-geral da sua Candidatura, sendo o professor Mário de Azevedo Gomes, Presidente da Comissão Central do MUD, o seu director de Campanha.

Com a ajuda dos meus companheiros do MUD Juvenil, organizei a secretaria do Movimento da Candidatura, que desencadeou uma vaga de entusiasmo político nunca visto desde que começara a Ditadura, há 22 anos. Muitos portugueses pensavam que o momento era chegado para impor a saída de Salazar, por via eleitoral, pacificamente. Enganaram-se.

O mundo estava a entrar, gradualmente, na «guerra fria», os partidos comunistas na Europa, principalmente em França e na Itália, eram

fortíssimos e os desentendimentos entre o Mundo Soviético e o chamado Mundo Livre (dirigido pelas democracias anglo-americanas) desenhava-se já com alguma nitidez. Em suma, Salazar e Franco foram salvos pelo medo do comunismo e foram protegidos pelas democracias da América, da Inglaterra e da França. Foi a «grande traição» de que as democracias ocidentais foram responsáveis perante os democratas ibéricos.

A campanha de Norton de Matos, que se iniciou no entusiasmo, terminou na cisão e no ressentimento dos que queriam ir às urnas — embora sem terem obtido garantias de um processo eleitoral limpo — e os que não queriam, por considerarem que seria uma maneira de legitimar um regime totalmente ilegítimo. Norton de Matos, o Candidato, inclinou-se no primeiro sentido; e eu, jovem de sangue na guelra, de 24 anos, na época com fortes ligações ao Partido Comunista, no sentido oposto. Creio que Norton nunca me perdoou essa opção.

Contudo, numa reunião dramática das Comissões de Apoio à Candidatura, a nível nacional, que se realizou no Centro Republicano António José de Almeida, a 7 de Fevereiro de 1949, a posição do Candidato foi claramente vencida. Norton de Matos, como bom democrata, aceitou (sem estar convencido) o voto largamente maioritário das Comissões contra a ida às urnas. Renunciou à Candidatura, dois dias antes das eleições, por não lhe terem sido concedidas as garantias democráticas de uma eleição isenta, que repetidamente reclamara. Com a morte na alma. E regressou à sua casa de Ponte de Lima, onde veio a morrer, lúcido até ao fim, em 1955.

Norton de Matos foi um ser de eleição, com uma experiência de vida e um conhecimento dos homens, verdadeiramente de excepção, uma vasta cultura e grande acuidade política. Todos os dias, regularmente, lia atentamente «The Times», hábito que lhe ficou da sua estadia em Londres. Era um grande devorador de livros que lia até altas horas da madrugada e, por isso, como Churchill, se levantava tarde. Teria sido um Presidente da República que faria, em doçura e oportunamente, a transição para a democracia, com a autoridade e a confiança que todos os sectores da Oposição à Ditadura lhe reconheciam. Durante o curto tempo da Campanha, propriamente dito, de 1 a 13 de Fevereiro, lembro-me que assisti a dois

telefonemas de Norton de Matos para Salazar. Falou-lhe, o que não esqueço, com a cortesia devida ao Presidente do Conselho — como então se dizia — mas sem poupar as palavras, de cima para baixo. Sem sombra de dúvidas.

A presente edição das «Memórias e Trabalhos da Minha Vida», cujos dois primeiros volumes foram escritos entre 1943 e 1946, contem um volume suplementar com textos inéditos de Norton de Matos, que a Imprensa da Universidade de Coimbra teve a excelente ideia de agora publicar. São extremamente interessantes, de grande valor para a História do século XX, apesar de Norton de Matos, entre as suas muitas qualidades — de militar, de administrador colonial e estadista —, não ter o dom da escrita. O Manifesto da sua Candidatura, apesar de seguir os tópicos que ele próprio forneceu, foi redigido, quase integralmente, pelo professor Mário de Azevedo Gomes. A frase célebre, que acompanha o desenho notabilíssimo de Júlio Pomar em que o retrata e que se tornou o bilhete postal mais divulgado da Campanha, contém uma frase do Manifesto que é, também ela, da autoria de Azevedo Gomes: «Uma Oposição indomada e indomável».

A reedição das obras de Norton de Matos, que ficamos a dever à iniciativa do Prof. Investigador Malheiro da Silva, à prestimosa ajuda da Família de Norton de Matos e ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, dirigido pelo ilustre Prof. Doutor Reis Torgal, representa um contributo muito importante para a história contemporânea e para o conhecimento da vida e da obra de um dos seus mais ilustres protagonistas. O terceiro volume, que ainda não conheço, e que agora se publica a título póstumo pela primeira vez, estou certo que se revestirá igualmente de um enorme interesse.

Agradeço aos editores a honra que me deram ao pedir-me um modestíssimo prefácio-testemunho acerca de um Homem que tanto admirei, num período crucial da minha vida, e de cuja memória guardo uma inesquecível recordação.

Mário Soares

28 de Agosto de 2003

(Página deixada propositadamente em branco)

**O GENERAL NORTON DE MATOS
E O SEU TEMPO, 1867-1955**

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA^(*)
JOSÉ PEDREIRA CASTRO NORTON^(**)

^(*) Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20).

^(**) Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (CEIS 20).

Agora, no crepúsculo da minha vida e quando já me vai cercando a noite, parece-me estar assistindo ao fim da civilização e da organização social em que me criei. Mas não me deixam as trevas próximas ver claro e cada vez me agarro mais, para não cair desamparado, aos princípios e aos ideais políticos em que vivi e que sempre me guiaram.

Norton de Matos

1. ALTO RELEVO

Natural de Ponte de Lima, onde nasceu a 23 de Março de 1867, José Mendes Ribeiro Norton de Matos tinha, pelos Norton, raízes em Dartmouth, South Devon, Inglaterra⁽¹⁾, e descendia de abastadas famílias de comerciantes, de proprietários rurais, de militares e de bacharéis fixados

⁽¹⁾ Sobre este ramo D. Rita Mendes Norton de Matos, irmã do general, escreveu, no livrinho *A Família Norton de Mattos. Aspecto político e social duma família portuguesa* (Ponte de Lima, edição da autora, 1953, p. 63), o seguinte: *Casou um inglês de nome André Norton, meu Bisavô paterno, que emigrou da Inglaterra para Portugal ao terminar o século XVIII, com uma senhora portuguesa de nome D. Ana Rosa Tavares de Rezende, da Casa de Avanca, Estarreja, de que faz parte o homem de ciência Doutor e Professor Egas Moniz único português a quem, até hoje, coube um Prémio Nobel. Muito me orgulho em ser com ele aparentada em tão directa linha, como se vê na Primeira Parte deste livro. Do casamento de André Norton com D. Ana Rosa Tavares de Rezende nasceu minha Avó paterna, D. Rita Norton.*

na Ribeira Lima. Os seus avoengos paternos manifestaram-se, desde o Vintismo, a favor do «partido» constitucional, opuseram-se ao miguelismo com o inevitável ónus do exílio em Londres e na ilha da Terceira (1829 a 1832), participaram no «Exército Libertador» de D. Pedro IV (1832-34) e, após a restauração da Carta, os avós paternos (José Mendes Ribeiro e D. Rita Tavares de Rezende Norton, moradores em Viana do Castelo) foram acérrimos patuleias (1846), grandes amigos de Rodrigo da Fonseca Magalhães e, por influência deste, apoiantes da Regeneração de 1851.

O jovem José, quarto filho dos nove que tiveram Tomás Mendes Norton e D. Emília da Conceição de Matos Prego e Sousa, senhores do Mosteiro de Refojos do Lima, da Casa do Baganheiro, da Casa do Bário e da Casa da Vila, em Ponte do Lima (local de nascimento dessa numerosa prole), cresceu e formou-se, pois, num círculo familiar estável, monárquico-liberal, culto e socialmente elevado, como se depreende, aliás, das evocações memorialísticas, que ele e sua irmã Rita viriam a publicar⁽²⁾.

Após ter frequentado, durante dois anos, o Colégio do Espírito Santo, ingressou, aos treze (Março de 1880), na Escola Académica⁽³⁾, em Lisboa, cujos estudos concluiu em 1884, matriculando-se de seguida no curso de Matemática da Universidade de Coimbra. Este curso durava quatro anos e

⁽²⁾ Além dos quatro volumes publicados das *Memórias e trabalhos da minha vida* do general Norton de Matos (Lisboa, Editora Marítimo Colonial, 1944-1945, 2.ª ed.), no primeiro dos quais fala das origens e das influências familiares, dos estudos superiores e da carreira profissional subsequente, deve ter-se em conta a obra citada de D. Rita Mendes Norton. Trata-se de uma sequência genealógica original e algo intimista, debruada com quadros biográficos, onde aparecem bem expressos os princípios, os valores e as tradições sócio-culturais da referida família, e, sobretudo, a fortíssima influência do pensamento e ideologia liberais nos irmãos José, Tomás e Rita. Ver desta *A Família Norton de Matos*, ob. cit., p. 55-57.

⁽³⁾ O contraste entre este novo meio colegial e o anterior mereceu-lhe o seguinte comentário: [Na Escola Académica] *Falava-se livremente; liam-se jornais e livros vários; discutíamos acontecimentos públicos; e havia rapazes monárquicos e rapazes republicanos. Era já então, muito reservado em questões políticas e partidárias. A política de facto nunca me disse muito e os partidos só mais tarde, após a proclamação da República, principiei a ver bem o que eram, os seus inconvenientes e as suas vantagens, a sua absoluta necessidade para a moralização da vida pública.* (MATOS, Norton de — *Memórias e trabalhos da minha vida*, ob. cit., vol. 1, p. 41-42).

era necessário fazer — como nos explica — para poder seguir carreira militar em qualquer das armas ou serviços que então se chamavam superiores: — artilharia, engenharia ou estado maior⁽⁴⁾.

Da passagem pela Academia de Coimbra, entre os anos lectivos de 1884-85 e de 1887-88, ficou-lhe a recordação do confronto entre «polainas» (estudantes ricos) e «briosos» (os mais pobres e modestos, animados por ideias niveladoras), as diferenças de modos de pensar e de proceder entre os estudantes de Direito, de Medicina, de Matemática e de Teologia⁽⁵⁾, a indiferença com que os lentes de Direito encaravam os estudantes de Matemática a propósito da cadeira comum de Economia Política ou ainda as leituras extra-curriculares, que iriam influir bastante no seu quadro mental e ideológico: *Por outro lado — conta-nos nas suas Memórias — já nesse tempo [1884-1888] principiaram a circular pela Academia folhetos socialistas e num dêles apresentava-se em resumo, O Capital de Karl Marx. Adquiri-os e a sua leitura levou-me a comprar as obras de Proudhon. Direi, a propósito, que do que li no meu tempo de estudante e da Escola do Exército nada teve tanta influência sôbre mim como os livros de Proudhon*⁽⁶⁾.

Marcante seria, também, o período que se seguiu à conclusão do curso de oficial do Estado Maior na Escola do Exército, onde ingressara em Outubro de 1888 e de onde saiu Alferes em Novembro de 1890, mantendo-se nesse posto até 1892. Desta data até 1898 decorreu um período que o próprio classificou de *nebulosa época*⁽⁷⁾. Mas mais marcante e decisivo na carreira profissional de Norton de Matos foi a partida para a Índia. Do

⁽⁴⁾ MATOS, Norton de - *Memórias e trabalhos da minha vida*, ob. cit., vol. 1, p. 63.

⁽⁵⁾ *Ibidem*, p. 67-68.

⁽⁶⁾ *Ibidem*, p. 69.

⁽⁷⁾ Reconhece-o nas suas *Memórias* (vol. I), mas de um modo evasivo e genérico: *Bem ou mal, os anos que decorreram de 1890 a 1898 marcaram na minha vida profundamente. Tenho de fazer um esforço para me recordar do que nêles se passou de essencial para a formação do meu espírito, para destacar dessa nublada época as pedras brancas e negras que foram ficando ao longo do meu caminho. Será difícil... Hesitações, absoluta dificuldade de adaptação a um meio inteiramente contrário ao meu íntimo sentir, algumas loucuras de mocidade, desfalecimentos de vontade, mas ao mesmo tempo um grande sentimento de dignidade, de lealdade, de ausência completa de inveja ou de maldade, que nunca permitiram durante a minha longa vida a prática de qualquer baixaza que leve fôsse* (p. 77-78).

ponto de vista pessoal e afectivo foi marcante o nascimento de sua única filha Rita aos 22 de Dezembro de 1896⁶⁸⁾.

Partiu sózinho na primeira quinzena de Junho de 1898, sendo nomeado, a 4 de Agosto de 1898, pelo governador-geral, general Joaquim José Machado, director da Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, criada nesse mesmo dia por portaria provincial n.º 569. Começou, então, um tirocínio de dez anos no domínio do fomento colonial, preenchido pela execução da triangulação secundária do território e do cadastro predial, rural e urbano, tarefas acumuladas com várias missões de estudo técnico-administrativo à Índia inglesa, com outros serviços e muitas comissões, como a de administrador das Matas, director das Obras Públicas, membro do conselho do governo e comissões militares⁶⁹⁾. O testemunho da irmã,

⁶⁸⁾ Ver NORTON, José — *Norton de Matos. Biografia. Fronteiras do tempo*. Lisboa: Bertrand Editora, 2002, p. 146.

⁶⁹⁾ Da actividade como Agrimensor resultou a publicação de trabalhos técnicos e administrativos. Destacam-se: MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de — *Manual do Agrimensor*. Nova Goa : Repartição d'Agrimensura do Estado da Índia/Imprensa Nacional, 1904, 2 vols.; Idem — *Relatorio sobre os Serviços da Repartição de Agrimensura (1898-1899)*. Nova Goa : governo-geral do Estado da Índia/Imprensa Nacional, 1900; Idem — *Relatorio da Repartição de Agrimensura relativo à epocha de 1899-1900 (2.º Relatorio da Repartição)*. Nova Goa : Imprensa Nacional, 1901; e Idem — *Carta Agrícola do Concelho das Ilhas de Goa (Estatística Agrícola) Baseada no Cadastro Geral do Concelho*. Nova Goa : Repartição de Agrimensura do Estado da Índia, 1908. Em projecto, não executado e apenas esboçado num prospecto publicitário de 8 páginas, ficou o livro *Índia (Dez annos de residencia em Goa, Damão e Diu). O Passado e o Presente de uma Colonia Portuguesa* (Lisboa : Editora A Nacional, 1910). Sobre este livro que não chegou a ser, Norton de MATOS refere-se-lhe num prefácio evocativo de Paiva Couceiro: *Vim da Índia em fins de 1908. Por lá me conservara dez annos consecutivos. Pouco tempo depois da minha, chegada, deixei de novo Portugal e fui à China desempenhar uma missão que se prendia com assuntos de Macau. Voltei passado um anno e meses e, em fins de 1910, encontrei-me com Paiva Couceiro no escritório de um editor. Ele ia tratar da publicação do seu livro «Angola», a melhor obra da literatura colonial portuguesa que conheço; eu ia tratar da publicação de um livro sobre os trabalhos de Cadastro, que executei e dirigi na Índia, do qual se chegaram a compor as primeiras páginas e que não tive tempo para escrever. Quantos livros, ensaios e trabalhos literários diversos iniciiei, e que não passaram dos meus arquivos ou da minha imaginação* (Cf. Idem — Paiva Couceiro. In COUCEIRO, Paiva — *Angola: dois annos de governo Junho 1907-Junho 1909: história e comentários*. Lisboa: Edições Gama, 1947). E num artigo publicado em 1934, dá conta do que pôde fazer: *Os Serviços de Agrimensura do Estado da Índia, que montei e dirigi de 1898 a 1908, completaram sob a minha direcção, os*

D. Rita⁽¹⁰⁾, leva-nos a admitir que ao cabo de tão longa e intensa permanência nessas longínquas paragens do Império, onde se pressentia ainda a *concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque*, Norton de Matos descobrira uma paixão e um desígnio — o estudo e a prática da colonização no Mundo moderno. Desígnio e paixão constantes até ao fim de uma longa vida de quase oitenta e oito anos.

Regressado à Metrópole em Outubro de 1908⁽¹¹⁾, o capitão Norton de Matos seguiu, pouco depois, para Macau na qualidade de secretário da missão diplomática presidida pelo general Joaquim Machado e destinada a tratar com a China os limites daquele território⁽¹²⁾. Em meados de 1910,

cadastros dos concelhos das Ilhas, de Pondá, de Sanquelim e do distrito de Diu. Era minha intenção levar a final este trabalho, estendendo-o aos outros concelhos e distritos do território português na Índia. Tencionava também elaborar respeito de cada concelho uma carta agrícola, composta da respectiva carta topográfica e de numerosos mapas estatísticos, mas só consegui realizar este trabalho em relação ao concelho das Ilhas de Gôa. Depois de 10 anos seguidos de trabalhos na Índia, resolvi regressar a Portugal e a minha vida tomar novo rumo. Na Índia Portuguesa, em princípios de 1908, publiquei uma monografia intitulada «Carta Agrícola do Concelho das Ilhas de Goa», estatística agrícola baseada no Cadastro Geral do Concelho. Tiraram-se dêsse trabalho poucos exemplares impressos, e é hoje muito difícil encontrar um único que seja. (Cf. Idem — Topografia e geologia do concelho das Ilhas de Gôa. A Terra, Lisboa, 14 (1934) [separata, p. 1].

⁽¹⁰⁾ Merece ser transcrito o seguinte comentário de D. Rita Norton de Matos: *Nessa dezena de anos passados na Índia foi grande a influência que teve na «formação» de meu irmão o passado de grandeza que nessas paragens deixamos e muito o impressionou, como revela em cartas que nos escreveu, a concepção gigantesca e perfeita de Albuquerque, consistindo na transformação do pequeno Portugal num grande império, graças à sua expansão para a África e para o Oriente, livrando-o assim de constantes ameaças. Começou então a germinar no seu espírito a ideia da Nação Una, da Unidade Nacional, resultante da fusão íntima e completa, sob o ponto de vista nacional, social, territorial e económico, de todas as regiões portuguesas pelo mundo espalhadas. (Cf. MATTOS, Rita Mendes Norton de — A Família Norton de Mattos, ob. cit., p. 109).*

⁽¹¹⁾ Ver ABREU, Rodrigo — *Vida preciosa. D. Ester Norton de Matos*. Viana do Castelo: Edição de Bernardo Dias Soares, Ld.ª, 1958, p. 41-42.

⁽¹²⁾ Sobre esta complicada missão técnica e diplomática ver *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau (1909-1910)*. Apresentação e introdução histórica por António Vasconcelos de Saldanha. Leitura do manuscrito e introdução literária de Carmen M. Radulet. Macau: Fundação Macau/Centro de Estudos das Relações Luso-Chinesas, 1999. Ver ainda ABREU, Rodrigo — *Vida preciosa*, ob. cit., p. 46.

estava de volta a Portugal e os dois anos seguintes seriam vividos na caserna: fez serviço no corpo do Estado Maior, sendo por pouco tempo sub-chefe do mesmo na Divisão Militar sediada em Viseu. Sob a tutela pessoal do general Correia Barreto, então ministro da Guerra, passou, já como major, a exercer o lugar de chefe do Estado Maior em Coimbra. Data, também, deste período a sua nomeação, por concurso, para professor de Geodesia e Topografia do Instituto Superior Técnico de Lisboa, de onde será compulsivamente afastado, a 16 de Maio de 1935, por motivos políticos.

Foi, de novo, curta esta estada metropolitana. Em Abril de 1912 era nomeado governador-geral de Angola e a 17 do mês seguinte era iniciado *maçon* na Loja *Pátria e Liberdade*, n.º 332, de Lisboa (rito escocês)⁽¹³⁾, com o nome simbólico de *Danton*⁽¹⁴⁾, tendo-se comprometido, no acto da iniciação, a *abolir efectivamente a escravatura*. Parte para Luanda no navio *Beira* a 1 de Junho e irá permanecer, aí, até 8 de Março de 1915⁽¹⁵⁾, dia do regresso a Lisboa, após ter apresentado o pedido de demissão e este ter sido aceite pelo ministro das Colónias, coronel de Engenharia Teófilo José da Trindade, do governo ditatorial Pimenta de Castro (28 de Janeiro a 14 de Maio de 1915).

Esses dois anos e cerca de nove meses em Angola ficariam marcados por um vasto conjunto de medidas e de iniciativas típicas do modelo fomentista, assimilacionista e descentralizador com que Norton de Matos defendeu a colonização. Eis alguns exemplos: promoveu a construção

⁽¹³⁾ Loja fundada em Lisboa em 1911 por transformação do triângulo n.º 149 de Beírolas e separou-se do Grande Oriente Lusitano Unido em 1914, acompanhando a dissidência do Supremo Conselho. (Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira — *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. II. Lisboa: Editorial Delta, 1986, col. 1093 e sobre o Supremo Conselho cols. 1401-1402).

⁽¹⁴⁾ Sobre este líder revolucionário francês ver o sinóptico verbete Georges Jacques Danton in *Nova Enciclopédia Larousse*, vol. 7. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997, p. 2173. Note-se que a escolha destes nomes simbólicos implicavam não apenas simpatia, mas alguma identificação ou desejo de seguir o exemplo de vida, obra ou acção do nomeado escolhido.

⁽¹⁵⁾ Durante este período chegou ainda a vir à Metrópole onde permaneceu de Março a Agosto de 1914, tendo ido a Londres. Ver NORTON, José — *Norton de Matos*, Bibliografia, p. 206.

acelerada de estradas, num total de 15 000 km até 1915; criou a Companhia de Pesquisas Mineiras de Angola, que deu origem à futura Companhia de Diamantes; fundou a cidade do Huambo (Nova Lisboa); criou as escolas «Rita Norton de Matos» para a formação das raparigas indígenas; mandou fazer, em Luanda, um parque municipal; isentou de imposto de exportação o milho cultivado em Angola; proibiu a venda de bebidas alcoólicas aos trabalhadores indígenas; publicou o Regulamento das Circunscrições Administrativas da Província; tornou extensiva a assistência médica às aldeias indígenas; e viveu intensamente os efeitos imediatos da Grande Guerra, iniciada a 28 de Julho de 1914, na África Austral e, em concreto, no sul de Angola, que será invadido pelos alemães, travando-se a 18 de Dezembro o combate de Naulila e a retirada dos portugueses, comandados por Alves Roçadas. A propósito destes acontecimentos juntou muitos documentos e deixou muitas páginas escritas, em artigos de jornal, no *Diário* (inédito) e nas *Memórias* (volumes publicados e inéditos), mas o que interessa já aqui ressaltar são os seus sentimentos anglófilos e anti-germânicos, amadurecidos pelas interpoladas ameaças anglo-alemãs à integridade do domínio colonial português e expressos, por exemplo, neste pedaço de prosa memorialista:

Tinha, por tôdas estas razões, de reconhecer que o aparecimento da Alemanha no continente africano nos estava criando uma situação cheia de mal entendidos entre nós e a Inglaterra, e de grandes perigos. O meu coração de homem, de português e de aliado sentia-se profundamente ferido com o que se passara em 1898, que imperfeitamente conhecia então, e com o que, tudo mo dizia, se estava passando em 1912. Aquêlê fermento germânico, que tanto perturbava o povo português em horas amargas, estava a alterar o carácter britânico, límpido e leal, que tanto me habituara a apreciar⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁶⁾ MATOS, Norton de — *Memórias...*, vol. III, ob. cit., p. 46.

Interrompidas, pois, a seu pedido, as funções de governador-geral, e regressado, entretanto, a Lisboa, o major Norton de Matos embrenhou-se na luta partidária, participando, ao lado de outros democráticos ou afonsistas – Álvaro de Castro, Sá Cardoso, António Maria da Silva e Freitas Ribeiro – numa conspiração triunfante contra a ditadura de Pimenta de Castro (o célebre 14 de Maio de 1915). A conjuntura era dramática e complexa, com uma Guerra total e uma carnificina inimagináveis a acontecer na Europa, em África, na Palestina, e com um Portugal indeciso e dividido sobre a eventual participação militar na frente europeia ao lado da Grã-Bretanha, a velha Aliada.

Os dois efémeros governos de José de Castro, que se sucederam de 17 de Maio de 1915 até à formação do 2.º governo de Afonso Costa, em 29 de Novembro desse mesmo ano⁽¹⁷⁾, contam já com a presença de Norton de Matos – eleito, entretanto, deputado por Ponte de Lima nas legislativas de 13 de Junho e nas listas do Partido Democrático – como ministro das Colónias e depois, nas pastas da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. No gabinete chefiado por Afonso Costa, responsável pela requisição dos navios alemães surtos no Tejo e pela subsequente declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916, manteve-se na pasta da Guerra, dando continuidade à preparação militar por ele assumida convictamente, pois entendia-a necessária para a defesa da integridade colonial portuguesa.

A entrada na Grande Guerra voltou a colocar na ordem do dia a conveniência de um pacto entre todos os partidos da República, mas a recusa dos unionistas de Brito Camacho, adeptos de uma neutralidade

⁽¹⁷⁾ Estes Governos, embora de «concentração», eram naturalmente dominados pelo Partido Democrático (designação comum do velho Partido Republicano Português após a cisão em finais de 1911), que, ao sair vitorioso do movimento revolucionário de 14 de Maio, tomou conta do Poder e conseguiu legitimá-lo através das eleições legislativas de 13 de Junho e da eleição, no Congresso dos Deputados, de um novo Presidente da República, Bernardino Machado. Em ambos os actos eleitorais o Partido Democrático obteve uma irrefragável vitória e só não formou novo Ministério, porque, entretanto, Afonso Costa sofreu um grave desastre de eléctrico, que obrigaria a retardar a formação de um governo abertamente democrático até finais de Novembro.

gerida no quadro da aliança anglo-lusa, mutilou a «União Sagrada», cujo Ministério entraria em funções a 15 de Março de 1916 sob a presidência do evolucionista António José de Almeida, incluindo, entre outros, Afonso Costa nas Finanças e Norton de Matos na Guerra. Cerca de onze meses depois caía este governo de concentração e constituía-se o 3.º presidido por Afonso Costa, que conserva Norton de Matos na Guerra e em posição de destaque, chegando mesmo a assumir interinamente a chefia do governo na ausência temporária do líder.

Durante tão difícil e instável fase governativa, o coronel Norton de Matos viu o seu prestígio crescer de forma exponencial quer dentro do Partido Democrático (chegou a membro efectivo do Directório), quer no seio da Maçonaria (transitara, entretanto, da sua Loja de origem para a Loja *Acácia*⁽¹⁸⁾ de rito francês e integrada no Grande Oriente Lusitano Unido), e conseguiu organizar, com poucos meios e manifesta falta de tempo, o Corpo Expedicionário Português (C.E.P.) – motivo tanto de orgulho próprio e dos seus correligionários, como de crítica cerrada por parte dos anti-guerristas⁽¹⁹⁾.

Não admira, por isso, que a ira dos descontentes o vitimasse, a par, obviamente, de Afonso Costa e de Bernardino Machado, na sequência do golpe sidonista de 5 a 8 de Dezembro de 1917, ao qual não conseguiu, enquanto Presidente interino do Ministério e ministro da Guerra, opôr uma eficaz resistência⁽²⁰⁾. A sua casa na Avenida Miguel Bombarda, n.º 109, foi

⁽¹⁸⁾ Loja n.º 281 criada em Lisboa em 1908 e nessa data tornou-se logo capitular, ou seja, contava entre si sete ou mais membros decorados com o grau 18º (ou 7º grau), podendo, por conseguinte, constituir um capítulo (Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. I, ob. cit., col.13 e 257).

⁽¹⁹⁾ Para uma introdução ao confronto entre os defensores da participação portuguesa na frente europeia da Grande Guerra e os opositores a essa posição de beligerância veja-se: MEDINA, João – *Portugal na Grande Guerra. «Guerristas» e «Antiguerristas». Estudos e documentos*. Lisboa : Centro de História da Universidade de Lisboa/Instituto Nacional de Investigação Científica, 1986 (apresentação).

⁽²⁰⁾ Sobre este momento difícil da sua vida política ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – *Sidónio e sidonismo. História e mito. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea de Portugal*, vol. 1. Braga : Universidade do Minho, 1997, p. 730-748.

assaltada e ele teve de se refugiar no navio de guerra inglês *Woodnut*. Considerado desertor pelo 1.º governo do major doutor Sidónio Pais foi demitido do Exército⁽²¹⁾.

Enquanto durou a experiência sidonista, ou seja, até ao assassinato de Sidónio a 14 de Dezembro de 1918, Norton de Matos permaneceu exilado em Londres, onde se limitou a acompanhar de forma passiva⁽²²⁾ o desenrolar dos acontecimentos, nomeadamente a propaganda forjada em França por Bernardino Machado e João Chagas sobre o pretenso cariz germanófilo do Sidonismo, e trabalhou como agente da Empresa de Construções Navais Lda (1918-1922) de José Branco e outros associados, com sede em Lisboa e estaleiros em Viana do Castelo. Viveu, então, uma

⁽²¹⁾ A importância do «juízo» da História sobre os actos dos estadistas foi sempre muito valorizada pelo general Norton de Matos e daí a sua prolixidade memorialística e diarística. Num pequeno caderno de linhas, manuscrito a tinta permanente e intitulado «*Miscelanea vol. I.º 16 de Setembro de 1918 a 15 de Setembro de 1919. De pag. 57 a pag. 72 desta «Miscelanea» fazem-se referências a factos sucedidos desde 5 de Dezembro de 1917 a 7 de Junho de 1918* – documento inédito –, deparamos com o relato para a História do transe vivido logo após a consumação vitoriosa do golpe sidonista. Extractámos o seguinte: *Londres, 8 de Dezembro de 1918. // Faz hoje um ano que do Palácio de Belem segui para bordo do navio inglês «Woodnut», depois de saber que a minha casa tinha sido saqueada e que me andavam a procurar por toda a cidade para me assassinarem. Quando escrevi a carta junta (Doc. n.º 29) que a Esther trouxe consigo para Hespanha, ainda não sabia do saque da minha casa. Como podia eu adivinhar tamanha infâmia. O amigo que me deu guarida, a que me refiro na carta, foi o Bernardino Machado, que, depois de eu ter deixado de ser Ministro, me ofereceu para ficar escondido no Palácio de Belem. O João de Menezes, que esteve comigo no mesmo Palácio na madrugada de 8, também me ofereceu para ir para casa dele. Igual oferecimento me fez o Mouzinho de Albuquerque pelas 14 horas de 8, fazendo-me ver os inconvenientes que havia em eu ficar onde estava. Por fim, como as notícias de Lisboa fossem cada vez peores, resolveu que eu fosse para bordo do navio inglês que se encontrava no Tejo e que estava armado em navio de guerra com flandula, o que representaria, como representou, absoluta segurança para a minha pessoa (p. 57-58).*

⁽²²⁾ Nas mensagens procedentes de Paris, sede oficial dos Serviços de Informação e de Propaganda nos Países Amigos e Aliados, criados e dirigidos por Francisco Homem Christo Filho desde Janeiro de 1918, para a Presidência da República e Ministério dos Negócios Estrangeiros, fica-se a saber que o núcleo mais activo de exilados políticos com influência em alguma imprensa estrangeira era liderado por Bernardino Machado, João Chagas e Afonso Costa, ao passo que Norton de Matos em Londres se manteve isolado e politicamente quase inerte. Ver SILVA, Armando Barreiros Malheiro da – *Sidónio e Sidonismo. História e Mito*, vol. 2, dissert. cit., p. 72 e ss.

curta fase de humilhante ostracismo, a que se seguiu, com o regresso dos democráticos ao Poder em 1919, um novo período de glória, manchado, porém, por campanhas difamatórias, sobretudo em 1924.

Reintegrado no Exército com o posto de coronel até ser promovido, em 4 de Setembro de 1919, a general, agraciado com a grã-cruz da Torre e Espada, na vigência do governo José Relvas (formado a 27 de Janeiro de 1919, após o malogro das tentativas restauracionistas da Monarquia do Norte e de Monsanto), foi nomeado delegado à Conferência de Paz⁽²³⁾ e manteve-se nessas funções até Setembro desse ano, mês em que regressa a Portugal e aqui se fixa, mas por pouco tempo...

Em Abril de 1920 recebe o convite do ministro das Colónias, Utra Machado, para ocupar o cargo, recém criado, de Alto Comissário em Angola. A morte do pai e uma grave enfermidade retardaram a tomada de posse e o reencontro emocionante com uma terra e gentes que lhe haviam ficado no coração⁽²⁴⁾.

Investido de amplos poderes, dado que a lei n.º 1005 de 7 de Agosto de 1920 concedia às colónias uma acentuada autonomia e as leis n.º 1130 e 1131 de 26 de Março de 1921 autorizavam os Altos Comissários a fazerem empréstimos e a relacionarem-se directamente com o Banco Nacional Ultramarino, apostou, de novo, num programa colonial inspirado na acção e no pensamento do marquês de Sá da Bandeira⁽²⁵⁾ e de Paiva Couceiro,

⁽²³⁾ Sobre os trabalhos da Conferência e o contributo de Norton de Matos, no âmbito da delegação portuguesa, veja-se FERREIRA, José Medeiros – *Portugal na Conferência de Paz. Paris, 1919*. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 72-77.

⁽²⁴⁾ Ver ABREU, Rodrigo – *Vida preciosa*, ob. cit., p. 114 e ss. Na sua viagem de regresso a Angola o indigitado Alto Comissário decidiu *precedê-la duma conveniente viagem a Londres e Bruxelas, onde poderiam ter importância impressões de política comum, justificadas por tantas afinidades e negócios de interesse dum vasto Ultramar onde tocam, simultaneamente, ingleses, belgas e portugueses, todos a comandar importantes domínios, como potências tradicionais de primeira grandeza na África, empenhados numa vizinhança de cordealidade e confiança recíprocas, sem colisão de soberanias mas com inteligente consciência de conveniências que entre vizinhos se aconselham e desejam...* (p. 116). A sua tomada de posse ocorreu em Luanda a 16 de Abril de 1921.

⁽²⁵⁾ Da correspondência particular entre o general Norton de Matos e o coronel Henrique Pires Monteiro destacámos uma carta deste último, de 18 de Janeiro de 1945, onde se lê a

como se depreende das medidas tomadas. Eis algumas: a 16 de Abril de 1921, ao assumir o governo da Província, criou o *Estatuto do Alto Comissariado da República em Angola*; promulgou a Carta Orgânica da Província de Angola, instituindo, ao mesmo tempo, a secretaria da Agricultura, Agrimensura e Terras; fixou o escudo-ouro como unidade monetária da Província; melhorou os vencimentos do funcionalismo público; concedeu o exclusivo da exploração de diamantes à Companhia de Diamantes de Angola; concedeu o exclusivo das pesquisas e exploração do petróleo a sul do caminho-de-ferro de Benguela à Companhia Mineira de Moçambique; proibiu a usurpação de terras na posse dos indígenas; criou e foi fundando escolas-oficinas para indígenas do sexo masculino e feminino; restabeleceu o regime de trabalho contratual livre para os indígenas; regulou a existência e o funcionamento das missões religiosas, submetendo-as à fiscalização do Estado; tentou facilitar a ida e a fixação em Angola dos operários portugueses; determinou a emissão de bilhetes de tesouro na Província; decretou a reforma judicial em vários distritos e a reforma administrativa, por exemplo, da região do Cuanza-Norte; contraiu vários empréstimos *Fomento e Colonização*; decretou a abolição dos impostos municipais sobre os indígenas; criou a cidade de Diogo Cão em Quitanda, na margem esquerda do Zaire; aprovou a organização dos Serviços Industriais de Angola e dos Serviços Pecuários; criou a Secretaria Provincial de Colonização; e criou o Banco de Angola.

A ousada e frenética aplicação de um tal modelo e programa não tardou a trazer-lhe amargos dissabores, impelindo-o quase de imediato a

dado passo: *De Gastão Sousa Dias recebi uma carta datada de 29 de Setembro, de Sá da Bandeira, em que me diz, em resposta: «Lá já, como não podia deixar de ser, os dois volumes das «Memórias» do Sr. General Norton de Mattos, que aqui em Angola têm sido muito apreciadas. São livros de uma grande elevação patriótica e moral, que focam todos os problemas angolanos, sobretudo o do indígena com visão verdadeiramente genial. Depois de Sá da Bandeira ninguém mais falou assim». E Sousa Dias continua: «Dias antes tinha eu acabado de ler «O trabalho rural africano» dessa grande figura do Constitucionalismo. São filhos da mesma alma... (Arquivo Norton de Matos [A.N.M.] – Correspondência com o Pires Monteiro. Papéis para classificar. Carta de Pires Monteiro de 18-1-1945, fls. 1v.-2. Pasta «Memórias»).*

chocar com os interesses de poderosas entidades como eram a Companhia dos Diamantes de Angola e o Banco Nacional Ultramarino. O seu estilo de governação, o recurso a empréstimos e o alegado descontrolo das despesas públicas deram pretexto a campanhas hostis na Metrópole, como a encabeçada por Cunha Leal e condensada no seu verrinoso livro *Calígula em Angola* ou a que germinou no seio do Congresso dos Deputados, culminando uma relação, por vezes, tensa e conflituosa com a tutela (é o caso do conflito com o ministro das Colónias Rodrigues Gaspar) e que o obrigou, em Setembro de 1923, a partir para Lisboa. E em Fevereiro de 1925 esteve presente no incómodo debate parlamentar sobre a sua política — indignado e ferido nos seus brios e ideias coloniais preparou uma defesa rotunda da sua actuação como Alto Comissário sob a forma de livro, intitulado *A Província de Angola*⁽²⁶⁾ e aguentou a pressão das críticas e calúnias até ao mês de Junho desse ano, altura em que pediu e foi-lhe concedida a demissão de Alto Comissário.

A situação era politicamente embaraçosa e afectava a honorabilidade de uma eminente figura do regime, que exigia uma reparação pública. Não tardou, por isso, a ser nomeado embaixador de Portugal em Londres⁽²⁷⁾,

⁽²⁶⁾ MATOS, Norton de — *A Província de Angola*. Porto : Edição de Maranus, 1926. Vale a pena registar o desabafo do autor — misto de defesa da obra realizada e de queixume amargo pela «traição» dos correligionários —, lavrado no Epílogo: *Quando um cidadão estava prestando relevantes serviços ao seu país, concorrendo com altos feitos para o seu engrandecimento; quando um côro de louvores desinteressados — dos novos, longe de emprêsas e de emprêgos públicos, de estrangeiros, que nada ganhavam com o nosso progresso colonial, de simples e humildes colonos, a quem o pão de cada dia constituía a máxima aspiração — se levantava em tórno desse cidadão; quando a mais ligeira análise da sua obra mostrava claramente a grandeza patriótica dos seus intuito de o valor das suas realizações; quando nada de verdadeiro contra a sua escrupulosa e dignificadora administração se podia apontar: — na Metrópole portuguesa, punham-se as instituições parlamentares à disposição daqueles que contra o homem que estava engrandecendo a sua principal colónia levantaram a campanha de todos conhecida, que não pode ser analisada nem criticada neste livro; e consentia-se que no seio da representação nacional se atacasse como se atacou, sem se atender a que dêsse ataques resultaria fatalmente a inutilização de um homem, que tinha a confiança da Nação, que bem sentia quanto êle a estava engrandecendo e prestigiando (p. 390).*

⁽²⁷⁾ Ver ABREU, Rodrigo — *Vida preciosa*, ob. cit., p. 202 e ss.

para onde partiu no mês de Agosto de 1925 e onde, como se sabe, estivera exilado durante a situação sidonista. E será nesse posto diplomático que a Ditadura Militar, saída do 28 de Maio de 1926, o foi encontrar e logo que pôde, ou seja a 21 de Junho, exonerou-o. E cerca de seis dias depois, ainda em Londres, Norton de Matos escrevia ao seu querido amigo e colaborador Rodrigo de Abreu, pedindo-lhe *encarecidamente que apresse o mais possível o aparecimento do meu livro [A Província de Angola, impresso pela Emp. Industrial Gráfica do Porto aos 5 de Abril de 1927]. Bem sabe que ele constitui obra republicana e nacional e que hoje mais do que nunca, carecemos de manifestações dessa natureza*⁽²⁸⁾ – atitude bem típica, aliás, do seu modo de agir, recorrendo ao juízo político-administrativo da História numa hora adversa, em que os seus adversários voltavam a senhorear-se do Poder. E a terminar a mesma missiva acrescentou: *Vou deixar em breves dias a Inglaterra, mas não tenciono entrar desde já em Portugal. Careço de alguns dias de sossego e tranquilidade, para me refazer e para me preparar para trabalhar de novo*⁽²⁹⁾.

Com cerca de 59 anos de idade, o general Norton de Matos entrava numa nova e difícil fase da sua vida, marcada pelo confronto político com as autoridades da Ditadura e depois com o Estado Novo de Salazar. Em consequência da sua alegada participação nas revoltas falhadas de 3 a 7 de Fevereiro de 1927⁽³⁰⁾ foi preso e enviado para a ilha de S. Miguel (Açores), fixando residência na cidade de Ponta Delgada, onde se lhe vai juntar a mulher, D. Ester Newton Pereira, companheira de jornadas desde a já remota e saudosa partida para a Índia.

Durante a permanência em Ponta Delgada verá o seu nome proposto pela Loja *Acácia*, a 6 de Dezembro de 1928, para Grão-Mestre adjunto da Maçonaria Portuguesa. A 7 de Dezembro morre o Grão-Mestre Magalhães Lima e o sucessor eleito, António José de Almeida, morrerá, também, uns meses depois – a 31 de Outubro de 1929. Já regressado ao

⁽²⁸⁾ Cf. ABREU, Rodrigo – *Vida preciosa*, ob. cit., p. 222.

⁽²⁹⁾ Cf. *Ibidem*, p. 222. Ver também p. 233 e ss.

⁽³⁰⁾ Ver FABINHA, Luís – *O Revivalho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo, 1926-1940*. Lisboa : Editorial Estampa, 1998, p. 34-63.

Continente, Norton de Matos acaba por ser eleito Grão-Mestre, a 31 de Dezembro, para os anos de 1930 e 1931, mas só tomou posse a 30 de Abril de 1930⁽³¹⁾.

Desenvolveu, então, intensa actividade, participando em encontros maçónicos de carácter internacional: em Setembro de 1930 esteve em Antuérpia, a propósito da Convenção Maçónica Internacional e da Semana Portuguesa da Exposição Internacional Colonial de Antuérpia, onde proferiu uma importante conferência sobre *La Formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue coloniale*⁽³²⁾; esteve, também, em Bruxelas para participar na Convenção da *Association Maçonnique Internationale* (A.M.I.). Reeleito Grão-Mestre prosseguiu, nos anos seguintes, os seus esforços em prol do ideal maçónico, protestando publicamente, como não podia deixar de ser, no início de 1935, contra o projecto de lei da Assembleia Nacional que proibia as associações secretas⁽³³⁾ e que foi, não obstante a controvérsia

⁽³¹⁾ Ver verbete MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de. In MARQUES, A. H. de Oliveira – *Dicionário de Maçonaria Portuguesa*, vol. 2, ob. cit., col. 962.

⁽³²⁾ Cf. MATOS, Norton de – *La Formation de la Nation Portugaise envisagée au point de vue colonial. Edition spéciale de la Conférence réalisée à Anvers durant la «Semaine Portugaise», dans la soirée du 23 Septembre 1930 et publiée dans le Buletin n.º 64 de l'Agence Générale des Colonies*. Lisboa : Agência Geral das Colónias, 1930. Ao cabo de um excuro histórico com início nas origens e formação da nacionalidade portuguesa e seu papel civilizador no Mundo, o autor defende, sem ambiguidade, a obra colonial desenvolvida, afirmando a propósito da separação do Brasil: *La séparation du Brésil s'est donc produite malgré la politique d'unité qui a toujours guidé le destinées historiques et des erreurs d'administration qui ont conduit à la séparation, et non pas, en aucune façon, l'oeuvre d'occupation, de colonisation et de progrès que le Portugal a su édifier sur le territoire brésilien* (p. 40). E adiante acrescenta: *Ce que j'ai dit est déjà suffisant pour montrer l'orientation du Portugal et son ferme propos de constitution et de consolidation d'une nation unique avec les parties de la nation qu'il a découvert ou conquises dans l'outre-mer* (p. 40-41). Perante tão categóricas palavras de unidade ultramarina citemos divergimos de Alfredo Ribeiro dos Santos quando parece inferir que o plano e a acção governativa de Norton de Matos em Angola pressupunham uma Nação africana autónoma (Cf. Idem – *A Oposição democrática e a política colonial do Estado Novo. Nova Renascença*, Porto, 52-53 (Primavera 1994, p. 115).

⁽³³⁾ Data de 31 de Janeiro de 1935 a importante carta de Norton de Matos, Grão-Mestre da Maçonaria, ao Presidente da Assembleia Nacional, José Alberto Reis. É um documento de 4 fols., dactiloscrito, polycopiado e estruturado em XII pontos argumentativos contra à lógica

gerada e os protestos de pessoas de quadrantes diversos e de intelectuais como Fernando Pessoa, aprovada e publicada no Diário do Governo de 21 de Maio desse ano.

A par de um tão intenso empenhamento na vida interna da Maçonaria Portuguesa, não deixou de se envolver politicamente na luta contra a Ditadura e o Estado Novo, presidindo à Aliança Republicano-Socialista (1931) e sendo vítima da repressão estatal. Durante a revolta da Madeira, iniciada em 4 de Abril de 1931⁽³⁴⁾ e logo propagada aos Açores, foi detido no Hospital Militar da Estrela, desde 10 de Abril até meados de Maio. Não voltará a ser preso, mas a sua acção ficará sob vigilância e a sua carreira profissional afectada: em 1935 é obrigado a abandonar o I.S.T., passando à situação de reforma no Exército e ligando-se, para sobreviver condignamente, à actividade empresarial⁽³⁵⁾.

Alternando a residência entre os arredores de Lisboa⁽³⁶⁾ e Ponte de Lima, o general Norton de Matos dedicou os seus últimos dez anos de vida ao estudo de matérias técnico-científicas, nomeadamente a fotogrametria, e político-coloniais, preparando para a História um conjunto de trabalhos, em que avultam as referidas *Memórias e Trabalhos da Minha Vida, África*

repressiva do referido projecto-lei. O exemplar que conhecemos possui umas notas autógrafas de Norton de Matos nas margens da 1.ª fl, a saber: *Para a Rita e o Raul lerem e guardarem. // José // Lisboa, 31 de Janeiro de 1935 (...) Para a Emilinha, sobrinha querida ler e guardar como recordação do meu proceder e do meu espírito. // Ponte do Lima, 15 de Setembro de 1946* (Arquivo Norton de Matos [A.N.M.] – dossier Maçonaria).

⁽³⁴⁾ Para a história desta revolta política veja-se, por exemplo, VARÃO, António Fernandes – *Infantaria 13 no movimento político da Madeira de 4 de Abril de 1931. (Palavras dum vencido)*. Faro de Vigo, 1932. Citámos o exemplar existente na Biblioteca de Norton de Matos (Ponte de Lima) e que tem a seguinte dedicatória: *Ao Ex.^{mo} Sr. General Norton de Matos, ilustre republicano e estadista, homenagem do subordinado e amigo // António Fernandes Varão // Cabo Verde, S. Vicente // 16 de Setembro de 1933*. Ver também FARINHA, Luís – *O Revirvalho*, ob. cit., p. 145-171.

⁽³⁵⁾ Está documentada a sua ligação à Sociedade Portuguesa de Levantamentos Aéreos, Lda, com sede na Rua da Escola Politécnica, 61-1.º Esq., bem como ao Centro das Actividades Económicas de Angola (na mesma rua, 255, 1.º Dto).

⁽³⁶⁾ Pela correspondência sabemos que o general Norton de Matos residiu na *Vila Norton*, em Algés, até 1945/46, na Travessa da Bela Vista, de 1946 a 1949/50, e no *Chalet Recordação* em S. João do Estoril, por volta de 1949/50.

Nossa e A Nação Una⁽³⁷⁾, além de um considerável acervo de artigos para a imprensa (colabora, desde 29 de Maio de 1931, n' *O Primeiro de Janeiro*) e de textos avulsos, nomeadamente a série inédita do *Diário* ou *Memórias e Diário*, onde continuou a registar a sua impressão sobre os acontecimentos nacionais e internacionais⁽³⁸⁾.

Apesar do natural desgaste da idade, do recolhimento para fins memorialísticos que impusera a si mesmo e dos desgostos de ordem pessoal que o abalaram imenso (a morte da sua única neta Ester Cândida a 20 de Dezembro de 1940 e a da esposa a 7 de Abril de 1941), o oposicionista Norton de Matos não se esquivou aos apelos para um regresso à política activa, assumindo em 1943 a presidência do MUNAF e da Junta Consultiva do MUD e aceitando, por fim, candidatar-se à Presidência da República sem ter conseguido ir, porém, até ao fim, isto é, até às urnas.

Saiu, de facto, frustrado do confronto desigual com Salazar e com o marechal Óscar Fragoso Carmona, mas prosseguiu disponível para arvorar o seu pensamento político e a sua acentuada divergência com os comunistas⁽³⁹⁾, ao mesmo tempo que, em nome do reforço da sua profissão de fé cristã e *livre pensadora, sinceramente anti-papista e anti-católico-romano*, teve ocasião de vincar um indelével anti-capitalismo. Chegou mesmo a escrever a este propósito que o capitalismo era um *verdadeiro cancro social*,

⁽³⁷⁾ MATOS, Norton de – *África nossa. O que queremos e o que não queremos nas nossas terras de África*. Porto, Edições Maranus, 1953; e Idem – *A Nação una. Organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*. Com um prefácio do Prof. Egas Moniz. Lisboa : Paulino Ferreira, 1953. Esta última obra foi editada à custa da ajuda financeira de correligionários e amigos. Sabemos, pelo menos, que o Prémio Nobel da Medicina e primo de Norton de Matos desembolsou uma significativa verba. Ver PEREIRA, Ana Leonor. PITA, João Rui e RODRIGUES, Rosa Maria – *Retrato de Egas Moniz*. Lisboa : Círculo de Leitores, 1999, p. 43 (carta do general Norton de Matos para o seu «querido Primo e Amigo» com data de 26 de Outubro de 1954).

⁽³⁸⁾ Ver TORGAL, Luís Reis e SILVA, Armando Malheiro da – Norton de Matos e a Alemanha na II Guerra Mundial. Impressões de um diário. In *Portugal. Alemanha. África. Do Colonialismo imperial ao colonialismo político. Actas do IV Encontro Luso-Alemão, Lisboa 1995*. Lisboa : Edições Colibri, 1996, p. 99-138.

⁽³⁹⁾ Indisponível, contudo, para a nova e inesperada candidatura oposicionista à Presidência da República, em 1951, por morte de Óscar Carmona. Numa minuta de carta datada de

pior que o comunismo: *Os comunistas, desde que deixem de ser ateus e que fujam do capitalismo de Estado serão recebidos pela Europa cristã de braços abertos*⁽⁴⁰⁾.

Aos 86 anos de idade, mais precisamente em Agosto de 1953, profere, em Aveiro, a sua última conferência pública por ocasião da campanha eleitoral para deputados, rematada com dois apelos, que definem e esclarecem, taxativamente, o seu ideário político e a sua mentalidade cívica:

...e o meu primeiro apelo será para que se combata o comunismo. Quando foi da minha Candidatura e nos últimos tempos dela, quando indeciso, estava pensando os motivos de uma desistência ou de uma ida às urnas, alguém me perguntou o que faria eu no caso de ser eleito, em relação aos comunistas. Respondi que diligenciaria levar o Executivo a fazer-lhes a maior das oposições: — na Metrópole sem quaisquer violências, mas pela maior propaganda e a melhor organizada possível, ainda que para isso tivesse o Estado de gastar avultada quantia; no Ultramar por meio de uma lei que não permitisse que qualquer comunista se conservasse naquela parte dos territórios

Ponte de Lima, a 23 de Junho de 1951, Norton de Matos refere o seguinte: *Antes de 24 horas passadas, sobre o falecimento do Marechal Carmona, disse ao grupo de republicanos que nesta casa me procuraram, que a minha vida política estava inteiramente terminada, pois não me sentia com forças para a mesma luta e para o exercício de qualquer cargo publico. — Era uma resolução terminante e irreversível, e ofender-me-ia qualquer tentativa para a pôr de lado. Ao conselho que me pediam sobre o que havia a fazer, disse que se devia escolher imediatamente um republicano de grande nome e de alto prestígio, e apresentar sem demora ao S. T. J. a sua candidatura à P. da R., nos termos da lei ainda em vigor. Poucos dias depois constou-me que o ilustre matemático Rui Luis Gomes tencionava apresentar a sua candidatura à P. da R. Escrevi a pessoa que, tinha a certeza lhe mostraria a minha carta, dizendo que julgava tal procedimento inteiramente contrário aos interesses nacionais e justificando o meu modo de ver com as razões que acima apresento (A.P.N.M. — Fragmento de carta para destinatário não identificado, Secção C, Sub-Sec. 11, pasta 2, maço 5).*

⁽⁴⁰⁾ A.P.N.M. — Diário a partir de 16 de Setembro de 1948, num «caderno preto de argolas», Secção C, Sub-Sec. 13 — Publicista e Escritor.

portugueses e que fossem mandados todos eles regressar à Metrópole para ouvirem a propaganda que contra eles estavam fazendo os brancos metropolitanos e para publicamente dizerem de sua razão. De modo algum, se pode consentir a propaganda comunista feita a pretos de civilização primitiva, que em consequência dela serão levados a uma única conclusão – a da necessidade de eliminar todos os brancos. (...) O «meu segundo apelo» consiste em apontar a absoluta necessidade de se entrar francamente e rapidamente num regime de liberdade que politicamente coloque Portugal ao nível das grandes nações como sejam a França, a Inglaterra e os Estados- Unidos da América⁽¹¹⁾.

Doente, repleto de lutos e atormentado pelas incertezas do porvir – o perigoso isolamento político de Portugal numa Europa democrática em mudança, o processo de descolonização em África, a Guerra Fria... –, fixou-se na sua casa de Ponte de Lima, em convívio constante e balsâmico com livros, jornais, revistas e velhos papéis. Aguardava a morte, confiado num «juízo» favorável da História... E a pálida e fria morte chegou num dia de Inverno – a 2 de Janeiro de 1955⁽¹²⁾.

2. CONTORNOS DE UM PROJECTO

A resenha biográfica com que abrimos este estudo introdutório ilustra bem a importância do protagonismo de Norton de Matos não apenas como

⁽¹¹⁾ MATOS, Norton de – *Conferência*. Aveiro : Edição dos Candidatos Democratas por Aveiro, 1953, p. 14-15.

⁽¹²⁾ Para a elaboração deste desenvolvido apontamento biográfico recorreremos à imprescindível *Cronologia* in GRÊMIO LUSITANO – *Norton de Matos (1867-1955) no 25.º aniversário da sua morte. Catálogo da exposição na Biblioteca Nacional de Lisboa organizada pelo... e com introdução de A. H. de Oliveira Marques*. Lisboa : Biblioteca Nacional, Junho de 1980 (policopiado).

estadista durante a vigência da 1.^a República e como figura destacadíssima da oposição ao longo e ditatorial Estado Novo (1933-1974), ao seu todo poderoso e inamovível Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar (1889-1970) e aos seus sequazes, mas também defensor e porta-voz de uma «certa ideia» de Portugal, segundo a opinião recentemente expressa por Yves Léonard: *Inquietude enfim quanto à escolha mesma do personagem, o general Norton de Matos, figura emblemática da 1.^a República e da questão colonial, adversário resoluto da ditadura salazarista, cujo percurso, de uma excepcional riqueza, presta-se mal à síntese e aos resumos. Também, interrogando-nos sobre a maneira de tentarmos captar a essência do personagem sem demasiadamente o desnaturalizar, nem o simplificar ao extremo, pareceu-nos frutuoso centrarmos a análise em torno da ideia que ele tinha de/para Portugal. Desta ideia nos parece, com efeito, proceder toda a acção do general, tanto como administrador colonial como homem político, republicano exigente, intervencionista convicto durante a Grande Guerra, depois combatente implacável do salazarismo*⁽⁴³⁾. Tal como De Gaulle, que teve toda a sua vida *uma certa ideia da França*, também o general Norton de Matos urdiu a ideia de um Portugal democrático e pluricontinental, enfim, a ideia da *nação una*.

Mas se esta ideia de Portugal constitui só por si um programa rico, complexo e até contraditório, passível de inesgotáveis análises, a longa vida do general recheada de interessantes experiências, relativas muitas delas à administração de territórios coloniais, exigia há muito a redacção de uma biografia histórica rigorosa e alheia a hagiografias ou a detracções, capaz de ajudar a conhecer e a compreender o homem e as suas circunstâncias. Uma *tarefa ingente* e urgente que só agora começou realmente a ser cumprida⁽⁴⁴⁾.

É, pois, natural que a feitura de biografias seja um passo obrigatório, mas está longe de ser o único. Uma figura proeminente, complexa e até

⁽⁴³⁾ Cf. LÉONARD, Yves – Le général Norton de Matos (1867-1955): une «certaine idée» du Portugal. *Arquivos do Centro Cultural Calouste Gulbenkian*, Lisboa-Paris, 39 (2000) p. 191-192.

⁽⁴⁴⁾ Ver NORTON, José – *Fronteiras do tempo*, ob. cit.

polémica como foi o general Norton de Matos, justifica plenamente um projecto vasto e multifacetado que forneça prismas de abordagem e de reflexão não apenas sobre uma vida humana, mas também sobre diferentes conjunturas históricas atravessadas de forma activa e interventiva por essa vida, simultaneamente comum a tantas outras e de reconhecida notoriedade pública. Um projecto que inclua, portanto, várias facetas e dimensões, mas que não pretenda esgotar um «filão» que tem de estar aberto à contínua partilha intelectual e historiográfica de todos quantos se sintam atraídos por este trajecto individual e pelo seu contexto político-institucional, sócio-económico, cultural e ideológico.

Tivemos, por isso, o cuidado de estabelecer um elenco heterogéneo de iniciativas que na sua diversidade ingénita vise e alcance uma unidade coerente — o retrato profundo de alguém que ao longo de um percurso existencial variado e intenso participou em grandes questões, desafios e desígnios nacionais. E em primeiro plano tinham de estar as *Memórias e Trabalhos da Minha Vida* por muitas e ponderosas razões. Basta-nos, porém, evocar duas: a reedição dos quatro volumes publicados em vida do autor junto com dois inéditos — o 5.º e 6.º — serviu de ponto de partida para o projecto⁽⁴⁵⁾; e elas constituem o repositório de factos e de ideias intencionalmente redigido pelo autor como balanço pessoal e como testemunho para o posterior, e se possível laudatório, juízo da História.

⁽⁴⁵⁾ De início pensou-se sobretudo (re)editar as *Memórias* com os dois volumes inéditos, projecto que contava à partida com o apoio dos herdeiros do general e deveria envolver ainda o apoio financeiro da Câmara Municipal de Ponte de Lima. Com a amiga e prestável colaboração do engenheiro João Abreu Lima promoveram-se dois encontros informais que serviram para dicutar uma proposta básica formalizada nestes termos: *Em 1997 fará 130 anos que nasceu o general José Mendes Ribeiro Norton de Matos. E em 1994 e 1995 fez o cinquentenário da 1.ª edição dos 4 volumes das Memórias. Dois motivos, pelo menos, para que se editem os volumes inéditos a par da reedição dos anteriores, praticamente esgotados. Pode adiantar-se que esta proposta de (re)edição insere-se num trabalho de grande fôlego, apoiado expressamente pela família (detentora do património arquivístico e bibliográfico do ilustre militar, político e colonialista) e orientado cientificamente pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Entre outros objectivos, pretende-se ultimar e divulgar um Inventário do Arquivo Pessoal do General Norton de Matos, bem como o Catálogo da sua Biblioteca, especializada em Política Colonial. Propõe-*

Sobre as *Memórias*, seu conteúdo e critérios adoptados na (re)edição, detemo-nos mais adiante, interessando agora frisar que elas funcionam como uma espécie de auto-apresentação eivada de estilo auto-biográfico com que Norton de Matos se deu e dá a conhecer de forma muito controlada e dirigida. Deve ter-se em conta este aspecto e não é dispiciendo salientá-lo porque é assaz frequente a citação acrítica e ingénua de registos memorialísticos. As lembranças são escolhas tecidas em estreita cumplicidade com o esquecimento deliberado: recorda-se e esquece-se o que se quer e, ao limite, há omissões inconscientes que confirmam o carácter demasiado selectivo e lacunar da memória.

O Projecto inicia-se pela «mão» do seu protagonista e oscilará até ao fim, após os cinco a oito anos previstos para a sua vigência, entre a publicação de textos autógrafos, de preferência inéditos, e a de estudos monográficos sobre alguns temas ou facetas específicas. Um pouco fora desta bipolaridade oscilatória ficam a edição de uma Fotobiografia e a difusão electrónica do Arquivo/Biblioteca Pessoal conservada na Casa da Vila de Ponte de Lima.

-se, por isso, uma (re)edição com garantida qualidade científica, fac-similada (através da chamada edição electrónica) dos volumes publicadas e sujeita ainda à conversão do texto dos 2 volumes inéditos em composição informática, o que implicará custos. No 1.º volume reeditado e para além da apresentação do ou de um representante da principal entidade patrocinadora da edição (Câmara Municipal de Ponte de Lima), dever-se-á incluir um Estudo Introdutório às *Memórias*, ao Pensamento e à Acção Político-Colonial de Norton de Matos, da autoria do Prof. Doutor Luís Reis Torgal, num total de 15 a 20 páginas. A fixação e as notas ao texto em todos os volumes, poderão ficar a cargo de Armando Malheiro da Silva (Universidade do Minho) e Dr. Manuel Teixeira Homem (Funcionário Aposentado do Quadro Ultramarino). A tiragem deve ser pensada tendo em conta a natureza da obra, muito orientada para um público restrito, pelo que um número da ordem dos 750 ou dos 1000 exemplares talvez seja adequado. Não será, talvez, de excluir, para maior e mais rápida viabilização do projecto, o concurso de outros Patrocínios (Associações Locais, Fundações nacionais, Empresas, etc.) // Braga, Jan. 1996 // AMS. Entretanto, a criação aprovada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (F.C.T.) do Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX (CEIS 20), ligado à Reitoria da Universidade de Coimbra, forneceu a estrutura ideal para a concepção de um projecto bem mais ambicioso e completo. E a Imprensa da Universidade de Coimbra, através de seu Director, Professor Doutor Fernando Regateiro, tornou-o viável do ponto de vista editorial.

À guisa de programa podemos adiantar que *Norton de Matos. Uma Fotobiografia...* será o próximo trabalho disponibilizado, seguindo-se-lhe o Arquivo e a Biblioteca Pessoal⁽⁴⁶⁾.

A edição convencional e/ou electrónica de *Dispersos*, que incluirão artigos, conferências e estudos avulsos feitos e publicados ou não no decurso da longa vida do general Norton de Matos, e da *Correspondência Recebida e Expedida*, não diremos toda, mas, pelo menos, a que chegou a ser retirada dos diversos dossiês reordenada cronologicamente pela sobrinha do general, D. Maria Emília, preencherá outra etapa importante do projecto.

Virão depois os estudos monográficos em número ainda provisório. Por enquanto, prevemos os seguintes, mas é possível que outros venham ainda a ser acrescentados: *As Eleições Presidenciais de 1949. História de uma candidatura* – estudo e colectânea de toda a informação conhecida e inédita sobre os meandros e as vicissitudes de uma campanha difícil e atribulada; *Angola ou o Sonho da Nação Una* – estudo sobre a acção político-administrativa e o pensamento colonial de Norton de Matos, sem dúvida a faceta principal da sua vida e que apesar de merecer a crescente atenção dos historiadores continua passível de novas e sucessivas abordagens; e *Da Índia ao Instituto Superior Técnico. Norton de Matos especialista em geodésica e topografia* – estudo sobre esta faceta até agora muito pouco conhecida e valorizada.

A rematar todo este programa parece-nos inevitável que o corolário lógico seja composto por um Colóquio sobre Norton de Matos, o limiano, o militar, o colonialista e o político, e uma Exposição Bio-Bibliográfica, se possível itinerante. Dois eventos que se, por um lado, colocam um ponto final no projecto, permitem, por outro, abrir novos capítulos à investigação intensiva e metódica sobre esta proeminente figura e o seu tempo.

É inabalável o empenho na execução deste Projecto, cujos contornos acabam de ser genericamente traçados. Cumpri-lo na íntegra é, afinal, satisfazer, desde logo, a estimulante confiança que os herdeiros do general

⁽⁴⁶⁾ No projecto inicial este trabalho já estava previsto, como consta da proposta transcrita em nota anterior, mas a sua natureza e os objectivos foram profundamente reformulados.

Norton de Matos e a Câmara Municipal de Ponte de Lima depositaram nesta aposta científica e cultural, firmando com o Centro de Estudos Interdisciplinares do século XX, da Universidade de Coimbra, decisivos protocolos de cooperação⁽⁴⁷⁾, o primeiro dos quais constitui, certamente, um bom exemplo da colaboração que é possível desenvolver entre privados detentores de património informacional, orgulhosos e ciosos em manter e perpetuar essa posse, e entidades públicas especializadas no seu estudo e difusão mediante todas as formas e meios hoje disponíveis — processos convencionais e novas tecnologias.

3. MEMÓRIAS E TRABALHOS DE UMA VIDA

Mais de cinquenta anos depois de terem sido escritas, são agora publicadas na íntegra as *Memórias*. E dizemos integralmente porque aos quatro volumes, aparecidos a público nos meados da década de quarenta do século findo, se juntam mais dois até aqui inéditos. Torna-se, assim, possível fazer uma leitura e apreciação da obra na amplitude que o autor sempre quis dar-lhe.

Antes porém de juntar num mesmo todo as duas partes, a já conhecida e a inédita, parece útil que nos detenhamos sobre algumas questões que, sendo de interesse biográfico, nos ajudarão a melhor compreender o trabalho e o seu autor.

Tentemos perceber, em primeiro lugar, o motivo ou motivos que terão levado à interrupção após a edição do volume IV em 1945.

Sabemos pelo autor que interrompeu a redacção do V volume a partir de inícios desse ano, informando-nos ainda que entregou como pronto o volume IV em Maio de 1945. Estaria assim a trabalhar nos dois volumes

⁽⁴⁷⁾ O Coordenador Científico do CEIS 20, Professor Doutor Luis Reis Torgal, assinou, a 28 de Julho de 1999, em Ponte de Lima, um protocolo de cooperação com os herdeiros do general Norton de Matos, D. Maria Emília Norton de Matos d'Albuquerque Calheiros de Vasconcelos Porto e Dr. José Maria Norton de Matos d'Albuquerque Calheiros, e outro com a Câmara Municipal, através do seu Presidente, Eng.º Daniel Campelo.

ao mesmo tempo, tendo suspenso a escrita de um, para terminar o outro. Não reatou, porém, o labor já encetado. Porquê?

Poderia pensar-se que alguma pressão ou mesmo imposição de natureza política tivesse levado a essa suspensão. Mas, por um lado, estava-se ainda na aparente primavera de esperança que acompanhara a vitória dos Aliados e, por outro, a intervenção na Grande Guerra, tema do volume V, havia muito que tinha sido assumida por todas as correntes políticas como página gloriosa da História de Portugal e do seu Exército (o processo da evocação patriótica começara logo durante o sidonismo).

É o próprio autor que, no texto do último volume, nos dá uma pista: *circunstâncias diversas, e que não vêm para o caso, obrigaram-me a suspender tão largo projecto*. Continha-se nesta frase, de tom reservado, um desabafo relacionado com factos da sua mais recolhida intimidade. Na verdade, nesse ano de 1945 agudizou-se um conflito que se arrastava com o genro, obrigando o general a afastar-se não só da sua filha doente como da própria casa que sonhara e construía. Essas circunstâncias encheram-no de desgosto e perturbaram profundamente a sua vida. Não deixou, porém, de desenvolver uma importante actividade política, mas não lhe foi possível desfrutar da tranquilidade necessária à continuação do trabalho que se tinha proposto. E só passado o auge desta nova e intensa fase existencial, — a campanha para a presidência da República e o respectivo rescaldo psicológico —, voltou Norton de Matos às *Memórias e Trabalhos* da sua vida.

Mas cabe agora perguntar também porquê e como recomeçou. Por um lado, voltava a estar do ponto de vista político numa posição intocável e de destaque. A idade, a acentuada demarcação relativamente aos comunistas e a legitimidade que as primeiras brisas dos *ventos da história* davam aos pontos de vista que defendia, reforçavam a autoridade da sua voz. Por outro lado, é de supor que amigos e editor tenham juntado as suas vozes para o convencer a deitar novamente mãos à obra. Aliás, a continuação estava por ele mesmo anunciada e fazia falta para rematar o edifício que decidira construir.

Contudo, fica no ar sem resposta esta interrogação e os dois volumes acabaram por nunca mais ser publicados. Chegaram até nós cópias de cópias

do texto dactilografado⁽¹⁸⁾, ignorando-se quem ficou com os originais e com as fotografias que eventualmente tivessem sido seleccionadas para ilustrar estas duas últimas peças memorialísticas. Aliás, muito desiguais, na sua concepção.

O volume V é, como se disse, inteiramente dedicado à intervenção de Portugal na I Guerra Mundial. Interessantíssimo, desde logo, é o conjunto de documentos que o autor decidiu juntar nos anexos que o integram. O texto, porém, revela-se repetitivo e por vezes pouco claro, cheio de subentendidos.

A primeira ideia que nos veio à mente ao fazer a sua leitura foi a de que o general não estivesse já na posse da plenitude das suas faculdades intelectuais. Mas se bem que cansado e naturalmente envelhecido, ele daria ainda sobejas provas de que a sua lucidez de espírito se mantinha intacta.

As dificuldades do texto resultaram do tema em si. A intervenção de Portugal na guerra foi um dos acontecimentos mais controversos da história recente do país e da República e dividiu aquele e os partidários desta abrindo brechas no próprio Partido Democrático de Afonso Costa. Norton de Matos não o podia ignorar, mas no íntimo recusava-se a aceitar e de forma alguma desejava contribuir para a divulgação de tal imagem. Foi assim levada ao extremo, por exemplo, a preocupação de comedimento nas referências que faz a figuras republicanas da época ou de elogiar o comportamento do povo português, que ele bem sabia não ter mantido o mesmo entusiasmo do início relativamente à entrada na guerra.

Apesar do seu interesse histórico e biográfico, a leitura deste volume V deixou-nos insatisfeitos pois em muitos aspectos ficaram mais interrogações do que respostas, por parte de quem, melhor que ninguém, as poderia dar.

⁽¹⁸⁾ São, em termos físicos, dois volumes de fotocópias, muito aparadas nas pontas e por causa disso com falhas, encadernados em material sintético de cor *bordeau* com letras douradas na lombada. A seguir à folha de guarda, em ambos os volumes, aparece a seguinte indicação: *Exemplar pertencente à Senhora Dona Emília da Silva Dias Norton de Mattos*. E no volume VI.º, antes da folha de rosto manuscrita, está uma folha onde se lê: *Exemplar dactilografado para o Editor. // Revisto por mim // Ponte do Lima, ... Outubro de 1951 // Norton de Mattos*.

Já em relação ao VI, à parte as repetições, de que ele mesmo se desculpava com os hábitos que ganhara como explicador de Matemática, se percebe uma enorme tranquilidade e um domínio absoluto do tema. Os textos que o compõem, na sua maior parte escritos muitos anos antes (alguns do tempo das governações de Angola), aliados à preciosa cronologia da história angolana do seu amigo Padre Alves da Cunha e ao *Regimento* de D. Manuel I para o Congo, formam um todo forte e harmonioso: *Refundi, compilei e escrevi este livro, o meu 6.º volume de «Memórias», a que dou o título de Portugal-Maior, durante os anos 83.º e 84.º da minha vida.*

Não lhe pesava a idade. Era um tema que dominava com facilidade e sem restrições, e com uma autoridade que o desenrolar da política internacional vinha, a cada dia, reforçando.

Que são as *Memórias*?

São como atrás ficou dito uma auto-apresentação.

Mas se o autor começa, naturalmente, por nos transmitir informações directas sobre a sua pessoa descrevendo o ambiente político e social que rodeara os primeiros anos da sua vida, em breve essa apresentação passa a ser feita de forma indirecta através da descrição de um grande projecto para a grandeza e prestígio de Portugal no Mundo.

Projecto dinâmico, cujas raízes fortes se vão encontrar, segundo ele, nos descobrimentos e nos tempos brilhantes que se lhes seguiram. É a projecção dos feitos de armas e da acção humanitária e civilizacional dos maiores reis da dinastia de Aviz, que vem inspirar a época de ressurgimento nacional, nascida da insubmissão dos homens da geração de noventa e que se concretizará em todo o seu fulgor com a implantação do regime republicano. O maior intérprete de tal projecto é o povo português, no qual estão intactas as qualidades dos homens de antanho, povo que se levanta em armas para cumprir os seus destinos na Grande Guerra, e que, apesar de manietado pela ditadura militar e pelo Estado Novo, levará por diante a missão de criar um Portugal pluricontinental, unido política, económica e socialmente, grande e prestigiado – a Nação Una.

Para tanto era indispensável a *conservação, e o desenvolvimento, como condição essencial dessa conservação, da parte do território português que se*

estende por esse além mar, que descobrimos, ocupamos e, em grande parte civilizámos.

Qual a função de Norton de Matos neste transcendente projecto?

Ele apresenta-se em diversos episódios com duas facetas diferentes. Uma vez é executante quase casual da sublime obra do povo português, parecendo não querer sobressair no meio dele — *não há qualificativo que mais preze que este de português; e para provar que o fui com todo o poder do meu ser, venho escrevendo estas «Memórias»*. E outras vezes, porém, ergue-se mais alto e surge-nos como guia dos homens *cujo bem, melhoria e aperfeiçoamento ia, de ano para ano, constituindo o meu íntimo e guardado ideal.*

O bem que queria fazer aos homens deveria ser *bem útil, bem real, bem que não se perca mais*. Mas, em 1945 e depois em 1951, já não podia fazê-lo directa e fisicamente, como outrora. O ímpeto era, porém, irreprímível e a ele se deve o aparecimento de *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, em cujo último volume nos deixa este protesto em que transparece com toda a clareza a sua faceta de Prometeu: *não seria mais consentâneo, dado o fim que todos temos em vista, evitar ferir com violências, privações, miséria e ódios grande número de portugueses, afastando-os da vida normal da comunidade, pondo-os inteiramente de parte, quando é certo que tão poucos somos para a ingente tarefa que temos de realizar?*

4. CRITÉRIOS DE UMA (RE)EDIÇÃO

Num total de seis volumes, que correspondem às *Memórias e Trabalhos da Minha Vida* completas, os primeiros quatro foram impressos e os dois últimos, como já se disse, ficaram inéditos.

Uns e outros exigiram intervenções diferentes porque uma reedição de textos revistos e mandados para o prelo pelo seu autor não requerem a mesma postura crítica recomendada para textos dactiloscritos, relidos pelo autor, embora passíveis ainda de serem modificados antes e depois de enviados para a Tipografia. Mas esta asserção só é válida se partirmos, como

se partiu de facto, do princípio que não é preciso ou não se justifica, no caso vertente, anotar toda a narrativa do autor com esclarecimentos de natureza histórico-geográfica, colonial, etnográfica, etc.

Limitamo-nos, pois, a corrigir, do primeiro⁽¹⁹⁾ ao quarto volumes, as gralhas que persistiram desafiadoras, a actualizar a grafia e alguma pontuação (inclui-se aqui tanto a eliminação de travessões e de pontos e vírgulas postos em lugar de pontos finais, como a suspensão de espaços dentro dos subcapítulos ou pontos abertos com três asteriscos), a verter em itálico palavras e expressões em línguas estrangeiras, bem como os títulos de obras e a introduzir uma ou outra nota explicativa. Como se vê, optámos por um mínimo de intervenção, que contrasta com o que foi preciso fazer nos volumes inéditos, até porque estes já nos apareceram dactiloscritos e fotocopiados com vários cortes na parte inferior da folha, lacunas de texto que em alguns casos foi possível preencher e noutros subsistem. Ao todo, não ultrapassam a dezena os critérios editoriais adoptados:

- correcção dos erros reconhecidos como tais;
- desdobramento sistemático das abreviaturas;
- as anotações marginais do autor foram respeitadas e incorporadas no texto ou em nota;
- o sinal [...] indica palavra ou frase ou conjunto de frases ilegíveis;
- o sinal [abc..] contendo uma ou mais palavras significa reconstituição exacta ou aproximada do texto original para que não haja bruscas quebras de intelegibilidade;
- alteração na disposição das figuras dos quatro primeiros tomos;
- uniformizou-se o uso de maiúsculas;
- verteram-se em itálico as palavras e expressões de línguas estrangeiras;
- pontualmente foram inseridas notas de rodapé dos organizadores da reedição (O.R.).

⁽¹⁹⁾ Usamos a 2.^a edição dos volumes I e II (Editora Marítimo Colonial, Ld.^a, 1944).

Inporta ainda esclarecer que decidimos reunir os seis volumes iniciais em apenas três com dois tomos cada um.

Pretendemos com estes critérios propiciar, hoje, uma leitura relativamente fácil e agradável de um texto que é, ao mesmo tempo, contemporâneo e antigo, ou seja, é um testemunho importante para a História — em construção — do Portugal e do Mundo novecentistas, mas escrito num estilo descritivo e denso próprio de uma época e de uma mentalidade passadas.

Foi, em suma, nosso intento que o general Norton de Matos se apresentasse aos leitores de um novo milénio, igual a si mesmo e fiel ao modo como se expôs no seu tempo.

Memórias e trabalhos
da minha vida



Tomo I

(Página deixada propositadamente em branco)

INTRODUÇÃO

Comecei a escrever o meu diário desde longa data e principiei a escrever artigos para jornais e revistas, com método e assiduidade meados de 1931. Antes dessa data apenas um ou outro artigo meu foi publicado na imprensa periódica. Quase todos os meus artigos apareceram em «O Primeiro de Janeiro», então dirigido por Marques Guedes, amigo e mestre. Da sua amizade tenho inúmeras provas e muito aprendi com a leitura das suas publicações. Lembro-me (e desde já principia a aparecer o feitiço de «memórias» que, mais do que outra coisa será elemento essencial destes volumes), que, pouco tempo depois de ter começado a ser jornalista, quando se inaugurou a agência do «Janeiro» em Lisboa, Marques Guedes me dirigiu palavras de crítica e de estímulo, dizendo que os meus artigos, a princípio indecisos e um tanto emaranhados, tinham melhorado de surpreendente maneira, poucas semanas depois.

Éramos colegas no professorado superior do país; eu, lente de Geodesia e Topografia no Instituto Superior Técnico, tinha vindo, havia poucos anos, da embaixada de Portugal em Londres; fora, por duas vezes, governador de Angola, onde encheira os Boletins Oficiais com legislação, quase totalmente por mim redigida. Publicara um livro que alguma coisa vale, fizera muitos discursos e lera várias conferências; durante quase três anos da I Grande Guerra aguentara-me como ministro da Guerra e tinha 64 anos de idade, mas tomei a crítica inteiramente merecida e o elogio com o desvanecimento que me produzira a minha primeira distinção no curso liceal.

Ninguém nasce ensinado e é sempre tempo de aprender.

No meu exílio em Londres, aquando do consulado de Sidónio Pais, fui, para ganhar a minha vida, agente de uma empresa portuguesa construtora de navios, e em tempos mais recentes estudei a fundo uma ciência nova e difícil, a fotogrametria, para poder dirigir, ainda com o mesmo propósito, uma empresa de levantamentos topográficos baseados em fotografias do terreno.

São estes artigos, juntamente com outros e com conferências, ensaios, discursos e excertos do meu «diário», quanto possível classificados por assuntos, que aparecem nesta obra.

Quando corações de ouro de amigos me levaram a tirá-los do fundo do gavetão onde os ia acumulando, e a tornar a lê-los para de qualquer forma os agrupar, reconheci que eles marcavam como pedras brancas o caminho da minha vida nestes últimos 15 anos, olhei-os quase com ternura e deles surgiu o desejo de os conservar melhor e por mais tempo, dando-os à publicidade, reunidos em volumes.

Mas logo se levantaram perante mim as objecções.

Não seria tirar aos meus artigos o pouco valor que podem ter, apresentando-os ao público em conjunto, seguindo-se uns aos outros, fazendo-lhes assim perder a força e a razão de ser que para cada um resultavam do facto do seu isolamento e do momento, já tão distante, da sua publicação?

O artigo de um jornal em nada se parece ou se deve parecer com um capítulo de um livro, que a todos os outros se liga. Marca ou deve marcar, em relação a certos factos e acontecimentos, a atmosfera da ocasião em que aparece, e lido dali a dias, e até muitas vezes no dia seguinte, quase nada significa. E depois, quem teria coragem de ler dezenas de artigos em massudas séries cronológicas, correspondentes aos poucos assuntos em que poderiam ser agrupados.

Reli de novo os meus artigos, mais lentamente, quase saboreando-os, e consegui aumentar o número de grupos em que se deviam separar, quebrando assim a monotonia do seu conjunto.

Ao mesmo tempo outra revelação me trouxe a atenta leitura da expressão de idéias e de conceitos, havia tanto tempo exarada em folhas de jornais e quase totalmente caída no meu esquecimento: foi que, na maioria

desses escritos existia, como fogo não apagado pelas canseiras, e também por inolvidáveis alegrias de vida plena e cheia de realizações, que me acompanharam no longo caminhar destes 77 anos de idade — parte maior ou menor do meu passado, e assim bastaria um comentário de quando a quando, o intercalar de narrações de episódios e estados, espirituais ou materiais, para lhes dar um pouco o aspecto de memórias, de coisas vividas e sentidas noutros tempos já de mim tão distantes.

Assentemos que será o seguinte o plano e agrupamento dos meus artigos, conferências, discursos, estudos e ainda dos excertos inéditos do meu «diário»:

I — ASSUNTOS HISTÓRICOS, HUMANITÁRIOS, ECONÓMICOS E POLÍTICOS

Se é certo que a maior parte dos artigos que constarão desta obra, se referem a assuntos coloniais outros há que, levado pelos acontecimentos, por estados de alma, por leituras literárias ou históricas, escrevi para dar a conhecer o meu modo de ser pessoal, as minhas reacções e a formação do meu espírito. Como estes artigos foram escritos no declinar da minha vida, explicarão talvez muitos dos actos e dos propósitos que a marcaram. Neles se encontram, de facto, ideais, princípios, directrizes intelectuais, maneiras de ver e de julgar, que pela vida fora me guiaram. É assim, este primeiro grupo de artigos será uma espécie de «apresentação» da minha pessoa e ajudará talvez a melhor compreender os outros grupos.

II — A ÁFRICA

Desfeitos os sonhos de D. Francisco de Almeida e do grande Albuquerque, perdida assim para sempre a Índia, separado de nós o Brasil, restou-nos a África portentosa.

Nela servi o meu país seis anos, como governador-geral, de 1912 a 1915 e, como alto-comissário, da República, de 1921 a 1924. É principalmente o seu aspecto político actual que nos interessa; mas não somente a transformação política que no grande continente se está dando,

mas também a atracção que sobre quase todos os brancos que nele viveram, exercem as suas terras, e mais que nenhuma outra as de Angola, serão marcadas pela transcrição de vários trabalhos dispersos, da minha autoria.

III — OS INDÍGENAS DE ÁFRICA

Ocuparão muitas páginas desta obra os meus estudos e as minhas observações sobre os indígenas da África. Tem merecido principalmente a minha atenção a raça bantu, a que pertence a quase totalidade dos indígenas de Angola. Pensei sempre que a História de Angola é, acima de tudo, a história dos seus habitantes pretos e da maneira como eles têm reagido, nestes quatro séculos e meio, perante a ocupação e a civilização portuguesas.

Por outro lado, a exposição da política indígena, por mim seguida, em que julgo haver aspectos originais e de alto humanitarismo, está fixada em muitos dos artigos que publiquei e em estudos diversos.

IV — A MINHA CONCEPÇÃO DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

A primeira vez que apresentei ao público do meu país a maneira como via a Nação Portuguesa, com territórios do ultramar nela contidos, foi em 29 de Maio de 1931. Mas nos meus «papéis» da Índia encontro por mais de uma vez esse meu pensamento, tentativas para a sua exposição literária, e muitas indicações do carinho e entusiasmo com que o ia cultivando no meu espírito.

Lembro-me que foi durante um longo período em que me conservei em Diu, na elaboração da carta topográfico-cadastral daquele pequeno e glorioso território e da prodigiosa fortaleza, que mais largamente me foi dado compreender, deslumbrado, a nossa grandeza no passado e entrever como ela se poderia manter no presente e no futuro. A este facto me refiro num dos artigos que nesta colectânea se encontram.

Fui de anos para anos lapidando esta concepção, até encontrar a cristalização final que nesta introdução tem cabimento.

«O engrandecimento de Portugal só se conseguirá pela Unidade da Nação. Todas as nossas leis se têm de basear na unidade nacional; todos

os recursos dos territórios e dos núcleos de Portugueses fixados no estrangeiro, se devem enfeixar, harmonizar, solidarizar para construir, em indestrutível bloco, a unidade da Nação.

Segundo encararmos uma ou outra faceta da cristalização que será a Nação Una, assim teremos de considerar os vários aspectos da unidade nacional.

Em primeiro lugar a unidade territorial. Tudo devemos fazer para tornar cada vez menos sensíveis as distâncias que separam os nossos territórios coloniais entre si e cada um deles da metrópole; temos de agir como se se tratasse de um território único, constituído pelas províncias da metrópole e pelas províncias do ultramar.

Impõe-se o caminhar para a estabilidade de uma nação única, e não para a instabilidade de uma comunidade de nações.

Como sua resultante também, surge da unidade nacional a unidade económica. Podemos defini-la como o aproveitamento integral e harmónico de todas as forças da nação, materiais e espirituais. Nenhum recurso e nenhuma energia poderão deixar de ser aproveitados, tudo se deve fundir para produzir a força única, propulsora do desenvolvimento e da civilização da Nação. As medidas de progresso aplicadas a uma porção do território nacional, da metrópole ou do ultramar, de modo algum deverão prejudicar as porções restantes.

Tudo para todos.

Sem isto não poderá haver unidade económica. Sacrifícios e vantagens terão de ser gerais.

Exige ainda a unidade nacional a unidade de acção. Sem ela a unidade territorial não se manterá, e a unidade económica nunca chegará a existir.

A unidade de acção será exercida pelo Estado, por intermédio dos poderes constitucionais: é, em última análise, a Nação que a exerce, e todos terão de se submeter a essa acção una. Haverá para tanto um organismo único — o Alto Conselho do Império — orientador, propulsor e fiscalizador, onde estejam representados todos os territórios e todos os interesses nacionais, tanto na metrópole como no além-mar, presidido pelo chefe do governo que, perante ele, será o portador da vontade nacional, expressa pelo Parlamento da República.

Em volta desse Alto Conselho deverão agrupar-se elementos de estudo, de informação, de fiscalização e de transmissão de ordens.

Fácil é visionar a importância deste organismo central; tudo depende do espírito nacional que o anime, lhe oriente a actividade e lhe fixe a finalidade.

Devemos, porém, notar que as autonomias regionais metropolitanas e coloniais não terão de desaparecer perante a realização do concepção unitária. As administrações autónomas continuarão a constituir a única forma de se manter o espírito vivificador, de constante renovação e de contínuo progresso, cuja existência é indispensável para desenvolver as regiões atrasadas de que, em grande parte, se compõe ainda a Nação. Sem largas autonomias, essas regiões não progredirão; cairão em marasmos de administração e governo que fatalmente conduzirão a terríveis retrocessos.

Da concepção da Unidade da Nação surgem os aforismos orientadores: À valorização das colónias devemos dar o nome de valorização da Nação; Não há política colonial; — há apenas política da Nação.

Realizar a unidade nacional e consolidá-la são os altos deveres da República.»

Como complemento do que acaba de se ler, transcrevo para aqui estas palavras que, em Maio de 1933, dirigi à mocidade da minha terra, e que a quase totalidade dos jornais portugueses publicaram:

Aos novos de Portugal

1 — Que a vossa principal tarefa seja o engrandecimento da Pátria, dignificando-a, civilizando-a. Lego-vos o pouco que durante quase cinquenta anos consegui fazer com este alto intuito, para que continueis a minha modesta e humilde obra, sublimando-a.

2 — Não deixeis que ninguém toque no território nacional: — conservar intactos na posse da Nação os territórios de além-mar é o vosso principal dever. Não ceder, vender ou trocar ou por qualquer forma alienar a menor parcela do território, tem de ser sempre o vosso mandamento fundamental.

3 — Se alguém passar ao vosso lado e vos segredar palavras de desânimo, procurando convencer-vos de que não podemos manter tão grande império, expulsai-o do convívio da Nação.

4 — Para a realização da vossa obra contaí exclusivamente convosco. Se homens de outras nações quiserem vir trabalhar de boa fé ao vosso lado, recebei-os como associados e não como inimigos. Mas se as suas intenções não forem puras e se pretenderem encobrir com falsos propósitos humanitários ou civilizadores a traição que planearam, fechai-lhes todas as entradas e mantende-as bem cerradas por todos os meios ao vosso alcance.

5 — Proclamai sempre bem alto, por forma que todo o mundo vos ouça, que nunca consentireis que os territórios de além-mar, onde há quase cinco séculos trabalhamos e sofremos, sejam considerados «terras de ninguém», onde outros povos se possam estabelecer livremente, ou onde se queiram fazer ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações. Esses territórios, dissei-lhes, constituem províncias tão portuguesas como as da metrópole, a nação é só uma e qualquer horda demográfica ou capitalista, que pretendesse invadir Angola ou Moçambique, seria recebida por vós como se tentasse ocupar Lisboa.

6 — Não confieis cegamente nos cidadãos que escolherdes para guias e chefes. Os princípios basilares da formação do império têm de brotar da alma nacional e ao povo, que tantas provas tem dado do seu admirável instinto de conservação, compete indicar aos que governam, as linhas gerais da sua vontade e das suas aspirações nacionais.

7 — Tomai a peito o desenvolvimento paralelo dos territórios portugueses: — que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada, para a organização da Nação Una; que a todos toquem os sacrifícios e as vantagens. «Tudo para todos» deve ser a vossa divisa. Nunca deis, no vosso esforço, a impressão de que olhais somente para um aspecto da questão nacional, para o desenvolvimento de uma região com exclusão das outras. Quebrareis assim a «unidade nacional», sem a qual nada conseguiremos, nada seremos.

8 — Se afirmais, como eu o pensei sempre e como já o pensavam meus pais e meus avós, que «a pessoa humana é o mais alto valor moral e que todas as instituições sociais devem ter por fim aperfeiçoá-la e servi-la»,

tende sempre a coragem de ser lógicos e de obedecer, até ao fim, aos princípios da doutrina que vos rege. Os milhões de habitantes de cor, que vivem nos nossos territórios, esperam de vós a redenção completa, nunca o esqueçais.

9 — Consequindo fazer tudo isto, meus filhos, sereis realizadores — o maior triunfo material que um homem pode ambicionar; se virilmente tentardes realizar sem o conseguir, sereis precursores — o maior triunfo espiritual a que um homem pode aspirar.

V — FOMENTO COLONIAL

Este grupo de estudos e de artigos dirá principalmente respeito a Angola, terra de África onde intensamente vivi e onde tanto procurei aumentar e impulsionar todas as actividades humanas, material e espiritualmente.

VI — ÍNDIA, MACAU E CHINA

Passsei dez anos consecutivos na Índia, sem vir à metrópole. Creio que a minha formação de português muito deve àqueles dez anos de contacto, com a nossa grandeza passada. De ano para ano cresciam a minha admiração e o meu orgulho de português, e mais se fortalecia em mim a convicção de que poderia fazer-se em África obra idêntica à que tentámos erguer na Índia e que em maravilhosa parte se realizou sob os dois grandes vice-reis.

Para Macau fui em 1909, à volta da Índia, depois de me demorar menos de um ano na metrópole. Por lá e por terras da China andei algum tempo. Muito tenho que dizer desta época da minha vida.

VII — A GRANDE GUERRA

Creio que muito falta esclarecer sobre a intervenção de Portugal na Grande Guerra. Alguma coisa disse e escrevi no meu «diário» sobre este momento tão memorável da nossa história, e conservo, além disso, recordações desse tempo, que será útil reavivar agora.

VIII — ESTADIA EM INGLATERRA: NO EXÍLIO E COMO EMBAIXADOR EM LONDRES

Não foi, nem complicada nem de grandes dificuldades, a minha missão em Londres. Brilhante não o poderia ter sido em caso algum.

Mas nos três anos incompletos, durante os quais exerci este alto cargo, alguma coisa se fez e se colheu de proveitoso para o prestígio e a grandeza do meu país. Foram dias tranquilos e felizes, os que passei na grande metrópole do mundo, no meio de uma civilização como outra nunca houve, cercado de estima e de respeito, na minha qualidade de representante de um país que soubera, desde a primeira hora da conflagração mundial de 1914 a 1918, colocar-se no lugar que o seu passado e a sua missão histórica lhe marcaram.

Também valerá a pena dizer alguma coisa da participação de Angola na exposição de produtos tropicais, que se realizou em Londres nas vésperas da I Grande Guerra, e, ainda, do meu exílio em Inglaterra durante o consulado de Sidónio Pais.

IX — O CREPÚSCULO DE UMA VIDA

Não sei se me faltarão o tempo e o poder de imaginação para escrever esta última parte da tarefa a que me abalancei.

Tenho numa das minhas pastas e entre apontamentos para as minhas «memórias» muita coisa que neste capítulo terá cabimento e de que ressaltam, não só a tristeza das obras não terminadas, muitas ilusões perdidas, o reconhecimento de fraquezas e de defeitos meus, o peso tremendo das injustiças, as ironias sofridas, o tormento de não ser compreendido, mas também a certeza de algum bem espalhado, de prestígio conseguido para a comunidade a que se pertence, de grandeza produzida pelo esforço próprio e derramada às mãos cheias sobre os que nos cercam.

Mas tudo isto, o que me oprime e o que me ergue, é iluminado por uma luz que já não dá relevo às causas e que cada vez vai enfraquecendo mais.

Quem ler estes capítulos, e creio que encherão vários volumes, verá qual foi o propósito que me guiou ao escrever os trabalhos e artigos que neles se contêm.

Não achará neles qualquer alusão a lutas de política interna. Ainda sou do tempo em que nas povoações da província existia, candente e exacerbada, a recordação das lutas entre miguelistas e liberais, cavando ódios, dividindo irmãos, impedindo casamentos.

Mais tarde, na minha juventude, assisti às lutas partidários que tomavam, perante o meu juvenil desconhecimento das coisas, proporções formidáveis, e que pouco mais eram do que rivalidades entre homens.

Veio depois a República e, mal ela estava proclamada, principiaram, aí de nós, a surgir, de todos os lados, emulação e contendas pessoais.

Na faina dos meus trabalhos por terras distantes, quase não dei pelas lutas havidas e não me chocavam em demasia as transformações que se iam dando no nosso meio social, visto que elas não destruíam na sua essência os princípios políticos que me vinham de avós, além do que, em face da eternidade da obra sonhada, tudo o mais me parecia efêmero.

Agora, no crepúsculo do minha vida e quando já me vai cercando a noite, parece-me estar assistindo ao fim da civilização e da organização social em que me criei. Mas não me deixam as trevas próximas ver claro e cada vez me agarro mais, para não cair desamparado, aos princípios e aos ideais políticos em que vivi e que sempre me guiaram.

Ódios, rivalidades, emulações e, muito menos invejas, nunca tive: foi saco pesado que não carreguei no meu caminhar.

Falo de mim talvez de mais, mas a razão principal disso é porque a minha obra, boa ou má foi quase sempre isolada. Tive de lutar continuamente contra a maré e raros foram os que, então, me deram a mão.

Os meus propósitos de homem que dedicou a sua vida ao prestígio e ao engrandecimento do seu país, dedicação que em todos os seus actos e em todas as manifestações do seu espírito se encontra, podem reunir-se como segue:

— Manutenção perene de um regime político democrático e liberal, que em si contenha os meios de evitar a sua decadência ou destruição.

— *Perfeita unidade nacional «territorial, demográfica, económica e política» abrangendo todos os territórios portugueses da Europa, da África e da Ásia e todos os seus habitantes, seja qual for a sua civilização e a sua cor.*

— *Vastíssima obra de fomento naqueles territórios e de melhoramento nas condições de vida, materiais e espirituais, de todos os portugueses, brancos e de cor.*

— *Colonização dos nossos territórios de África por meio de famílias de portugueses brancos.*

— *Transformação da vida actual dos indígenas.*

Quando se tratar de imprimir o que consta dos capítulos que acabo de indicar, o meu editor os agrupará em volumes como melhor entender e sob os títulos que a cada agrupamento quizer dar.

E agora, mãos à obra de coleccionar «Memórias» trabalhos dispersos que me proponho deixar, que de pouco tempo disponho já para a concluir.

Algés, Dezembro de 1943

NORTON DE MATOS

(Página deixada propositadamente em branco)

PRIMEIRA PARTE

MEMÓRIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

OBSERVAÇÃO PRÉVIA

Reuni, nestes últimos anos, escritos, cartas e documentos diversos, que vida fora fui conservando, e ao proceder a esta tarefa por vezes grata, mas quase sempre dolorosa, fui lançando aqui e além notas, indicações e esclarecimentos de modo a colocar no espaço e no tempo em que decorreram os dias passados, os acontecimentos a que esses papéis se referiam.

Feito isto, abalancei-me a escrever as minhas «Memórias» e delas alguns capítulos agora redigi. Para outros tenho matéria escolhida. Tudo isto está nas mãos de pessoa amiga⁽¹⁾ que disporá as coisas de modo que a publicação, se assim se julgar conveniente e azado, de tudo ou de parte do que lhe deixo, se faça anos depois da minha morte. Surgiu agora a ideia e o propósito que, mais do que de mim, de fora veio, de amigos e de alguns antigos companheiros de trabalhos, de publicar coisas que tenho escrito, e julgou-se que bom seria que elas se fizessem preceder de antigos trechos, reveladores do meu modo de pensar e da orientação que me guiou no meu actuar de homem de «memórias da minha vida».

Neste primeiro tomo, em que pouco ou nada os meus escritos revelam de acção e de realização, limito-me a recortar do meu «diário» apenas o que poderá servir para indicar e explicar a formação das minhas concepções políticas e nacionais.

⁽¹⁾ Refere-se o Autor muito provavelmente a Rodrigo de Abreu (nota dos O.R.).

Nos outros volumes, que a este se seguirem, os trechos das minhas «Memórias» falarão dos vários passos da minha vida e talvez com eles consiga mostrar a pureza dos meus intentos e quantas dificuldades encontrei para os tomar realidades.

E assim vão ler-se os primeiros retalhos das «Memórias da minha vida».

I

NAS BRUMAS DE UM PASSADO LONGÍNQUO

Nasci em Ponte do Lima, em 23 de Março de 1867, na casa dos meus avós maternos, situada na rua do Pinheiro. Tenho pois 77 anos.

Mas a vida de um homem deve contar-se a partir de uns 25 anos antes do seu nascimento, e assim conto nesta data um século de existência...

Poucos anos depois de nascer, começa a criança a ter conhecimento de factos e acontecimentos que se vão dando em torno dela e de outros anteriores à sua vinda ao mundo, que ouve relatar; e uns e outros se confundem no seu pensamento infantil, como simultâneos e contemporâneos. Lembro-me nitidamente de meu pai ler e comentar notícias de uma grande guerra, que não podia ser outra senão a guerra franco-alemã de 1870 e 71, e ficou-me sempre a impressão de que ele não gostava dos franceses. A minha infância encheu-se de histórias que me contaram sobre os horrores das invasões francesas, mas qualquer coisa de pior e mais recente tinha havido, por certo, que, ao ouvi-la contar, ainda que sem a compreender bem, produziu em mim, na minha meninice, uma grande desconfiança em relação à França. Fora sem dúvida a questão «Charles et Georges», que se tinha dado em 1857.

Ao ler, há poucas semanas, um belo livro do Sr. marquês do Lavradio, homem do meu tempo, encontrei nele as seguintes palavras que quero para aqui transcrever, porque elas traduzem a impressão que confusamente produziu na minha infância o procedimento da França e porque muito se devem assemelhar àquela que o grande português que foi meu pai, dizia muitas vezes:

Deste conflito só Portugal saía dignamente, a Inglaterra ficava humilhada, porque diante da vontade imperial não ousava defender o direito das gentes, sustentar os seus tratados e manter o princípio da abolição do tráfico que havia proclamado e sustentado à custa de muitos milhões de sacrifícios; a França ficava marcada com o ferrete de negreiro e opressor; nós sustentáramos com dignidade o nosso direito, só cederemos à força que não podíamos vencer e éramos olhados com respeito por toda a Europa que fazia justiça ao procedimento honroso do governo português. (Marquês do Lavradio — «Portugal em África, depois de 1851»).

Mas na minha tenra infância tudo se confundia, deixando, porém, recordações indeléveis, que a idade lentamente arrumaria. Às calamidades antigas das invasões napoleónicas juntaram-se as crueldades das lutas liberais, amargas queixas contra os miguelistas, a Maria da Fonte, as diversas manifestações de desordem pública, de insegurança, de insuficiência ou ausência de organização social que caracterizavam a vida portuguesa do primeiro e ainda do segundo quartel do século dezanove. Nas minhas mais remotas lembranças há histórias de bandidos à solta, atacando casas isoladas, como a de meus avós maternos, — a casa do Baganheiro, na freguesia da Queijada —, donde roubaram alguns milhares de cruzados; casas queimadas e saqueadas por manifestantes miguelistas ou liberais; assassinatos por vinganças e retaliações de natureza política; prisões que duravam longos anos sem qualquer julgamento; famílias desfeitas e reduzidas à miséria; violências de toda a espécie: contos negros, contados de modo que despertavam em mim os sentimentos de compaixão e de indignação que, desde então até hoje, me dominaram sempre perante qualquer violência ou injustiça.

Tudo isto se passou antes de eu nascer. Mas naquele meio de lenta transformação que eram as povoações e aldeias do Minho, estes horrores do passado impregnavam ainda fortemente o ar que se respirava. E nessa atmosfera o meu espírito se foi formando.

Vivia connosco uma parente de meu pai, a prima D. Ana, cujo pai muito tinha sofrido dos miguelistas: um milagre o livrara da força — dizia ela; adquirira a doença de que morreu nas casas-matas e «segredos» da Praça de Almeida e toda a sua fortuna desaparecera naqueles terríveis anos. Com



A residência do autor
em Ponte do Lima

muitos mais anos de idade do que minha mãe, que casara muito nova, fora para a sua companhia para a ajudar na administração da casa e na criação dos filhos. Que histórias ela nos contava! Fazia-nos surgir diante dos olhos os soldados franceses, sem Deus e sem religião, roubando, saqueando, destruindo, nada respeitando; os esbirros miguelistas, a quem tinha ódio profundo; o desassossego do cartismo, a desordem por todo o país, salteadores, tropas sempre em movimento, incomodando os habitantes com aboletamentos e ferindo-os com vexames. Santa senhora! Teve bom pago das suas virtudes e do amor e dedicação que nos tinha a todos. Estimada por minha mãe, respeitada por meu pai e querida de todos nós, de mim e de meus irmãos, viveu tranquila em nossa casa, desde 1862 até dez anos antes da Proclamação da República, olhando o sossego e os progressos do país sob a Constituição Liberal, certa de que o absolutismo nunca mais voltaria e que tudo correria sempre pelo melhor na boa terra portuguesa. E esta certeza foi também a minha durante os primeiros anos da minha adolescência.

Releio o meu «diário» para dele tirar o mais que se possa adaptar à índole deste volume. Vejo o que digo da França, em muitas das suas páginas e principalmente naquelas que se referem à Grande Guerra. À medida que ia crescendo, em anos e conhecimentos, a grandeza da França ia-me aparecendo em todo o seu esplendor, e ia vendo quanto a humanidade lhe deve como factor essencial que foi, e que continuará a ser pelos séculos fora, ao seu progresso, da civilização que atingiu, da liberdade e da dignidade do homem.

As grandes nações, cuja força e poder as arrastam muitas vezes para a prepotência e para o vexame, não pensam nos sentimentos de animadversão que semeiam pelo mundo e que deixam por muitos anos, por séculos em determinados casos, ressentimentos, ódios e repugnâncias de convívio que dificilmente se apagam.

Não é este para nós o caso da França, felizmente, e depois do triste incidente que se fechou tão desagradavelmente para nós, há quase noventa anos, nada mais perturbou as boas relações das duas nações. E depois veio a Grande Guerra e franceses e portugueses bateram-se lado a lado contra o inimigo comum. E a ferida, há muito fechada, sarou por completo.

Como estamos tratando da publicação de artigos, creio que terá aqui cabimento o seguinte, em que respondi, em Dezembro de 1943, a palavras pouco justas de um grande vulto e eloquente orador da África do Sul:

AS FORÇAS DA PAZ

Com a aproximação da paz que, segundo ouço, está para breve, surgem os augures de todos os lados. Como não desejo arvorar-me em adivinho, trarei apenas para aqui um pouco do muito que se tem dito e escrito, nestes últimos dias, sobre tão embrulhado assunto, entremeando-o com a apresentação de factos que todos podem lobrigar sem necessidade de recorrer a meios esotéricos.

Muito receio que, se a guerra não acabar por todo o ano que vem, (1944) desapareçam por completo as forças capazes de lhe pôr fim por meio de um armistício e da paz que se lhe deverá seguir. Será então a continuação da luta, cada vez mais cruel e desordenada, até à aniquilação de todos os combatentes. A desordem e a anarquia viriam a seguir para presidirem à queda dos civilizações.

O mundo está a brincar com o fogo e se não o apagam depressa, unindo-se para tanto todos os beligerantes, por certo tudo ele devorará. Esperamos, que se principiará sem demora o apagar o incêndio, o que não será tarefa fácil.

Das nações que entraram nesta guerra, têm sido as do extremo oriente, a China e o Japão, as que menos têm sido atingidas. A China está quase intacta na sua população e tornou-se mais forte em consequência de uma organização militar, de uma maior unidade e de uma consciência nacional, devidas à guerra com os seus vizinhos.

O Japão também não tem sofrido muito até hoje com a guerra e os territórios que conseguiu ocupar, permitiram desenvolver em alto grau a sua indústria e consolidar os seus valiosos organismos militares. Se a paz se fizer em breve, entre a Inglaterra, os Estados Unidos e a Rússia, de um lado, e a Alemanha do outro e só da boa vontade destas quatro nações poderão resultar as forças bastantes para o conseguir, o problema do extremo oriente

continuará em pé, e os interessados na tranquilidade do Pacífico terão de se entender com a China e auxiliá-la directa ou indirectamente, para ela se encarregar de colocar o Japão no seu devido lugar. Não vejo como as nações do Ocidente poderiam levar a cabo esta tarefa anti-nipónica. A guerra entre civilizações diversas é uma coisa, e a guerra entre nações da mesma civilização, outra inteiramente diferente.

Só a China poderá modificar o modo de ser do Japão, e é este género de transformação, imposta por próximo parente, que convém à civilização ocidental. Por esta razão Chang Kai Check terá de tomar parte em todas as grandes conferências.

Há até hoje duas grandes nações vencidas, a França e a Itália. Estou certo de que a França se reconstituirá rapidamente a partir da cessação das hostilidades na Europa. As suas forças económicas, resultantes do valor do seu solo e das admiráveis qualidades dos seus habitantes e, acima de tudo, a sua inconfundível espiritualidade, são de tal magnitude que, apesar do que se deu e do que se está dando, a França continua a existir no mundo como uma grande nação. Seria um erro gravíssimo supor que ela desapareceu ou desaparecerá e que a humanidade, ansiosa por vida tranquila e onde não seja possível a miséria, a violência, a injustiça, a estupidez, pode deixar de contar com ela.

A reconstituição da Itália também será, a meu ver muito rápida. Desde a minha juventude que tenho seguido nos seus mínimos pormenores o seu constante progredir. À organização dos seus serviços cadastrais, agrícolas coloniais e de emigração, ao grande desenvolvimento das suas indústrias, a todas as outras demonstrações da sua actividade fui muitas vezes colher, como em manancial inesgotável, moldes e inspirações para os meus modestos trabalhos de administrador colonial. Estas virtudes e estes valores colectivos não podem desaparecer em consequência de erros políticos e dos sofrimentos e das destruições da guerra. Coisas desta natureza sublimam, em regra, o valor real dos povos, em vez de o destruir ou abater.

De resto, de modo algum me convenço de que povos de grande civilização possam desaparecer ou ser aniquilados pela vitória e pela força militar de outros povos, como aconteceu em casos isolados de remotas eras

a massas amorfas de homens, mais rebanhos do que comunidades civilizadas.

Por esta razão não creio que à Alemanha só duas coisas possam acontecer, a vitória ou o desaparecimento. O desaparecimento ou a aniquilação somente se darão, como acima disse, se a guerra se prolongar até que deixem de existir as forças da paz. Mas esse eclipse abrangeria então todos os povos da Europa. Ficariam apenas, ainda que combalidos, os da Ásia e os da América. Para a Europa deixaria de existir por muitos séculos qualquer missão histórica. Mas para a Europa inteira e não apenas para três nações europeias.

Com tudo isto quero dizer que é absolutamente necessário que no continente europeu se suspendam o mais depressa possível as hostilidades. Cada mês que passa faz enfraquecer as forças da paz, são passos dados para o ruir da civilização em que temos vivido espalhando alguns males, é certo, mas também enormes benefícios sobre a humanidade.

E continuam os excertos do meu «diário»:

Entrei pois, como interno, para a escola académica que então era na calçada do duque, ao fazer treze anos, isto é, em Março de 1880.

O meio colegial do meu novo *habitat* era inteiramente diferente do Colégio do Espírito Santo onde estivera dois anos. Falava-se livremente; liam-se jornais e livros vários; discutíamos acontecimentos públicos; e havia rapazes monárquicos e rapazes republicanos.

Era, já então, muito reservado em questões políticas e partidárias. A política de facto nunca me disse muito e os partidos só mais tarde, após a Proclamação da República, principiei a ver bem o que eram, os seus inconvenientes e as suas vantagens, a sua absoluta necessidade para a moralização da vida pública. Cada vez era mais português, cada vez mais amava o meu país, mas também cada vez o incluía mais na humanidade inteira, cujo bem, melhoria e aperfeiçoamento ia, de ano para ano, constituindo o meu íntimo e guardado ideal. Fazer bem aos homens sempre que fosse possível fazê-lo, mas não perder, ao fazê-lo, o sentimento das

realidades: – bem útil, bem real, bem que não se perca mais. Tive a ventura de, passados muitos anos, poder fazer bem desta natureza aos indígenas de Angola, concorrendo ao mesmo tempo para o engrandecimento de Portugal.

As duas coisas sempre juntas. Donde me veio esta ideologia? Da casa de Viana e de meu pai. Mais tarde sublimou em mim esta tendência íntima a grande e excelsa bondade de minha mulher.

É tempo que fale de meu pai, pois que a sua influência sobre mim se exerceu principalmente na minha infância e mocidade. Da senhora que foi minha mulher, terei de falar muitas vezes nestas «memórias».

II

MEUS PAIS

Meu pai, Tomás Mendes Norton, nasceu em Viana do Castelo, em 31 de Janeiro de 1839. Em 1851, quando se realizou o movimento da Regeneração, apoiado na versátil espada do Saldanha, que deu lugar à organização de um novo partido político predominante — o «Regenerador» — em atenuado regime de «rotativismo» com o Partido «Progressista», tinha meu pai 12 anos. Era seu padrinho de baptismo Rodrigo da Fonseca Magalhães, grande amigo de meus avós e que tinha pelos talentos de minha avó D. Rita uma alta consideração. Dizia ele que, quando se tratava da política de Viana do Castelo, era essa excelsa senhora que o orientava. Foi a influência de Rodrigo Fonseca que levou a casa de Viana a «casa amarela», que tinha sido «patuleia», acérrima partidária da «Revolução da Maria da Fonte» e do movimento político-social de 6 de Outubro de 1846, o da Junta do Porto e das outras juntas que à semelhança destas se organizaram no país, a constituir-se em baluarte da Regeneração naquela terra minhota.

Do que ouvi a meu avô (que faleceu em Setembro de 1887) e a meu pai, ficou-me da reacção popular contra o *cartismo* (1839-51) uma impressão muito diferente daquela que traduzem os trabalhos sobre a história de Portugal contemporânea, que mais tarde li.

A minha concepção da revolução da Maria da Fonte nasceu, na minha infância, na casa de Viana, e nunca mais me deixou e foi-se formando e consolidando, no decorrer da minha vida, com os meus

estudos, com o conhecimento cada vez maior das condições do meu país, com o amadurecimento dos meus ideais filosóficos e sociais. Vou expor essa concepção e está claro que o farei em termos do *presente*, pois impossível me seria apresentar os incertos e confusos pensamentos, raciocínios e apreciações da minha infância e da minha adolescência.

A «*Maria da Fonte*» foi um movimento popular, de carácter liberal sob o seu aspecto político, de aspiração a melhor vida nas suas tendências sociais. A gente do povo que nele tomou parte sentiu a reacção que se estava produzindo e que a sua liberdade e as suas esperanças, conquistadas nas lutas contra o imperialismo, estavam em risco de se perderem. Foi uma revolução o que se deu, e dela saíram partidos políticos de molde inglês que resolveram com reformas e medidas, quase todas dignas de louvor, ainda que incompletas e imperfeitas, manter a paz e a tranquilidade no país por mais de meio século. Foram os ideais deste movimento, popular por um lado, mas profundamente intelectual na sua direcção e aspirações, que eu bebi nas casas de meu avô e de meu pai, em que eles e o grande número de pessoas que os cercavam, diziam e discutiam.

Em grande parte do que vou dizer, palpitam a ingenuidade e as ilusões dos verdes anos, mas propositadamente conservei uma e outras, pois é com elas que toda a minha vida tenho vivido.

Quebrado pelo fanatismo religioso, pela superstição, pela ignorância, pela acção funesta da Inquisição, cujo poder, no meado do século XVIII, só existia na Península Ibérica, fustigado pela invasão dos franceses, atordoado e economicamente prejudicado com a inesperada e, para a quase totalidade dos seus habitantes, incompreensível emancipação do Brasil, esfarrapado e aterrorizado pela guerra civil e vergando ao peso das humilhações de carácter internacional, que essa guerra lhe fez sofrer, o Portugal de 1834, na ocasião do definitivo triunfo liberal, jazia num estado de prostração, de inconsciência, de hibernação nacional.

A situação económica e financeira do país não podia ser pior. A fome e a miséria, a instabilidade das fortunas eram o pão nosso de cada dia, o numerário comercial geral cifrava-se apenas em uns 20.000 contos mensais, que não equivaliam a mais de 40.000 contos da nossa depreciada moeda actual. A população mal atingia três milhões de habitantes...

É caso, porém, para dizer como no Génesis: «A Terra não tinha forma e estava vazia de todas as coisas. Tudo era escuridão. Mas o espírito de Deus pairava sobre as águas».

O que era este Espírito que havia de dar nova vida ao meu país, que o levantaria em manifestações desordenadas e quase tumultuosas de energia, que o obrigava a cair, por vezes, em calma aparente para ganhar novas forças, para poder dar mais largas passadas, tendo em vista conseguir para todos os seus habitantes uma vida moral e material digna de seres humanos?

Esse espírito era o «Pensamento Crítico». É este pensamento, a crescer continuamente em força e pureza, um dom precioso e divino dos homens. Nele se contém a liberdade, a dignidade da pessoa humana, o direito de apreciar, de seguir ou não o agir de outros homens, a aprovação, a repulsa e a agressividade, que desse direito resultam, sublimadas pela coragem de as manifestar. Mas nesse pensamento se encontram também a tolerância, o respeito pelo pensar dos outros, pelo que façam para convencer, desde que a violência, a mentira e a deturpação sejam inteiramente postos de parte. Dele estava a humanidade separada pelo Império Romano e pela Idade Média, e a influência destas juntava-se à que no espírito a sua vida ancestral de selvagens e estas influências ainda duram e durarão por milhares de anos. Mas a aurora raiou, e, de século a século, os homens se irão sentindo cada vez mais livres do passado...

Ao abrir do século XVII produziu-se o que nós chamamos a «Revolução Científica». De início, limitando-se quase exclusivamente à «ciência pura», passou, depois, a *humanizar-se* e a ocupar-se das condições da vida humana individual e colectiva. E nesta fase está ainda. Os estudos e as descobertas de Galileu e Newton e dos cientistas da enciclopédia pouco ou nada interessaram as multidões, como hoje as não interessam as descobertas de Einstein, e se não fossem as estúpidas perseguições contra Galileu, teriam passado séculos sem que a quase totalidade dos habitantes do globo soubessem, fosse o que fosse, dos movimentos da Terra. Mas quando o saber científico principiou a ligar-se à vida humana o Espírito destas lucubrações principiou a «pairar sobre a Terra» e seguidamente a estender-se, cada vez com maior intensidade, sobre ela.

As noções de igualdade e de individualismo que a doutrina de Cristo tinha introduzido no pensamento dos homens, facilitou a apreensão, por parte dos cristãos, das doutrinas que os «apóstolos» do século XVIII lançaram aos quatro ventos. Os princípios fundamentais desta nova doutrina procurei resumi-los e agrupá-los como segue:

a) – *Nenhum homem pode ser explorado por outro.*

b) – *Todos os homens normais têm iguais direitos de alimentação, de vestuário, de habitação, de conforto, de higiene e de assistência médica. Homem normal é o que possui as condições físicas e mentais que lhe permitam trabalhar e produzir. Os anormais serão protegidos e tratados pela comunidade e, tanto quanto possível, aproveitados para o bem dela. Os criminosos são considerados como anormais.*

c) – *As comunidades são obrigadas a instruir todos os seus membros. Essa instrução será tanto mais elevada quanto maior for a inteligência do indivíduo que a recebe. Em cada período de instrução os mestres terão, portanto, duas obrigações primordiais: 1.º instruir; 2.º saber se o aluno deve cessar a sua instrução no terminar aquele período ou avançar para outro de maior desenvolvimento científico. Numa sociedade constituída só pode haver operários manuais e intelectuais. Formar estas duas e únicas classes, que mutuamente se completam, é o principal fim da instrução pública. Na classe dos intelectuais compreendem-se os artistas. Compete à colectividade fazer o possível para descobrir os raros homens que merecem o nome de artistas e tratá-los como coisas de alto preço, facilitando-lhes a sua tarefa criadora. Às comunidades compete também despertar e desenvolver no povo o gosto artístico.*

d) – *Nenhum homem poderá esquecer, durante séculos ainda, a seguinte verdade: «Quase todos os homens e mulheres, seja qual for a sua situação, podem exercer maior actividade, sentir com maior emoção e pensar com maior exactidão; raro será o homem ou a mulher em que se não possam descobrir faculdades materiais e espirituais superiores àquelas que manifestam» – diligenciar melhorar, em cada indivíduo este estado de coisas, tornar possíveis em cada um mais altas e mais sublimadas realizações, deve ser a principal diligência das comunidades.*

e) — *Em caso algum os interesses da comunidade podem prejudicar os interesses dos indivíduos. Proclamar que os indivíduos se devem sacrificar perante a comunidade, significa ou que na vida interior dessa comunidade há homens ou grupos de homens que exploram ou tentam explorar os seus semelhantes, ou que há comunidades que exploram ou tentam explorar outras comunidades. É como uma coisa e outra tem de acabar no mundo perfeito que a humanidade trabalha para construir, nunca se poderá arvorar em princípio social, como estão fazendo os estados totalitários, que o indivíduo se tem de sacrificar e até de se aniquilar quando a conservação da comunidade o exija. Tal afirmação é uma monstruosidade, pois no bem e na felicidade de cada indivíduo reside a suprema lei humana.*

É certo, porém, que assim como no interior das comunidades alguns, ainda que poucos, dos direitos dos indivíduos, como o de propriedade, por exemplo, podem ser limitados de comum acordo e segundo usos e costumes, tendo em vista o bem e a felicidade de todos, assim também nas relações das comunidades entre si, a independência, a soberania e a administração dos agrupamentos humanos podem ser sujeitos, de comum acordo, a certas limitações, que tornem mais perfeita a vida geral dos homens.

f) — *A família é um elemento essencial das comunidades humanas. Têm elas de ser constituídas por indivíduos agrupados em famílias. Desde que os agrupamentos humanos têm de crescer e multiplicar-se, sob pena de desaparecerem da face da Terra, impõe-se a constituição da família. Seria, porém, um erro deixar alargar demasiadamente a família. A família deve ser constituída por marido, mulher e filhos, e ocasionalmente por outras pessoas ligadas por parentesco, que não tenham família constituída e que careçam de buscar asilo e carinho nas famílias dos seus próximos. Os filhos devem procurar constituir novas famílias desde que cheguem à maioridade. Os regimes patriarcais e de parentelas são prejudiciais à comunidade.*

A comunidade tem direitos sobre os filhos como seus componentes: é a ela que compete formar os trabalhadores manuais, os intelectuais e os artistas.

g) – A dignificação da mulher deve ser uma das constantes preocupações da comunidade. Ora ninguém pode ser verdadeiramente digno se não for colocado perante os seus semelhantes em igualdade de direitos e na mesma situação de prestígio. A diferença de sexos exige, em determinadas fases da vida, tratamento diferente, o trabalho manual nem sempre pode ser o mesmo nos homens e nas mulheres; mas isto não deve de modo algum trazer inferioridade, na família ou na comunidade, à mulher. E se muito temos, evidentemente, de conservar, na humanidade futura do que na nossa curta evolução já soubemos conquistar de levantado e digno de admiração, nada podemos pôr de parte daquelas manifestações, que através da história humana se encontram, de amor, de ternura, de respeito e de alta veneração que nas suas obras e nos seus actos indivíduos e comunidades dedicaram à mulher.

A mulher, a mulher única, é o elemento essencial da família, e é neste sentido e para este fim que a comunidade tem principalmente de a instruir e educar. Poligâmias, mancebias, divórcios são assuntos a considerar na humanidade inteira com a mais grave das atenções.

h) – A liberdade de pensamento, isto é, a livre manifestação, escrita ou falada, dos seus pensamentos é um direito constitucional do homem. Da liberdade de pensamento resulta a liberdade de discussão. Não pode haver oposição ou limitação a este direito. Do seu pleno exercício só podem resultar benefícios para os indivíduos e para as comunidades. Uma única condição se pode pôr ao exercício desse direito: é que a exposição ou a proclamação dos nossos pensamentos não seja secreta. Está claro que a liberdade de pensamento implica o respeito pela opinião dos nossos semelhantes. Trata-se evidentemente de homens normais.

i) – A liberdade religiosa é uma defesa essencial à vida do homem e da comunidade, dado o passado de selvageria e de escravidão da humanidade.

Cada homem tem o direito de professar a religião que quiser e de a praticar, contanto que as manifestações do culto não molestem ou apoquentem os seus semelhantes. Ninguém tem o direito de perguntar a um homem que religião professa. A essa pergunta, que será uma manifestação de vestígios de um passado de superstições e de persigações

religiosas, só uma resposta se deve dar: «nenhuma». Se vos perguntarem se acreditais em Deus, respondei que isso é um alto caso que só pode ser tratado entre Ele e a vossa consciência. As comunidades devem considerar as religiões como questões individuais, que nunca poderão assumir o carácter de manifestações públicas, e muito menos sociais.

j) – Se a uma comunidade estão entregues países atrasados em civilização, constitui o seu mais imperativo dever levantar os seus habitantes do chão, e igualá-los a si, trazendo-os o mais, rapidamente possível à sua própria civilização.

A estas comunidades impende o dever de evitar intransigentemente que esses povos sejam explorados, molestados ou humilhados pelos povos civilizados que os dominam e administram.

k) – A morigeração dos costumes e o desaparecimento de todas as hereditariedades malélicas que alteram a moral dos homens e das mulheres, tem de ser um dos principais cuidados das comunidades.

l) – «Por maior que venha a ser o poder da ciência, o progresso industrial e económico e o bem-estar da humanidade, o essencial nunca será a riqueza e será sempre a vida» (Ruskin).

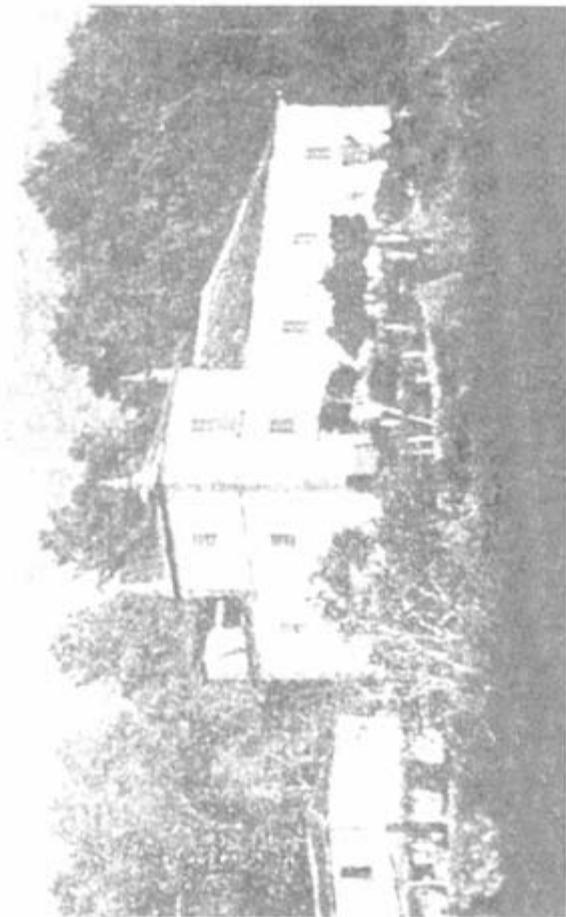
Isto, e muito mais que, em folhas soltas e sob o título «Os meus princípios guadores», vou, pouco a pouco, juntando a estas «Memórias», se encontra nos livros escritos em inglês e francês, publicados no decorrer do século XVIII e no primeiro quartel do século XIX, que avidamente li nas livrarias de meu avô Mendes Ribeiro e de meu pai.

Mas tudo isto me veio principalmente de meu pai, da sua formação filosófica, do seu grande coração e do grande amor que tinha pela mulher e pelos filhos e que do seu peito transbordava sobre toda a humanidade.

Minha mãe, D. Emília de Matos Prego e Sousa, era oriunda de duas famílias genuinamente da Ribeira-Lima, a do pai da freguesia de Moreira, a da mãe da freguesia da Queijada. Meu avô materno, Manuel de Matos Prego e Sousa, formou-se em Direito, na Universidade de Coimbra, foi fervoroso adepto das ideias liberais, ao passo que os irmãos e irmãs, da casa do Barrio, de Moreira, foram sempre ardentes miguelistas. Era ele o irmão mais velho. Casou com a filha única da casa do Baganheiro, da freguesia

da Queijada, D. Joaquina Rosa dos Reis, juntando-se assim duas grandes casas de lavoura. Deste casamento nasceu uma filha única, minha mãe, que casou com meu pai, Tomaz Mendes Norton. Este casamento contrariou altamente meus tios de Moreira que nunca se puderam conformar que minha mãe casasse com um liberal, descendente e filho de pedreiros livres, portugueses e ingleses. Cortaram relações com minha mãe, e testaram a favor de minhas irmãs. Minha mãe casou muito nova, ainda não tinha catorze anos. Nasceu em 5 de Dezembro de 1847 e faleceu em 1933.

Foi uma senhora de excelsas qualidades, de vivo espírito, de grande firmeza de carácter e de são conselho. Foi educada no colégio das Ursulinas de Viana do Castelo e muito influíram na sua educação e na formação da sua inteligência os pensamentos levantados, corajosos e independentes do pai e a grande cultura, imensa bondade e raro espírito do marido.



Casa do Bairro
em Moreira do Lima,
dos avós maternos do autor

(Página deixada propositadamente em branco)

III

UM EPISÓDIO DA REVOLUÇÃO DA MARIA DA FONTE

A casa comercial de Mendes Ribeiro, de Viana do Castelo, ficou muito abalada com a estada de meu avô em Inglaterra, no cerco do Porto e em Lisboa. Durante estes perturbados anos, tinham valido à casa e à família as qualidades excepcionais de minha avó. Em 1834 tinha apenas 25 anos. Principiou então para ela uma vida tranquila. Durante os quarenta anos que lhe restaram, teve a ventura de ter sempre a seu lado o marido que adorava e que a adorava a ela. Foi então que nasceram quase todos os seus numerosos filhos.

É agora ocasião de narrar um notável episódio da sua vida que muito impressionou a minha infância. Li o seu relato no livro de D. João de Azevedo, «Os dois dias de Outubro ou a História de Prerrogativa», Porto – Tipografia Comercial, 1848, e numa referência de Oliveira Martins no «Portugal Contemporâneo».

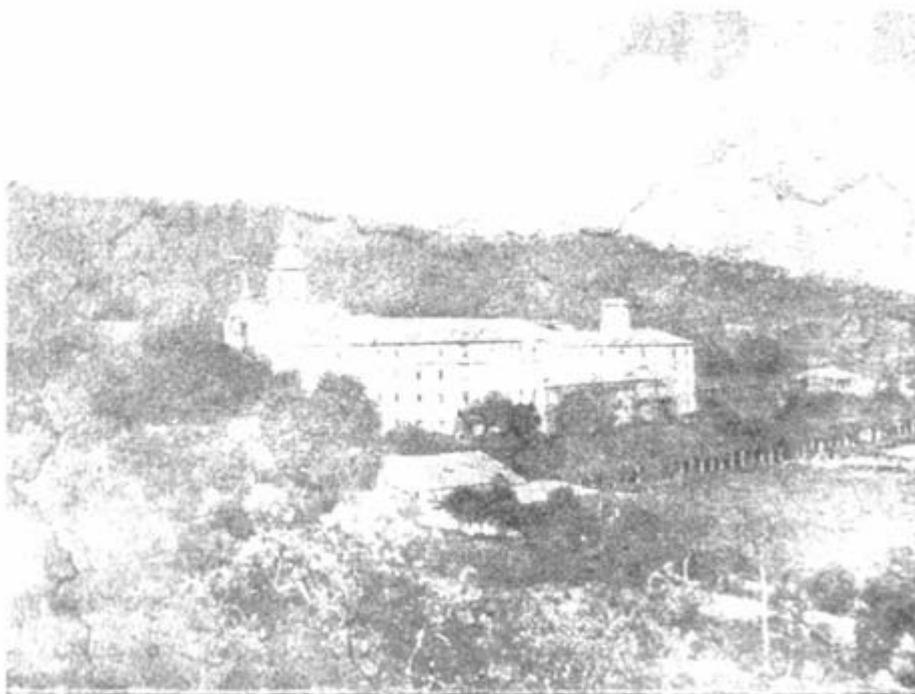
O que na memória me ficou de tantas vezes que nesse acontecimento ouvi falar na casa de Viana e nas do concelho de Ponte do Lima, coincide nas suas linhas gerais com os dois relatos citados. Vou contá-lo tal qual a minha memória o diz.

Rebentara no Minho a revolução, a que se chamou «Maria da Fonte», contra os irmãos Costa Cabral, que, com os seus partidários, tinham o poder nas mãos. Em Outubro de 1846 (tinha minha avó 38 anos) Viana do Castelo que aderira ao movimento radical – liberal «Maria da Fonte», achava-se desguarnecida de forças militares, porque o conde das Antas tinha

arrebanhado todas as tropas que pudera para seguir para Lisboa com o fim de conseguir a vitória das puras instituições liberais. Os cabralistas aproveitaram esta fraqueza militar de Viana para se revoltarem e restabelecerem naquela terra o antigo estado de coisas. Escolheram para chefe da revolta o tenente Pinotes, ali destacado. Este oficial, pondo-se à frente duma centena de recrutas, levou atrás de si os partidários de Costa Cabral, ocupou as repartições e principiou a diligenciar prender os principais patuleias (partidários da Maria da Fonte). Senhores da cidade, os revoltosos soltavam gritos de vingança. Em frente da casa de meu avô juntou-se gente pedindo a sua cabeça: «Queremos a cabeça de José Mendes», gritavam. Meu avô mandou ir o cavalo para a entrada da ponte, que atravessava o Lima, e disse a minha avô que seguia para as aldeias vizinhas a chamar o povo e que outros patuleias estavam fazendo o mesmo. Que em breve voltaria. Saiu pelas traseiras da casa e foi dar à ponte onde montou a cavalo, seguindo por ela a galope. Do cais foi reconhecido e deram-lhe uma descarga; minha tia Zulmira que fora para o alto da casa donde se via toda a ponte, gritou para minha avô que nada tinha acontecido ao pai, que já deixava a ponte em rápido galope.

Minha avô mandou os filhos para Refojos, para o antigo e sumptuoso convento que era propriedade da casa, acompanhados pela nossa prima D. Ana (aquela bondosa senhora que nos ajudou a criar, a meus irmãos e a mim, em Ponte do Lima). Com ela ficou apenas minha tia Zulmira, a sua filha mais velha. Meu avô era então cônsul de Inglaterra em Viana. Na «casa amarela» arvorava-se a protectora bandeira inglesa. Aquela casa transformou-se em refúgio para muitas pessoas que tremiam perante a atitude dos cabralistas, de novo senhores do mando, prepotentes e ferozes. Pinotes imperava.

Das aldeias que circundavam Viana, onde os patuleias mais notáveis ou os seus emissários tinham levantado o grito de que Viana estava na posse dos cabralistas e dada a informação de que pouca tropa lá havia, começou a afluir para a vila o povo armado de chuços e espingardas. Meu avô trouxe muita gente de Darque e aldeias vizinhas. Os revoltosos vendo que cada vez mais aumentava a multidão que lhes era hostil, sabendo que por muitas léguas em redor os sinos continuavam a tocar a rebate contra eles, que em



Convento de Refojos,
Concelho de Ponte de Lima,
onde o autor passou a maior parte da sua infância e mocidade

Viana já havia quem tomasse o comando do povo alucinado, postando-o nos arrabaldes, preparando-se para ataques em massa, resolveram refugiar-se no castelo, cujas muralhas os protegeriam e onde podiam esperar o auxílio militar que lhes tinham prometido.

Preparou-se o cerco do castelo. Eram muitos os que se tinham refugiado nele e sabia-se que não tinham víveres. Se não se rendessem assaltar-se-ia a fortaleza. Havia já em Viana mais de 4.000 homens a tudo resolvidos. Soltavam-se gritos de morte. Anoiteceu e durante a noite o tenente Pinotes, fazendo uma ronda às muralhas, debruçou-se sobre o parapeito para melhor ver, quando uma bala o matou. Isto constou logo que amanheceu. A diminuta guarnição do castelo, a principiar pelo seu governador, era contra os cartistas e entendia-se com o exterior. O exaspero do povo ia aumentando. Em altos gritos e com ameaças exigiram que lhes fosse entregue o cadáver de Pinotes. Da fortaleza, esperando que o povo se acalmasse, desceram o cadáver de que o povo tomou conta. Principiaram horrendas cenas de ferocidade. O corpo do tenente foi arrastado pelas ruas e esfacelado. Cenas destas não acalmam. O povo enfurecido voltou ao castelo, pedindo mais vítimas, exigindo que se abrissem as portas. O governador aterrorizado meteu todos os civis na prisão do castelo, a que se dava o nome «Roqueta», e abriu as portas da praça à multidão. Esta dirigiu-se para a «Roqueta» e tentou entrá-la. Era, porém, de difícil arrombamento e entrada. Principiaram a fazer fogo pelas janelas de grades para matar os civis que se encontravam dentro. Tudo caminhava a passos rápidos para uma tremenda carnificina. Os chefes populares que tinham ido buscar o povo às aldeias esforçavam-se por serenar a multidão. Apenas conseguiram demorar um acontecimento sinistro. Entre eles estava meu avô.

Na «casa amarela» encontrava-se muita gente da sociedade de Viana reunida com minha avó. Lembro-me de ouvir nomear o visconde de Sampaio, o abade Cerqueira e muitas senhoras. As notícias do que se estava passando no castelo iam chegando de minuto a minuto, cada vez mais aterradoras. Foi então que minha avó levantando-se saiu da sala acompanhada pela filha. Voltaram instantes depois, envoltas até aos pés naquelas características capas negras com bioco, dizendo minha avó: «Vamos todos à Igreja de São Domingos; é preciso passar em procissão pelo castelo,

levando o Santíssimo e a cruz alçada». Todos a seguiram. Chegados à igreja, chamaram-se os padres que rapidamente se podiam chamar, homens para vestir opas, mulheres, e mandaram-se recados a senhoras para virem sem demora tomar parte na procissão. E o cortejo sagrado e comovedor organizou-se. À frente a cruz alçada acompanhada por padres e homens de opa; a seguir o abade com o Santíssimo, sob a umbela, mais padres e mais opas; atrás as senhoras e em grande número mais mulheres e homens. Os padres entoavam em latim, no cantochão litúrgico, o *Benedictus*, e as vozes das mulheres respondiam, comovidas e implorativas, *Bendito e Louvado seja...* Dirigiram-se para o castelo e a procissão foi aumentando em gente e na imploração do canto. Ao chegarem próximo do castelo os gritos da multidão levantavam-se alucinados, os tiros eram constantes. A procissão tornou-se mais vagarosa, mas avançando sempre, serenamente como consciência da sua força. Os cânticos elevaram-se mais e adivinhavam-se neles as lágrimas. Ao chegarem ao castelo um paroxismo de fé fazia vibrar todo o santo cortejo; a sua marcha tornou-se ainda vagarosa, quase parou... A multidão dos assaltantes, que momentos antes estava vociferando e gesticulando, olhava espantada; os gritos cessaram e todos se imobilizaram; nem um tiro mais se disparou. Os chefes populares aproveitaram este momento de indecisão para redobram os seus esforços de acalmia; da procissão saíram homens conhecidos nas aldeias que em voz baixa e respeitosa (pois a Divindade estava perto) recomendavam prudência e calma, a seguir vieram para o meio do povo alguns dos padres com a sobrepeliz branca que pediam perdão e misericórdia. Um deles sobretudo dizia palavras eloquentes cheias de caridade e santidade. O cântico continuava «Bendito e Louvado seja» e o cortejo seguia lentamente. Não podia parar. Deus chamava os homens... Princiaram a ouvir-se palavras mais altas: «Perdoemos»; «vamos acompanhar o Senhor». Vieram uns, depois outros e todo o povo finalmente. A procissão acelerava então a sua marcha, arrastava a multidão, fundida nela, para a igreja. Tinha-se evitado uma grande calamidade.

D. João de Azevedo (o D. João da Tapada, como se dizia em minha casa) citou o nome de minha avó dizendo: «Foi então que uma senhora de muito espírito e agudeza, a senhora D. Rita Norton Mendes Ribeiro, teve

a feliz lembrança de que, achando-se exaustos os recursos humanos, só a influência da religião podia tocar os espíritos obcecados». Oliveira Martins diz: «Começavam os tiros, preparavam-se os machados, ia começar o assalto, o arrombamento e a matança inevitável, quando uma piedosa senhora teve um ideia abençoada».

Bem se pode avaliar quanto este episódio teria influído, por mil facetas, no meu juvenil espírito.

Ouvi-o contar a muitas pessoas, e ainda hoje, quando o evoco, caio sempre em profunda meditação. Que mundo multiforme ele me não revelou, à medida que o ia mirando e remirando no meu pensamento...

IV

NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Concluídos os meus preparatórios na escola académica, no verão de 1884, fui passar as minhas férias ao Minho e, em meados de Outubro desse ano, matriculei-me na Universidade de Coimbra, no curso de Matemática, que era necessário fazer para poder seguir carreira militar em qualquer das armas ou serviços que então se chamavam superiores: artilharia, engenharia ou Estado-Maior. Era de quatro anos esse curso e foi de quatro anos a minha vida em Coimbra, cortada pelas férias do Natal, da Páscoa e pelas «férias grandes», e também por uma estadia em Aveiro, a fazer serviço, como soldado aspirante de Cavalaria 10.

No verão de 1888 recebi o grau de bacharel em Matemática, fiz as últimas cadeiras de Filosofia, exigidas como complemento das matemáticas naquele curso preparatório para estudos militares superiores, fui classificado para engenharia, entre os primeiros melhores alunos e por fim mandado fazer, pelo Ministério da Guerra, o curso de Estado-Maior na Escola do Exército, onde me matriculei em Outubro de 1888.

Nestes quatro anos, de 1884 a 1888, vivi em Coimbra aquela vida que já ali tinham vivido meu pai e meus tios Rodrigo e José (o primeiro que fez o mesmo curso do que eu e que foi oficial de engenharia, o segundo que se formou em medicina) vida que pouco variara de 1850 a 1885, tal foi a triste imobilidade de Portugal naqueles amortecidos 35 anos.

Quem quiser saber o que foi essa vida leia «In illo tempore» de Trindade Coelho (que se formou em direito em 1885, já eu tinha feito o

meu 1.º ano) e mais uma ou outra obra, em que se contam anedotas e episódios da vida dos estudantes, lentes, futricas e tricanas de Coimbra.

Pouco tenho por estas razões, a dizer do que foi a minha vida de Coimbra sem me arriscar a repetir o que tantas vezes tem sido dito, escrito e contado. Mas rebuscando na minha memória estes diluídos dias, vejo que alguma coisa, pelo que me diz respeito, posso dizer que salte fora do quadro já hoje clássico, traçado com o estilo brilhante e alegre daquele grande carácter que foi o Trindade.

É certo que havia uma mentalidade uniforme que dava aos estudantes de Coimbra, no seu conjunto, uma tonalidade igual na sua vida material e espiritual. Lembram-me, ao vê-los a esta já tão grande distância no tempo (há meio século que deixei Coimbra) aqueles grandes grupos de homens pintados nos quadros dos mestres holandeses, representando confrarias ou corporações. O mesmo vestuário preto, apenas realçado pelas grandes golas brancas, encanudadas, a mesma expressão, a mesma atitude, quase as mesmas caras. Individualmente pouco ou nada representavam, nem tinham que representar. O artista apenas teve em vista, agrupando-os, fixar na tela o fim que os reunia e guiava a todos, e que pairava acima deles muito superior a eles — a fé religiosa numa irmandade, a grande caridade dos associados para uma obra sublime de assistência, uma vasta empresa comercial, como seria a da Companhia das Índias, uma corporação de médicos a tentar desvendar os mistérios da morte...

Quando olho, a esta distância, para a massa negra dos meus contemporâneos de Coimbra, nos seus dias de entusiasmo ou de indignação, nas suas greves de protesto, nas suas festas e nos seus cortejos demolidores de velharias, vejo-os todos iguais, repito, como as figuras dos agrupamentos que Rembrandt pintou, e vejo também, quase tão materialmente como os vejo a eles, o espírito que sobre eles pairava e que os levava para a profunda transformação do país, que teve por primeiro indicador o centenário de Camões e que culminou com a nossa intervenção na Grande Guerra.

Mas a par dessa notável uniformidade notava-se, olhando a massa nos seus momentos mais calmos, uma divergência, uma separação que vinha do passado e que talvez já anunciasse um futuro. Havia entre os estudantes o grupo dos ricos, dos bem nascidos, dos que tinham nomes ilustres, e de

todos aqueles que, com fortuna ou grandes mesadas por snobismo, por falta de independência e de carácter, e também por gosto artístico e por verdadeira elevação intelectual os cercavam em número avultado. A maioria dos estudantes era porém constituída, como em todo o mundo acontece, por rapazes de condição modesta, filhos de pequenos proprietários, de empregados públicos, de engenheiros, médicos, advogados, com mesadas que raramente excediam os 15 mil réis. Ninguém repararia no primeiro grupo e deixá-lo-ia viver livremente com os seus preconceitos e com as suas refinadas ainda que afectadas maneiras, pois que neles havia muita afabilidade, inspiravam uma natural simpatia e, sem de modo algum deixarem de ser dotados de qualidades integralmente másculas, tinham qualquer coisa que o seu modo de vestir, os seus penteados, o seu calçado, os seus gestos e o seu modo de olhar e de falar atestavam de feminismo que irresistivelmente atraía; ninguém repararia neles se não principiassem a isolar-se completamente dos seus condiscípulos, a manobrem de modo que nos locais onde se reuniam ninguém mais se mantivesse por muito tempo e darem provas evidentes de desprezo e até de repugnância pelo resto dos estudantes. Provocou este procedimento uma reacção que muito me impressionou e desgostou, porque tinha bons amigos nos dois grupos. Começou a maioria dos estudantes a protestar cada vez com mais intensidade contra o grupo dos «polainas», e como nos seus reparos, feitos em voz sonora e alta e provocadoramente, falassem muitas vezes no seu brio ofendido e na natural necessidade da existência de uma academia uniforme e nivelada, principiaram os da classe mais afinada, a chamar aos mais pobres e mais modestos e menos bem trajados, os briosos e Academia Briosa, ou a Briosa simplesmente, e a rirem-se a bom rir das suas pretensões niveladoras. Este embate estava no seu auge em 1884 quando entrei para a Universidade e era principal chefe dos Polainas o António Alte, homem de rara energia e com grandes qualidades combativas. Depois foi esta cisão da Academia de Coimbra desaparecendo pouco a pouco; mas ainda numa récita de quintanistas, no meu 3.º ano, se bem me lembro, um personagem ao fazer o seu discurso clamava:

«Porque é que o nível da Briosa...» e outro interrompendo bruscamente, dizia:

«Não me fales nessa coisa vergonhosa!».

A minoria fidalga estava então convencida que tinha levado a maioria da Academia a submeter-se-lhe, quando era exactamente o contrário que se dava. O «nível» ia-se de facto estabelecendo, porque cada vez havia menos ricos, porque as classes médias principiavam a dar maiores mesadas aos filhos, porque estes adquiriam hábitos de vida mais cuidada e sobretudo porque na Briosa principiaram a aparecer em grande número inteligências verdadeiramente privilegiadas, rapazes a quem o tempo chegava para estudarem a fundo as matérias dos seus cursos e para alargarem os seus conhecimentos com leituras aturadas e com discussões intermináveis nos cafés e nas «repúblicas».

Além desta separação outras havia entre os estudantes de Coimbra. Eram diversas as mentalidades dos estudantes das diversas faculdades, sendo notórias as diferenças de modos de pensar e de proceder entre os estudantes de Direito, de Medicina, de Matemática e de Teologia. A Filosofia quase não era, infelizmente, faculdade, raros sendo os estudantes que se limitavam aos valiosos e importantes estudos que constituíam o seu programa. As diversas cadeiras de Filosofia, a Física, a Química, a Zoologia, a Botânica, a Geologia e Mineralogia faziam parte dos cursos de Medicina e Matemática.

Neste último curso entrava também a cadeira de Economia Política, da Faculdade de Direito. Mas os lentes de Direito não davam a menor importância aos estudantes de Matemática, e nada se esforçavam para expor as noções de Economia Política com a profundidade que espíritos habituados aos raciocínios matemáticos exigiam. Em regra não costumávamos ser, nós os de matemática, chamados à lição de Economia Política. Éramos poucos, sentávamo-nos numa bancada à parte e aproveitávamos o tempo a ler quaisquer livros ou a estudar os assuntos que nos interessavam. Mas um dia o lente de Direito que regia economia política (já não me lembra o nome dele) disse virando-se para nós: «Previno os senhores alunos de matemática que terei de os chamar, uma vez por outra, à lição», e principiou a sua exposição. Pus-me a ouvir o que ia expondo. Ao sairmos da aula os meus condiscípulos disseram-me: «pois que estiveste com tanta atenção àquela maçadoria, serás tu o chamado». Na próxima aula todos «meteram farpas» (acto de entregar ao professor, à entrada, bilhetes a pedir dispensa da lição)

e eu fui chamado. A prelecção tinha sido feita sobre a «Produção da Riqueza» e o professor falara mais de uma vez em Stuart Mill. Ora eu levava para Coimbra, da livraria de meu pai, uma edição em inglês dos «Principes of Political Economy», para a hipótese de ter de estudar qualquer coisa para a cadeira de Direito, em que tinha de me matricular. Por outro lado já nesse tempo principiaram a circular pela Academia folhetos socialistas e num deles apresentava-se, em resumo, «O Capital» de Karl Marx. Adquiri-os e a sua leitura levou-me a comprar as obras de Proudhon. Dizei, a propósito, que de tudo que li no meu tempo de estudante de Coimbra e da Escola do Exército nada teve tanta influência sobre mim como os livros de Proudhon. Tinha nesse tempo bastante dificuldade em discursar e ainda hoje a tenho, pois nunca fui orador. Nos estudos que então mais me absorviam — os matemáticos — a exposição quase se fazia em silêncio, escrevendo fórmulas na pedra, deduzindo umas das outras, chegando a conclusões, tudo acompanhado de poucos monossílabos. Procurei ser preciso. Lembra-me ter dito que, ouvindo citar ao lente Stuart Mill tinha ali aberto, diante de mim, o seu, principal livro, em inglês. Esse escritor afirmava que para produzir riqueza eram necessários certos elementos ou meios, como sejam ferramentas, materiais diversos, a terra, etc., etc., e principalmente o trabalho humano. Isto é evidente. Mas Sua Majestade, diz também que além do trabalho e daqueles elementos era indispensável para produzir riqueza haver capital; isto é, riqueza anteriormente produzida. O mesmo dissera o Sr. Professor, seguindo Sua Majestade.

Pedi vénia para discordar.

E quase transcrevo agora por completo os apontamentos que ainda conservo entre as páginas daquele volume de Sua Majestade.

Pondo a questão em linguagem matemática diremos com Sua Majestade que a riqueza R é a função do trabalho humano T , actuando sobre elementos E com o auxílio de uma riqueza R já anteriormente adquirida pela mesma forma. Teríamos a expressão:

$$R = f(T, E, R)$$

e assim determinada grandeza seria produzida em parte à custa de si mesma, o que constitui absurdo matemático e físico.

Passando das abstrações para os factos fácil é ver como as coisas se passaram, continuei eu.

Evoquemos um homem primitivo do tempo da pedra lascada. A sua inteligência em desenvolvimento faz-lhe ver que a morte de certo mamífero lhe será útil para se agasalhar com a sua pele e para comer a sua carne. Servindo-se dos materiais que o cercam fabrica com o seu trabalho uma arma com a qual tira a vida àquele e a outros animais. E assim produziu riqueza — peles e carnes — com o seu trabalho e com as armas que fabricou.

Nesta operação, nesta criação de riqueza não entrou qualquer capital. Outro exemplo, e este de aspecto agrícola.

O homem primitivo, o mesmo ou um dos seus descendentes, descobre a utilidade do que se chama a sementeira, observando que dum único pé de trigo, pode fazer nascer, mediante as sementes que produz, vinte, quarenta ou mais pés de plantas. Terra não lhe falta e, assim, como soube inventar as armas para caçar, inventa as primitivas alfaias agrícolas, começa a fazer colheitas e a ter celeiros. Toda esta riqueza cerealífera foi conseguida sem o que se chama capital.

De modo que somos forçados a concluir que, se estes processos primitivos se tivessem mantido na sua essência, aperfeiçoando-se com a cada vez maior experiência, com a cada vez mais desenvolvida inteligência e com o auxílio da vida em sociedade, a produção da riqueza seria hoje apenas uma função do trabalho humano e de elementos naturais que a inteligência humana ia formando e transformando. Em nada interviria o *capital* na produção dessa riqueza.

Mas não há dúvida que o *Capital* existe hoje e que ele influi na produção da riqueza que actualmente se produz.

Como apareceu esse capital e com ele a forma tão generalizada hoje de produzir riqueza, a única capaz de produzir grande acumulação de riqueza?

E, na resposta, sente-se a influência de Marx e Proudhon.

Pela apropriação da terra levada a cabo por uma minoria de homens, mediante violência exercida sobre outros, e, seguidamente, pela exploração do trabalho de outros homens. Nasceu a exploração do homem pelo

homem e as suas manifestações principais: a escravatura, os servos de gleba, os proletários. Qualquer destes regimes criou capital, mas o terceiro é o que cria mais rapidamente e em mais quantidade.

O bedel abriu a porta da aula e proferiu as habituais palavras: «deu a hora».

O lente olhou-me entre risonho e severo e disse: «estou satisfeito, vejo que estudou, ainda que as suas conclusões são muito discutíveis». Se o eram, bem o senti pela minha longa vida fora.

Mal sabe muita gente que foi esta talvez a primeira vez que se fez em Portugal uma conferência marxista.

No que fica escrito há modos de dizer que hoje não empregaria. A análise matemática, que hoje reconheço pouco rigorosa, foi a que acabo de apresentar; no resto, o aturado estudo que tenho feito destas doutrinas talvez me levassem a modos de dizer diferentes dos de então. Nesse tempo nenhuma doutrina social tinha, e o meu espírito de rapaz de 20 anos estava longe de estar formado. Hoje creio firmemente que o *regime capitalista* em que vivemos é um grande mal, mas também não sou *comunista* e muito menos *bolchevista*, e em Karl Marx, que grandes verdades disse ao mundo, não me é possível apoiar qualquer sistema social.

Uma das coisas curiosas dos meus quatro anos de Coimbra foi o desconhecimento da quase totalidade da Academia do que se estava passando no mundo e que tanto iria influir no destino de Portugal. Afirmo que foram muito poucos os estudantes do meu tempo de Coimbra, que tiveram conhecimento da Conferência de Berlim. Os anos que passei na escola académica foram para mim incomparavelmente mais cheios de vida nacional do que os quatro que passei em Coimbra.

Se não fosse o Francisco Barbosa, também eu não teria dado pela Conferência de Berlim. (Esta conferência abriu em 15 de Novembro de 1884 e fechou em 26 de Fevereiro de 1885).

O Francisco Barbosa foi por certo o estudante mais inteligente e mais culto dos muitos com quem convivi na minha longa carreira académica e nos primeiros anos após a minha saída da Escola do Exército. Foi sempre para mim um enigma a maneira como ele conseguia arranjar tantos livros, revistas e jornais. Além das portuguesas lia publicações de todo o género,

em inglês, alemão, francês, espanhol e italiano. Era bastante mais velho do que eu, e mais tarde, pouco tempo antes de eu partir para a Índia, tive desconfianças de que ele pertencia a uma sociedade secreta de intelectuais, de carácter universal. Morreu pouco depois da minha partida, coitado... Uma noite em Coimbra, depois de eu me ter referido aos acontecimentos de carácter colonial que se deram durante a minha vida de estudante da escola académica, o Xico Barbosa disse-me «mal tu sabes o que nos aconteceu» e narrou-me nas suas linhas gerais o que tinha sido a Conferência de Berlim e o que ela representava de nefasto para nós. Como eu me indignasse em vista da maneira como os nossos interesses tinham sido defendidos, o Barbosa fez aquele trejeito triste e desolado que todos lhe conhecíamos, quando ele nos falava da «fatalidade das coisas», que a ele tanto o perseguia.

Mas que fazer então, perguntei. «Diligenciar não deixar ir o resto», respondeu. Segui, sempre que me foi possível, este conselho.

No dia seguinte contei o caso ao Fernando Brederode, um dos meus grandes amigos de então. Alguma coisa sabia já, e prometeu-me que nas proximidades das férias da Páscoa se poria em Lisboa, por completo, ao facto do que se tinha passado.

E assim, pouco a pouco se foi alargando o círculo dos que falávamos da Conferência de Berlim. Iam-se conhecendo detalhes e a nossa indignação e os nossos propósitos de desforra, de obter compensações, iam subindo de dia para dia. Nunca me esqueceu o que nesse tempo sofreu a minha alma de novo e ardente português.

Num livro que muitos anos depois publiquei, escrevi as seguintes palavras:

«A geração portuguesa que estava nas escolas em 1885, e que pouco depois entrava na vida pública, não esqueceu as horas amargas em que assistiu ao derruir de enorme parte das suas aspirações na África. Essa lembrança explica muita coisa, como muita coisa explica também o facto de não terem passado por esse transe os que estão agora a tomar posições na vida nacional ou nela figuram há poucos anos».

«Agora» era 1925, que foi o ano em que escrevi o meu livro «A Província de Angola».

V

ASSIM FUI ENTRANDO NO MUNDO

O meu pensamento de homem público, os primeiros elementos, indecisos e pouco definidos, da «linha de acção» que tão firmemente havia de seguir mais tarde, surgiram no meu espírito na ocasião do *Ultimatum* da Inglaterra, de 10 de Janeiro de 1890. Nessa data ainda não tinha feito vinte e três anos.

É curioso, aquilo que comigo se passou naqueles dias históricos de indignação nacional e que tanta influência tiveram na minha vida futura está intimamente e espiritualmente ligado à senhora que foi minha mulher.

Tive-a a meu lado, consoladora e inspiradora, desde os meus primeiros passos na vida da Nação.

E assim, prosseguiu tranquilamente e sem nada de notável o meu curso, que terminei no verão de 1890. Tive então de fazer o tirocínio de três anos nas três armas de infantaria, cavalaria e artilharia, para poder entrar no Corpo do Estado-Maior do Exército. Escolhi Cavalaria e, promovido a alferes, fui colocado em Cavalaria 4, cujo quartel era em Belém. Conheci nesses três anos o que era o Exército português, cujas qualidades de sacrifício, de nobreza, de lealdade e de absoluta e quase religiosa camaradagem se mantinham intactas. Os chefes tinham como deveres principais o ser independentes perante os partidos políticos e garantes dos seus subordinados, salvo se praticassem actos indignos. Tinha-se a fé no nosso valor militar, fortalecido pelo que tantos oficiais estavam fazendo em África, a partir dos resultados funestos da Conferência

de Berlim. No conjunto, não se notavam nem monárquicos nem republicanos no exército.

O que se queria era uma boa administração das coisas públicas e o engrandecimento da Nação. Os monárquicos ferrenhos, por tradições de família, educação e crenças, e os republicanos exaltados pelo feito liberal, leituras e comícios, eram respeitados.

Todos vivíamos irmãmente. A corte de D. Carlos teve, porém, uma influência funesta no exército. Principiaram a tirar-nos da nossa missão militar da nossa função de receptáculo da civilização nacional que tínhamos de continuar a expandir no mundo, da nossa qualidade suprema de um organismo ao serviço exclusivo da Nação. Quiseram fazer do exército um instrumento de defesa do trono. E isso foi uma das causas principais da queda da monarquia e também, em grande parte, o início da transformação daquele exército que tanto amei, quando me fizeram oficial e que consegui galvanizar durante a Grande Guerra. Tive, também, ocasião de conhecer, durante aqueles anos, o meio político que, após a morte de D. Luís (Outubro de 1889) se formara em Portugal. E principiou então uma das piores épocas da minha vida.

A sensação que me ficou da vida nacional metropolitana destes anos pode representar-se por uma planície estéril, sem qualquer relevo e sem horizontes que a esclarecessem; para qualquer lado que me volte a perscrutar hoje a vida pública desse tempo, vejo um negrume, pesado como chumbo, que obrigava a imobilizar-me ou a mover-me lentamente, às cegas, quase de rastos. De que me recordo desses longos anos, durante os quais decorreu a minha idade dos 25 aos 31? Mal eu sei. Foram os piores anos da minha vida. Hoje creio que pouca saúde tive durante eles, que um grande mal oculto me dominava, que a saída de Portugal fez desaparecer. Foi a minha salvação a minha partida para a Índia.

Bem ou mal, os anos que decorreram de 1890 ao 1898 marcaram na minha vida profundamente. Tenho de fazer um esforço para me recordar do que neles se passou de essencial para a formação do meu espírito, para destacar dessa nublosa época as pedras brancas e negras que foram ficando ao longo do meu caminho. Será difícil...



Norton de Matos,
tenente de Cavalaria 4,
na época das suas relações com Mouzinho

Hesitações, absoluta dificuldade de adaptação a um meio inteiramente contrário ao meu íntimo sentir, algumas loucuras de mocidade, desfalecimentos de vontade, mas ao mesmo tempo um grande sentimento de dignidade, de lealdade, de ausência completa de inveja ou de maldade, que nunca permitiram durante a minha longa vida a prática de qualquer baixeza por leve que fosse.

Parti para a Índia em meados de 1898...

VI

A NOSSA SORTE EM ÁFRICA

Pesou sempre sobre mim, e nunca mais deixou de pesar, a atmosfera externa criada por três factos históricos que caldearam a minha formação de português em contacto com habitantes de outras nações. São eles: o convénio negociado por Andrade Corvo e Morier, em 1870, sobre Lourenço Marques; a Conferência de Berlim, de 1884-1885; e o *Ultimatum* da Inglaterra, em 1890.

Constituem eles os três primeiros capítulos de um outro livro que estou escrevendo e que não sei se terei tempo de concluir.

Deixaram-me esses três factos para sempre uma triste certeza da nossa incapacidade governativa perante os problemas fundamentais da grandeza nacional, de uma grande inércia, da falta de energia e de amor pelo «estado de acção» necessários para resolver as dificuldades contando apenas connosco, da ausência de coragem para nos abalancharmos a obras que exijam muitos anos para se realizarem, de defeitos constitucionais, de inveja e de baixa emulação que não nos consente ver gente da nossa terra a erguer e a criar seja o que for, de uma grande facilidade admirativa perante os estrangeiros, donde a tendência nacional para nos deixarmos prejudicar, ludibriar e inferiorizar. A isto chegamos, pensava eu, após termos revelado extraordinárias e quase sublimes qualidades na formação da nação, na sua consolidação, no seu alargamento. Muito perdemos em terras, em influência e em brio, proclamava o meu pessimismo. Muitos reagiam ainda, por certo, e o sangue escaldava-me nas veias ao ver a maneira como era tratada a

heroicidade de muitos oficiais que estavam no ultramar a diligenciar galvanizar o corpo moribundo da Nação. Chamam hoje a esse conjunto de actos individuais, sem dúvida heróicos, a «epopeia africana» que se estendeu pelos vinte anos que precederam a Proclamação da República, quase esquecendo, neste tempo de exageros, a significação desta palavra grega. Foi sem dúvida uma época grandiosa, mas faltou-lhe a unidade de acção, a consolidação, e, quase sempre, a aplicação do princípio colonial por excelência de que só a administração civil e as obras de fomento podem transformar em utilidade palpável a ocupação militar por mais brilhante e heróica que ela seja. Em Angola os massacres do Humbe, que se sucederam de 1885 a 1897 enchiam-me a alma de tristeza. Pobre conde de Almoester! Vivemos dois anos em serviço militar e em estreita camaradagem, em Cavalaria, sob o comando da admirável figura de Queiroz. Continuámos sempre amigos e vi-o partir para África com tristeza e com o coração confrangido. A necessidade obrigava-o, mas não era homem para aquilo. Seguiu-se a expedição vingadora de Artur Paiva, homem de acção. Não lhe foi possível passar o Cunene em consequência da pequena coluna que comandava e que mal tinha mil homens. Retirou, o que mais animou os nossos verdadeiros inimigos. E assim se prosseguiu, enviando pequenos núcleos de forças que eram derrotadas ou derrotavam o inimigo, e que retiravam depois, deixando sempre atrás dele desprestígio para a nossa acção, revelando a nossa incapacidade de ocupação.

Foi desta forma que a ocupação do Sul de Angola, iniciada em 1885 só foi terminada em 1915 pelas forças do general Pereira de Eça, grande chefe e grande amigo. Levou 30 anos o que devia ser feito no máximo de cinco.

Em 1885 foi derrotado e morto o capitão Andrade; pouco depois um oficial de segunda linha, Pedro Chaves, consegue bater os cuanhamas, mas retira apressadamente; o mesmo acontece a Padrel que, apesar da sua brilhante conduta, mal evitou o segundo massacre; em 1897 dá-se o massacre do conde de Almoester; em 1898 Artur Paiva, depois de uma campanha brilhante, pára diante do Cunene e retira; em 1904 tem lugar a terrível derrota, mais massacre do que derrota, sofrida pela coluna de Aguiar, também um dos meus grandes amigos. Seguiram-se as campanhas vingativas de Roçadas (1905 a 1907). Eu estava na Índia desde 1898 e exulteí com as notícias de vitórias que lá me



General Pereira de Eça,
o pacificador do Sul de Angola

chegavam, mas temi porque reconheci que mais uma vez nos arriscávamos a ser massacrados: — as forças de Roçadas, com um efectivo de mil e quinhentos estiveram em verdadeiro perigo de serem aniquiladas pelos 20.000 pretos que se lançaram sobre o pequeno quadrado. Muñilo foi um verdadeiro milagre, devido às cargas milagrosas de Martins de Lima e das forças da Marinha. Ora eu nunca tive temperamento milagreiro... E o Sul de Angola ainda não ficou completamente ocupado. Lá estavam os Cuanhamas, insubmissos e manejados pelos alemães. Muito me deram que pensar todas estas Campanhas do Sul de Angola. Concorreram muito para a minha iniciação colonial.

Vi claramente que estávamos a seguir uma política de desperdício de forças, de vidas e de heroísmos, enviando pequenos núcleos de tropas em completa desproporção com a missão a realizar, fazendo-os correr o risco de massacres sucessivos, mandando-os retirar logo após a vitória, quando vitória havia. O único militar que teve verdadeira visão do Sul de Angola foi João de Almeida. O seu plano de ocupação ia além da ocupação militar, estendia-se sobre o território, à romana. Por isso contei levá-lo comigo para Angola quando para lá fui como alto-comissário. Não quis; tinha ambições maiores.

O que vi desde os primeiros anos de observação e de estudos coloniais, mesmo antes de embarcar para a Índia, é que estávamos a bater com as mãos no ar, que nenhum plano de conjunto tínhamos e que nos atirávamos à sorte e ao acaso, ao sucesso de actos individuais.

Por essa razão, quando Mouzinho me deu a honra e a grande prova de apreço de me convidar para seguir com ele para Moçambique, tive a coragem de declinar esse convite. Sonhava outra acção colonial. Em outras regiões de Angola procedia-se de forma idêntica ao que acabo de apontar para o caso do Sul. Em Moçambique houve mais sorte e talvez mais brilho, mas a nossa sorte na África teria sido outra se, desde 1884 (ou talvez antes) se tivessem mandado para Angola e Moçambique grandes expedições militares e grandes governadores que fizessem seguir à ocupação militar a ocupação civil e as grandes obras de fomento. Tudo isso veio, é certo, mas fora de tempo. Moçambique foi, porém, para mim, uma grande lição.

Continuámos a ter Moçambique quase completamente desguarnecida. Tivemos de acordar em fins de 1894. Nomeámos António Enes, alto-comissário, demos-lhe poderes, cercámo-lo de uma brilhante plêiade de

oficiais, a mais brilhante talvez depois de Aljubarrota e a conquista do Oriente, e Moçambique principiou a ser uma grande colónia portuguesa. Principiou, mas, como do costume, parou-se pouco depois e não se levou a obra a cabo. Houve, porém, até à Proclamação da República e graças a Freire de Andrade, mais continuidade do que em Angola.

A obra em Moçambique principiou em Janeiro de 1894 e como à frente dela estava Enes, foi simultaneamente militar e civil. Como militar foi constituída por episódios brilhantes mas sem qualquer plano de conjunto; como administrativa foi pouco duradoura.

Enes, que se deveria ter demorado em Moçambique uns dez anos, voltou rapidamente para a metrópole, ao terminar de 1895. A bordo do «Zaire» vieram com ele Galhardo, Sousa Machado, Couceiro, Freire de Andrade, Ornelas e não me lembra quem mais. E eu mais uma vez perguntava porque não ficaram mais tempo para consolidar a ocupação, para organizar, para fomentar, para criar...

Ficara Mouzinho, um dos maiores capitães da história com o seu punhado de heróis, para levar ao rubro o seu prestígio com a prisão do Gungunhana e para dar os primeiros passos e praticar os primeiros actos de coragem cívica para a dignificação dos governos coloniais, que foi subindo, subindo (com algumas soluções de continuidade, é certo) desde Março de 1896 (nomeação de Mouzinho para governador de Moçambique).

Mais do que tudo me doeram os procedimentos havidos com Enes e Mouzinho. O primeiro pouco me interessava. Admirava a sua inteligência, o seu brilho literário e verifiquei que tinha sabido ser chefe e administrador, mas não tinha arcaboço para se deixar empolgar, dominar, pela grande obra colonial. E nisto está tudo: só os homens do estofa de Albuquerque, Dupleix, Clive, Warren Hastings, Faiherbe, Gallieni, Lyautey, que são capazes de pôr acima de tudo a civilização, o progresso, o engrandecimento, o ressurgimento de territórios cheios de riqueza potencial, mas atrasados, parados ou decadentes, merecem o nome de grandes. António Enes pensou talvez que o seu brilhante papel em Moçambique lhe serviria de pedestal para uma situação política de grande magnitude na metrópole. Esqueceu que a nossa História mostrava, por dezenas de exemplos, que os coloniais de valor não medram em terras metropolitanas.

Além disto deu, com pouca oportunidade e elegância, uma reviravolta em atitude religiosa. Foi levado, como tantos outros, e dos melhores, pelo feitiço encantador da política feminina da rainha... É certo que tinha pouca saúde e contados os anos de vida. Era digno de melhor sorte.

E tudo isto eu ia meditando nesses anos para mim tão cheios de dúvidas, de incertezas e de doenças, de 1894 a 1898.

Quanto a Mouzinho a minha admiração não tinha limites: a ida para Moçambique, a heroicidade sem par, a visão sublime que o levou a jogar a cartada da prisão do Gungunhana; o admirável governo de Moçambique; o orgulho fulminante do seu pedido de demissão; a entrega que fez de si mesmo ao rei e à rainha, que em vez de o manterem no seu papel de grande colonial o nomearam aio do Filho... *Sunt lacrimae rerum...* Esta nomeação por mais alto que fosse o seu significado dentro do mito-realeza, representou aos meus olhos uma completa *déchéance* e, estou certo — eu que vivi uma íntima camaradagem de oficial de cavalaria com Mouzinho, e a quem a admiração e o respeito que por ele senti desde a primeira hora, me fizeram observar intensamente — que Mouzinho foi o primeiro a sentir-se diminuído. Por isso, quando já na Índia, me chegou a notícia do seu suicídio, em 3 de Janeiro de 1902, não me admirei deste destino do herói. Recordei a sua brilhante e tão curta carreira, e veio-me à boca, naquela hora em que, na minha barraca de campanha, sem um amigo, sem um europeu a meu lado, me chegou a tremenda notícia, o sabor de desprezo que tinha sentido na metrópole, ao seguir, passo a passo, a cabala em que o envolveram, a guerra de morte que lhe votaram, em face da sua superioridade e da sua grandeza. Mais se acentuou então o asco pela vida política que se vivia em Portugal e que tanto marcou para sempre no meu feitio de homem público.

Essa inveja, essa animosidade não era só contra Mouzinho. Eu sentira-a em Lisboa contra todos os homens, todos os actos que roçavam pela glória e pela grandeza. Eram constantes as palavras depreciativas sobre o que se ia passando em África, naquela época heróica. Uma vez um jornal, depois de telegramas em que se davam notícias de vitórias e indicavam o número de pretos mortos em combate, publicava um *suelto* em que se pedia aos heróis brancos «que deixassem alguns pretos para semente»... Por outro lado, principiava a realeza a pretender chamar a si as glórias africanas.



O grande Mouzinho

Houve propósitos de cortesãos na preparação da recepção de Mouzinho. Tirou-se-lhe o carácter popular e espontâneo.

A ida da expedição à Índia, comandada pelo infante D. Afonso, não caiu bem. Sentiu-se a desproporção entre tão pomposo envio de tropas e a pequena região revoltada e o insignificante número de revoltosos. Depois o telegrama anunciando o glorioso feito da sufocação da revolta pelas tropas do infante, que tinha levado aos mais altos picos dos Gathes a sua artilharia, cobriu tudo aquilo de ridículo, a que só o esquecimento valeu... Continuava o país a não sentir as colónias, a sua missão colonial, em consequência da indiferença quase geral dos seus governantes. Por mim continuava a ver que a grandeza nacional estava absolutamente ligada ao desenvolvimento e progresso das colónias. Sem elas, ou com esses territórios abandonados e desprezados, nada poderíamos ser. Cada vez a administração colonial me atraía mais.

Dos homens que tomaram parte nas campanhas gloriosas fiquei a venerar Caldas Xavier, como o herói máximo; Galhardo como o tipo perfeito do oficial superior do meu tempo de aspirante, de alferes e tenente, em que tão admiráveis chefes militares conheci; Enes pela visão que teve da única maneira de transformar as nossas colónias em verdadeiros factores da grandeza nacional; Paiva Couceiro, cujas brilhantes qualidades permitiram transformar o soldado em grande administrador; e, sobre todos, Mouzinho, mais como procônsul do que como herói e, principalmente, pelo seu consciente orgulho de português, baseado na certeza de que nós, em matéria de colonização, podemos fazer mais e melhor do que as outras nações e pela altivez com que repelia as ferroadas dos ineptos e dos inferiores que na metrópole queriam absorver a acção colonial.

SEGUNDA PARTE

OPINIÕES E CONCEITOS

Ensaio, artigos e discursos

(Página deixada propositadamente em branco)

I

PROMETEU

O artigo que vai ler-se, foi escrito há dez anos, contados quase dia a dia. Repito o gesto de então e ponho-me mais uma vez a reler o Prometeu, e desta vez na bela tradução de Lecaute de Lisle. Desde muito novo que me habituei a ler o que nos chegou da literatura da Grécia antiga. Na biblioteca de meu pai, existiam todas essas obras em traduções francesas da primeira metade do século XIX. Lembro-me que os volumes com as comédias de Aristófanos estavam cheias de notas em latim, língua em que se traduziram versos escabrosos, que não figuravam no texto francês. Muito aumentei então os meus conhecimentos do latim que aprendera com o velho Franco, na escola académica.

O Prometeu, que Ésquilo nos apresenta no momento do seu doloroso martírio, é dos livros que mais tenho lido. Seduz-me, mais que a pujança da inteligência e da alta missão humanitária do semi-Deus, o seu formidável desprezo contra o poder e a força baseados na injustiça e na violência.

Nunca a ironia humana subiu tão alto. Vibra como engastada nos versos do poeta e nada lhe resiste, a todos domina, tudo cai e se aniquila perante a sua acção. Mas também nesta tragédia a ternura humana se eleva como poucas vezes. Com que doçura fala Prometeu aos seus irmãos, lastima sofrimentos

iguais aos seus, e se dirige à mãe nos momentos mais cruciantes do seu martírio: sagrado respeito de minha mãe...

É nos domingos que escrevo estes artigos. Ontem à tarde (Outubro de 1933) li a notícia da retirada da Alemanha da Sociedade das Nações e gastei uma parte da noite a ler recortes de jornais que relatam actos praticados pelo regime hitleriano.

Trouxe-me esta madrugada um dia cheio de luz, suave e tépido, como outros não há no mundo. Tudo está tranquilo neste canto de Algés, as árvores ainda cheias de seiva e os crisântemos principiam a mostrar-nos as suas grandes e exóticas flores. No fundo da paisagem que contemplo da janela do meu quarto, o Tejo e os montes da outra banda enlevam-me com o contraste harmonioso das suas cores. Deixemos, por hoje, o presente, as minhas grandes preocupações coloniais, o que vou vendo e notando na política económica e social da nação. Bastou o que ontem li.

O desgosto dos homens e das coisas actuais faz-me voltar os olhos para o passado. Tirei da estante um livro da colecção Budé e pus-me a reler o Prometeu de Ésquilo. Poucos minutos depois estava a 2 500 anos da Alemanha e da nossa política colonial.

É consolador verificar, nos tempos que vão correndo, quanto a dignidade humana tinha subido na Grécia, há 25 séculos, Prometeu é um super-homem, um deus, se se quiser, feito à imagem do homem, mas emancipado das superstições, dos dogmas, das crenças primitivas. É a personificação do pensamento humano, cuja independência força alguma pode destruir, e da íntima liberdade do indivíduo, a quem tiranias e pressões fazem sorrir, desprezando-as. É a inteligência humana, nas suas manifestações morais, artísticas e científicas, livre da morte, eterna.

Que tudo se levante contra mim e venha sobre mim, que o poder humano, em todos os seus tremendos aspectos, individuais ou sociais, pese sobre mim, que a própria terra se abale e se convulsione para me destruir: «nada e ninguém me poderá matar». O que a minha existência tem de espiritual, a minha inteligência, portanto, perdurará eternamente.

Prometeu é a sublimação do homem. Mas se foi possível ao grande dramaturgo traçar este admirável quadro é porque os modelos existiam em

torno dele e porque em si próprio encontrou um modelo. É uma humanidade real a que ressalta do drama.

«Homem de pensamentos ousados».

Como homem sente a dor, tem fraquezas porque se lamenta, mas não desanima nunca. A sua influência estende-se aos seus algozes. Héfaistos, o ferreiro celeste, comove-se e lastima-o e, indignado, diz ao poder que, ajudado pela Força, arrasta Prometeu para o local do suplício: «O teu cinismo é sempre igual à tua crueldade», vergastada genial em toda a tirania. Ao ver-se obrigado a ligar Prometeu ao rochedo, exclama: «Ofício mil vezes odiado o meu». E ao referir-se a Zeus que acaba de destronar o pai diz: «Um tirano recente é sempre cruel».

As primeiras palavras de Prometeu, depois do longo e dramático silêncio em que se mantém durante toda a sua dolorosa crucificação, são uma confissão de fé panteísta. Nenhum deus do Olimpo lhe merece a menor referência — «Éter divino, ventos de asas rápidas, águas dos rios, sorrisos inumeráveis das ondas do mar, Terra mãe dos deuses e tu Sol que tudo vês, eu vos invoco».

O homem conhece o seu destino: «Não sei eu inteiramente qual será o meu futuro? Nenhuma desgraça cairá sobre mim sem eu a ter previsto. Devemos suportar de coração alegre a sorte que nos cabe e compreender que não se luta contra a força do destino».

Mas o homem, senhor dos seus destinos porque os conhece, sabe que há outros homens que ainda não chegaram a esse estado de perfeição humana. Esses homens carecem da protecção, do amor dos homens superiores. É esta a grande missão de Prometeu e por essa razão os deuses, todas as forças de reacção que exploram a humanidade ignora, o odeiam e o fazem sofrer. Caiu sobre mim o ódio dos deuses, por muito ter amado os homens».

Os gritos de dor humana aparecem a cada instante, não somente pelas dores do seu martírio, mas sobretudo por ver que o seu sofrimento serve de doce espectáculo aos que o odeiam. Porque o não lançou Zeus no Tártaro impenetrável? «Assim, exposto à vista de todos, miserável, sofro a alegria dos meus inimigos».

A crítica, a ironia contra o deus supremo revela claramente o pensar dos intelectuais, contemporâneos de Ésquilo — «Zeus exerce o seu poder

sem regra alguma a dirigi-lo». «Zeus é cruel e mantém o Direito à sua descrição», a única regra da sua conduta é portanto o seu capricho. «O meu sofrimento será funesto para Zeus».

Quais os benefícios feitos por Prometeu aos homens que tanto ama? «Sim, eu liberei os homens da obsessão da morte. E que remédio descobriste para esse mal? Dei-lhes cegas esperanças». E o corifeu comenta: «Poderoso reconforto que nesse dia deste aos mortais». E Prometeu continua: «E fiz mais, dei-lhes o fogo que lhes ensinará artes sem número». «Auxiliando os homens chamei sobre mim sofrimentos».

Todo o recitativo (versos 440 a 483) de Prometeu, expondo o que fez pelos homens, é admirável e revela sem a menor dúvida que se trata de uma acção civilizadora, exercida por homens superiores sobre entes humanos ainda envolvidos nas faixas de uma infância primitiva: «Escutai as misérias dos mortais e como das crianças que eles eram eu fiz seres dotados de pensar e de razão. Nas primeiras idades viam sem ver, escutavam sem ouvir e passavam a sua longa existência como num sonho desordenado e confuso. Não conheciam as casas construídas com tijolos, não trabalhavam a madeira. Viviam como formigas debaixo da terra ou em cavernas onde não entrava o sol. Não conheciam as estações. De mim aprenderam a ciência árdua do nascer e do pôr dos astros, a ciência primacial, dos números e a seguir a das letras reunidas, memória de todas as coisas. Ensinei-lhes a domesticar e a utilizar os animais e a atrelar aos carros os cavalos e os bois, a fabricar barcos veleiros... E o desgraçado que tanto inventou em favor dos mortais, não pode descobrir a maneira de se livrar da sua miséria presente».

São estas palavras um rápido e pálido resumo do genial recitativo. Calçadas sobre a tradução francesa, constituem, por certo, mais uma profanação dos surpreendentes versos gregos. Mas o espírito desses versos vive inteiro em nós portugueses, que há tantos séculos lançámos mão à obra de transformar raças primitivas...

Aproxima-se o final do drama. Prometeu ressurgirá: «Só depois de me ter dobrado sob o peso de mil dores, de calamidades sem número, poderei evadir-me destes laços». Depois da terrível imprecação contra Zeus, em que Prometeu anuncia a queda da divindade suprema, o corifeu diz-lhe: «Não

tens medo de proferir tais palavras?». E Prometeu responde: «Que pode temer quem não pode morrer?».

Preparam o fim do drama as palavras de revolta, de cortante ironia, de desprezo infinito, dirigidas a Hermes, o mensageiro de Zeus que lhe vem propor um acordo: «Lacaios dos deuses, volta para o local donde vieste. Eu não trocaria a minha desgraça pela tua situação de serventuário».

E quando a tempestade desencadeada por Zeus vai produzir o cataclismo final, que sepultará Prometeu sob os destroços do rochedo a que está ligado, o protesto final, cheio de piedade filial e de confiança no saber humano: «Sagrada majestade de minha mãe e tu, Éter, que fazes correr em torno do mundo a luz a todos oferecida, tomai bem nota das iniquidades que caem sobre mim».

Através desta glorificação de Prometeu, do saber, da inteligência, da dignidade humana, o drama deixa transparecer a preocupação de ordem social que encontramos em todas as obras de Ésquilo — «Todo o exagero tem de ser punido, arrasta consigo males tremendos». Prometeu foi além do que é legítimo na sua luta pelo bem dos homens. Perturbou a ordem social estabelecida. As forças conservadoras não o poderão matar, porque a ideia é imortal, mas conseguirão fazê-lo sofrer, inutilizá-lo por muitos anos, por muitos séculos talvez.

Não é sempre assim?

Algés, Domingo, 15 de Outubro de 1933.

(Página deixada propositadamente em branco)

II

SURSUM CORDA

Revela-se neste artigo uma das melhores horas da minha vida. Vi então a possibilidade de um renascimento e convenci-me de que, a seguir à Exposição Colonial do Porto de 1934 e às manifestações de variada espécie, mas todas imbuídas do mais alto significado nacional, que ali se produziram, se seguiria uma grandiosa obra de colonização já lá vão dez anos. Parece que soprou qualquer vento mau que queimou boas vontades e patrióticas intenções.

Também neste artigo se revela um facto que desejo assinalar nestas «memórias» de tempos já distantes. Nada, nem divergências de princípios e de ideais, nem contendas havidas, nem malquerenças que senti a adejar em torno de mim, nem injustiças tremendas, e até o perigo de me iludir me fez hesitar um momento sequer em elogiar, em abraçar e até em diligenciar sublimar tudo o que me parecem concorrer para a grandeza, para o prestígio, para o bem do meu país.

Quando se escrevem «Memórias» e coisas dessa natureza como são as que estou escrevendo a propósito de meus velhos artigos, temos de cair por vezes em coisas íntimas. Uma dessas coisas me aparece agora, de infinita tristeza. Aquela magnólia, de que falo ao abrir o meu artigo, não poderá cobrir bisnetos meus. Não permitiu que eles pudessem nascer, a morte que tudo destrói...

Eis-me de novo na tranquilidade da minha casa de Algés, casa que edifiquei pedra por pedra, adorno por adorno, móvel por móvel, lentamente, à medida que as minhas forças mo iam permitindo. Nela existem azulejos que, já velhos, foram adquiridos há cem anos por meus avós paternos e móveis que pertenceram a quartos e quintos avós meus. No meu pequeno quintal plantei uma magnólia grandiflora que deve dar ampla sombra aos meus bisnetos. E assim vou alimentando, com a projecção no passado e com a visão do futuro, a ilusão de que a nossa vida é eterna...

Voltei ao meu habitual silêncio, apenas interrompido de quando a quando por estes pobres artigos e, de anos em anos, por uma conferência – a de Antuérpia e agora a do Porto, que foi talvez a última. De novo estou quase inteiramente entregue aos meus predilectos estudos de Geodesia e às minhas leituras sobre a civilização Grega. Mas nunca as coisas do império deixam de me dominar e tive nos últimos dias a grande ventura de poder juntar ao material que durante tantos anos acumulei, manifestações da vida nacional que vieram alimentar a chama sagrada que desde há muito em mim se acendeu.

O Congresso Militar Colonial que se realizou no Porto nos últimos dias de Julho foi, para muita gente, uma revelação. Muitas pessoas se admiraram, de facto, de ver a proficiência, o verdadeiro conhecimento de causa como foram tratados por uma assembleia de centenas de oficiais do exército assuntos de carácter militar é certo, mas intimamente ligados aos vários aspectos da administração e governo da nação. Esqueceram essas pessoas que a formação moderna do império foi devida, em grande parte, ao esforço de oficiais do exército, no decorrer dos últimos setenta e cinco anos, que os serviços de administração colonial estiveram exclusivamente, e ainda hoje estão em alto grau, entregues a oficiais do exército, e que a modalidade de administração civil apenas se iniciou no ultramar, a valer, há pouco mais de vinte e cinco anos.

O que houve, porém, de notável nesse congresso foi a manifestação de uma mentalidade colonial quase uniforme, assente em concepções totalmente portuguesas, formando um corpo de doutrina seguro e firme, que claramente revelou que a nação sabe hoje bem o que quer que se faça para valorizar e civilizar os valiosos territórios de além-mar. Nas suas linhas gerais,

e pondo de lado detalhes que em nada destroem aquela uniformidade de vistas, as teses sobrepuseram-se umas às outras em aspirações e projectos de realizações quase idênticas.

Sáimos todos desse notável congresso mais seguros do destino da nação, com mais certeza do valor da obra realizada em tempos recentes, com mais confiança nos trabalhos há tanto tempo iniciados e nem um só dia inteiramente parados e cuja projecção radiante no futuro conseguimos ver, deslumbrados, nos momentos de entusiasmo, de verdadeira grandeza, que o espírito que animou o congresso por vezes nos proporcionou.

Não sei se noutra nação colonial seria possível realizar um congresso desta natureza na sua concepção, na sua formação, nos seus resultados e nas suas consequências. Parece-me que não. É que nós possuímos em mentalidade colonial o que outras nações não têm. O ultramar, na sua espiritualidade e na sua materialidade, é realmente uma parte integrante da nação, vivemos há mais de cinco séculos dele e para ele. E se o Congresso Militar Colonial, o não tivesse provado, está a demonstrar há meses que assim é a Exposição Colonial do Porto.

Trouxe das visitas que me foi possível fazer a essa exposição a certeza absoluta de que constituímos hoje uma nação essencialmente colonial, de que cada vez será mais acentuada esta característica da nossa nacionalidade e de que o estado e os governos, sejam eles quais forem, serão impelidos pela nação a considerarem como a primeira, como muito acima de todas as outras, como a única razão de ser da nossa existência, a questão colonial.

A exposição colonial é um facto histórico que se está produzindo; e com esta categoria de facto histórico esse acontecimento não podia deixar de ser devido ao sentir do povo português. E a circunstância de se ter dado no Porto vem corroborar a minha asserção. Nessa cidade, mais do que em Lisboa, aonde muitos internacionalismos imperam já, a concentração da vida nacional é maior; nela tinha de surgir a data que ficará a representar na nossa história uma larga passada para a definitiva integração na nação dos territórios ultramarinos.

Vejo neste momento a Exposição Colonial no seu conjunto. A funda impressão que ela me causou corresponde à grandeza do império. Para mim isto era o essencial, o meu receio e a minha dúvida. Receio e dúvida

desvaneceram-se por completo. Nada mais quis averiguar neste primeiro contacto. E esta certeza foi-me dada não só pelo que vi e contemplei, mas também pela multidão com a qual me confundi. Lembro-me das minhas primeiras horas na exposição colonial, apenas acompanhado de minha mulher, olhando e arquivando sem quaisquer sugestões, sem necessidade de tomar quaisquer atitudes, animado do mesmo espírito que ao Palácio de Cristal levava centenas de portugueses humildes com que me acotovelava e que ingenuamente exprimiam a sua admiração, o seu respeito, o seu culto pelas coisas que viam eles e eu estávamos ali em romaria, aquele santuário da grandeza da Nação, confundidos em êxtase idêntico, onde não podia entrar a menor parcela de espírito depreciativo.

Que podia eu desejar mais?

(EXTRACTO DO MEU «DIÁRIO»)

«Memorar» é, sem dúvida, a função deste volume e dos mais que se lhe vão seguir... «Recordar» é o trabalho que a mim próprio impus para não meditar demasiadamente... Nas páginas em que tenho deixado as minhas recordações, há referências ao Congresso Militar Colonial, realizado no Porto em 1934 e, por vezes, a outros propósitos, falando da nossa «epopeia militar», tenho registado o que penso da alta função do exército em domínios do ultramar.

Neste passo, recordo: «...Em 1921 publiquei em Angola o Decreto n.º 80, transformando em circunscrições civis todas as capitânias-mores, e em postos civis os actuais postos militares da província e dizendo que esta transformação deveria estar completamente realizada em 31 de Dezembro de 1922. Como justificação deste decreto, em pequeno preâmbulo, escrevi: «Sendo certo que a alta, patriótica e nunca demais encarecida missão, levada a efeito pelos organismos militares e donde resultou a ocupação e pacificação de todo o território da província, tem de ceder o passo, desbravado que foi o caminho, com os maiores sacrifícios, sofrimentos e abnegação, aos organismos administrativos; sem perder de vista que a força pública da Província de Angola nada sofrerá no seu prestígio, importância e valor pelo facto de cessar a sua intervenção nos serviços administrativos,

e mais facilmente se poderá dedicar à sua nobilitante missão de defesa dessa tão importante parte do território da Pátria, de mantenedora da ordem e tranquilidade públicas e de escola de civilização e civismo».

E, comentava nas minhas anotações: «Este decreto, que me orgulho de ter promulgado, honra simultaneamente o Exército e o Povo português! Afirma a realidade do poder de civilização e colonização que estranhas ambições, por vezes, nos pretendem negar...».

(Página deixada propositadamente em branco)

III

OS CINCO IMPÉRIOS DO MUNDO

Representou no meu pensamento uma cristalização o artigo que intitulei «Os cinco Impérios do Mundo», e estas cristalizações nunca se podem transformar ou adaptar. Ou se desfazem em pó, desaparecendo, ou continuam intactas.

Por essa razão e apesar do que se está dando na América, o mantenho.

Vejo ainda hoje as coisas da mesma forma, não podendo porém deixar de reconhecer que a passagem do feitiço colonial para o estado nacional perfeito se acelerou consideravelmente na América, nestes últimos anos. Mas ainda há poucos dias li um artigo do americano Eric A. Johnston, datado de Novembro de 1943, em que encontrei as seguintes palavras em referência a «nações sul-americanas que dizem necessitar de assistência técnica e de capital dos Estados Unidos, declarando porém ter algum dinheiro seu e desejando que o seu e o de fora operem conjuntamente para elevar as suas pátrias da situação de colónias económicas à de nações com independência».

A tragédia de Marselha é daquelas que obriga a pôr de parte durante dias as nossas actividades habituais, desviando o nosso pensamento e o nosso estudo para o grave problema do futuro da humanidade. Não que o assassinato do rei Alexandre da Sérvia e a morte de Barthou perturbassem

mais a minha sensibilidade de homem contrário a todas as violências, do que as notícias de crimes monstruosos de que a imprensa nos dá quase diariamente conhecimento; o que me perturba é a convicção de que atentados desta natureza correspondem a sintomas alarmantes de um novo e próximo conflito armado que atingirá o mundo inteiro. Será sempre assim?

Que nos anime a confiança de que a perenidade do estado de guerra não é uma das características fundamentais das sociedades humanas e que tempos virão em que a paz perpétua e o bom entendimento entre os homens terão inteiramente eliminado da face da terra as actuais nações armadas. Mas quantas gerações se sucederão ainda para que esses tempos cheguem! Entretanto a humanidade continuará a viver em guerra perpétua, cortada por armistícios mais ou menos prolongados.

Cinco impérios partilham hoje o domínio do mundo: o dos latinos, o dos anglo-saxões, o dos germânicos, a Rússia e o dos amarelos. Os três primeiros assentam os seus territórios metropolitanos na velha Europa, os amarelos organizam em territórios asiáticos as suas civilizações, e a Rússia, entre os três impérios europeus e o império amarelo, domina em enormes territórios da Ásia e da Europa.

No resto do Mundo, na América, na África e na Oceânia existiam colónias, que continuam a ser regiões de emigração, cuja formação é devida aos latinos e aos anglo-saxões, e que lentamente se foram transformando em nações. A mais progressiva dessas regiões, os Estados Unidos da América do Norte, perdeu inteiramente a modalidade colonial, e, com maioria de razão, todas as outras. São em grande parte e sobre vários aspectos dependências das duas brilhantes civilizações europeias, únicas até hoje capazes de criar países coloniais. Os germânicos e os russos nunca revelaram essa capacidade. Os amarelos começaram a dar sinais dela.

O espectáculo que a humanidade nos oferece é o da luta, que será por muitos séculos irredutível, entre estes cinco impérios; e, como consequência dessa luta, por um lado, o combate dentro de cada império pelo estabelecimento da hegemonia de uma das nações que o formam e, por outro lado, o esforço de anexação de territórios estranhos, isto é, de desmembramento dos impérios rivais.

Entre os latinos a luta pela hegemonia está travada entre a França e a Itália, e o império latino está procurando trazer para o seu seio povos e raças que evidentemente pertencem a civilizações muito diferentes da sua. Não será esta uma das causas da tragédia de Marselha?

Os outros impérios estão fazendo o mesmo, e entre eles os anglo-saxões continuam mais irredutíveis do que nunca...

Tenho diante de mim o último artigo sobre a situação financeira do império inglês, de um dos mais notáveis dos «City Editors» dos grandes jornais de Londres. Traduzo as palavras com as quais se abre aquela crónica financeira: «Naturalmente os lastimáveis acontecimentos de Marselha não afectarão a marcha da política europeia. Tudo parece estar a tomar a forma de uma nova e grande luta. Nenhuma desculpa poderá ter a Inglaterra se se deixar envolver nela. O rei Alexandre, bem ou mal, julgou que podia ligar o seu país, por meio de uma aliança, à França e à Itália. A raiz do mal, nos Balcãs, está na forçada ligação de nacionalidades, em conflito perpétuo, e que só têm de comum o ódio que as divide. Se a cada nacionalidade fosse permitido tratar da sua administração interna como bem entendesse, ter-se-ia dado o primeiro grande passo para a tranquilidade, mas isto não se conseguirá enquanto ambições pessoais tiverem a possibilidade de se transformarem em megalomania. A desinquietação geral fortalece a procura do ouro para entesourar. O preço do ouro como moeda corrente atingiu um novo «record»: 143 s. 3 d. por onça. Não nos surpreenderíamos se este preço se elevasse, porque da situação política do Continente resulta uma tendência cada vez maior para entesourar ouro».

Quem se tiver entregado à leitura exclusiva dos jornais nacionais e estrangeiros que em Portugal circulam, estranhará por certo o sentir de financeiros da City, em face da tragédia de Marselha, que as palavras que acabam de se ler, manifestam. Frias, sem compaixão de qualquer espécie, lógicas e contundentes, ligando ambições e interesses dinásticos a situações políticas e financeiras a perigos tremendos para a humanidade, e revelando o despeito pelo facto do ouro continuar a fugir de Inglaterra para os cofres dos latinos e ser dia a dia necessário mais esterlino para adquirir uma onça desse metal, estas palavras transportaram-nos a épocas históricas passadas e quase que as ouvimos proferidas, a propósito da política de Roma, por um rico comerciante de Cartago, senador e sufete.

E a política de Portugal no meio de tão constante irreconciliação entre os grandes impérios do mundo? Somos latinos e como tais temos no nosso sangue traços indeléveis de universalismo — somos criadores de nações. Além da nossa tarefa de organização, de melhoria das deploráveis condições da nossa vida, somos forçados a realizar a missão histórica de implantar em grande parte de África, como fizemos em grande parte da América, a civilização latina. E na realização destas duas missões, guiados apenas pelo admirável pensamento do povo português, poderemos ser um exemplo vivo do que se pode conseguir para bem da humanidade, acabando, por meio de cedências mútuas, com lutas internas, desviando de nós, tanto quanto possível, os conflitos externos e dando ao Mundo o exemplo constante da nossa obra construtiva.

Em certo passo do meu «diário» frisei:

«A força não pode ser uma *lei eterna* no Mundo. Os povos hão-de ter a sua hora de afirmar-se por qualidades raras que só da própria raça dimanam».

E, a seguir, transcrevia, ou juntava, passagens dum discurso que, em 1923, perante homenagem a mim dedicada, pronunciei no palácio do Município de Lisboa. Dizia assim:

«Nada de grande e de perdurável pode uma raça, uma nação ou um povo criar, se não tiver a guiá-lo uma finalidade histórica e se não souber ser, ao mesmo tempo, o criador e o ardente receptáculo de todas as virtudes cívicas: o obreiro infatigável e genial, mas também o apóstolo de todos os princípios morais e sociais, os mais nobres e os mais alevantados. Pode essa finalidade histórica jazer por longos séculos sob forma indefinida e inconsciente na alma da humanidade, se ergueu, formidável na sua aparência raça; podem por largo período, as virtudes cívicas e a efectivação dos princípios humanitários constituir apenas uma forte aspiração do povo — mas sem estes elementos, essenciais à formação de um carácter nacional e indispensável à marcha dos povos eleitos, nada há a esperar de bom e de útil para a humanidade. Em Portugal não está somente a dar-se o fenómeno de obscura reconstituição de que duvidava ainda Oliveira Martins. Aqueles que têm podido palpar a vida nacional nos últimos trinta anos, não somente

na metrópole mas, sobretudo, nas colónias, fortemente sentem que alguma coisa de maior que uma reconstituição se está produzindo. Mais uma vez somos chamados a intervir na civilização mundial a marcar num grande continente a nossa acção de povo criador de nações. Uma nova e grandiosa missão a realizar se nos apresenta, tão sublime e tão valiosa como outras que levamos a cabo através da nossa história nacional.

No grande continente americano foi enorme, após a proclamação da independência da colónia anglo-saxónia, o poder de expansão e absorção dos Estados Unidos.

Mas nessa longínqua América uma outra nacionalidade, ramo ilustre da raça latina, produto brilhante da civilização latina, se tinha fixado havia séculos, e com as suas sublimes qualidades, com uma mentalidade étnica essencialmente diferente da anglo-saxónica e com a civilização de que era detentora e que vinha fazendo a felicidade de tão grande parte da de fraqueza, como muralha inabalavelmente oposta ao desmedido avanço de outra raça, de outra nacionalidade, de outra civilização.

Este radiante resultado, esta suprema realização de mais uma grande missão histórica da raça latina e sobretudo da nossa raça, foi devida, na sua maior parte, a uma antiga colónia portuguesa, hoje transformada na grande Nação Brasileira.

Missão idêntica tem a raça latina de realizar em África; e mais uma vez o povo eleito dessa raça, chamado para o supremo esforço de manter o justo equilíbrio entre duas civilizações, de evitar expansões excessivas e de impedir absorções que nada justifica, é o POVO PORTUGUÊS.

Em face da nacionalidade que se está formando com tanta intensidade e com tamanho brilho na África do Sul, temos de nos preparar para manter mais uma vez em distantes terras a civilização latina e acima de tudo a civilização portuguesa que dela nasceu, tão própria para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões, mercê das notáveis características com que cinco séculos de administração e governo de colónias, e de impérios a diferenciaram das outras civilizações.

Preparação de que maneira? De forma alguma guerreira ou agressiva.

Essa preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no Brasil».

E, mais abaixo, lê-se:

«Predicamos e legislamos, por vezes, com notória ciência, como desde quinhentos o mostram muitas das nossas leis, por outros apontadas e, bem em nossos dias, tanto se proclamou em assembleias de outros países. Em 1924, em carta que tenho presente vinda de Paris em 6 de Março daquele ano, dizia-se: «O Sr. O. Brumpt, membro da Academia de Medicina e professor da Faculdade de Medicina, que fora assistir ao Congresso de Medicina Tropical realizado em Luanda, fez na Sorbone uma conferência intitulada: «Viagem às colónias portuguesas de África». Foi um enorme elogio aos portugueses e à sua obra de colonização, salientando a grande obra do general Norton de Matos. Teve frases como esta: «os franceses tinham muito que aprender em matéria médico-colonial com os portugueses» e terminou dizendo: «que devia a França enviar missões de clínicos para estudarem nas colónias portuguesas, que são modelares».

Durante a conferência apresentou várias fotografias, principalmente de Angola. Uma delas mostrava as estradas daquela província, que sobremaneira elogiou. Por cada projecção que aparecia tinha palavras de admiração para os progressos feitos em Angola. A sala estava cheia. E todos saíram com a impressão de que a nossa obra em Angola tem sido enorme».

Também do general Freire de Andrade, com data de 14 de Agosto de 1923, temos uma carta onde, entre outras coisas, se diz:

«...Sobretudo desejo dizer-lhe que na Comissão Permanente dos Mandatos, onde agora estive, e entre ataques à nossa obra colonial, que naturalmente defendi, tive a satisfação de ouvir o membro inglês, Sir F. Luggard que, como sabe, é um antigo colonial, dizer-me que «tinha ali, entre os documentos que trouxera, a sua legislação sobre trabalho e álcool, que era de tudo quanto havia de mais adiantado e completo, em matéria de administração colonial».

IV

31 DE JANEIRO

Nada posso dizer a respeito deste artigo. Ele aí fica, tal como foi inspirado pelo espírito gentil que tão cedo deixou este mundo.

À minha neta.

Esta manhã, como dissesse à minha neta que ia escrever um artigo sobre o 31 de Janeiro, perguntou-me ela: o que foi isso, avô?

Em face desta interrogação tenho de pôr de lado, quase por completo, o que tinha pensado dizer para comemorar um dos mais significativos acontecimentos da nossa história.

Vou ver se consigo responder à criança de onze anos, que me interrogou. É tarefa mais difícil do que escrever para adultos...

O «31 de Janeiro» foi uma manifestação de descontentamento do povo português contra os seus governantes e contra a forma do governo que eles serviam, por não terem sabido salvaguardar os altos interesses da Nação.

No Porto essa manifestação tomou a forma de protesto violento, que fervia na alma de quase todos os portugueses.

Antes de 1870 não existia a colónia do Congo, os alemães não possuíam na África qualquer território e os ingleses nenhuma ocupação tinham nas terras a que hoje se dão os nomes de Rodésia e de Niassa...

Na costa ocidental da África administravam os portugueses uma província ultramarina, a que chamavam Angola e que era muito maior do que a Angola de hoje. Os seus limites a norte e a sul estendiam-se muito para além das linhas que actualmente os marcam e para leste abrangiam a bacia do rio Zaire até ao Lago Tanganica, o Barotze e a parte ocidental da Rodésia até ao norte de Kafué.

Na costa oriental tínhamos, como temos, a Província de Moçambique, mas a sua área era então muito maior do que hoje é. A norte o limite dos nossos territórios passava muito além do rio Rovuma e a oeste quase não havia limites, pois as terras de Moçambique iam encontrar-se com as de Angola. O rio Zambeze, que nasce em Angola e vai desaguar no mar de Moçambique, era todo português, como portugueses eram os actuais territórios da Rodésia Norte para leste do Kafué e grande parte dos que hoje constituem a Rodésia do Sul. A terra do Niassa era toda portuguesa; o Lago Niassa um lago inteiramente cercado por terras que tínhamos descoberto e ocupado comercialmente.

Fora também de Portugal a região do Cabo da Boa Esperança; mas veio a Holanda e depois apareceram os bóers; estas perdas de territórios são, porém, factos de história mais antiga, tristezas quase esquecidas. Mas aquelas de que vou falar ainda sangram...

Vamos ver tudo isto no mapa de África, minha neta, e depois continuarei.

Durante muitos e muitos anos olharam os portugueses para toda esta vastidão de terras ultramarinas sem saberem bem o que elas eram, que área mediam, quantos habitantes tinham, quais as suas riquezas e as possibilidades da sua produção. Mas a culpa desta ignorância e deste abandono pertencia principalmente aos dirigentes da Nação. Procuram desculpá-los alguns historiadores, evocando as invasões dos franceses, as lutas entre liberais e absolutistas, a necessidade de consolidar o novo regime depois da vitória liberal.

— Quando fores mais crescida verás quão fracas são estas atenuantes.

Portugueses houve neste triste período da nossa história que disseram o valor das terras de África, que reconheceram a necessidade de as ocupar intensamente e civilizar o mais depressa possível e de estender aos domínios

ultramarinos as obras de estradas, de caminhos-de-ferro, civilização e progresso, que se levaram a cabo na metrópole, de 1850 a 1880. Não foram ouvidos, e enquanto nós continuávamos despreocupados das coisas do ultramar outras nações principiavam a olhar atentamente para os territórios africanos e a tramar na sombra a partilha da África.

Fez-se a propaganda que era necessário fazer, o que quer dizer que sobre um fundo de verdade se amontoaram mentiras e mentiras, e tanto se mentiu a nosso respeito que, aí por 1875, a maioria das nações do mundo estava convencida de que Portugal deixara de existir como nação colonial.

Em 1884 reunia-se em Berlim uma conferência de nações para partilhar entre si o que era nosso. Portugal tinha acordado do seu longo sono colonial, mas já era tarde: em 1877 iniciou-se a primeira viagem de Capelo e Ivens; em 1884 partiram esses grandes portugueses de Moçâmedes e chegaram a Tete em 1885; Serpa Pinto, outro grande português, fez esforços sobre-humanos para manter a continuidade territorial entre Angola e Moçambique. Andrade Corvo e outros muito fizeram na metrópole para salvar a nossa posição em África. Mas como seria possível realizar em meia dúzia de anos a obra de ocupação e civilização que tão facilmente podíamos ter erguido de 1850 a 1875?

Da Conferência de Berlim, cujos trabalhos terminavam em princípios de 1885, surgiu a Alemanha com grandes colónias na África, a França com o seu domínio sobre os territórios de África Ocidental e Equatorial inteiramente consolidado, e uma nova colónia o Congo, que hoje, graças ao patriotismo de um chefe e às energias de uma raça, é a admirável colónia belga.

Ao princípio, ao nascer, a nova colónia apareceu como coisa que seria de muitos. Assim acontece na vida e na história, muitas vezes, quando se trata, de apropriações de bens de outros.

O povo português sentiu dolorosamente a perda dos territórios africanos que a partilha de Berlim lhe arrebatava; mas muito lhe ficava ainda. De Angola a Moçambique estendia-se uma enorme faixa de terreno que era nossa. Era necessário valorizá-la, ocupá-la militarmente e administrativamente. Um grande campo de expansão e de trabalho se abria esplendoroso ao exercício do esforço e das energias da Nação. E começou

então a executar-se o plano de ocupação, a redimir os erros do passado. Mais uma vez era tarde. Ao tentarmos ocupar a bacia do rio Chire, a Inglaterra mandou-nos o *Ultimatum* de 11 de Janeiro de 1890, em face do qual tivemos de abandonar territórios, que estavam na nossa posse desde séculos. Esta humilhação feriu profundamente o sentimento nacional; vieram a lume as circunstâncias que a tornaram possível: os erros, as omissões, as negligências, os desleixos imperdoáveis; manifestou-se em todo o país o descontentamento nacional e no Porto surgiu, em 31 de Janeiro de 1891, o protesto violento. Foi sufocado esse movimento revolucionário, mas o protesto revelador da indignação da nação ficou como fogo latente que, dezanove anos depois, havia de transformar-se na revolução vitoriosa que proclamou a República em Portugal.

V

A CIDADE DE HUAMBO

Quase não carece este artigo de palavras que o acompanhem. Tudo nele se diz. Quando o escrevi ergui um dos melhores capítulos das «Memórias da minha vida».

Apenas desejo transcrever na sua exaltada simplicidade, o diploma que em 8 de Agosto de 1912 redigi:

«Hei por conveniente determinar que nas proximidades do forte de Huambo, sito no planalto de Benguela, seja criada uma povoação que se denominará Cidade de Huambo. As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento e a execução desta determinação competir assim, o tenham entendido e cumpram».

E o milagre fez-se e, transpondo o futuro, a cidade apareceu desde esta data. Mudavam-lhe o nome. Quando não se podem construir ruas, mudam-se os nomes às existentes.

De «A Província de Angola» transcrevo o seguinte documento, a que esse jornal chama histórico. Coisas velhas, chamo-lhe eu.

«Aos vinte e um dias do mês de Setembro de mil novecentos e doze, nesta cidade de Huambo e sala da Administração da Circunscrição, onde se encontravam reunidos Sua Excelência o governador-geral da Província

de Angola José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Sua Excelência o governador do distrito de Benguela Manuel Espregueira Góis Pinto, o presidente e mais vogais da Comissão Municipal de Huambo, grande número de funcionários e residentes da cidade, foi por Sua Excelência o governador-geral inaugurada a cidade do Huambo criada pela Portaria Provincial de oito de Agosto de mil novecentos e doze. E para constar se lavrou este auto que depois de lido vai ser assinado por Sua Excelência o governador-geral, por Sua Excelência o governador do distrito, Comissão Municipal e todos os presentes».

Assinam este documento as seguintes individualidades:

J. M. R. Norton de Matos, Manuel Espregueira Góis Pinto, Artur Ernesto de Castro Soromenho, Alfredo da Silva Alcobia, João Antunes Varela, Amadeu Bettencourt Reys, Eduardo Fusher Novais, Eduardo Robins, J. D. Gregory, Adolfo Pina, Oscar Monteiro Torres, Francisco Coelho do Amaral Reis, Luís da Cunha e Almeida, A. J. do Sacramento Monteiro, António Nogueira Mimoso Guerra, M. de Mesquita, Carlos Roma Machado, Carlos Augusto dos Santos Peres, José Nicolau Goulão Júnior, António Pereira Correia, António Teixeira da Cunha, João Nunes de Sousa, Sebastião Eduardo César de Sá, António de Abreu Castelbranco, Laurentino José de Macedo, Eduardo Pereira Cardona, Manuel da Silva Freitas, Virgílio Beirão Fialho, Joaquim Soares de Oliveira, Francisco Xavier Ferreira de Castro, Manuel Carvalho Ribeiro Viana, Luís Gomes Sambo, Alfredo Marques de Carvalho e Abílio Ribeiro Vaz.

Isto tem uma história.

Em 1912, poucos dias antes de partir para Angola como governador-geral, disseram-me no Ministério das Colónias que a Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela tinha pendente de resolução ministerial um pedido de larga concessão territorial no Huambo, e que se aguardaria para despachar a minha informação. Em África todas as empresas tinham, naquelas já longínquas épocas, quer tratassem de transportes quer de comércio, a mania de se transformarem em grandes proprietários territoriais.

À minha chegada a Angola tive conhecimento que ao Huambo tinha sido dado, nunca cheguei a saber por quem, o nome de «Pauling town»,



Norton de Matos, com sua esposa e filha,
a esposa do administrador do Huambo
Castro Soromenho e a professora da filha do governador-geral.
De pé, a contar da esquerda,
ajudante Coelho, governador de Benguela M. Goes Pinto,
Castro Soromenho e Tomaz Fernandes,
chefe do gabinete do governador-geral.
Huambo, Novembro de 1913

isto é, «cidade Pauling». Várias cartas vinham já dirigidas de Inglaterra para «Pauling town» Angola.

Era então Mr. Pauling, ou a sua firma, o empreiteiro da construção do caminho-de-ferro.

Dei ordem aos correios da província para devolverem à procedência tal espécie de correspondência, com a indicação de «destino desconhecido», e pus-me a estudar a fundo o caso de Huambo.

A situação de Huambo nos pobres mapas e cartas de que então dispunha (e pouco melhores são os que hoje existem) era indicada pela existência de um pequeno forte, onde feitos heróicos tinham sido praticados. Mas essas representações cartográficas eram bastantes para me indicarem a admirável situação geográfica do Huambo sob diversos pontos de vista: o político, o económico e o militar.

Terminal de comunicações como nenhum outro se encontra em Angola, posição planáltica a mais propícia para a colonização branca, centro admirável de abastecimentos, colocado a centenas de quilómetros das fronteiras terrestres e marítimas, tudo fadava o Huambo para se transformar, em futuro próximo, sob o influxo do nosso génio de criadores de nações, numa das mais importantes das «urbs» angolenses. Informações diversas disseram-me da densidade da população indígena que habitava naquela região (então já em princípio de diminuição, mas ainda muito numerosa e forte), da facilidade de fornecimento de água e de potencial eléctrico e da fertilidade das terras circunvizinhas.

O caminho-de-ferro de Benguela estava a atingir o Huambo. Antes da sua inauguração, a que tencionava assistir, era necessário marcar bem o nosso domínio naquela região. Vários diplomas legislativos foram por mim publicados. Um criando a circunscrição administrativa de Huambo, outro o seu primeiro administrador, Artur Soromenho, a quem Angola muito deve, e outro finalmente, de 8 de Agosto de 1912 criando a «cidade do Huambo».

A imprensa de Angola achou original esta forma simples e fácil de criar cidades no sertão africano, e comentou, criticou e troçou. Nunca me fizeram grande mozza as críticas jornalísticas, considerei-as sempre úteis no meio que tinha em mente transformar radicalmente, e quanto ao que me dizia respeito embalavam-me e estimulavam-me.



Tipo das poucas casas que existiam no Huambo, antes da criação da cidade de Huambo pelo governador-geral Norton de Matos, em Agosto de 1912. Restos de uma missão religiosa



A fundação da cidade do Huambo. Novo impulso dado pelo alto-comissário Norton de Matos à construção de habitações, em 1922

Quando um mês depois saltei do comboio inaugural na estação do Huambo, tive de reconhecer que as críticas que me fizeram eram justas sob alguns aspectos. Olhando em roda, na vasta planura, apenas avistei além da ultra modesta casinha, destinada à estação do caminho-de-ferro, a pequena casa desmontável de madeira, que tinha adquirido para habitação do administrador e da sua família, para sede da administração e de outros serviços da circunscrição e da comissão municipal, constituída por colonos que viviam a alguns quilómetros de distância. Mais ao longe paredes em derrocada sobre as quais tinham assentado, meses antes, folhas de zinco, e que indicavam o local de uma missão religiosa que resolveu deslocar-se para outra região. O resto era o sertão.

O forte do Huambo não se avistava do local da estação do caminho-de-ferro.

Foi naquela modesta casa de madeira, «na sala da Administração da Circunscrição», que se lavrou o auto da inauguração da cidade do Huambo, com a transcrição do qual abri este artigo. Assinaram-no vários portugueses, entre os quais o indígena Sambo e também dois ingleses, representantes da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela. A todos eles devem a Angola de hoje, a Nação Portuguesa e a civilização humana, reconhecimento por bons serviços prestados.

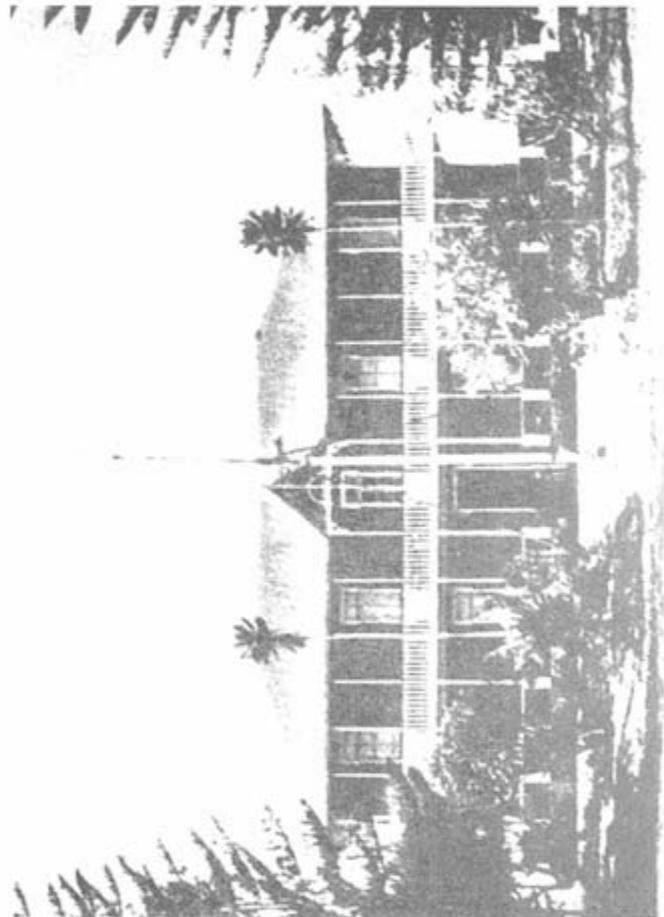
Começou então a obra febril da construção. Isto passou-se vai em 23 anos.

Em poucos meses estava construída, com tijolo fabricado no próprio local, a grande casa da administração e outras onde se instalaram os serviços médicos, o correio e telégrafo e a fazenda. Várias casas comerciais se estabeleceram no âmbito da nova cidade e o crescer da «urbs» nunca mais parou.

Quando, em 1921, voltei a Angola, ajudei, quanto me foi possível, o desenvolvimento do Huambo. Instalei ali a aviação da província, os serviços geológicos e os serviços geográficos.

Legislação recente elevou a cidade do Huambo a capital de Angola e deu-lhe o nome de Nova Lisboa. Não concordei nem com uma coisa nem com outra, mas isso são contos largos.

O que é hoje o Huambo di-lo o Sr. Norberto Gonzaga no artigo de Outubro de 1934, que termina pelas seguintes palavras:



Edifício da Administração do Huambo mandado construir, com tijolo fabricado no próprio local pelo governador-geral, Norton de Matos (1912 a 1914)

«E o que se constata é um reflexo, galgando o tempo e a distância,
demarcando com rígida nitidez a visão convertida em realidade».

E os olhos enchem-se-me de lágrimas...

Algés, 5-3-35.

VI

ANGOLA E OS ALEMÃES

Estas palavras referem-se à época que imediatamente precedeu a Grande Guerra. Melhor cabimento teriam talvez na parte desta publicação que tratará da intervenção de Portugal na guerra de 1914 e 1918. Creio, porém, que a parte importante das «Memórias da minha vida colonial» que esses artigos contêm, e a forma que consegui dar-lhes, os indicam para constituírem, juntos a outros, pedra de toque na apresentação, que este primeiro volume de uma vasta publicação tem em vista.

Ambos constituem «memórias» e das mais formidáveis da minha vida. Talvez ninguém tivesse sentido em Portugal a tremenda guerra que se aproximava, como eu a senti naquele alto posto de observação, que foi o governo-geral de Angola de 1912 a 1914. A ansiedade dos dias e das horas que nesses já tão distantes tempos passei na grande província Portuguesa, nunca ninguém as saberá por completo. Exigem várias razões que guarde para mim grande parte dos actos que provocaram essa ansiedade e que os leve para a sepultura. Nem sei se os saberia dizer. Aos que não há inconveniente em revelar, tenciono referir-me no lugar próprio desta publicação, alargando assim o âmbito das revelações feitas nestes dois artigos. A pouca importância que o governo da metrópole ligava

então aos governadores gerais das colónias portuguesas foi das coisas que mais me feriu naquele iniciar das minhas funções de supremo administrador de uma grande parte do território da Nação. É certo que nesse tempo o Ministério das Colónias não participava na política nacional que se assentara seguir perante os estrangeiros, como devia participar, concorrendo para que ela tivesse principalmente em vista a segurança das terras portuguesas de além-mar. Lembro-me que quando fui nomeado governador-geral de Angola, não se soube responder no Ministério das Colónias às perguntas que fiz sobre as nossas relações com os alemães, nossos vizinhos ao sul. Tive de ir buscar essas respostas ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que, baseado no péssimo serviço de informação de que dispunha, mas deu inteiramente erradas, como depois, em face dos acontecimentos que se iam dando em Angola, facilmente reconheci.

Foi nessa época memorável da minha vida colonial que a mim mesmo solenemente prometi que jamais me encarregaria de quaisquer funções públicas, se não me visse cercado de garantias de ampla administração, de largas atribuições e da existência de uma efectiva colaboração, estabelecida em termos iguais entre mim e o governo da metrópole. Numa carta, a que me refiro no segundo dos dois artigos a que estou juntando este comentário, dizia eu que «assim como um governador podia perder a confiança do ministro das Colónias, também esse ministro podia perder a confiança do governador».

Aí por meados de 1912, pouco tempo depois de ter tomado conta do meu lugar de governador-geral de Angola, foi-me dada notícia da próxima chegada ao porto de Luanda de uma canhoneira alemã, cujo nome não quero trazer para o caso.

O conhecimento, ainda que imperfeito, que nessa época tinha da política que os alemães estavam fazendo para nos arrebatarem Angola e parte de Moçambique, transformava, de agradáveis que deveriam ser, em aborrecidas

e fastidiosas, as visitas que, com capa de cortesia, eram feitas ao representante de Portugal naquelas terras portuguesas de África. O que então já sabia era bastante para me autorizar a atribuir aos navios de guerra alemães que demandavam com tanta frequência os portos de Angola, intenções e propósitos de sondarem o espírito de resistência que nos animaria perante quaisquer tentativas de violação de soberania, o valor do nosso sentir nacional, a força do nosso patriotismo, e quiçá fins ocultos de informações a receber e de instruções a dar aos agentes alemães que formigavam na colónia. Mais me confirma nestas suspeitas os insólitos pedidos que o comandante da canhoneira alemã, mal chegado ao porto, me apresentou para desembarcar forças armadas com o fim de fazerem exercícios militares nos arredores de Luanda e para utilizarem a carreira de tiro da cidade em repetidas sessões de tiro ao alvo. Causará, por certo, admiração a muita gente que se pudessem fazer pedidos desta natureza. Pouco se sabe em Portugal do que se passa nas nossas colónias, e quase todos os portugueses ignoram o que foram em Angola, sob o ponto de vista internacional, os três anos de verdadeiro inferno, de princípios de 1912 aos primeiros meses de 1915. Hei-de contar o que isso foi nestas «Memórias da minha vida colonial»...

Com muita firmeza e com alguma diplomacia consegui que tão afrontosos pedidos fossem retirados. Cumpria-me esconder, após a necessária rudeza da minha atitude, o fastio, o mau humor e a irritação que me invadiram, e voltar a ser apenas o alto funcionário colonial na missão de receber hóspedes estrangeiros. Convidei para jantar comigo no palácio do governador o comandante e os oficiais da canhoneira alemã. Jantar de gala com a magnífica sobriedade e a meticulosa correcção, factores indispensáveis da grandeza que deve caracterizar festas oficiais. Foram numerosos os convidados. Além de funcionários civis e militares, outros portugueses residentes em Luanda e o cônsul da Alemanha, que então não era de carreira. Desempenhava essas, nesse tempo, tão ingratas funções um comerciante que reunia às qualidades de um português de lei, muito critério e uma rara distinção de maneiras. Tudo correu normalmente até aos brindes. Como determinava o protocolo, brindei pela saúde do imperador da Alemanha. A orquestra entoou o hino alemão e passaram rápidos alguns segundos. O comandante alemão que estava quase em frente de mim,

sentado à direita de minha mulher, levantou-se e brindou «pela prosperidade das colónias portuguesas».

Por sobre todos os portugueses que estavam à mesa correu um violento golpe de ar gelado. A orquestra não recebeu o sinal combinado para tocar o hino português. Levantei-me e pedi desculpa de me ver obrigado a fazer mais um brinde, que não podia deixar de ser levantado em festas oficiais portuguesas, e brindei solenemente, em palavras lentas e destacadas, pela saúde do Presidente da República. A orquestra tocou a «Portuguesa». Poucos minutos depois acabava o jantar. Seguiu-se na sala do café uma conversa pouco animada. Era evidente o mal-estar em que todos nos encontrávamos. Passou uma meia hora e a festa tinha acabado.

Decorreram algumas semanas e recebi aviso de nova visita de uma canhoneira alemã. Agora era a «Panther», célebre pelo gesto audacioso e brutal de Agadir.

Fiquei preocupado e apreensivo, mas resolvido a não ceder e sobretudo a não deixar desprestigiar o meu país.

O comandante da «Panther» era um oficial de uma grande distinção, adivinhava-se ao primeiro contacto ser daqueles homens que se escolhem para desempenhar altas missões. Disse-me que fazia parte da casa militar do imperador. Hesitei se devia ou não convidá-lo para jantar, mas resolvi fazê-lo. Tinha de dar uma lição...

Decorreu sem incidente o jantar, e chegado o momento dos brindes levantei-me e brindei «pela prosperidade das colónias alemãs». Não pôde o comandante da «Panther» reprimir um movimento de espanto, mas dominando-se, ergueu-se e brindou glacialmente «pela prosperidade das colónias portuguesas». Não houve orquestra nesse jantar.

No dia seguinte disse-me o cônsul da Alemanha que o comandante alemão lhe perguntara se não era costume brindar-se em jantares oficiais portugueses aos chefes de estado. Respondeu o cônsul que sim, mas que eu, certamente, me não quisera sujeitar a grosseria idêntica à praticada pelo comandante da canhoneira que anteriormente nos visitara, e contou-lhe o que se tinha passado.

Poucos dias depois recebi a comunicação de que a «Panther» vinha de novo ao porto de Luanda. Já eram visitas demasiadas...



O salão de jantar do palácio do governo, em Luanda, onde se deu o incidente com os oficiais da Armada alemã

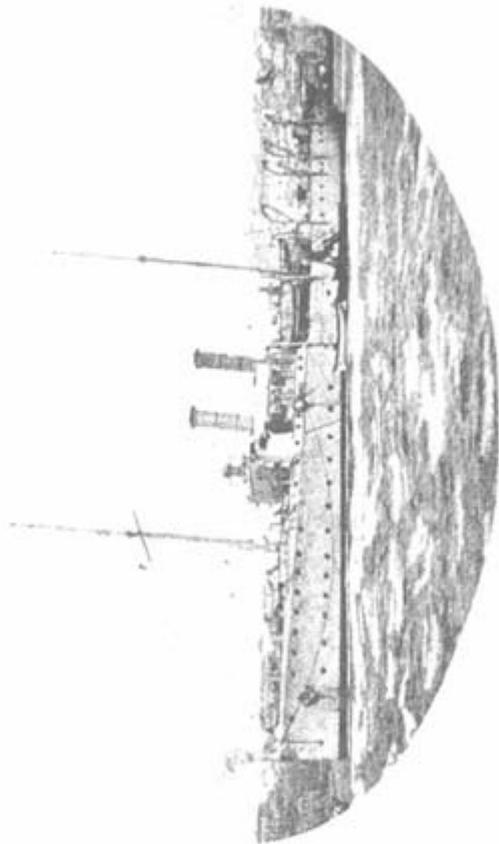
Chegou a «Panther» e à hora por mim fixada compareceu no palácio o comandante alemão para me apresentar cumprimentos. Vi logo que alguma coisa muito importante tinha a dizer-me, e não lhe pedi que se sentasse. De pé, diante de mim, pálido e sereno, disse-me que voltava a Luanda por ordem do imperador, para me apresentar desculpas do procedimento do comandante de uma canhoneira alemã, que, tendo eu brindado pelo chefe de estado da Alemanha, não cumprira o seu dever, brindando pelo chefe de estado de Portugal. Acrescentou que grande honra lhe daria se fosse nesse dia jantar com ele, acompanhado de alguns funcionários portugueses, a bordo da «Panther». Respondi apenas: «muito obrigado, vou transmitir as suas palavras ao meu governo; aceito gostosamente o seu convite para jantar». Sentámo-nos e conversámos algum tempo.

À hora aprazada, o bergantim, do governador-geral atracava à «Panther». Fui recebido com as honras que me competiam, tocando a orquestra de bordo a «Portuguesa». Minutos depois anunciava-se o jantar, e seguimos para o recinto onde estava posta a mesa. Designados os lugares, íamos sentar-nos quando o comandante nos pediu que esperássemos um momento. Ficámos todos em pé, aguardando. Dois marinheiros se aproximaram, um conduzindo uma salva com taças de cristal, outro uma garrafa de «Champagne». Servido o vinho, o comandante ergueu o seu copo e disse: «À saúde do Presidente da República Portuguesa». A orquestra tocou o hino português, que ouvimos perfilados. As taças esvaziaram-se. Tinha-se feito o brinde que um oficial da Marinha de Guerra alemã indevidamente deixara de fazer.

Sentámo-nos, e o jantar principiou.

Dois anos depois rebentava a Grande Guerra. Desempenhei nela o papel que a Nação me distribuiu e, em guerra, procedi para com os alemães como na guerra se procede para com o inimigo. Mas nunca deixei de reconhecer as virtudes do povo alemão e, perante os seus defeitos que uma propaganda genialmente organizada amplificou exageradamente como arma de guerra das mais eficazes, nunca pude esquecer a sensação de grandeza moral que me produziu o episódio que acabo de narrar.

Algés, Janeiro de 1932.



A canhocira alemã «Panther»
com a qual se deu, em Luanda, o incidente

Leio, no «Janeiro» de 30 de Julho de 1935, a seguinte notícia:

COLÓNIAS

Facilidades legais

Foi comunicado ao governo de Angola que sejam concedidas as facilidades legais a uma missão científica alemã, que vai proceder a investigações, naquela colónia, em Agosto e Outubro próximos.

O Sud, em que me transportava a Lisboa, após um saltada que dera a Moreira do Lima, passava nas alturas de Aveiro. Fiquei-me a olhar a paisagem sem a ver, imobilizado em amargas recordações. Devia haver em mim qualquer coisa de estranho, porque a minha neta, única companheira minha naquela rápida visita à casa de avós, me perguntou: em que pensas avô? Sorri-lhe tristemente e caí de novo no abismo do passado...

Havia 21 anos que inesperadamente me fora dada uma notícia em parte igual à que acabara de ler. A época da minha vida pública, em que as maiores e as mais lancinantes preocupações me atormentaram, corria vertiginosamente na minha memória.

Quando, em 1912, fui pela primeira vez governar Angola, as informações de ordem diplomática que me deram, eram tranquilizadoras. Desde o princípio de 1911 que na imprensa alemã se escrevia a nosso respeito e sobre a nossa capacidade de povo colonizador, em termos de baixa, grosseira, e bárbara mentalidade. Chamavam-nos os selvagens da Europa e afirmavam que não éramos capazes de colonizar e civilizar. Aos alemães cabia «ingressar pacificamente, seguindo exemplos já conhecidos nas regiões que tinham resolvido ocupar». Os franceses, cujo principal objectivo era então afastar os alemães de Marrocos, achavam muito natural que a Alemanha encontrasse ao norte de Moçambique e no sul de Angola vasto campo para a sua expansão.

Mas essa campanha terminara e os alemães tinham-se convencido de que as suas pretensões às nossas colónias nunca se poderiam efectivar. Mais uma vez se levantara o obstáculo inglês.

Assim mo afirmava o governo da República.

Poucos meses depois de chegar a Angola principiei a desconfiar de que a vida internacional da grande província portuguesa não decorria tão segura como mo tinham dito. As visitas aos portos de Angola das canhoneiras alemãs sucediam-se com pequenos intervalos, e tive de me opor tenaz e indignadamente a propósitos de desembarque de forças armadas alemãs, de exercícios militares em terra, de aproveitamento da nossa carreira de tiro, em Luanda, e outros mais que, altivamente, cheguei a classificar de provocações.

Da metrópole, nenhuma informação me chegou mais. Parecia que todos os perigos se tinham afastado.

Mas a atmosfera de desconfiança adensava-se de dia para dia, principalmente a partir dos últimos meses de 1913. Chegavam-me informações de que os alemães residentes em Angola principiavam a dar mostras de se considerarem em terreno conquistado; os conflitos entre portugueses e alemães eram muito frequentes; o português que exercia em Luanda as funções de cônsul alemão, fora substituído por um cônsul de carreira, homem de rara envergadura intelectual; no sul de Angola descobriram-se casos de característica espionagem, de que era principal protagonista o vice-cônsul alemão no Lubango; as missões de sábios alemães enxameavam por toda a província; as missões religiosas alemãs do cuanhama intensificavam o foco de intriga constante, que muito dificultara sempre a nossa ocupação no sul de Angola.

A insolência dos residentes alemães, a atitude estranha dos indígenas e o nervosismo dos colonos portugueses, indicavam claramente o grande perigo que nos ameaçava. Escrevi para Lisboa, dizendo o que se estava passando em Angola, pedindo informações claras, propondo medidas urgentes (ai de mim, sempre as mesmas... as mesmas que ainda hoje aconselho) e terminando por declarar que não queria ser o coveiro de Angola.

Hoje, a atitude dos alemães e dos indígenas e o nervosismo dos colonos portugueses de Angola estão claramente explicados.

Em Agosto de 1913 tinham lavrado em Londres, o embaixador alemão, príncipe de Lichnowsky, e o «Foreign Office», um texto de acordo que tratava da partilha das colónias portuguesas entre a Inglaterra e a Alemanha. Em 11 de Setembro do mesmo ano o Kaiser dava a sua

autorização para a assinatura do acordo, e Lichnowsky insistia pela sua publicação. Felizmente em Londres velava pela sua Pátria uma alta figura de português e o acordo anglo-alemão não foi publicado.

Mas os alemães de Angola souberam da sua existência e conheciam as suas cláusulas sobre concessões, sobre possíveis protestos e desordens locais ou acção da autoridade local, donde resultasse perigo para as vidas e segurança dos súbditos alemães ou britânicos, sobre a hipótese da colónia vir a declarar-se independente, etc., etc., e esse conhecimento provocou atitudes, palavras e actos, que irritavam os portugueses de Angola e afastavam, chocarreiros, os indígenas de nós.

Ao findar o primeiro semestre de 1914, resolvi vir a Lisboa. Queria tirar a claro o que se estava passando e insistir sobre a urgente necessidade de medidas de defesa militar, de fomento e de colonização.

Um dia, estando no gabinete do director-geral do Ministério das Colónias, alguém entrou com um telegrama que disse ser da missão luso-alemã. Soube então que após a minha partida de Luanda tinha seguido para Angola uma missão de técnicos alemães, acompanhada de dois portugueses, que ia proceder a estudos de caminhos-de-ferro e outros. Tinha-se cruzado comigo no meio do Atlântico. O que essa missão foi fazer a Angola soubemo-lo mais tarde, quando, semanas depois, a guerra se declarou.

E eis que segue agora para Angola uma missão de sábios alemães... Não seria melhor dizer-lhes que aguardassem mais uma ou duas dezenas de anos, que ainda estavam frescas em demasia as recordações que nos deixaram os seus colegas de 1914...

VII

PROBLEMAS SOCIAIS

Escolhi o que vai seguir-se entre grande número de artigos e ensaios que escrevi com a intenção de conseguir interessar a opinião pública do meu país no atraso da população de Portugal no que diz respeito ao tratamento e prevenção de doenças, à higiene, à alimentação, à habitação e principalmente aos cuidados a haver com as crianças. Estou convencido de que pouco ou nada consegui até hoje. Há, segundo ouço, coisas mais importantes e de mais peso a tratar e a nossa população já tem crescido demasiado, ousa dizer-se, para tão pequeno país, e assim, com miséria fisiológica e social maior que a de hoje, temos ainda pela existência fora, a realizar grandes coisas...

Na minha vida colonial, como a seu tempo se dirá, fiz o que me foi possível para melhorar as condições materiais e morais da vida dos indígenas. Tenho o certeza de ter conseguido muito, e a semente que lancei à terra aos punhados, está a cobrir Angola com densa e florida vegetação.

Quanto ao artigo que intitulei «Vida de Miséria», já sobre a data em que foi publicado passaram quase cinco anos. Sei que ele nenhum efeito teve e que pouco ou nada resultou da conferência a que nele me refiro. A doutora Alcinda de Aguiar voltou desanimada para a América do Norte, onde por certo os seus trabalhos e as suas cruzadas serão de melhor resultado.

Os dois artigos sobre a alimentação dos operários ingleses e japoneses foram escritos respectivamente em Julho e Agosto de 1938 e, portanto, antes da Segunda Grande Guerra.

Os dois artigos sobre a alimentação dos operários na Inglaterra e no Japão são dos meados de 1938; o que se refere aos incapazes, assim classificados pelas juntas militares de inspecção, apareceu em Agosto de 1939.

Foram todos um brado no deserto, ainda que a respeito do terceiro me disseram que ele tivera por efeito único levar aquelas juntas a isentar do serviço militar menor número de mancebos! No meu contacto com raças orientais cheguei à conclusão que para aquela gente, quer individualmente quer colectivamente considerada, os factos, as realidades nada revelam e que a única coisa de que é necessário cuidar é da aparência. E assim tudo se faz para aproveitar as coisas sob o mais favorável, e o mais atraente; menos prejudicial aspecto. É necessário que os orientais sejam tidos como uma raça forte e sã. Se para tanto for necessário que a sua caixa torácica tenha as dimensões da de um gigante, não faltarão chumaços de algodão para lhe forrar a cabaia. «Salvar a face», dizia-me um ilustre chinês, que foi meu colega na comissão de delimitação de Macau, em 1909, «é a grande ciência da vida».

O artigo «Assistência Médica» foi publicado no jornal «República», e fez parte de uma série de pequenos ensaios a que dei o nome de «Coisas fora do meu tempo», tanta era a certeza que tinha de nunca as ver realizadas.

Quando há dois ou três anos andei por terras de Espanha e percorri vagarosamente a zona mediterrânea, vendo as grandes cidades, Barcelona, Valência, Alicante, Málaga e observando a vida dos pequenos burgos e das pitorescas aldeias daquela região, uma das coisas que mais admirei foram os cuidados que se dispensavam às crianças. Um coro de louvores se ergueu do meu coração. Em tudo se revelavam esses cuidados e era de ver como os mais desprotegidos da fortuna traziam limpos e bem vestidos os seus

filhos. Ao lado de uma mãe ou de um pai de pobre trajar, a criança acompanhava garridamente vestida, com o cabelo bem penteado, onde, se era menina, uma fita vermelha punha uma nota de alegria.

Nos jardins públicos, nas pequenas praças, por onde não circulavam os automóveis, reuniam-se às tardes as crianças do povoado. Não sei se entre elas estavam os filhos da nobreza espanhola; bem me importavam a mim, ao contemplar aquele esfuziar de vida plena, os Grandes de Espanha... Mas que aquelas crianças pertenciam a várias classes sociais, medidas pelo padrão da fortuna, logo se notava: as mais pobres iam acompanhadas pela mãe ou por qualquer parente, os filhos de gente abastada faziam-se guardar por criadas, cujo vestido e «ar de importância» denunciavam a riqueza e a posição social dos patrões. Mas as crianças que brincavam umas com as outras apresentavam uma uniformidade impressionante.

Existe em Barcelona um grande parque e perto dele muitas escolas primárias. A hora do recreio, depois do almoço nas cantinas escolares, iam as crianças, se o tempo o permitia, brincar para o parque sempre cheio de gente àquela hora, e os jardineiros vedavam com cordas ou correntes de ferro ruas e alamedas que conduziam a espaçosas clareiras, para que nelas as crianças pudessem brincar sem ser perturbadas.

No meu bairro de Algés juntam-se diariamente, de verão e de inverno, em terreno ainda sem edificações, magotes de criancinhas a brincar umas com as outras, andrajosas, descalças, sujas e despenteadas. Não sei donde vem tanta pequenada e ignoro principalmente donde vem tanto desleixo. Neste inverno que foi rigoroso e húmido, pequenitos de dois ou três anos patinhavam na lama com uma simples camisa rota a resguardá-los. Quanto mais pequenos mais porcaria e mais nudez.

Ando agora por este encantador Algarve a orientar trabalhos de fotogrametria. Quis a sorte que eu voltasse no fim da vida a medir terras portuguesas como outras, tão portuguesas como estas, mas muito distantes, medira na minha mocidade. E enquanto os meus companheiros estacionam teodolitos e põem miras a prumo, vou vendo o que é a vida algarvia no campo. Naturalmente as pessoas que encontro são trabalhadores rurais, mais mulheres do que homens e muitas crianças.

Paro à porta duma casa. Sai dela uma rapariguinha que me olhava curiosamente. Quantos anos tens? Vou em treze. Vais à escola? Há muito que lá não vou; desde que morreu meu pai tenho de ficar em casa a cuidar de meus irmãos pequenos, enquanto a mãe vai para o trabalho. Saem da escuridão para que dava a porta, dois pequenos com as cabeças embrulhadas em trapos, descalços, rotos e repelentemente sujos. Interroguei. Estão com febre? Umas rosetas na cara e uma tosse de mau sinal confirmavam a informação. A mãe tivera nove filhos, dos quais apenas um morrera. Como podem estes entes vingar... Um rapaz fora para França trabalhar e por lá se perdera... Duas raparigas e dois rapazes casaram e tratavam da sua vida. Restavam à viúva as três crianças que tinha diante de mim, das quais a mais velha, já com ar sofredor de mulher, guardava os dois doentinhos enquanto a mãe estava a trabalhar de sol a sol, para ganhar quatro escudos.

Pouco passava das sete horas. O sol acabara de nascer. As três crianças comiam pão que se esfarelava, nada mais, quente ou frio, tinham para comer. Pelo meio-dia e à noite talvez juntassem àquele pão de mau aspecto um bocado de sardinha. Quanto aos doentes o médico ficava longe, e o dinheiro para remédios...

Muitas outras crianças tenho encontrado nestes quatro dias de trabalho de campo na fértil e risonha campina de Faro e todas elas revelam miséria e desleixo. As protegidas da fortuna, que as há naturalmente, apenas as vi outro dia, como bando de pombas, de bibes brancos, a entrarem para uma escola nos arrabaldes da cidade. Porque não cabe esta sorte a todas as outras?...

O que acima de tudo nos deve preocupar a todos, no momento presente, são as crianças. É necessário evitar, custe o que custar, que nelas desponte o espírito de revolta que está varrendo o mundo.

É indispensável e é da maior urgência que em cada aldeia, em cada bairro de cada aldeia, haja uma escola-cantina, onde as crianças de idade escolar vivam desde as primeiras horas da manhã ao cair da tarde. Nessas escolas devem almoçar e merendar, e receber vestuário de verão e de inverno, quando as famílias não tenham dinheiro para o comprar.

Juntem-se a estas escolas estabelecimentos onde se guardem, se alimentem, se lavem e se vistam durante horas de trabalho das mães, as

crianças que ainda não atingiram a idade escolar; organize-se o serviço dos médicos das aldeias — e teremos o problema resolvido.

Mas para se montar e manter tudo isto é necessário gastar muito dinheiro. Sem dúvida, os gastos terão de ser grandes...

E poderá a Nação com eles? Há muitos anos que sei que pode e largamente.

Mais uma vez acabo de admirar o comovedor esforço de um grupo de senhoras portuguesas na ânsia de pôr termo aos males de que estão sofrendo as crianças e que a grande mortalidade infantil, acusada pelas estatísticas, nos revela de tão impressionante maneira. Mais uma vez também o meu raciocínio, apoiado na experiência da minha vida de África, o lidar com manifestações idênticas da vida dos povos que administrei, me mostrou quão pouco se pode e se deve esperar dos esforços daquela natureza. Temos de nos convencer de que todos os males, materiais e morais, que sobre as crianças portuguesas estão caindo, resultam das condições de vida do nosso povo.

É necessário atacar o mal pela raiz, melhorando a vida das famílias portuguesas por meio de largas medidas de carácter geral.

Quais os agentes desta grande e urgente obra? Ia responder o Estado, apenas o Estado, mas todo o meu passado me leva a corrigir esta resposta: o Estado sim, mas auxiliado pelos municípios, pelas casas do povo e pelas misericórdias. Desta forma todos concorrerão para a grandiosa realização. A força propulsora e concentradora da riqueza pública, que é o Estado; a manifestação da descentralização, coisa muito nossa, que os municípios representam; a bela concepção das casas do povo, que estão dando real valor às aldeias, sustentáculos quase únicos da família portuguesa; as misericórdias que devem continuar a ser as coordenadoras da assistência particular.

No dia 21 de Junho de 1942, que foi um domingo, leu-se em todas as igrejas católicas de Inglaterra uma pastoral assinada pelos arcebispos católicos de Westminster, Liverpool, Birmingham e Cardiff, que continha uma declaração dos «dez pontos necessários para uma vida decente».

O primeiro ponto diz: «Um salário suficiente para se poder ter uma vida moderadamente confortável e que permita pôr de parte alguma coisa do que se ganha».

Nisto está tudo. Sem existência de um salário que permita uma vida decente, isto é, que não rebaixe a dignidade humana, todos os esforços para combater as doenças, para prolongar a vida, para conseguir uma população física e moralmente sã e com capacidade produtora serão uma pura perda. O problema principal está sempre no do «salário suficiente».

A forma mais simples de obter este salário é aumentar o quantitativo em dinheiro das diversas férias. Julgo, porém, que haverá vantagem oficial em não pagar os salários inteiramente em dinheiro. Se o chefe da família, que trabalha e produz, tiver uma casa de habitação higiénica e confortável, a que possa chamar sua, em cuja conservação gaste anualmente uma quantia relativamente pequena, ficando as grandes obras de reparação por conta da comunidade; se tiver assistência médica inteiramente gratuita, compreendendo medicamentos e desinfectantes; se os seus filhos receberem educação, instrução e aprendizagem em qualquer ofício ou arte, sem para tanto ser obrigado a qualquer despesa, dos 7 aos 14 anos ou aos 18, como quer o Sr. Butler, actual ministro da educação em Inglaterra; se durante este longo período escolar as crianças e os adolescentes tiverem nos dias de escola ou de oficina, duas refeições gratuitas — é claro que tudo isto representa um considerável aumento de salário.

No que acabo de dizer encontra-se esboçado nas suas linhas gerais, um vasto programa de assistência.

Quanto ao primeiro ponto, «salários suficientes», todos estamos seguindo com interesse e louvor, os esforços que o governo da República Portuguesa está fazendo para se fixarem salários mínimos. É o primeiro passo, o que mais custa a dar. No meu tempo de menino o salário diário de um trabalhador rural da minha aldeia minhota era de doze vinténs, que sem permitir a vida moderadamente confortável, de que fala a pastoral, desviava a fome e a miséria e deixava amearhar algumas moedas à dona da casa. O milho estava então a 370 reis o alqueire. Quando rebentou esta guerra aquele salário estava em 5 escudos (20,8 vezes maior) mas não representando elevação tão grande como a que indica a relação aritmética, porque os proprietários rurais em face da vida cada vez mais difícil que tinham, empregavam durante o ano o menor número possível de jornaleiros e por outro lado o milho subira a 20 escudos por alqueire (54 vezes mais).

Um trabalhador rural que há 50 e tantos anos comprava com a sua fêria semanal 4 alqueires de milho, apenas pode adquirir agora (1942) alqueire e meio.

É este o problema em toda a sua nudez. Em Inglaterra há meses que tentaram resolvê-lo fixando um salário mínimo rural. Mas os rendeiros ou os proprietários que cultivam as suas terras directamente, disseram desde logo que com tais salários os produtos agrícolas tinham de subir de preço. E novamente os trabalhadores rurais reclamam, afirmando que aquele salário mínimo fora fixado para um índice de custo de vida que é agora mais elevado.

Quanto à assistência médica é indispensável que ela passe a ser um serviço do Estado. Os médicos, exército em combate permanente, deverão constituir um quadro com graduações, promoções, reformas e vencimentos compensadores dos seus estudos e dos sacrifícios a que são obrigados. Sem isso nunca se conseguirá arranjar médicos para as aldeias. Terá o estado de lhes fornecer casa de habitação e meios de transporte para se deslocarem no grupo de aldeias que a cada um pertença.

Quanto a educação e instrução já se destinou verba à construção de edifícios escolares. É o primeiro passo. Se estes edifícios não forem o que têm de ser, será dinheiro em grande parte desperdiçado. Não se deverá esquecer ao construí-los que as crianças terão de permanecer nas futuras escolas de manhã e de tarde, que a assistência médica tem de ir procurá-las diariamente, que comerão nelas duas vezes por dia. É este outro ponto de grande importância.

Na Inglaterra em 1941, numa população escolar de 5 milhões, 2 1/4 milhões de crianças tiveram uma ração diária de leite, nas suas escolas, e 700.000 uma boa refeição além do leite. O ideal seria pão e leite no princípio dos trabalhos diários e uma refeição apropriada durante o recreio do meio-dia. Para isso se caminha.

O Senhor Butler, numa exposição que fez no dia 16 deste mês de Junho na Casa dos Comuns, disse que depois de ter consultado cuidadosamente os médicos ao serviço do seu ministério podia afirmar que em consequência de uma assistência médico-escolar cada vez mais rigorosa e do fornecimento da alimentação, ainda que longe de atingir o que se deseja, a saúde das crianças melhorou (*had positively improved*).

Para as mães, os recém-nascidos e as criancinhas antes da idade escolar, a assistência médica, assegurada em todos os cantos do país, será uma benção do céu.

Para se fazer tudo isto é necessário muito dinheiro. Sem dúvida, mas esta guerra tem mostrado como se podem reunir nas mãos do Estado e de várias entidades quantias fabulosas destinadas a matar gente. Faça-se o mesmo, ainda que em menor grau, para evitar que as crianças morram. Basta que isso aconteça aos velhos.

Nos últimos dias têm aparecido nos jornais ingleses vários artigos sobre a mortalidade das crianças com menos de um ano de idade. A publicação de um livro do Sr. Titmuss com o título de «Nascimento, Pobreza e Riqueza», provocou grande e sensacional discussão.

A mortalidade infantil tem diminuído consideravelmente em Inglaterra nos últimos cinquenta anos, e isto considera-se como uma manifestação de progresso de melhoria económica e como uma indicação da eficiência dos serviços de saúde, certo, porém, que a mortalidade infantil é ainda em Inglaterra superior à de alguns países.

Tomando para taxa representativa da mortalidade infantil o número de óbitos no primeiro ano de vida por mil nados vivos, temos, para 1930, os seguintes números-taxas desta mortalidade:

MÉDIA

Inglaterra	60
Irlanda	72
Escócia	83
Alemanha	84
Bélgica	93

BAIXA

Austrália	39
Noruega	46
Suíça e Holanda	51
Suécia	54

ALTA

Itália e Áustria	106
Espanha	117
Portugal	144
Hungria	154
Roménia	176

O livro do Sr. Titmuss apresenta-nos a mortalidade infantil sob um aspecto social, digno da maior atenção, mostrando-nos, em pormenorizada análise, que essa mortalidade aumenta consideravelmente com as dificuldades de vida das famílias inglesas. Divide o autor essas famílias em cinco classes, desde a mais próspera até à dos simples operários manuais, passando pelas dos pequenos negociantes e empregados diversos, dos mestres e operários especializados e dos agricultores.

Ora, nos três anos de 1930 e 1932, a mortalidade infantil nestas cinco classes é indicada pelas seguintes taxas, a partir da mais próspera delas:

33; 45; 58; 67 e 77

A mortalidade infantil dos filhos dos operários de menor salário é portanto 2,33 vezes maior que a dos nascidos na classe mais próspera de Inglaterra, sendo duas vezes maior a dos filhos dos trabalhadores agrícolas. As crianças recém-nascidas morrem mais quando os pais são pobres do que quando são remediados ou ricos, dizem-nos aquelas cinco taxas.

Por outras palavras: se considerarmos 100 nascimentos em cada uma destas cinco classes, teremos que a 3 óbitos de filhos de famílias ricas, correspondem 5 ou 6 nas famílias remediadas e 7 ou 8 nas famílias pobres. É fácil ver o que isto representa.

Analisando as causas da mortalidade infantil na Inglaterra, forma o Sr. Titmuss dois grandes grupos: o de óbitos devidos a influências congénitas e hereditárias, e o de óbitos em resultados de doenças que se podem evitar e curar. Ao primeiro grupo de causas é devida a grande maioria dos óbitos infantis do primeiro mês de vida; ao segundo os óbitos dos restantes 11 meses. Ora o número de óbitos no primeiro mês pouco

varia nas cinco classes; as grandes disparidades dão-se nos meses que vão do primeiro ao décimo segundo. O autor diz que por «11 crianças das classes economicamente favorecidas que morrem em consequência de causas evitáveis (*preventible*) 90 crianças pobres morrem devido a causas semelhantes, e que isto mostra bem o poder das condições económicas sobre a vida e sobre a morte».

São analisadas no livro referido principalmente três épocas: a de 1911 de grande mortalidade infantil ainda, 125 óbitos por mil crianças nado-vivos; a de 1921 a 1923 em que essa mortalidade já diminuiu consideravelmente, sendo de 79 a taxa respectiva; e aquela a que já me referi e cuja taxa é 62. Mas observa-se que esta apreciável diminuição de óbitos não diminui a disparidade e mortes nas cinco classes socioeconómicas, e que pelo contrário, essa disparidade tem aumentado de 1921 em diante.

E o autor conclui que a razão de tudo isto está «nas más moradias, nas deficiências de alimentação, no vestuário impróprio, na ignorância, na falta de assistência médica e em milhares de outros males».

Em Portugal seria impossível fazer uma análise desta natureza e não sei se as causas são piores ou melhores aqui do que na Inglaterra. Em face da nossa grande mortalidade infantil, chego a pensar que tudo se passa entre nós com mais igualdade e que as crianças morrem quase tanto nas famílias ricas como nas pobres.

Se assim for, não seria caso para nos consolarmos pois apenas representaria que este nosso atraso se estende igualmente a ricos e pobres.

Entre nós a mortalidade infantil é muito grande. Nos sete anos abaixo indicados, as taxas respectivas foram as seguintes:

1921	148
1924	144
1929	151
1934	144
1939	102
1940	126
1941	151

Morrem-nos muitas crianças. A conservação da sua vida, a sua formação física, intelectual e moral, tudo conjugado com o aumento do número de nascimentos legítimos deve ser a constante preocupação das comunidades.

No ano de 1941 morreram as seguintes crianças em Portugal:

De menos de 1 ano.....	27.974
De 1 ano.....	10.541
Dos 2 aos 6 anos	9.183
	<hr/>
	47.518

Representam estas mortes 35% da mortalidade total do mesmo ano, que foi de 134.937 pessoas.

Como evitar este horror? Pela integral melhoria das condições económicas; por uma assistência médica eficiente e bem organizada que estenda a sua acção a todos os povoados; pela existência em cada aldeia, além do médico, de parteiras e visitadoras competentes e que saibam limitar os seus esforços à melhoria das condições de vida dos recém-nascidos e das parturientes; com habitações higiénicas; e por meio de subsídios aos filhos. Creio também que o fortalecimento da família, sob os pontos de vista moral e económico, é indispensável para o aumento da natalidade e para a protecção às crianças. Tenho a impressão que nas aldeias rurais o relaxamento da vida familiar tem aumentado neste último meio século.

Sei que a tarefa é colossal; mas se outros países a têm realizado, por certo, também nós a poderemos acabar. Tomando o número de nado-vivos e de óbitos de crianças de menos de 1 ano, em 1941, a que corresponde a taxa de mortalidade infantil de 151, vemos que para essa taxa ser a da Holanda, que, em 1934, foi de 43, seria necessário que tivessem apenas morrido entre nós 7.926 crianças de menos de um ano, isto é, deveriam ter-se poupado naquele ano, com cuidados e auxílios de toda a espécie, as vidas de 19.868 recém-nascidos.

A maior parte dos elementos de que lancei mão para escrever este artigo, foram colhidos no Anuário Demográfico, ano de 1941, notável

trabalho do Instituto Nacional de Estatística, que de ano para ano vai aperfeiçoando e aumentando as suas estatísticas, e que é hoje um dos mais valiosos instrumentos de progresso do nosso país.

Da Ex.^{ma} senhora D. Alcinda de Aguiar, doutora em Medicina, tive a honra de receber um convite para assistir a uma conferência subordinada ao título «Estudo sobre mil crianças portuguesas em idade escolar». Realizar-se-ia essa conferência sob o patrocínio da «Obra das Mães pela Educação Nacional» e dignar-se-ia presidir Sua Eminência o Cardeal Patriarca.

À hora fixada estava à porta de uma casa no Campo dos Mártires da Pátria e entrei para uma sala de antiga arquitectura, no rés-do-chão, que uma assistência, constituída principalmente por senhoras, enchia por completo. Pouco depois dirigiu-se para a mesa da presidência o Sr. Cardeal, acompanhado por uma senhora e pelo Prof. Francisco Gentil, que convidou a sentarem-se ao seu lado. A conferente foi ocupar a mesa que lhe estava destinada. Tipo de mulher inteiramente portuguesa, nova e franzina, com uma atitude de decisão que o seu andar firme e rápido bem marcava. Olhando para ela e para a mesa da presidência, senti que alguma coisa de alta importância se ia passar.

E principiou a desenrolar-se um triste quadro. A conferente descreveu, durante hora e meia, perante a assistência confrangida e sucumbida, servindo-se da palavra e da fotografia, o resultado do seu exame médico-social a um milhar de crianças de Viana do Castelo.

Vou ver se com as minhas reminiscências e com ligeiros apontamentos que me foram obsequiosamente cedidos, posso dar uma pálida ideia do que vi e ouvi.

Das mil crianças observadas, 485 do sexo feminino e 515 do sexo masculino, só 8 por cento tinham o peso normal; com o tórax raquítico apareciam 88 $\frac{1}{2}$ por cento; com manifestações ganglionares suspeitas 99 por cento; com as amígdalas hipertrofiadas 72 por cento; atacadas de bronquite 29 por cento. E assim por diante.

«Nestes últimos meses, disse a conferente, observei para cima de mil crianças, todas de Viana do Castelo, e posso afirmar que quase todas exigem auxílio imediato, porque as suas condições físicas são aterradoras».

As condições mentais não são melhores. Se bem ouvi, só 16 por cento das crianças examinadas são mentalmente normais. Uma coisa é consequência da outra.

Qual é a causa desta miséria humana?

As más condições de habitação, a falta de agasalho e de roupas próprias, principalmente no inverno, e a horripilante falta de higiene muito concorrem, sem dúvida, para esta degeneração física, e mental; mas acima de tudo aparecem sinistramente as deficiências, em quantidade e qualidade, da alimentação das crianças portuguesas.

É este deplorável estado de enorme percentagem da nossa população infantil que importa remediar. Para que nos serve o país, para que nos servem as colónias se não produzimos homens fortes e são para povoarem e para desenvolverem as suas enormes riquezas latentes?

Todos conhecemos mais ou menos este grande mal, todos o sentimos. De há muito que em estudos dispersos, em conferências feitas perante restritas assistências, em publicações que a poucas mãos chegam, se tem apontado esta verdadeira calamidade. Creio porém, que a conferência da doutora D. Alcinda de Aguiar marcou o início do esforço que fará desaparecer o mal tão corajosamente revelado. Bem sei quão difícil e complexa é a resolução do problema, mas tenho a certeza que é desde já possível tomar providências que atenuem consideravelmente a miséria de tantas crianças.

Todos os que ouvimos a conferente tomámos, por certo, resoluções provocadas pela emoção que sentimos; a todos nós segredou uma voz íntima que com intonação moldada pelo empenhamento e pelo génio de cada um, nos dizia: «cumpre-te fazer qualquer coisa».

Que não se esmoreça na realização das resoluções que cada um tomou de concorrer para acabar o mal, são os meus votos; que a alta figura que presidiu à conferência tome a iniciativa de uma cruzada contra o terrível mal, auxiliado pelo grande professor e pela ilustre senhora que a seu lado se sentaram, é a minha esperança; que o Estado ponha nessa cruzada todas as forças financeiras, económicas e políticas de que possa dispor, são os meus desejos de cidadão português.

Em tempo: Ao juntar estas palavras a outras que se leram e vão ler-se, noto que sobre a data em que as escrevi passaram quase seis anos...

Um recente relatório sobre a alimentação de famílias que vivem de salários, elaborado por uma comissão de donas de casa, mulheres de operários ingleses, mostra que o preço dos alimentos tem subido consideravelmente nos últimos anos.

Nem outra coisa era de esperar da desvalorização da libra.

Não se insurgem aquelas mulheres contra os preços altos dos géneros alimentícios, afirmam até que a subida de preços é necessária para animar os produtores; mas desde que, com estes preços altos, lhes é impossível comprar alimentos bastantes para a família, verificam que a culpa não é dos preços e sim dos salários baixos. A primeira conclusão do relatório é que em face do aumento do custo da alimentação é necessário pagar salários maiores.

O quadro que adiante se publica, elucida bem a questão. A dona de casa que dificilmente podia desviar dos salários, que semanalmente lhe entravam em casa, o equivalente em «shellings» a 124 escudos para se alimentar a si e aos seus, não pode evidentemente destinar a esse fim 163 escudos se os salários se conservarem os mesmos. A família (e as crianças principalmente) passa então a ter alimentação insuficiente.

Qual o remédio? De modo algum baixar os preços: o operário tem tudo a ganhar com os preços altos dos produtos que, parcialmente, são devidos ao seu trabalho. Será pois necessário pagar maiores salários.

Resta saber se a maioria das indústrias inglesas poderão suportar mais aumentos de salários. E é porque esta dúvida se levanta que hoje, em Inglaterra, muita gente é partidária de subsídios às famílias de operários que tenham mais de dois ou três filhos, o que, em última análise, significa que o Estado pagaria desde já parte dos salários dos operários e amanhã talvez a totalidade desses salários. Os industriais passariam, está claro, a pagar o equivalente em impostos. Não pagam já os Estados milhões de libras aos sem trabalho? Na mesma ordem de ideias terão de pagar directa ou indirectamente alimentação suficiente àqueles que a não têm.

Alguma coisa, mais do que alguma coisa, muito, é necessário fazer sem dúvida, mas não me parece que este seja o melhor caminho a seguir para acabar com o desemprego, com a miséria e com a fome.

Se se conseguisse acabar com as loucas, quase criminosas despesas que a humanidade está fazendo com armamentos, se se passasse a explorar as

Despesa semanal com a alimentação
de uma família inglesa de mineiros,
composta de cinco pessoas, pai, mãe e três filhos

Alimentos	Quantidades por semana		Preços em Julho de 1933	Preços em Novembro de 1937
Carne de vaca	1,362	Kilogr.	8\$25	12\$37
Carneiro	0,908	»	4\$58	7\$30
Carne picada	0,454	»	2\$29	3\$21
Presunto	0,454	»	2\$75	6\$42
Carne em conserva	0,908	»	5\$50	7\$33
Queijo	1,362	»	8\$94	12\$37
Leite	8	litros	17\$75	22\$46
Peixe fumado	0,567	Kilogr.	2\$98	4\$12
Manteiga	0,227	»	2\$29	3\$90
Unto	0,114	»	0\$69	0\$69
Banha	0,227	»	1\$37	2\$06
Margarina	0,227	»	0\$92	1\$84
Pão	17,993	»	31\$51	40\$79
Açúcar	3,051	»	6\$76	8\$12
Doce de compota	0,454	»	2\$06	2\$52
Batatas	4,762	»	3\$44	3\$44
Ervilhas	0,454	»	0\$69	0\$91
Aveia	0,227	»	0\$57	0\$46
Chá	0,227	»	2\$75	5\$04
Melaço	0,340	»	1\$49	1\$60
Feijões	0,227	»	0\$69	0\$69
Cevada	0,454	»	0\$92	0\$92
Arroz	0,454	»	1\$15	0\$69
Hortaliças e frutas frescas em quantidades variáveis			13\$75	13\$73
	Totais por semana		123\$99	163\$10

enormes riquezas latentes que existem no mundo, por meio de trabalho humano apoiado no extraordinário desenvolvimento que a ciência atingiu nos últimos tempos, se a paz, a harmonia e a aliança de todos os povos permitisse organizar a distribuição da produção mundial, com certeza se chegaria ao fim que todos desejamos, mais seguramente do que com a transformação dos Estados em portarias de conventos, onde todos iríamos de escudela na mão receber uma sopa sempre amarga e escassa.

Mas os factos são os factos e é indispensável conhecê-los e meditá-los. Não estão os quatro senhores do mundo — Estaline, Roosevelt, Mussolini e Hitler — a dizer constantemente que é necessário encarar as realidades?

Foi isto escrito em meados de 1938.

Em 1933 a «British Medical Association» fixou em 22 sh. 6 1/2 d. (são os 124 escudos do quadro que acabam de ler) a dieta mínima semanal para uma família de cinco pessoas. Em 25 e 26 de Novembro de 1937 foram consultadas as donas de casa de várias zonas de Inglaterra sobre a despesa mínima semanal a fazer com a alimentação daquela família de cinco pessoas. Das respostas dadas tira o citado relatório várias conclusões:

1.^a — O custo da alimentação por semana varia conforme as regiões de 150 a 200 escudos;

2.^a — Sempre que o pão se faz em casa a despesa diminui consideravelmente;

3.^a — Estão longe de ser de boa qualidade os géneros expostos à venda;

4.^a — Nos últimos anos tem-se comido menos carne em Inglaterra;

5.^a — O preço do leite é muito alto;

6.^a — É indispensável aumentar o consumo dos alimentos essenciais para o crescimento normal e para a protecção de vida humana, como sejam leite, ovos, manteiga, fruta e vegetais, e não perder de vista os alimentos produtores de energia, o pão em primeiro lugar.

7.^a — O quadro (que reduzimos às nossas unidades de peso e à nossa moeda) mostra orçamentos de preços nos géneros alimentícios de 1933 a 1937.

Por hoje basta. Muita pena tenho que a grande maioria das donas de casa, mulheres de operários e de trabalhadores de campo de Portugal, não possam, por não saberem ler, tomar conhecimento destas coisas que tão discutidas estão sendo lá fora. Mas que as donas das casas onde há fartura, meditem estas ementas, a par do correspondente rol de despesas. Chegarão, com certeza a tristes conclusões.

Mostra-nos pois este quadro a dieta mínima semanal, fixada, em qualidades e quantidades de alimentos, pela «British Medical Association» para uma família composta de pai, mãe e três filhos. Em 1933 essa dieta importava em 124 escudos semanais, em 1937 em 163 escudos e por essa razão se falava de novo, com insistência, em salários baixos em Inglaterra.

Para completar este estudo, ou mais propriamente, para tentar atingir o meu propósito que é unicamente chamar a atenção dos meus leitores para o fundamental problema da alimentação da gente portuguesa, é conveniente vermos o que se passa a respeito da alimentação dos operários de um país de fracas finanças e de salários baixos. Escolho para este fim o Japão.

Antes de mais convém dizer que no Japão funciona há muitos anos um «Instituto Imperial de Nutrição», com sede em Tóquio, e existe um ministério que se chama «Ministério do Bem-Estar Público».

Não podiam os japoneses pensar em remediar à maneira inglesa os males que estavam resultando para o seu país de uma alimentação insuficiente quase geral: era-lhes impossível aumentar os salários, dar subsídios às famílias numerosas, distribuir gratuitamente leite e refeições nas escolas, e, visto que precisavam de aumentar o mais possível a sua população para poderem realizar o seu plano de expansão imperial, de modo algum poderiam consentir, aconselhar e muito menos provocar a diminuição da natalidade.

Procurou-se então a solução do problema no barateamento da alimentação. Partindo da noção científica de que pequenas quantidades de alimentos apropriados e bem doseados valem mais do que grandes porções de géneros de fraco poder alimentício, elaborou o instituto de Tóquio uma série de ementas, sob o título de «comer menos e mais barato, mas melhor». Aprovou o Ministério do Bem-Estar Público esses menus, mas reconheceu que para conseguir que os japoneses abandonassem os seus hábitos

alimentícios e adoptassem as novas fórmulas culinárias muito havia a fazer. Uma das providências tomadas foi a instituição de cozinhas colectivas nas regiões industriais e também nos centros escolares. A extrema barateza das refeições, aliada a uma inteligente compulsão, atrairia os consumidores que, passados meses, não quereriam outra comida e fariam por todo o país a sua propaganda.

Afirma-se que por meio destas cozinhas colectivas uma família composta de cinco pessoas pode alimentar-se bem com menos de 23 yen (140 escudos) por mês.

Conheço instituições desta natureza que representam admiráveis manifestações de assistência e de altruísmo, mas que quase sempre têm falhado por três principais motivos: falta de capital suficiente para instalar essas cozinhas em bases sólidas; carência absoluta de noções científicas na preparação das refeições; sistema económico-administrativo baseado no princípio de que os preços das refeições fornecidas devem pagar não só o custo dos alimentos, mas também o pessoal das cozinhas e além disto amortizar as despesas de instalação. Com este sistema financeiro ou as refeições saem mais baratas em casa dos operários ou as cozinhas colectivas acabam por quebrar.

A assistência tem de ser exercida pelo Estado, e assim o compreendeu o Japão que está gastando uns 15 mil contos por ano para estabelecer e manter numerosas cozinhas colectivas. Mais terá de gastar, pois que o seu plano é levá-las a todos os cantos do país não só para bem dos operários industriais, mas também dos trabalhadores dos campos e dos empregados de pequenos vencimentos. Naturalmente os dirigentes do Japão pensam o mesmo que Roosevelt: «tornemos aptos e prósperos os habitantes da América, que em menos de uma geração o povo americano se encontrará em condições de pagar ao décuplo as despesas que fizermos para seu bem».

Traz o «Correio da Ásia», notável boletim brasileiro que, em português, se publica em Yokohama, e que me tem servido de guia ao escrever este artigo, uma enumeração dos pratos principais que preparam as cozinhas colectivas. Vê-se que há o propósito de fugir da sopa económica, sempre a mesma e da qual, no fim de meses, fogem até os esfomeados. A variedade dos pratos no mesmo dia e nos dias da semana é essencial para a saúde, e

além disso nem todos podem comer as mesmas coisas. Está claro que cada país e mesmo cada região terá os seus pratos tipos conforme as produções predominantes. Basta dizer que no Japão, a base das refeições é constituída pelo arroz, a que se juntam pratos de feijão-soja, mariscos frescos ou de conserva, batata doce ou batata comum, nabos, cenouras, carne de porco, pastéis de peixe, etc. O feijão-soja é muito empregado: dele se fazem doces, uma espécie de queijo e fritados. As três refeições diárias são preparadas de modo que a cada pessoa sejam fornecidas, tão aproximadamente quanto possível, as calorias de que carece segundo a sua idade e o seu trabalho.

Dizem os jornais japoneses, segundo informa o «Correio da Ásia», que um dos fins das cozinhas económicas é eliminar uma série de doenças devidas à má alimentação.

Entre os 23 escudos diários de que carece uma família inglesa de cinco pessoas para se alimentar bem, e os 4 escudos e 70 centavos necessários à família japonesa, abre-se quase um abismo, qualquer que seja o aspecto sob o qual considerarmos este notável fenómeno económico.

Parece-me, porém, que nós portugueses, mais ganharemos, neste caso, em aproximar-nos dos japoneses do que dos ingleses.

O que é essencial é que um «instituto português de nutrição» diga, dentro de pouco tempo, qual deve ser a alimentação mínima, em quantidade e qualidade, em cada região do Portugal da península e do ultramar, e que, seguidamente, um «Ministério do Bem-Estar Público» tome as providências adequadas para que se passe a comer nos nossos campos e nos nossos centros fabris segundo as ementas que aquele instituto elaborar.

O que se está passando no nosso país e principalmente nos nossos campos em tudo que respeita à alimentação de crianças e de adultos, é que de modo algum pode continuar.

Continuo convencido de que só vantagens há em chamar amiudadas vezes a atenção do público para certos factos de carácter nacional, por mais dolorosos que eles sejam. Creio mesmo que maior missão não tem a imprensa jornalística do que esta de apontar sem cessar tudo que constitua perigo para a nação.

Li há dois ou três dias que, em 1936, foram inspeccionados pelas juntas de recrutamento 64.376 mancebos. Destes rapazes, o melhor expoente do

espírito e do vigor da vida das aldeias, 26.121, isto é, 41 por cento, eram analfabetos, e 38.363, isto é, 59 por cento, foram julgados incapazes do serviço militar.

Isto é apavorante.

Não tenho aqui à mão estatísticas, mas sei que o número de raparigas analfabetas é muito maior que o dos rapazes que não sabem ler e escrever; e sei também que, além dos 33 anos, o valor do soldado quase não conta nos exércitos modernos. O número dos mancebos apurados definitivamente, em 1936, foi de 26.013; se este número se mantiver, não poderemos contar com um exército de mais de 300.000 soldados para defesa do território e dos lares da nação. Se a percentagem dos incapazes não atingisse 10 por cento, como está acontecendo em Inglaterra poderíamos dispor de um milhão de soldados no vigor da vida.

Tenho a impressão de que isto foi sempre assim. Desde que me conheço que ouço dizer que se está combatendo afinadamente o analfabetismo. Ora se nestes últimos três quartos de século, que tanto tem durado o afinado combate, se tivesse conseguido diminuir de 1 por cento por ano, em média, a percentagem dos analfabetos no nosso país, já teriam eles deixado de existir. E como isso se não deu, devo concluir que se não soube organizar o combate. Que importa que as coisas tenham melhorado um pouco: enquanto as percentagens não descerem abaixo de dez, seremos considerados como um povo de analfabetos. É duro, mas é assim.

Temos de organizar o ensino, de o levar a todas as idades e de fazer em vinte anos o que não soubemos fazer num século.

Voltemos ao recrutamento militar de 1936.

A notícia a que nos estamos referindo diz que se apresentaram às juntas de recrutamento 73.308 mancebos, sendo inspeccionados somente 64.376. Não sei bem a que atribuir esta diferença de 8.932 rapazes, entre os apresentados e os inspeccionados. Mas vamos ao que mais interessa.

Que medidas se tomaram relativamente aos 26.121 analfabetos que as inspeções descobriram e cuja falta de ensino primário é resultante de deficiências na organização escolar actual?

Os que foram apurados é de crer que tenham encontrado nas escolas militares aquele ensino que não tiveram na sua infância; mas os que foram

julgados incapazes? Com certeza ninguém se importou mais que eles soubessem ler, escrever e contar ou que não soubessem.

Seria sem dúvida uma boa ocasião para atenuar erros do passado.

Lá há tempos qualquer coisa sobre o que se estava fazendo em Inglaterra com os voluntários que as inspecções médicas não julgaram aptos para o serviço militar.

Entrava imediatamente em jogo aquele salutar princípio de administração pública, que se pode formular pela seguinte maneira: «uma vez chegado ao seu conhecimento um facto, de que possam resultar inconvenientes para a comunidade, nunca mais os administradores o devem largar de mão».

Os mancebos não apurados pelas inspecções médicas inglesas são divididos em duas classes: os que sofrem de doenças ou defeitos físicos que os tornam para sempre incapazes de serviço militar; os que, com tratamento adequado, podem adquirir o vigor físico necessário para aquele serviço.

Os primeiros são entregues aos serviços de saúde da nação para que procurem prolongar a sua vida, afastar perigos de contágio e diminuir o mais possível os sofrimentos que resultam da sua triste condição. Os segundos vão para sanatórios militares, onde o tratamento médico, a boa alimentação, o conforto, a ginástica e os demais meios indicados os transformem em homens capazes de concorrerem para a defesa do país.

Para mim não faz sentido que, depois de uma junta de inspecção verificar que um ou dois anos de bom tratamento (e por vezes alguns meses apenas) bastarão para transformar em homem vigoroso um mancebo debilitado por privações sem nome, se lhe diga simplesmente: «ficaste livre do serviço militar, volta para a miséria donde vieste».

As operações do recrutamento militar, principalmente nos países onde vigora o serviço obrigatório, devem ser seguidas com a maior atenção. Nada indica com tanta precisão o vigor e as qualidades da raça, quer sob o ponto de vista individual quer sob o ponto de vista social, como os resultados dessas operações. Deve a imprensa dar deles conhecimento e comentá-los, tendo apenas em vista, está claro, o bem da comunidade.

É o que acabo de fazer.

Decorreram já bastantes anos sobre as seguintes palavras:

«Soube o catolicismo, em épocas de civilização atrasada, de dificuldades de comunicação e de vida cheia de perigos, organizar uma assistência espiritual que estendeu a todas as localidades do mundo católico por mais diminuta que fosse a sua população. Nessas épocas remotas o Estado muito concorreu para que se levasse por diante esta organização digna da nossa admiração e do nosso respeito.

«Porque não poderá o Estado, numa época de grande civilização, de comunicações fáceis, de vida policiada e tranquila, conseguir organização idêntica, criando em cada aldeia ou grupo de aldeias uma assistência médica profícua e gratuita, que tenha a seu cargo as famílias rurais, obrigando-as a práticas de higiene nas pessoas e nas habitações, socorrendo-as com os recursos da medicina e da cirurgia, criando uma população válida, saudável, cada vez mais numerosa?»

«Utopias, dir-se-á. E se eu vos afirmar que organização idêntica, espalhando os seus benefícios sobre muitos milhares de famílias indígenas se está desenvolvendo na África Portuguesa...»

Sei que nos anos que decorreram depois destas palavras terem sido por mim proferidas, alguma coisa têm progredido os nossos serviços médicos no que se refere à assistência médica nas aldeias. As casas do povo, instituição que julgo merecedora dos maiores encómios e que devia existir em todas as povoações rurais, vão fazendo o que podem neste sentido. Mas quão longe estamos do que deve ser. A tentativa para a criação de médicos rurais com residência obrigatória nas aldeias não deram na maior parte os resultados que se esperavam.

Creio, como já disse, que para se conseguir assistência médica rural é indispensável a criação de um quadro de médicos muito bem remunerados, com direito a aposentações compensadoras, com boa habitação construída pelo Estado, com um automóvel que permita deslocamentos cómodos e rápidos e com acessos a graduações superiores não muito lentas. Seria também necessário que o médico, após a sua formatura, e aturado tirocínio em hospitais de grandes centros populacionais, e tendo sido naturalmente colocado nas mais modestas aldeias, fosse, passados anos, transferido para aldeias cada vez melhores e finalmente para vilas e cidades. Durante a sua

permanência, nas aldeias deveria, de quando em quando, interromper o seu serviço médico, para vir aos centros universitários fazer estágios e exames que lhes permitissem e os obrigassem a pôr-se a par dos progressos da medicina.

E tudo mais que os profissionais meditarão e estabelecerão, perdoando ao mesmo tempo a um leigo a audácia de vir meter foice em seara alheia, apesar de já ter tentado e em parte conseguido coisas semelhantes por terras de Angola.

Julgo que a base essencial é a assistência médica gratuita à quase totalidade das famílias rurais.

Estou a ouvir a pergunta que há tantos anos me soa aos ouvidos:

— Mas quanto dinheiro será necessário para uma organização desta natureza?

Muito, sem dúvida.

Do actuar metódico e constante nas populações rurais da medicina preventiva e da medicina curativa; do estabelecimento da assistência médica integral, como obrigação social da comunidade, e, conseqüentemente, dos contínuos cuidados com as crianças; do facto de se conseguir ter sempre os médicos a par dos progressos científicos resultarão vidas salvas, homens e mulheres válidos, aumento da população, de que tanto carecemos para a imensidade das nossas colónias, maior produção, maior riqueza nacional e, como resultante final, o engrandecimento do país.

Que faça o balanço quem tiver tempo e competência para tanto. Estou convencido de que a saúde das nossas populações rurais valerá mais do que as despesas feitas para a conseguir. Mas para mim basta-me o balanço social, moral e espiritual da questão, e a esse deitei contas quando era novo.

(Página deixada propositadamente em branco)

VIII

UNIVERSIDADE COLONIAL

A construção ou a instalação em Lisboa de uma Universidade Colonial seria o mais brilhante e o mais útil empreendimento entre tantos a que Portugal se deveria abalar logo que terminasse a guerra.

Cada vez me convenço mais de que não possuímos, como Nação, a mentalidade colonial indispensável para, mercê dos nossos territórios do ultramar, atingirmos o engrandecimento nacional a que temos o direito de aspirar, para seguirmos com segurança o caminho que a essa grandeza nos conduzirá. Uma Universidade Colonial bem montada e bem organizada seria a principal maneira de criar e firmar essa mentalidade.

A cada função a desempenhar nos territórios de além-mar, a todos os funcionários públicos do chefe do posto, escriturário ou amanuense a governador, do guarda-livros de uma casa comercial ao gerente de ampla empresa comercial ou industrial ao Administrador ou governador de um grande banco, todos, civis ou militares, funcionários do Estado ou empregados particulares carecem, desde que vão exercer funções de responsabilidade, de um mínimo de habilitações que os liceus, os institutos, as universidades e as faculdades lhes ministrarão. Mas antes de seguirem para o ultramar deveriam ir estagiar por algum tempo na Universidade Colonial afim de adquirirem

conhecimentos que aqueles estabelecimentos lhes não ministraram. Afinariam ali, sob o ponto de vista colonial, a sua mentalidade. É óbvio que um delegado do Ministério Público que é despachado para uma comarca do interior de África carece de saber mais alguma coisa do que o que se destina a qualquer Concelho da metrópole. Deveria haver nessa Universidade além de tudo o que caracteriza estabelecimentos desta natureza, museus etnográficos, fotografias, aspectos dos homens e das coisas coloniais, um jardim colonial, e tudo o que familiarizasse o mais possível o futuro funcionário, antes do seu embarque, com o habitat que o vai cercar. Poderá dizer-se que lá se aprenderá isso e muito mais, em pouco tempo, pela força da simples contemplação e do forçado contacto. Mas quantos não conseguem aprender, quantos aprendem mal; e quantos inconvenientes não resultam desta falta de compreensão, de erradas noções das coisas.

Caberia também à Universidade Colonial o ensino teórico e prático das línguas indígenas e o estudo profundo da história das civilizações nativas e nos territórios de além-mar se vai sobrepondo com o decorrer dos séculos a nossa civilização.

Creio que a isto se chama hoje altos estudos coloniais, se é que pode haver estudos altos e baixos.

No jornal de Luanda, «A Província de Angola», de 8 e 10 de Fevereiro de 1937, que o último correio me trouxe, leio, transcrita do «Notícias» de Lourenço Marques uma exposição sobre a criação de uma Universidade Colonial, da autoria do Sr. Alexandre Lobato.

Abraço com entusiasmo esta ideia, e bem quereria não fechar para sempre os olhos, sem ter visto em qualquer ponto de Lisboa abertos os alicerces para o monumental palácio da Universidade Colonial.

Quanto de grande se poderia fazer em torno deste pensamento!

Há muito que eu venho dizendo que no exercício das funções públicas a passagem pelas colónias se torna indispensável num país como o nosso.



Norton de Matos
no jardim do palácio do governo de Luanda,
quando alto-comissário da República, em 1923

Tenho sido, durante meio século, testemunha das altas vantagens que resultaram para o progresso e para o prestígio de Portugal de longos estágios nos territórios de além-mar, feitos por magistrados judiciais, por militares, por médicos e por engenheiros. A influência que na indústria e no comércio portugueses têm tido e estão tendo os homens que passaram na África grande parte da sua, vida como comerciantes e industriais, é sobejamente conhecida. Os estudos coloniais terão de ser sempre, se não quisermos lavar a nossa sentença de morte, afastando-nos da rota que a história nos traçou, o complemento dos nossos cursos secundários ou superiores.

Parece que há ainda muita gente culta em Portugal que não medita bastante no modo de ser geográfico da nação a que pertence: uma área de 2.190.887 quilómetros quadrados, dos quais apenas 91.919 constituem o território da metrópole; uma população de dezasseis milhões de habitantes, distribuída hoje quase igualmente entre a metrópole e o ultramar, mas que, em cinquenta anos, mal terá dobrado na metrópole e terá, por certo, quadruplicado nas colónias.

Julgo até que ainda existem muitos portugueses de vasta instrução que, apesar de tudo o que se tem passado e dito nos últimos tempos a respeito de matérias-primas coloniais, ainda não descobriram que Portugal é um dos países ricos do mundo em produtos desta natureza e que as suas possibilidades na produção de algumas das mais importantes dessas matérias-primas se podem dizer ilimitadas.

A criação de uma Universidade Colonial, realizada de modo que nela nada faltasse, desde os cursos para administradores do ultramar até aos estudos de valorização das colónias, a que tão pouca atenção se tem dado no nosso país, seria o passo decisivo para a formação da grande civilização que temos de erguer no mundo em consequência do nosso modo de ser geográfico.

Que essa ideia que acaba de ser brilhantemente apresentada em dois grandes jornais do ultramar português, não pereça como tantas outras.

Que a metrópole a chame a si e que o governo da República a coloque à cabeça do rol, no seu programa de realizações como obra excelsa e digna de Portugal.

IX

CARREIRA COLONIAL

Liga-se o artigo que segue com o que o precede e que intitulei Universidade Colonial. Deveria talvez incluir-se entre maneiras de colonizar as nossas terras de África. Considerei sempre o recrutamento de funcionários, a sua larga remuneração, os subsídios de família para os induzirem a levar consigo as famílias, boas casas de habitação, assistência médica gratuita, a sua fixação em cada colónia, em vez de atirá-los, continuamente de uma colónia para a outra, como erradamente se estabeleceu, — como um dos melhores meios de colonização.

Uma coisa que desejaria saber é qual foi o destino do estudante que me consultou, já lá vão quase sete anos.

Longe de mim a intenção de transformar em consultório estes artigos, mas uma carta que, acabo de receber de um estudante do Porto, obriga-me a abrir uma excepção.

Dezoito anos feitos, está a concluir o curso dos liceus e principia a pensar no seu futuro. Diz-me que deseja fazer a sua vida em Angola e envolve este legítimo e louvável desejo no seu patriotismo.

Afirma, que é preciso civilizar Angola, torná-la grande. Bem sei, todos nós o sabemos; guardem porém os novos essa nobre aspiração, como em sagrado relicário, não a esqueçam nunca, prometam a si mesmos sublimá-la com o esforço de uma vida inteira, mas digam, simplesmente e naturalmente

que desejam ir ganhar a vida nas colónias. Tenha muita gente nossa este simples e natural desejo e efectivem-no que a grandeza das colónias, e consequentemente a de Portugal, será uma realidade em poucos anos.

É estudante, como disse, o meu consultante e naturalmente quer continuar os seus estudos para se preparar para a carreira colonial que deseja seguir. Tem opiniões, com as quais não concordo, a respeito dos cursos grandes, como chama aos cursos universitários: eu sou dos tais que fizeram um curso grande, mas tenho a opinião de que esses cursos se valorizam desde que haja grupos muito numerosos de auxiliares a servir sob as ordens dos técnicos superiores. As colónias carecem de muitos técnicos: engenheiros, agrónomos, silvicultores, médicos e veterinários. Sem eles não poderão progredir. Mas a acção desses técnicos não será o que deve ser, se em torno de cada deles não houver corpos bem organizados de auxiliares: os assistentes técnicos, os electricistas, os agrimensores, os regentes agrícolas, os farmacêuticos, os enfermeiros e quantos mais...

Carecem estes auxiliares de fazer cursos, isto é, de se prepararem teoricamente e o mais que puderem praticamente para desempenharem com proveito, para a comunidade e para eles, as nobilitantes funções de condutores e de executores de obras e de trabalhos, em missões que exigem para a sua realização o exército dos trabalhadores nacionais desde os homens de ciência, inventores e orientadores até aos operários manuais, cónscios da sua missão e sob a direcção dos técnicos e seus assistentes.

Faz, portanto, muito bem o meu consultante em ingressar no Instituto Industrial. Pergunta-me de dois cursos que nesse Instituto se professam, o de «Construção Civil e Minas» e o de «Máquinas e Electricidade» qual deverá ser o escolhido por pessoa que pretende exercer a sua actividade em Angola.

Qualquer deles é bom e útil e terá, a meu ver, futuro certo naquela colónia o homem que conseguir fazê-lo com assiduidade, trabalho intenso, zelo, amor pela profissão que escolheu e que, acima de tudo, seja um homem de carácter, como, por certo, é o caso.

Respondi à consulta que me é feita, mas mais alguma coisa tenho a dizer.

Em Portugal a quase totalidade dos estudantes que *tiram* cursos da natureza daqueles a que me estou referindo, mal acabam esses cursos

entram num período que por vezes se prolonga anos seguidos. Mau é que seja assim, mas assim é de facto. O Estado devia, generalizando e ampliando a legislação existente, recrutar pessoal técnico para as colónias por meio de concursos a que fossem admitidos estudantes com certas habilitações e que se saíssem bem de determinados exames e provas. Os escolhidos frequentariam cursos para técnicos ou para assistentes de técnicos, com futura colocação garantida.

Existe, se bem me lembro, um decreto da minha autoria, de quando era alto-comissário da República em Angola, que alguma coisa estabelece a este respeito.

Não posso deixar de ficar preocupado depois de dizer ao meu consultante que aprovo plenamente os seus projectos e que os louvo comovidamente.

Que fazer para evitar a depressiva situação de mendicante de uma colocação?

Eis o meu conselho. No último ano do seu curso procure pôr-se em contacto com uma empresa de Angola, que careça de pessoal com as suas habilitações, e ofereça-se para ir trabalhar a contento, sem qualquer remuneração, durante um ano ou mais, sob a direcção dos técnicos dessa empresa. Representará isto o prolongamento, por algum tempo, do seu curso, e creia que de grande utilidade lhe será esse esforço a mais, e terá a alta vantagem de evitar no início da sua vida de trabalhador a revolta que nos causa sempre o facto de a colectividade a que pertencemos não aproveitar o nosso valor.

Uma vez em África, se trabalhar e for homem de bem, não faltará quem o aproveite.

(Página deixada propositadamente em branco)

X

A CONFERÊNCIA IMPERIAL DE LONDRES EM MEADOS DE 1937 (Ensaio)

O ensaio que vai ler-se, foi escrito vai em sete anos. Creio que lido a esta distância ainda tem sabor de actualidade.

A Conferência Imperial que em 1937 se reuniu em Londres, trabalhou, analisou, discutiu e resolveu sob a forte ameaça da guerra próxima. Durante ela produziu-se o dramático episódio da Abdicação de um rei na Inglaterra e celebrou-se a coroação do seu sucessor; reconheceu-se a necessidade de apertar mais a união entre as duas grandes nações de língua inglesa; sentiu-se ao vivo que o sistema proteccionista, estabelecido pelas resoluções de Ottawa, de 1932, estava enriquecendo fabulosamente o império britânico em prejuízo das outras nações do mundo, e ao apreciar-se a situação económica da Comunidade Britânica pairava no ambiente o grande exemplo da união aduaneira das «potências de Oslo». A Irlanda, com a sua intransigência, foi uma grande sombra que perturbou e dificultou sobremaneira as resoluções a tomar.

Mas acima de tudo isto estava a necessidade de fortalecer o império para a luta que todas sentiam próxima. A força da realza que liga as diversos nações da Comunidade Britânica

entre si, não se alterou com a tragédia da abdicação; manteve-se o sistema preferencial de Ottawa porque era necessário enriquecer cada vez mais o império para se poder fazer face às enormes despesas da guerra que se aproximava; e apesar disto conseguiu-se aumentar e tornar mais sólida a união com os Estados Unidos que tanto sofria na sua economia com o sistema preferencial do império britânico; deixaram-se para depois da guerra os ideais humanitários das «potências de Oslo»; e ignorou-se o procedimento da Irlanda. E o império continuou a exercer a sua formidável acção no mundo, mais forte do que anteriormente por se ter sabido manter em face dos formidáveis embates internos e externos que experimentou no decorrer de 1937.

Mais uma vez se reuniram em Londres, em conferência, os representantes das nações que constituem o império britânico. Faltou à convocação uma dessas nações, a Irlanda. Todas as confederações desta natureza, prova-o a história, vivem em regime instável, havendo sempre um membro turbulento a minar a existência. É natural, porém, que a Inglaterra, passando a viver politicamente sob a constituição que deseja, reconheça as vantagens que para o bem estar dos seus habitantes resultarão da «British Commonwealth of Nations».

O laço que une os diversos elementos do império foi definido na Conferência Imperial de 1926 pela seguinte declaração, redigida por Balfour:

«A Grã-Bretanha e os Domínios são comunidades autónomas dentro do império britânico em igualdade perfeita e de modo algum subordinadas umas às outras no que respeita aos seus negócios internos ou externos, mas unidas por uma comum fidelidade à coroa e livremente associadas como membros da Confederação Britânica das Nações».

Nenhuma das partes confederadas, nem mesmo a Irlanda, pensa neste momento em modificar este estatuto constitucional e compreendem-se bem, ao meditá-lo, as palavras que Smuts acaba de pronunciar num «meeting» que se realizou na Câmara Municipal do Cabo, no dia 12 de Maio de 1937: «Um império centralizado transformou-se, após a guerra, numa sociedade de

estados livres. O rei que hoje é coroado, não se encontra à testa de um reino central, a que pertencem domínios e colónias, mas à frente de um grupo de Estados iguais, de cuja livre associação ele é o símbolo. Estamos, pela primeira vez na História, em face de um rei de reinos situados longe uns dos outros».

Esta fórmula constitucional representa uma força que foi posta à prova, poucos meses vão passados. «Um rei desapareceu, diz Smuts, com profunda tristeza, com um trágico sentimento de uma grande perda da parte de milhões de homens que o tinham conhecido e admirado. Esta inesperada abdicção prestava-se à desorganização do império; mas outro rei ocupou o lugar vago, aclamado por toda a Confederação. O que alguns temeram que fosse o fim, transformou-se num novo principiar».

Assim pensam hoje as democracias, em que se transformaram os antigos domínios ingleses. A nós, vizinhos de um deles, interessa-nos seguir o fio do seu pensar.

O «Times», em artigo que se intitula «E agora a Conferência», diz as condições em que esta reunião se vai realizar e lembra aquelas que existiam em 1911. Os governos britânicos viram-se então obrigados, em face da crescente tensão das relações internacionais, a considerar a melhor forma de se prepararem contra os perigos que ameaçavam a paz do mundo.

Também no «conselho de família do império» (assim diz o «Times») que já principiou os seus trabalhos, a maior, a quase única preocupação tem de ser a de evitar a guerra. Para tanto a melhor maneira é fortalecer cada vez mais a Confederação Britânica. Não basta, como na guerra que há dezanove anos findou, que os domínios se limitem a mandar soldados para o campo de batalha. Na sua qualidade de estados livres que hoje são, têm de se armar, de defender o seu território e de atacar se necessário for. E assim o estão fazendo. A defesa do império tem de ser comum, nela cada membro da Confederação tomará a parte que lhe for marcada pelas resoluções da actual conferência.

Que formidável organização de segurança pública se está por esta forma criando! E notemos, como o grande jornal inglês o faz, que esta organização, esta força resulta, em última análise, da unanimidade de pensamentos, de sentir e de tradições que concorrem nas democracias que constituem a Confederação Britânica.

Quantas vezes tenho dito que a unidade de um império só se obtém mediante esta unanimidade espiritual.

Eden fez na Conferência Imperial uma longa exposição, em que apresentou a situação do mundo e os perigos que a vida pacífica, tranquila e produtiva da humanidade está correndo. O exame deste melindroso estado de coisas internacional vai continuar agora à volta de Genebra e do ministro dos Estrangeiros da Grã-Bretanha. Sabemos também que o problema económico do império já foi abordado, principalmente sob o ponto de vista de um tratado comercial com os Estados Unidos da América do Norte, que possivelmente conduza ao abater das barreiras alfandegárias dos dois países.

Continuam pois em pé as duas grandes interrogações. Convirá ou não aos confederados, ou a parte deles, formar uma frente militar comum ofensiva e defensiva, perante agressões que se esboçam? Convirá ou não aos confederados, ou a parte deles, desistir dos direitos de preferência, abrir as suas portas a uma ou a mais nações do mundo?

Dissemos que a Irlanda se abstinha de tornar parte na Conferência Imperial. No dia 19 de Maio, o Sr. De Valera expôs no «Dail Eireann» os motivos dessa abstenção. O seu ponto de vista é que a Irlanda tem todo o interesse em pertencer à Confederação Britânica mas que dificilmente o seu papel de membro dessa Confederação se poderá exercer enquanto se não ventilarem as questões que actualmente separam a Irlanda da Inglaterra. Poderia, é certo, levar essas questões à Conferência Imperial, mas estava convencido de que os Estados que nela tomam parte, seriam vagarosos na sua interferência (*Would be slow to interfere*). Maneira elegante de dizer as coisas...

Em 1932 foi a Irlanda convidada pelo Canadá para a Conferência de Ottawa. Quando os seus delegados iam a caminho, a Inglaterra impôs pesados direitos à importação das mercadorias irlandesas, declarando que o fazia para se indemnizar de uma dívida que a Irlanda não queria pagar. Os delegados da Irlanda encontraram-se em Ottawa numa situação humilhante.

É necessário que isso se não repita, dizem agora os irlandeses.

Quanto à União da África do Sul será sempre útil não perder de vista que essa região é habitada por três raças opostas umas às outras a raça

britânica, a raça holandesa e a raça bantu. Parece que se procura uma designação para substituir as palavras *british subjects* que se aplicam aos cidadãos da União. De um lado diz-se que todos os cidadãos do império britânico são súbditos do rei de Inglaterra; mas há indubitavelmente uma enorme quantidade desses cidadãos que não se consideram súbditos seja de quem for.

Na África do Sul continuam a produzir-se constantemente manifestações daquele propósito da União, a que por mais de uma vez me tenho referido, de desempenhar nos territórios africanos, que se estendem para norte até ao Equador, funções de defesa e de protecção que ninguém lhe solicita.

O correspondente do Cabo escreve no «Times» o seguinte:

«A posição de «South Africa» na sua qualidade de poder mandatário, controlando mais de metade da produção mundial do ouro, com uma população branca superior a 60 por cento da África, acarreta grandes responsabilidades no que se refere à defesa do seu território».

A «South Africa» tem de se considerar o guarda da civilização branca na África, *the white guardian*, dizem os jornais do Cabo e de Johannesburgo.

Até onde se estenderá essa guarda? «A União não quer saber das regiões de África onde predominam os interesses das nações banhadas pelo Mediterrâneo: o Sara, da costa ocidental de Marrocos ao Zaire, as colónias francesas, e também o Egipto, o Sudão, a Abissínia, não interessam à África do Sul. No resto, para sul, a «South Africa» tem de exercer funções protectoras, diz a sua imprensa, acrescentando que a ocupação deste enorme território — mais da quarta parte da África e a melhor parte do continente africano — por uma potência estrangeira não podia deixar de ser considerada como uma ameaça contra a União da África do Sul.

Uma sugestão se formula: há nesta área territórios de nações diversas, além da União, como são a Inglaterra, Portugal e a Bélgica; é necessário que estas nações ou, na falta delas, aqueles territórios se obriguem perante a União a não deixarem que outras nações os ocupem.

Assim falava Atenas quando exercia a hegemonia sobre a Grécia inteira; e foi desta forma que se salvou a civilização helénica. No caso presente a civilização latina desapareceria da África ao Sul do Equador.

A «Conferência Imperial» não se reunia desde 1930. Das comunidades que actualmente constituem a Confederação Imperial todas se fizeram representar com excepção da Irlanda, como disse. São elas: o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a União da África do Sul, a Índia, a Rodésia do Sul, Burma e a Grã-Bretanha. Preside o primeiro ministro, Baldwin. Longos discursos os que foram pronunciados por Baldwin, por Mackensie King (Canadá) e por Lyons (Austrália); dos outros representantes breves palavras.

A parte mais original do discurso de Baldwin foi aquela em que se referiu à filosofia política, de harmonia com a qual o império se tinha formado e se estava moldando: «O império britânico — disse o primeiro ministro inglês — nunca foi um organismo estático. Somos sócios de uma grande empresa, juntamente responsáveis pelo sucesso ou pelo insucesso de uma experiência que terá a mais profunda influência nos destinos da humanidade. Acreditamos nos acordos como mola real da política do império e nas instituições democráticas como método de governo; e pomos toda a confiança na nossa palavra e na democracia, porque pensamos que assim preservaremos aquilo a que ligamos o supremo valor: a liberdade colectiva e as liberdades de pensamento, de consciência e de palavra. Este nosso modo de ver não prejudica o serviço perante o Estado; os direitos individuais têm de ser completados pelos deveres para com a comunidade. E o que é verdadeiro numa comunidade de indivíduos, é-o também numa comunidade de nações».

Baldwin declarou que os principais assuntos a tratar seriam a defesa do império e a situação internacional: «É necessário examinar as causas do actual desassossego e ver se, unidos, podemos contribuir para que ele desapareça».

Manter as instituições democráticas e os princípios da liberdade individual nas comunidades do império, considerar como supremo bem a paz universal, sem perder de vista a necessidade da defesa militar da Confederação britânica, foi a nota predominante dos discursos pronunciados.

O representante da Austrália fez revelações sobre a organização militar daquela parte do império, que nos mostram como o antigo sistema de só à Inglaterra pertencer a defesa comum se transformou.

Desde a criação de uma Marinha privativa da Austrália, em 1910, tem este país gasto 70 milhões de libras na sua defesa naval. A defesa dos portos australianos aumenta de ano para ano. Por outro lado, o Exército australiano acaba de passar por um nova organização, tendo sido elevado a sete divisões. Foi muito aumentada a aviação, gastaram-se 3 milhões e meio de libras em fábricas diversas de munições, e está o governo australiano promovendo a organização de uma empresa industrial destinada ao fabrico de aviões. As docas de reparação são de primeira ordem e poderão ser utilizadas por navios de outras comunidades do império. A Austrália está desenvolvendo um grande plano industrial de fabrico de munições e de material de guerra, tendo em vista não somente a sua própria defesa, mas também a distribuição por todo o império dessa produção de carácter militar.

O mesmo se está fazendo, ainda que em menor grau, na Nova Zelândia, no Canadá e na África do Sul. Todas estas informações se referem a meados de 1937.

O Gaekwar de Baroda referiu-se ao fermento de vigor industrial e social que está atravessando toda a Índia. Também ela aspira à liberdade e à autonomia, a figurar na Confederação Britânica com direitos iguais aos das outras comunidades: «na Índia, afirmou, todos desejamos a ordem, mas a ordem tornada perfeita pela liberdade».

As poucas palavras pronunciadas pelo representante da Nova Zelândia, revelaram azedume: «O seu país, declarou Mr. Savage, primeiro ministro da Nova Zelândia, não liga uma importância particular à base teórica da sua associação com os outros membros da Confederação Britânica. Nenhuma dificuldade, afirmou, tem encontrado este domínio para se administrar e prosperar com inteira liberdade e espera não as ter para dirigir qualquer política que resolva seguir de futuro. Manter-se-á a Nova Zelândia com a maior lealdade dentro da Confederação, cooperando inteiramente com ela, com a condição, porém, de que essa Confederação preencha inteiramente o seu fim, não se deixe diminuir e encare, sem contemporização, os actuais problemas para os resolver em bem da humanidade».

Uma outra nota feriram os principais oradores: a de apresentarem ao Mundo o exemplo da Confederação Britânica como meio de resolver as

contendas, cedendo-se de parte a parte, de modo a harmonizar interesses comuns.

Assim devia ser. Mas o que é fácil entre países, que tacitamente reconhecem a hegemonia de um deles, ligados ainda por antigos hábitos de dependência colonial, falando a mesma língua e carecendo de se conservarem unidos para se defenderem de ataques exteriores, será difícil quando nenhuma ou poucas destas circunstâncias se dão.

Entre o grande número de assuntos que estão sendo considerados na Conferência Imperial passou desde as primeiras sessões a ocupar o lugar primacial o que se refere ao «desarmamento económico». Vai-se fazendo luz na inteligência humana e todos vão compreendendo e sentindo que a causa principal dos males que nos afligem é a feroz restrição das liberdades do comércio e das outras actividades internacionais, entre as quais avultam a migração dos homens e a circulação das moedas, que caracterizam estes vinte anos do após guerra.

O recente exemplo que acabam de dar as chamadas «potências de Oslo» — a Holanda, a Bélgica, o Luxemburgo, a Suécia, a Noruega, a Dinamarca e as Índias Holandesas — acordando entre si derrubar, tanto quanto possível e à medida que vá sendo possível, as barreiras aduaneiras, comerciais e de navegação que entre elas se tinham erguido, impressionou profundamente o mundo. Desde já se fizeram entre aqueles sete países mútuas concessões e se convencionou que, de futuro, nenhuma medida que possa afectar a actividade económica de um ou mais daqueles países fosse tomada por um deles sem consulta e discussão prévias entre todos. Também se acordou, que, sem demora, se estudassem os meios de eliminar todas as restrições anormais do comércio mundial. Uma das mais notáveis modalidades do acordo é a possibilidade de poderem entrar nele quaisquer outras nações: não trata, portanto, de um sistema económico fechado, como o que resultou da Conferência Imperial de Ottawa para a Confederação Britânica.

A troca de impressões entre Roosevelt e Van Zeeland, que se realizará dentro de breves dias e o inquérito a que está procedendo este notável presidente do Ministério belga, a pedido dos governos inglês e francês, são sinais do tempo.

Entre os Estados Unidos e a Inglaterra estão iniciadas negociações comerciais económicas e financeiras, e o que delas tem filtrado para a imprensa indica-nos que são de grande alcance para a civilização e para a tranquilidade do Mundo as questões que as duas partes pretendem resolver. A Conferência Imperial encontrou essas negociações já principiadas, mas bastou a presença em Londres dos representantes dos antigos domínios para que elas passassem a fazer-se na realidade com a Confederação Britânica e, galgando o Atlântico, chega a palavra americana de que o interesse da América é negociar com a British Commonwealth.

A grande democracia da América do Norte experimenta neste decorrer de 1937, a maior admiração pela sua irmã de além-mar. Mas a admiração sem a simpatia de nada vale, e para que os dois povos se liguem intimamente é indispensável que os dois se abalancem conjuntamente a uma enorme tarefa de construção que leve os seus benefícios a todo o mundo. Para tanto é necessário que entre os dois se faça uma aliança perfeita. A aliança defensiva militar existe, ainda que nada se tem acordado e assinado a respeito dela: qualquer das duas democracias, se for atacada por um terceiro país ou grupo de países, terá a seu lado a outra. Falta a aliança económica. É para ela que se está caminhando, não com o fim de dominar, de escravizar, de explorar a restante parte do mundo, mas com o firme propósito de levar a todos a civilização, o bem estar, a possibilidade do pleno exercício da dignidade humana. Estou certo que isso se conseguirá, e é esta certeza, apesar de saber que já não serão para mim esses dias de confiança, que me enche de consolação neste findar de vida.

A Conferência Imperial avança mais devagar do que a América deseja. Alega-se que a prosperidade dos países confederados depende tão largamente do comércio que fazem entre si, e que o mercado inglês é tão importante para as matérias-primas dos domínios que difícil seria quebrar o actual regime aduaneiro e comercial, resultante dos acordos de Ottawa, e que tanta prosperidade tem trazido à Confederação Britânica. Mas os ingleses sabem bem que uma prosperidade que interessa somente a uma parte do globo, por maior que ela seja, com exclusão da humanidade restante, conduz fatalmente à ruína; e se o não soubessem, os americanos lho estariam a dizer. É necessário que as nações se convençam do erro e do fermento da própria destruição

que existe na concepção de que uma nação, ou grupo de nações, se pode bastar a si mesma. Para que a humanidade prospere é necessária a mais larga cooperação entre todos os homens, sejam quais forem as suas raças, os seus princípios políticos ou as suas crenças.

Todos os problemas económicos vão sempre cair em problemas de humanidade.

O correspondente inglês, que dos Estados Unidos escreve para o «Times», diz quase ao concluir a sua carta: «De duas coisas carece a humanidade; de confiança, sem a qual nenhuma reforma económica se pode realizar; de medidas sociais que produzam uma conveniente distribuição do poder de compra. Digamos aos Estados Unidos que o que temos a fazer é combater por todos os meios a vida de miséria que tanta gente vive».

Quanto à confiança mútua não me parece que seja possível conseguí-la com as medidas financeiras aconselhadas. Terá ela de se ganhar pouco a pouco, tantos têm sido os golpes traiçoeiros que as nações, nos últimos tempos, têm vibrado umas às outras. O acordo de Oslo mostra que a confiança internacional pode renascer. A seguir, com a prosperidade, virá a confiança entre os indivíduos, que embalou os dias da minha infância e ainda alguns anos da minha mocidade.

Após quatro semanas de trabalhos, encerrou-se em 15 deste mês de Junho de 1937 a Conferência que, com excepção da Irlanda, realizaram entre si os Estados componentes da Confederação Britânica.

Quais os resultados desta Conferência? Podemos resumí-los em poucas palavras e constituirá esse resumo o ponto final deste ensaio em que tentei chamar a atenção dos meus concidadãos para um dos mais importantes factos da história contemporânea: a formação de um grupo de nações criadas pelo esforço colonizador britânico, a reunião dessas nações em estreita confederação, onde a Inglaterra exerce uma hegemonia indiscutida e à qual a existência dum chefe de Estado único, o rei de Inglaterra, confere as modalidades de um império.

As cerimónias da coroação, em que tomaram parte os delegados das nações britânicas, constituíram, apesar de velharias e anacronismos, o reconhecimento por parte dessas nações do chefe do Estado único:

comprometem-se elas a não se constituírem em repúblicas, monarquias ou ditaduras; elegerão governos que terão a seu lado um governador, nomeado pela Coroa, e que representará o soberano.

Nas saudações de homenagem que, ao terminar da Conferência, os primeiros ministros e os representantes dos governos das nações da Confederação Britânica dirigiram a Jorge VI, empregam-se ainda as palavras «loyal subjects». Apenas a Irlanda está lançando uma sombra sobre tão estreita harmonia. Mas a Irlanda não é uma nação de formação colonial. As outras nações da confederação são ainda um pouco colônias: colônias cada vez mais imperfeitas; nações cada vez mais perfeitas.

Eis o primeiro resultado da Conferência. Afirma-se e consolida-se o sistema de confederação e império, concebido pelo génio britânico.

Continua em vigor, dentro do império, o sistema preferencial, estabelecido pela Conferência de Ottawa, de 1932. Nesse sistema comercial contêm-se, sem dúvida, origens formidáveis de progresso, de força e de união. Será com ele que a Confederação vencerá a Irlanda. Mas, como tantas vezes tenho dito, alguma coisa mais é necessário. O relatório final da Conferência contém as seguintes palavras que são um sinal dos tempos: «O aspecto proeminente da discussão, no que respeita a relações comerciais, foi o impressionante desejo expresso pelos representantes de toda a «British Commonwealth» de que se devem tomar todas as medidas necessárias para estimular o comércio internacional. Reconhece-se que, em última análise, a prosperidade dos países britânicos depende da prosperidade do mundo inteiro e que um sã desenvolvimento do comércio internacional, acompanhado pela melhoria do padrão de vida individual, constitui a única maneira de conseguir o apaziguamento político».

Foi reconhecida a necessidade de se cuidar com máxima intensidade da defesa do império. Os passos dados pela Inglaterra no caminho do rearmamento têm de ser seguidos por cada uma das nações da Confederação Britânica. Duas coisas se apontaram como absolutamente necessárias: a perfeita cooperação entre todas as partes do império para a organização da sua força militar; e a «standardization» dessa organização militar. Este último ponto mereceu a maior atenção dos conferentes: armas e munições comuns a todo o império, uma instrução militar idêntica, as

indústrias de material de guerra montadas em moldes semelhantes são factores absolutamente necessários para que a defesa se possa exercer com êxito em todos os territórios, para que uns possam prestar aos outros o necessário auxílio. Um exército único, quase indistinguível nas suas partes componentes, com os mesmos uniformes, equipado da mesma forma, com a mesma instrução, com o armamento igual, constituindo forças de terra, do ar e do mar em tudo idênticas, apesar de colocadas a grandes distâncias umas das outras, mantidas pela mesma disciplina, guiadas pelo mesmo espírito e aspirações. Não foi isto o que conseguiram os romanos?

Em todas as suas atitudes, nos seus relatos, nos discursos dos seus membros deu a Conferência Imperial britânica constantes provas de serenidade, de cordura e de que representava uma alta civilização por todo o mundo espalhada. Nem uma palavra que indicasse violência, censura, menosprezo fosse pelo que fosse, fosse por quem fosse. Ao terminar o seu relatório sobre a situação internacional, a Conferência declara:

«Finalmente os membros da Conferência, ainda que firmemente ligados aos princípios da democracia e das formas parlamentares dos governos, resolvem registar que, na sua opinião, as diferenças de credos políticos não constituem obstáculos a amigas relações entre governos e nações, e que nada será mais prejudicial à realização de apaziguamento internacional do que a divisão, real ou aparente, do mundo em grupos opostos».

Que seja esta também a nota final nesta imperfeita exposição do que foi a Conferência Imperial de Londres de 1937.

XI

CONVERSANDO COM O REI ALBERTO

Escrevi o que vai ler-se, em Abril de 1938.

São pedaços de «memórias» da minha vida colonial e memórias das mais queridas e depois, o desfazer de antigos projectos, transformações que não nos são favoráveis, o derrocar de sonhos de grandeza.

Nas horas inesquecíveis que na minha vida decorreram em íntima conversa com o rei da Bélgica (já sobre esse ponto culminante da minha carreira de colonial dezassete anos passaram) disse-me Sua Majestade que Portugal e a Bélgica tinham de viver na mais estreita e completa aliança. Os perigos, nesse momento formidáveis, que ameaçavam as duas nações na sua expansão na África, agravar-se-iam de ano para ano; e da mesma origem abrangiam igualmente os dois países: à concepção imperialista de um grande domínio na África tropical, Angola não bastaria, era necessário juntar-lhe o Congo Belga e outros territórios que permitissem marear uma larguíssima zona de costa a costa para a constituição territorial desse enorme império africano. Os interesses fundamentais das nossas duas nações estavam da mesma forma ameaçados e só os poderíamos defender ligando-os intimamente por uma política comum, donde resultassem em breve uma aliança defensiva em África e administrações coloniais que se ajudassem mutuamente no rápido e intenso desenvolvimento económico, progresso e civilização dos dois grandes territórios vizinhos, constituindo-se assim a

barreira militar e administrativa a opor ao invasor. E repetindo o que já dissera publicamente no banquete que me oferecera em Bruxelas, lembrava-me que poucas nações tinham como Portugal e a Bélgica tão grande extensão de fronteiras: Angola e o Congo Belga tocam-se ao longo de milhares de quilómetros.

Concordava inteiramente com o pensamento político do grande monarca; e o meu feitio de administrador colonial apreendia nitidamente o curioso aspecto de duas grandes colónias africanas, vizinhas, a tinirem fortemente os seus recursos, as suas forças financeiras e demográficas, o seu saber e a sua experiência para uma obra colossal, que seria simultaneamente uma obra de civilização, de recíproco engrandecimento nacional e de defesa comum contra ambições e cobiças que igualmente ameaçavam os dois territórios: curioso e valioso aspecto que o rei me sugeria com as suas palavras. E a fórmula que, depois, tantas vezes repeti, brotou dos meus lábios: o engrandecimento do Congo Belga será um elemento essencial do engrandecimento de Angola; devemos pois concorrer para engrandecer a colónia vizinha, na certeza de que ela, com o mesmo espírito e a mesma convicção, concorrerá para engrandecer Angola.

Nesse sentido procedi sempre durante o meu alto comissariado, de 1921 a 1924, e se por vezes parecia que eu seguia orientação diversa era porque a isso me obrigava a necessidade de marcar bem que a minha fórmula só poderia aplicar-se com mútuas vantagens e que, de um lado e de outro, se respeitasse integralmente a independência e a soberania de cada um.

Pena foi que o pensamento do rei Alberto sobre uma aliança entre a Bélgica e Portugal, cuja finalidade fosse a defesa dos territórios africanos das duas nações, não se tivesse transformado numa realidade. Mas as quatro convenções luso-belgas, celebradas em 1927, mostraram bem por vários dos seus aspectos e até exuberância das nossas cedências, que nós os portugueses estávamos resolvidos a concorrer o mais possível para o desenvolvimento do Congo Belga.

Os anos passaram e com grande tristeza tenho visto que a orientação de engrandecimento paralelo, mediante um política de largas vistas, guiada pela necessidade e urgência de organizar uma defesa comum, foi cedendo lugar a interesses parciais e locais, que levaram o Congo Belga a tomar por



Sua Majestade, o rei Alberto I
dos belgas

vezes medidas de concorrência e de excessivo nacionalismo, que estão evitando aquela brilhante concepção do seu grande rei.

É exemplo frisante desta minha dolorosa afirmação o que se está passando com o caminho-de-ferro de Benguela.

Construído esse caminho-de-ferro em território de Angola, na extensão de mais de mil quilómetros e prolongado em território do Congo Belga até encontrar a rede dos caminhos-de-ferro africanos, dever-se-ia, no prosseguimento daquela política de engrandecimento mútuo, fazer de parte a parte tudo o que fosse possível para se tirarem desse grande empreendimento todas as vantagens que ele representa para as duas colónias. Mas não é assim que se está procedendo.

Uma guerra de tarifas e outras medidas, a favor do que o Congo Belga chama a sua *via nacional*, estão prejudicando muito o nosso caminho-de-ferro e o porto do Lobito; a navegação belga não afluente a este porto como sempre esperámos que o fizesse; e a impressão resultante destes factos é altamente penosa em Angola.

Ganha alguma coisa com esta política o Congo Belga? Parece-me que não.

As mercadorias exportadas para Katanga, via Matadi, raras vezes chegam ao seu destino em menos de 42 a 45 dias, levando por vezes 50 a 55 dias, isto para paquetes rápidos, pois que se as mercadorias são embarcadas em navios de carga, a duração do seu transporte vai de 60 a 70 dias. O transporte pela via nacional belga de Matadi a Katanga de uma tonelada de mercadorias custa 3.000 a 4.000 francos.

«...Apesar dos altos serviços que o Lobito, em virtude da sua posição geográfica e do apetrechamento do seu porto e do seu caminho-de-ferro, podia prestar ao desenvolvimento não só da economia de Katanga, como também da Rodésia Norte, continua ele impedido de o fazer, barrado como lhe está o caminho pelas elevadas tarifas em vigor nas linhas férreas da Colónia vizinha. Eis uma ficção económica que se mantém em prejuízo dos povos que vivem na Central.

Não pode, porém, semelhante ficção resistir por tempo, visto que o próprio Congo Belga, se por um lado ganha com ela, por outro lado perde, retirando tráfego à sua linha férrea do Luau a Elisabethville.

O nosso admirável porto do Lobito está destinado a desempenhar um importante papel em prol do progresso e da civilização da zona central africana. Angola e o Congo Belga têm de cumprir em comum essa missão: um dia virá em que, finalmente, entre as duas colónias amigas, se firme um entendimento leal, em cuja defesa tanto nos temos empenhado há largos anos».

Estas palavras, publicadas na imprensa de Angola, mostram bem que o pensar e o sentir dos portugueses de Angola estão intimamente de harmonia com a brilhante e útil concepção de um grande belga, que constitui a essência deste meu artigo.

Da mesma forma se pensa e se sente na metrópole.

Confiadamente esperamos que os perigos que se estão acastelando no horizonte, comuns a belgas e a portugueses, conduzam rapidamente à tradução daquela concepção do rei Alberto em actos e procedimentos inteiramente opostos aos que se estão dando no que respeita ao caminho-de-ferro de Benguela.

Tenho num dos capítulos do meu «diário» a expressão das mais vivas recordações do rei Alberto. Depois de dizer as razões que me levaram a ir a Bruxelas e de referir como por ele fui recebido, de dizer o que foi o banquete de gala que me ofereceu, o brinde que me fez e quanto ele e a rainha distinguiram a minha mulher, conto o seguinte:

O rei convidou-nos para irmos almoçar em intimidade no dia seguinte ao do jantar de gala, ao palácio de Laken. Éramos, à mesa, o rei, a rainha, minha mulher, minha filha, eu e um ajudante. Almoço de absoluto à vontade, e adorável em virtude da bondade que irradiava daqueles dois monarcas. Terminado o almoço, mandou o rei vir os filhos, o actual rei da Bélgica e a Princesa que casou com o herdeiro do trono da Itália, para os apresentar, às nossas pessoas. Teve a meu respeito as mais elogiosas palavras, quando disse ao filho quem eu era. Saíram os príncipes e ficámos nós cinco, sós, a rainha falando com minha mulher e minha filha e o rei comigo, a respeito de África, de colonização, dos perigos que continuavam a correr as colónias das nossas

nações... Foi um nunca acabar... Quase caía a noite quando recolhemos ao hotel, onde éramos hóspedes de Sua Majestade.

No dia seguinte, convidou-me o rei para ir dar um passeio de automóvel, com ele, pelos arredores de Bruxelas. Ia só um *chauffeur* – o do volante. Atrás, ao lado um do outro, o rei e eu. Andámos mais de cem quilómetros e conversámos em muitas coisas. Lembranças da guerra, Portugal, Bélgica, Congo, as admiráveis colónias portuguesas, etc... Em certa altura, o rei olhou para o conta-quilómetros, fez umas contas de cabeça, e disse: «Vamos para casa. Já demos a ganhar bastantes dólares ao rei do petróleo americano»...

Já não me lembra o número de dólares que ele disse. Era choruda a quantia que o nosso passeio representava de entrada nos cofres de companhias petrolíferas.

Nunca mais tornei a ver o rei Alberto. Quando voltei à Bélgica, na ocasião em que fui fazer uma conferência na Exposição Colonial de Anvers, estava ele na Suíça. Pouco tempo depois morreu tragicamente. Da nossa estada em Bruxelas, da maneira como os reis da Bélgica nos receberam, da verdadeira grandeza do rei Alberto, o homem a quem fiquei devendo, desde que o conheci, uma admiração que não se pode de modo algum, tão alta é, comparar com a que dedico a outros grandes homens, que me foi dado conhecer, da rainha, cuja bondade é inexcelsível, guardo por certo as melhores recordações da minha vida.

XII

O RETRATO DE ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA

É triste o que vai ler-se neste artigo. Talvez haja direito em ser mau e injusto, mas não me parece que o haja de se ser estúpido, stupid à inglesa, isto é, «insensato», «sem primor», «sem arte», «sem elegância», porque quanto a inteligências está delas cheio o nosso país.

Em 1937 recebi de Angola, remetido por pessoa amiga, que nunca me esquece quando alguma coisa de interesse se publica naquela província do império, um «Catálogo do documentário coligido pela comissão de Luanda para a exposição histórica da ocupação a realizar em Lisboa» naquele ano. Melhor seria chamar a este catálogo «notícia histórica» sobre Angola tantos e tão valiosos são os dados que nele elucidam os onze quadros a óleo, os catorze gráficos, as 296 reproduções fotográficas de documentos diversos e as 24 fotografias que se conseguiram reunir. Adivinha-se na redacção dessas notas, o investigador incansável da história de Angola, o meu velho e preclaro amigo, Dr. Alves da Cunha, vigário-geral da diocese de Angola.

Quando o catálogo me chegou às mãos procurei ver o que nele se diria a respeito de um quadro a óleo que me era querido por vários motivos. Esse quadro que é a única obra de arte, digna deste nome, que existe em Angola, é um retrato de António José de Almeida, que Columbano pintou quando ele era Presidente da República. Está sentado,

veste casaca e assenta-lhe no peito a banda das três ordens. Para mim, é um dos melhores retratos que Columbano pintou.

Em 1922, quando estava em Angola como alto-comissário da República, escrevi aos dois grandes portugueses, o chefe do Estado e o mestre pintor, a pedir-lhes um retrato. Meses depois tinha a satisfação de o colocar na sala principal do palácio dos governadores-gerais em Luanda.

Ora no «Catálogo» que de Angola me veio nem uma palavra se diz a respeito da admirável obra de arte. Se esse retrato a óleo figurasse no «Catálogo», a par dos de governadores ilustres, dos de D. Maria I, D. Fernando II e D. Carlos, os de alguns bispos de Angola, Congo e S. Tomé, por certo, teria havido ocasião de dizer que os anos que esse retrato assinalava muito representavam na história da ocupação de Angola.

Ainda cheguei a pedir que me explicassem esse estranho silêncio. Não me responderam. Adivinhei razão que me seria penosa.

E eis que num dos exemplares de «A Província de Angola», que me chegaram pelo último vapor, leio a seguinte referência ao retrato de António José de Almeida, ao local onde se lembra que ele fora por mim encomendado:

«O quadro que é uma verdadeira obra de arte, passou a figurar no salão nobre do palácio do governo-geral, de onde foi há meses retirado, e, com razão, porque o palácio não possuía os retratos de todos os antigos presidentes da República e este não podia constituir excepção, apesar de ser obra de um dos maiores mestres da pintura portuguesa».

Não sei, nem me importa saber, a quem se deve tão curioso procedimento. Ouso, porém, pedir ao actual governador-geral de Angola que mande repor o quadro no lugar em que se encontrava ou noutra igualmente condigno.

E rezam as crónicas: «No dia 31 de Outubro de 1937 foi solenemente inaugurado numa das praças de Lisboa, com a assistência de representantes do Sr. Presidente da República e do governo e de grande multidão, um monumento ao austero cidadão António José de Almeida».

Ora Lisboa não possui estátuas de outros antigos presidentes da República, e Lisboa vale, sem dúvida, alguma coisa mais do que o salão nobre do palácio do governo-geral de Angola.



O retrato de António José de Almeida
encomendado a Columbano
e mandado colocar por Norton de Matos
no Palácio do governo-geral de Angola

(Página deixada propositadamente em branco)

XIII

A VISITA DO CHEFE DO ESTADO A ANGOLA

Escrevi, em «memórias» do meu tempo de alto-comissário da República, a propósito da visita de S.^a Ex.^a o Presidente da República, o Senhor general Carmona, a Angola.

O meu coração de português exultou com as visitas do chefe do Estado às nossas províncias ultramarinas. Com esse acto muito se concorreu para a realização da minha aspiração de sempre: «ir além da ligação e da união das colónias portuguesas com a metrópole, conseguindo a sua indestrutível soldagem espiritual e material».

Num artigo que em Março deste ano (1938) publiquei neste diário⁽¹⁾ disse tencionar escrever sobre aquele fundamental aspecto da nossa questão colonial, que consiste em ir além da ligação e da união das colónias portuguesas com a metrópole e conseguir a sua indestrutível soldagem espiritual e material.

Escrevi estas palavras sob a impressão da notícia que a imprensa portuguesa estava dando da viagem que o Sr. Presidente da República faria este ano à África Ocidental Portuguesa.

⁽¹⁾ «A Província de Angola».

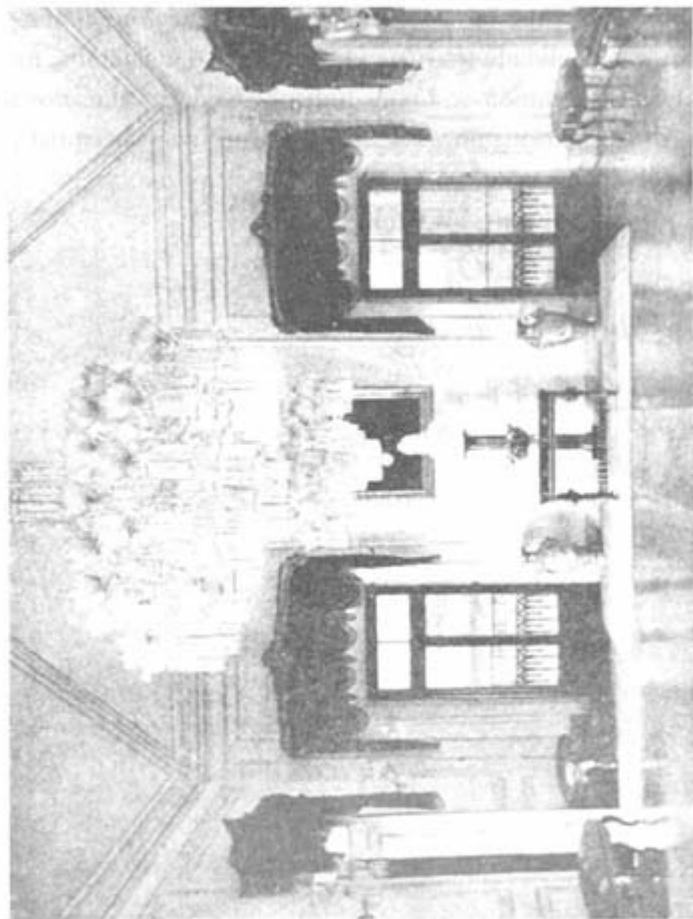
Deve, de facto, resultar desta viagem, dentro de poucos anos, a formação definitiva daquele corpo único nacional, cujo aparecimento tanto tenho tomado a peito.

O que deve ser, o que tem de ser a «Nação Portuguesa», ainda está longe de existir. Muito se tem caminhado para dar forma a essa aspiração secular, mas se é certo que os territórios e as populações da África e do Oriente são cada dia mais portugueses e se encontram hoje mais ligados e mais unidos à metrópole do que era o caso há cinquenta anos, não pode também restar dúvida de que eles constituem ainda parcelas visíveis e separadas, e que continua a correr-se portanto o perigo de forças atractivas estranhas ao sistema nacional português tentarem arrancar uma ou mais delas para as precipitarem em sistema diverso. No Portugal da Europa é impossível conceber a passagem para uma Espanha imperialista, que amanhã surja a nosso lado, de qualquer das pequenas províncias portuguesas; e no império português é possível ainda hoje conceber a tentativa de deslocação de uma das suas grandes províncias para outro império.

Toda a nossa acção colonial e toda a nossa política colonial se reduzem a dar às províncias coloniais portuguesas a mesma segurança e a mesma estabilidade que oitocentos anos de História forneceram às províncias metropolitanas.

Antes de seguir para Angola, em princípios de 1921, expus ao então Presidente da República, Dr. António José de Almeida, as grandes vantagens que resultariam de uma visita sua a Angola. Viu e sentiu melhor do que eu, por certo mais vivamente e com mais alma, o preclaro presidente o que a Nação ganharia com a sua estada em Angola durante alguns dias. Embarquei com a promessa da visita do chefe do Estado. Em meados de 1922 escrevi-lhe dizendo que a sua vinda se me afigurava absolutamente necessária para consolidar e consagrar a obra que se estava realizando na maior e na mais bela província da Nação. Veio a resposta afirmativa e principiei a preparar com o maior dos meus tão frequentes entusiasmos uma recepção condigna ao Presidente da República. Toda Angola, posso afirmá-lo, participou desse entusiasmo.

Depois tudo se desmoronou. A política e os políticos de então entenderam que essa visita a Angola nem era asada, nem conveniente...



Salão nobre do palácio do governo-geral de Angola,
em Luanda

Foi o primeiro golpe vibrado na obra a que metera ombros.

A política de hoje, volvidos dezasseis anos, viu melhor as coisas. Essa viagem vai realizar-se. Em breves dias o Presidente da República pisará a terra sagrada de Angola, depois de ter visitado as outras colónias portuguesas da África Ocidental. Todos sentirão em Portugal, em Cabo Verde, na Guiné, em S. Tomé e em Angola que uma vida nova se iniciou. Fundir-se-á o grande bloco da nacionalidade portuguesa no Atlântico, e amanhã, mercê da viagem a Moçambique, fundir-se-á o do Índico, e os dois, caldeados pelo fogo ardente do nosso patriotismo, formarão o corpo único nacional pelo qual trabalhamos há tantos séculos.

E o meu coração de português exulta.

XIV

RAIZES DO BRASIL

Seduziu-me a leitura do livro «Raizes do Brasil», de Sérgio Buarque de Holanda. É de uma grande verdade, de perfeita observação e de rara independência.

Para nós é motivo de funda e comovida satisfação, quase de orgulho.

Ao lê-lo verifiquei que em grande parte, na mais bela por certo, a obra que estamos a fazer em Angola muito se parece com a que levámos a cabo no Brasil.

Sob este sugestivo título acabo de ler um precioso livro do escritor brasileiro Sérgio Buarque de Holanda, que, com uma penhorante dedicatória do seu autor, me chegou às mãos por amiga intervenção da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

Pode este livro considerar-se dividido em duas partes: a maior, que trata o passado em admiráveis quadros: «fronteiras da Europa», «trabalho e aventura», o «passado agrário», o «homem cordial»; a menor, quase escrita a fugir, que nos apresenta o sentir político do Brasil contemporâneo e actual. Todo o meu interesse se fixou naqueles capítulos que nos descobrem com mão de mestre as «Raizes do Brasil», aquilo que até hoje há de eterno na formação e na vida da grande nação sul-americana. O resto — o bacharelismo, os positivistas brasileiros, o romantismo, a mentalidade livresca, o liberalismo, as recentes manifestações fascistas — são coisas que passarão

sem deixar vestígios, tacteamento para encontrar a grande manifestação de vida moderna, que já se adivinha no Brasil de hoje.

O que o escritor conclui no capítulo «Nossa Revolução», com o subtítulo «Transformação da Vida Agrária: a Abolição», quer-me parecer que são coisas do passado, devidas a influências puramente portuguesas e que estavam inteiramente contidas no acto da Independência, ainda que, por motivos conhecidos, só dezenas de anos depois tiveram a sua consagração legal.

Abre o livro com estas para mim tão consoladoras palavras: «Todo o estudo compreensivo da sociedade brasileira há-de destacar o facto verdadeiramente fundamental de constituirmos o esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura europeia para uma zona de clima tropical e subtropical».

Não é esta a obra de Angola?

Todo este capítulo — «Fronteiras da Europa» — é luminoso na sua forma e na sua essência. Destacam-se no quadro exímio as características essenciais que os colonos portugueses levaram para o Brasil: o «desenvolvimento em extremo da cultura da personalidade»; a «impossibilidade de um acordo colectivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida»; a «falta de coesão na vida social»; o «vivo sentimento da irracionalidade específica, da injustiça social dos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários»; o «prestígio pessoal, independente do nome herdado»; a «antipatia pelas teorias negadoras do livre arbítrio»; a «falta de espírito de organização espontânea» e consequentemente a «necessidade de governos que representassem o princípio unificador»; a incompreensão de «uma moral fundada no culto do trabalho».

E o capítulo termina com as seguintes palavras que se ligam às primeiras:

«Nem o contacto e a mistura com as raças aborígenes fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, e a Portugal especialmente, uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir até hoje uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa. Podemos dizer

que de lá nos veio a forma actual da nossa cultura; o resto foi matéria plástica, que se sujeitou mal ou bem a essa forma»

Analisa seguidamente o escritor, a acção e o esforço dos portugueses no Brasil, sob a epígrafe de «trabalho e aventura». Gostoso me seria dar larga conta deste delicioso capítulo, mas não me sobra o espaço para fazê-lo:

«Pioneiros da conquista do trópico para a civilização, tiveram os portugueses, nessa proeza, a sua maior missão histórica eis o tema desta grandiosa sinfonia.

Vem primeiro a afirmação justa, e que tanto me comove pelas recordações que me desperta, de que «essa exploração dos trópicos não se fez por um empreendimento metódico e racionalizado, não emanou de uma vontade construtiva e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono.

Dir-se-ia mesmo que se fez apesar de seus autores. E o reconhecimento desse facto não constitui menoscabo à grandeza do esforço português».

Que bela resposta aos críticos da nossa obra colonial.

Em que consistiu o nosso primitivo esforço colonizador? Vamos procurar isolar as pinceladas fundamentais do quadro. Os colonos do Brasil enquadram melhor no tipo aventureiro do que no tipo do trabalhador. Para o aventureiro (adventura, advenire) o principal é o ponto de chegada. «Seu ideal seria colher o fruto sem plantar a árvore. Esse tipo humano ignora as fronteiras. No mundo tudo se apresenta a ele em generosa amplitude e onde quer que se erija um obstáculo a seus propósitos ambiciosos, sabe transformar esse obstáculo em trampolim. Vive dos espaços ilimitados, dos projectos vastos, dos horizontes distantes».

Como isto é bem observado.

Os colonos portugueses não o seguiram a «ética do trabalho», adoptaram a «ética da aventura». «Nada lhes parecia mais estúpido e mesquinho do que o ideal do trabalhador». O espírito e a aventura com todas as suas fraquezas tiveram, com outros factores, «uma influência decisiva na vida nacional do Brasil». Quantas passagens neste livro me recordam os meus seis anos de Angola. Leia-se isto: «Numa conjugação de factores tão diversos, como as raças que aqui se chocaram, os costumes que nos trouxeram, as condições mesológicas e climatéricas que exigiam longo

processo de adaptação, aquele espírito de aventura foi o elemento orquestrador por excelência. Favoreceu a mobilidade social, estimulou os homens a enfrentarem com denodo as asperezas e as resistências da natureza, criando para eles as condições adequadas a tal empresa. E nesse ponto, precisamente, os portugueses e seus descendentes imediatos foram inexecutáveis, procurando recrear aqui o meio da sua origem, fizeram-no com uma destreza que ainda não encontrou segundo exemplo na história».

Como nas colônias de África, os colonizadores portugueses apresentam «outra face bem típica da sua extraordinária plasticidade social — à ausência completa ou praticamente completa, entre eles, de qualquer orgulho de raça».

Tem sido muito debatida nos últimos tempos pelos brasileiros a afirmação aventada de que o tipo de colonização holandesa teria sido mais vantajoso para o Brasil do que o tipo de colonização portuguesa. Também, há tempos, em Angola se falou muito neste assunto, entre indígenas cultos.

A minha opinião, de há muito formada, é que os holandeses teriam feito do Brasil, se o seu domínio se tivesse mantido, uma colônia mais próspera e mais produtiva do que a que os portugueses conseguiram, mas de modo algum teriam criado uma nação.

Mas vejamos o que nos diz o Sr. Sérgio Buarque. Não crê o escritor que tal sistema de colonização fosse possível: «Aos holandeses sobrava, sem dúvida, espírito de empreendimento metódico e coordenado, capacidade de trabalho e coesão social, mas faltava-lhe plasticidade». A meu ver faltava mais alguma coisa, faltavam colonos. A Holanda foi sempre um grande valorizador das terras de além-mar, um grande organizador do trabalho indígena; nunca foi porém um país colonizador em sentido português.

Os dois capítulos que tratam do «passado agrário» apresentam com clara luz o que foi a colonização portuguesa no Brasil: «Toda a estrutura da nossa sociedade colonial, diz o escritor, teve sua base fora das cidades». Só a partir de 1888, data da abolição da escravidão («marco divisório entre duas épocas, o instante talvez mais decisivo em toda a nossa evolução de povo») só «a partir desse momento a vida brasileira desloca-se nitidamente de um pólo a outro, com a transição para a urbanocracia, que só de então em diante se impõe completamente».

«Durante os primeiros anos da colónia, toda a vida do país concentrava-se decididamente no domínio rural; a cidade era virtualmente, senão de facto, uma simples dependência deste».

Ainda neste «predomínio esmagador do ruralismo», o escritor vê uma das características dos colonos portugueses: «Na verdade não foi preciso que os portugueses se transportassem ao Brasil e sofressem a influência do nosso meio, para conhecerem essa forma de desequilíbrio entre os centros urbanos mirrados e miseráveis e as propriedades rurais, ao contrário, prósperas e opulentas».

Lúcio de Azevedo diz-nos nas suas «Épocas do Portugal Económico» que «excepto na faixa marítima, onde a pesca e, cedo, a navegação ocuparam as gentes, Portugal era um país de lavradores».

Na parte do seu livro a que deu o nome de «O homem cordial», procura o escritor descortinar o carácter do brasileiro, julgo que as seguintes palavras reúnem a conclusão a que chegou na tarefa difícil de definir as qualidades espirituais que fundamentalmente caracterizam os seus patrícios: «O escritor Ribeiro Couto teve uma expressão feliz, quando disse que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade — daremos ao mundo o «homem cordial». Alhanea no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas pelos estrangeiros que nos visitam, formam um aspecto bem definido do carácter nacional. Seria engano supor que, no caso brasileiro, essas virtudes possam significar «boas maneiras», civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emocional extremamente rico e transbordante».

Terá sido este carácter criado pelo clima tropical e subtropical em que vive o brasileiro, pelo isolamento das habitações dos primeiros colonos, que fez considerar a convivência como bem celestial? Creio que sim. No meio colonial de Angola encontrei qualidades semelhantes.

Desta cordialidade do homem resultam para o meio social e político características que nos enlevam, e assim o escritor pode dizer no capítulo em que estuda o Brasil moderno: «O Estado, entre nós, de facto, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura do nosso génio — mas necessita de pujança e de compostura, de grandeza e de solicitude ao mesmo tempo se quiser adquirir alguma força e também

essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinavam a considerar como a virtude suprema entre todas».

E mais adiante: «Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e mais racionais. Fomos das primeiras nações que abolimos a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática...»

Empreguei horas abençoadas em ler este livro e em relê-lo para escrever sobre ele as palavras que aí ficam, principal conclusão que dele tiro, e naturalmente com desvanecimento e com orgulho, é que, de todo o mundo, só colonos portugueses poderiam ter criado uma nação como o Brasil. As fronteiras desta admirável nação são, servindo-me das palavras de Buarque de Holanda, «fronteiras da Europa», as nossas fronteiras marítimas. As «Raízes do Brasil» estenderam-se pelo oceano e vieram beber a sua principal seiva às aldeias de Portugal. O mesmo está acontecendo a Angola, e assim vamos cumprindo a nossa missão histórica.

Em 24 de Janeiro de 1924, no Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, sobre a Mentalidade Colonizadora dos Portugueses, realizei eu uma conferência em que disse, entre outras, as seguintes palavras:

Todo o nosso passado colonial, todas as nossas tradições, nos obrigam a olhar as raças primitivas não como povos a desviar ou a fazer desaparecer do nosso caminho, ou a utilizar apenas como animais de trabalho, como outras civilizações fizeram e estão a fazer ainda: a nossa mentalidade colonial, de há muito formada neste delicado e melindroso ponto de vista, obriga-nos a olhar essas raças de diferente forma, a procurar melhorar continuamente as suas condições de vida, materiais e morais, a tirá-las do estado selvagem onde, na quase totalidade, ainda se encontram, a levantá-las as civilizações mais perfeitas, a combater os seus vícios, os seus erros e as suas superstições, a construir-lhes seguros alicerces económicos para poderem progredir e desenvolver-se.

XV

OS PORTUGUESES NO BRASIL

Ao reler estas palavras reconheço que nada tenho de lhe cortar, e que é com a redacção que lhe dei, em Dezembro de 1938, que desejo apresentá-las ao povo amigo do Brasil. Mas talvez haja conveniência em juntar-lhes qualquer coisa mais nos tempos que vão correndo.

Foi no segundo semestre de 1937 que maior esforço fiz para afastar de nós os grandes perigos que então senti pesar sobre o nosso país.

A II Grande Guerra, que está agora devastando o mundo inteiro, só por um milagre de equilíbrio momentâneo entre forças opostas, deixou de rebentar no Outono desse ano.

Um dos actos que então julguei conveniente praticar foi a redacção da seguinte exortação que largamente foi espalhada no Brasil:

A todos que falam a minha língua, seja qual for a sua raça, a sua cor, a sua ideologia, apresento as minhas saudações. Com raras excepções serão eles ou cidadãos da grande República Brasileira ou meus compatriotas. Uns e outros confundo no meu saudar, e a uns e a outros dirijo as poucas palavras que vou proferir.

Existe neste mundo uma nação, que há cinco séculos vem realizando uma grandiosa obra de civilização. É Portugal. Hoje o seu esforço está

principalmente concentrado na África Tropical, onde, em pouco mais de meio século, tem erguido formidáveis realizações. É necessário que Portugal vá até ao fim, que conclua a obra encetada, que ultime a sua missão histórica pelo prolongamento da sua nacionalidade, da civilização portuguesa, às vastíssimas e preciosas regiões de Angola, Moçambique, Guiné, S. Tomé e Cabo Verde.

Mas para tanto carece Portugal de ser ajudado por toda a família portuguesa. Àqueles que não têm connosco laços nem parentesco não temos o direito de pedir auxílio, nem conviria fazê-lo. Mas abertamente o devemos pedir ao povo brasileiro e imperativamente o devemos indicar aos portugueses residentes na América.

Que espécie de auxílio? — perguntar-se-á. O auxílio moral acima de todos. Bem fácil é avaliar a força que para Portugal resultaria se, perante o mundo, uma grande nação se erguesse a dizer que não havia direito de perturbar Portugal na realização da sua missão civilizadora em África, e que seria o maior dos crimes tocar no patriotismo sagrado de uma gloriosa nação. Brasileiros, meus irmãos, é isto que vos pedimos.

Portugueses, que trabalhais no Brasil, peço-vos, meus filhos, que digais isto aos vossos irmãos do Brasil.

Junto hoje esta exortação ao que escrevi ano e meio mais tarde a apresentar com a devida franqueza a minha opinião sobre a emigração para o Brasil.

Completam-se os dois pensamentos e, dados os tempos que vão correndo, mais alguma coisa desejo acrescentar.

Creio que a posição dos territórios ultramarinos portugueses no Atlântico — Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola — muito deve interessar ao Brasil. Definem eles a margem oriental de um mar que foi o nosso mar. Ligados por esse mar e pelo espaço aéreo que o cobre, os territórios portugueses da África Ocidental e a grande nação brasileira devem constituir, num futuro próximo, um bloco de interesses mútuos, um conjunto de aspirações comuns, uma união de esforços, tendo tudo isto em vista o desenvolvimento, a

valorização, o progresso dos dois vastíssimos territórios. A expansão para o oriente, que tem de ser um dos propósitos do Brasil para poder manter o seu lugar de povo latino no mundo e para continuar a sua missão histórica de moderador na América de excessivas hegemonias de outras raças, conjugar-se-á então com a histórica expansão portuguesa para ocidente, e desta admirável conjugação só grandeza resultará para os dois países e bem para a humanidade.

Volta a falar-se no Brasil de emigrantes portugueses. O mal estar que na grande nação da América do Sul estão causando emigrantes de outras nações, está fazendo considerar, de novo, o português como o colono ideal.

O estabelecimento no Brasil de grande número de famílias rurais portuguesas traria para aquela nação vantagens incalculáveis: significaria ele a continuação da notável e secular expansão do povo português para climas tropicais; poucas ou nenhuma, apesar da transformação do Brasil colônia em Brasil Nação, que tanto se acelerou no último meio século, seriam as diferenças de raças, de crenças, das concepções do indivíduo, da família e da comunidade, entre os emigrantes portugueses e os residentes brasileiros; falaria uns e outros a mesma língua; e encontrariam os portugueses, dispersos por todo o Brasil, numerosos patrícios, inteiramente integrados na vida brasileira, que os levariam à fixação. Dotados de natural indiferença por credos políticos, limitando, na quase totalidade, as suas aspirações ao âmbito restrito da vida da aldeia, à farta parcela, da terra produtiva, à casa alegre e decente, à vida amorável da família, a um jazigo no cemitério, onde possam repousar ao lado dos seus, nenhum perigo representarão para o Brasil os emigrantes portugueses, a nenhuma perturbação podem dar origem.

Ainda bem que estas verdades estão ressaltando à luz de acontecimentos recentes.

Estão pois os brasileiros a desejar que de Portugal e Ilhas emigrem famílias rurais portuguesas, destinadas a desbravar e a povoar os seus imensos territórios: Será esse também o desejo dos portugueses?

A aspiração ardente de valorizar as terras do ultramar português, que tanto tem animado e guiado uma parcela importante e valiosa da gente portuguesa, tem-nos levado a contrariar as correntes emigratórias dos nossos patrícios para o Brasil, no desejo de as canalizar para Angola, Moçambique e Guiné.

Mas a nossa população vai crescendo de tal modo que a casa principia a ser pequena e a comida a escassear para tanta gente; por outro lado, o tempo e a inércia das coisas têm-nos feito cair muitas ilusões; e, finalmente, temos de reconhecer que para salvar a nacionalidade lusitana, portuguesa e brasileira, terá a velha nação de se ligar inteiramente à nova nação que dela saiu, em íntima cooperação e em mútuo auxílio, tal qual estão fazendo hoje a Inglaterra e os Estados Unidos da América do Norte. Creio que há sempre necessidade de dizer as coisas em inteira verdade e com absoluta clareza.

Não há dúvida que a emigração de famílias rurais portuguesas para o Brasil será da maior utilidade sob o ponto de vista brasileiro.

Para nós portugueses, dada a forma como essa emigração se pretende fazer, apenas representará ela, para nós, o descongestionamento de uma população que se está tornando excessiva. Outros meios há, de natureza interna, para produzir o mesmo efeito, sem os inconvenientes da emigração pelos actuais processos.

Nos tempos da minha infância a emigração para o Brasil representava a entrada de abundante quantidade de moeda ouro no nosso país; dos que emigravam, voltava uma grande parte; eram quase exclusivamente homens os que iam procurar fortuna no Brasil, ficando as nossas admiráveis mulheres a substituí-los no amanhã das terras. Hoje tudo isso se alterou: as leis restritivas das transferências pouco dinheiro deixam vir do Brasil para Portugal; a emigração que os brasileiros querem actualmente é de famílias completas, tornando-se assim quase impossível o regresso à Pátria.

É indispensável voltar a equilibrar vantagens recíprocas:

— Para que Portugal possa consentir na emigração de avultado número de famílias para o Brasil, em sucessivos anos, para que a ampare e a provoque, terá o Brasil de nos dar contrapartida que, tudo bem ponderado, terá de ser de alto valor financeiro e económico.

– Essa emigração deve realizar-se de tal maneira que não se levante como obstáculo à colonização e ao povoamento do nosso ultramar, e que, muito pelo contrário, a favoreça e permita intensificá-la.

– Colonização da África Portuguesa e emigração para o Brasil têm de fazer-se simultaneamente.

– As duas nações terão de considerar sempre o seu engrandecimento mútuo.

É sob este quádruplo ponto de vista que o problema tem de ser encarado.

Agora, do meu «diário», tiro este trecho:

Os nossos serviços de emigração ainda não estão organizados nos seus aspectos sociais e económicos, como é de desejar. Não se podem improvisar emigrantes, que só podem bem servir e prestigiar a Nação se tiverem dado garantias de possuírem condições profissionais e culturais que os mostrem como valores nos países a que se destinam. Cada vez mais, essa escolha de valores há-de sentir-se como indispensável.

O emigrante sem preparação física, sem consciência do país em que vai pôr à prova as suas faculdades, sem a validez pessoal e profissional para se impor, será inevitavelmente condenado a um desastre fatal.

Vemos, com frequência, os que conseguem triunfar e, porventura, apresentam-se aos nossos olhos como uma legião numerosa, porque nos falta a possibilidade de confronto, porque ignoramos quantos eram e quantos faltam...

A política da emigração é das que mais aturadamente temos de tratar, merece muitos cuidados e bem compensadora resultará se a soubermos encaminhar dentro de bons princípios, não esquecendo que cada dia resulta mais complexa e difícil.

Não nos interessa o êxodo dos nossos compatriotas, solucionando, talvez, uma complicação de trabalho e de desemprego, se não tirarmos dele uma contrapartida e compensações inteiramente positivas...

(Página deixada propositadamente em branco)

XVI

PORTUGAL E A ESPANHA

Teve este artigo por fim dar conta de um livro interessante e de valor que um sobrinho meu escreveu, e ao mesmo tempo chamar a atenção do país para o erro que um dos nossos maiores estadistas, o marquês de Pombal, praticou não se preparando para a guerra que nos estava a bater à porta.

Acaba o Sr. Luís Norton, agente consular de Portugal no Rio de Janeiro, de escrever uma valiosa notícia sobre o «Arquivo Militar de Lisboa», que encontrou no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Veio a leitura deste interessante trabalho recordar-me estudos feitos durante a minha estada em Londres, como embaixador de Portugal, de 1924 a meados de 1926, sobre a interrupção das nossas relações com a Espanha, no tempo do marquês de Pombal, e a invasão que se lhe seguiu, do nosso território, por tropas espanholas.

Recordemos rapidamente os factos históricos.

Inicia-se em 1756 a Guerra dos Sete Anos: de um lado a Inglaterra e a Prússia, de outro a França e a Áustria. Portugal declarou-se neutral, neutralidade precária, não só em consequência da sua situação geográfica, mas principalmente em face da aliança com a Inglaterra. Desde as primeiras horas o embaixador da França em Lisboa dizia que a declaração de neutralidade só à Inglaterra favorecia.

Em Agosto de 1759 uma esquadra inglesa destruiu nas costas do Algarve uma divisão de navios de guerra franceses. Levantou-se o incidente que figura na história com o nome de «Caso de Lagos» e que resultou de não terem os ingleses respeitado as nossas águas territoriais e até os nossos fortes e os nossos portos. Seguiram-se violentas reclamações por parte do governo francês; a França exigia em termos de ameaça que Portugal levasse a Inglaterra a restituir-lhe os navios de guerra franceses que um almirante inglês tinha tomado nas nossas águas territoriais. Pitt reconheceu que os navios ingleses não tinham respeitado suficientemente as costas de Portugal e mandou a Lisboa (Março de 1760) um embaixador extraordinário para dar a mais pública e ostensiva satisfação ao rei de Portugal, por terem navios de guerra ingleses ofendido a jurisdição territorial de Sua Majestade.

Mas não entregou à França os navios apresados.

A irritação da França foi naturalmente grande e Pombal, temendo que nos declarasse a guerra, invocou a aliança que nos ligava à Inglaterra. Pitt prometeu auxiliar-nos, dizendo que «o rei de Portugal podia estar certo de que o rei de Inglaterra teria sempre a defesa do reino e domínios de Portugal, seu antigo e natural aliado, como objecto caro à honra e ao interesse da sua Coroa e do seu povo e seu primeiro cuidado a seguir ao da conservação dos domínios britânicos».

E, como tantas vezes o tem feito em ocasiões idênticas, a Inglaterra aconselhava que nos armássemos para resistir a qualquer ataque (meados de 1760).

Foi este prudente conselho de país aliado e amigo inteiramente seguido por Pombal? Parece-me que não. Estadistas e reformadores da têmpera e do feitio do «grande marquês» adiam até ao último momento as organizações militares de vulto. A sua acção foi, sob o aspecto militar, tibia e frouxa e só quando reconheceu, poucos meses antes da guerra, que não podia evitar a invasão do nosso território pelos espanhóis, é que soube pôr as suas altas faculdades de homem de acção ao serviço da defesa da sua Pátria. Arriscou a independência de Portugal, e para mim é esta a falta mais grave da sua vida de chefe da nação.

Escreve o Sr. Luís Norton: «A falta do arquivo agora encontrado, fez correr o injusto conceito de que Sebastião de Carvalho, «pouco militarista»,

não zelara pela defesa do reino, deixara o exército desorganizado, antes e depois da administração militar de Lippe».

E seguidamente escreve: «Desobriguemos a memória do marquês dessa injustiça. Não faltam documentos no «Arquivo Militar de Lisboa» para rebater definitivamente aquela asserção menos imparcial». E mais adiante: «A guerra que a França e a Espanha declararam a Portugal, em 1762, viria demonstrar o que todos os documentos do Arquivo a que nos reportamos confirmam: a tenacidade e o vigilante cuidado com que o marquês de Pombal preparou a defesa do reino».

Numa das suas notas diz-nos o Sr. Luís Norton: «Toda a correspondência do conde de Oeiras com o marechal Schaumbourg Lippe e outros, que figura neste Arquivo, foi por nós integralmente copiada e será publicada brevemente no apenso documental de uma monografia que escrevemos sobre o marquês de Pombal».

Aguardo esta publicação e grande será a minha satisfação se me convencer de que erro quando afirmo que Pombal não preparou, de 1756 a 1762, a defesa de Portugal, como era seu imperioso dever.

O trabalho que o Sr. Luís Norton acaba de publicar confirma este meu modo de ver. O documento mais antigo que publica é uma carta do marquês, do fim de 1761, dirigida a D. Luís da Cunha, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Nela se queixa Pombal de falta de informações por parte dos agentes diplomáticos; informa o ministro da guerra de que a Espanha proibira a exportação de cereais para Portugal, e tinha as fronteiras da Beira e Trás-os-Montes guarnecidas com Miquelestes e tropas regulares. E acrescenta: «O que sendo junto a tudo mais que nos tem constado, bem verá V. Ex.^a que nos não permite um instante de sossego nas diligências de que V. Ex.^a se acha encarregado e nas mais a que eu me estou aplicando com as poucas forças que tenho... E que V. Ex.^a escreva logo aos generais das Províncias para adiantarem os recrutas por virtude dos avisos que se acham lacrados...».

Devemos concordar que é pouco para demonstrar uma organização militar em marcha.

Em 30 de Abril de 1762 forças espanholas invadem Portugal, entrando por Trás-os-Montes. Homem para as ocasiões, o grande marquês revelou

mais uma vez as suas faculdades de acção e de energia, o seu admirável sangue frio, o seu formidável poder de organização. Mas era tarde: as deficiências militares eram enormes; dos quarenta mil soldados recrutados à pressa e quase sem instrução, só oito mil valiam alguma coisa; as praças antigas, os poucos milhares de homens que formavam o núcleo do Exército português, estavam desmoralizados: havia dezoito meses que não lhes pagavam. Não existiam comandos nem estados maiores portugueses. Ao rebentar a guerra pagaram-se à pressa seis meses de pré atrasados e escolheram-se estrangeiros para os altos comandos. Comando em chefe não existia, e Lippe só chegou a Portugal em 3 de Julho. Entretanto Pombal ia corrigindo abusos, moralizando e disciplinando o exército quanto podia e sabia.

Sem dúvida valeram-nos de muito os oito mil soldados ingleses que chegaram em Maio e o incontestável génio militar de Lippe; mas o que principalmente nos valeu foi a desorganização militar da Espanha.

Se tivesse sido possível à Espanha seguir o plano de invasão, atribuído a Choiseul, que consistia em fazer uma forte diversão, invadindo Trás-os-Montes com um Exército franco-espanhol, seguida da principal invasão por Almeida, tudo levado a cabo dentro de um mês, antes da chegada de Lippe, não sei o que teria sido de Portugal.

Pouco antes de terminadas as hostilidades entre portugueses e espanhóis (meados de Novembro de 1762) escreve o conde de Oeiras a Lippe uma carta, transcrita no trabalho de Luís Norton, a justificar o facto de não lhe ser possível ter em dia os prês dos soldados. Dela se deduz que havia meses em dívida antes de Agosto de 1762, que os meses de Agosto e seguintes tinham sido pagos em dia, que a carta respondia a uma carta de Lippe e que se tratava principalmente de soldados ingleses.

Dizia Pombal que não tinham ainda chegado os esperados subsídios da Inglaterra; que as munições de boca e os fornecimentos de guerra tinham exigido despesas superiores às calculadas e aberto forte brecha nas finanças do rei; que as naus do Brasil tinham demorado viagem por causa do bloqueio exercido pelos navios franceses e espanhóis. E termina, citando exemplos das tropas portuguesas que, em guerras passadas e na presente, nunca deixaram de cumprir o seu dever por terem a sua paga atrasada, e

conta que na Guerra da Sucessão de Espanha alguns regimentos holandeses que serviam em Portugal se sublevaram porque o pão além de mau não era distribuído com regularidade, o que vendo os esfomeados soldados portugueses os fizeram entrar na ordem dando-lhes o pouco pão que tinham acabado de receber.

Era nisto que, acima de tudo, Pombal era grande.

E que a sorte nos livre de comando de estrangeiros.

(Página deixada propositadamente em branco)

XVII

OPORTUNIDADE QUE SE PERDEU

No que vai ler-se faço principalmente história, mas também há alguma coisa dos meus estudos e trabalhos passados e ainda um pouco de «Memórias da minha vida oficial».

O meu primeiro contacto com as coisas da Etiópia foi naturalmente idêntico àquele que todos nós tomámos com essas terras de mistério na nossa mocidade. Lendo livros nas boas bibliotecas de meu avô e de meu pai, hoje dispersas, lá andei à procura do Prestes João das Índias, até que novos estudos e cuidados me fizeram pôr de parte leituras desta natureza.

Forte foi a impressão que me deixou a narrativa do Padre Francisco Álvares que há mais de cinquenta anos li em tradução e edição francesa que pertencia a meu avô, José Mendes Ribeiro, de Viana do Castelo, rara e valiosa obra segundo me diziam. Talvez fosse uma das duas edições de Anvers, de 1558, a de Plantin ou a de Bellerç. Pouco me preocupavam nesses tempos os casos de bibliografia e nada sabia disso...

Dessas leituras ficou-me a recordação de terras ricas em cereais e minérios, formando grandes serranias com chãs planálticas aonde se cultivava o trigo; de grandes rios, entre os quais o Nilo Azul, os grandes afluentes do Nilo Branco e do Atbara, que levaram os nossos viajantes do século XVI a afirmar que ali nascia o Nilo, pouco se enganando pois que se é certo que esse grande rio vem buscar a sua origem nos lagos equatoriais da África Oriental, dúvida nenhuma resta que o grande volume das suas

águas é devido às chuvas torrenciais que caem nas vertentes ocidentais da Abissínia.

O livro do padre Álvares mais de uma vez se refere ao Inverno da Etiópia, às grandes chuvas de meados de Junho a meados de Setembro, regime que durante dez anos seguidos experimentei na nossa Índia. Também me ensinou esse livro que a Etiópia era terra de poucas frutas, de pouca hortaliça, «porque a não plantam» dizia o padre, de muitos frades e clérigos e com uma religião, sem dúvida, de origem cristã, mas onde o cristianismo se ocultava de maneira que era quase sempre difícil descobri-lo.

Noutros livros vi como a descoberta das terras do Prestes João se tornara para os portugueses em ideia fixa, em obsessão quase doentia. Muito deviam ter concorrido para este estado de espírito as notícias que nos chegavam da existência de um reino cristão, mas as informações sobre as riquezas e os esplendores das terras do Prestes, em confronto com as safaras regiões da costa da África, é que principalmente nos alucinavam. Ocupado o Congo, formámos logo a tenção de subir o Zaire à procura da Etiópia, e mandámos construir estaleiros junto dos rápidos para, navegando esse rio, nos aproximarmos das terras desejadas. Houve os inevitáveis erros geográficos, não se conhecia então a curva do Zaire e talvez as imperfeitas informações que obtínhamos da hidrografia da África Equatorial se referissem ao Ubangui que, subindo ao paralelo de 5 graus de lat. N, inflexiona para leste e vai nascer a uns 900 quilómetros da Etiópia.

Mesmo depois da descoberta da Índia e das suas estonteantes riquezas, continuavam as coisas da Etiópia a ser a nossa constante preocupação. Albuquerque mediu as vantagens de uma aliança com o Prestes João para destruir de vez o poderio muçulmano no Mar Vermelho e para a conquista do Egipto, que foi um dos seus grandes sonhos. Mas o certo é que nunca conseguimos fazer na Etiópia qualquer penetração digna deste nome: nem penetração política, nem penetração militar, nem penetração colonizadora. A ocupação militar seria muito difícil fazê-la e impossível mantê-la com os recursos de que dispúnhamos. Talvez Afonso de Albuquerque tivesse conseguido aplicar à Abissínia o seu sistema de protectorado, que se baseava numa genial acção política, acompanhada por vezes de actos fulgurantes de força militar. A sua navegação no Mar Vermelho, em 1513, deve

considerar-se como uma viagem de reconhecimento e de preparação. Mas a morte levou-o em fins de 1515 e bem sabemos que antes de morrer já os «grandes intrigantes» portugueses, que sempre os houve, o tinham aniquilado.

Talvez perdêssemos algumas boas ocasiões de penetrar na Abissínia. Por mais de uma vez nos foi pedido auxílio contra os invasores do território da Etiópia, e se a desventurada expedição de Cristóvão da Gama (1514) tivesse sido organizada doutra maneira, por certo se sentiria hoje naquelas paragens a influência da civilização portuguesa com a mesma intensidade com que a constatamos na Índia e no Extremo Oriente.

Nas cartas que o rei da Etiópia, ou alguém por ele, e talvez sem ele o saber, escreveu a D. Manuel e a D. João III, pedia-se aos reis de Portugal que enviassem para a Abissínia «mestres que façam figuras de ouro e de prata e de cobre, ferro e estanho e chumbo», diz-se na carta para D. Manuel: «e mandai-me chumbo para as igrejas: e mestres de forma para fazer livros da nossa letra: e mestres para dourar de folhas de ouro e fazer a folha e isto seja logo, e venham para estarem cá comigo em minha graça. E quando se quiserem tornar por suas vontades, não os deterei e assim o juro por Jesus Cristo. Eu serei contente que se assente vosso povo nos cabos das minhas terras».

Na carta para D. João III pedem-se «homens oficiais de fazer imagens e livros de molde, de fazer espadas e armas de todo costume de peleja, e assim pedreiros e carpinteiros e homens que façam mezinhas e físicos e cirurgiões para curarem doenças: e assim oficiais para bater ouro e assentá-lo e ourives de ouro e prata e homens que saibam tirar ouro e prata das veias: e mestres de quaisquer ofícios que necessário são nos reinos: e assim mestres de espingardas».

Em vez dos mestres e operários, que nos pediam, mandámos para a sua terra padres em abundância, apesar de sabermos que eles os tinham lá, em grande quantidade.

Os jesuítas instalaram-se na Etiópia nos meados do século XVI, na qualidade de padres portugueses e fizeram obra notável, mas, como de costume, efémera. É sina destes homens. O sucesso embriaga-os e estonteia-os.

Em 1663 foram expulsos da Etiópia, pelo Negus Fasilidas, em consequência de erros graves político-religiosos que praticaram.

De todas estas minhas leituras e estudo ficou-me dos abissínios uma impressão pouco agradável e um grande pesar na minha alma de rapaz de não ter sido possível a Albuquerque ou a outros dos Governadores da Índia que lhes rondaram a porta, dar aos influentes da Etiópia uma daquelas nossas lições político-militares que servisse de contrapeso ao seu procedimento sempre pouco leal, sempre dúbio para connosco. Talvez seja em consequência desta longínqua impressão que não me convencem nem me aquecem as críticas que se estão fazendo aos italianos.

Os anos da minha vida foram passando e ocasião veio em que tornei a ocupar-me da Etiópia.

Quando precisei de recordar estudos de topografia para medir terras na Índia, veio-me à mão um livro que muito me ensinou de geodesia e de muitas outras coisas. Foi ele a «Geodesia da Etiópia» por Abbadie. Abre a sua introdução com as seguintes palavras de Muhammed el-Tunsi, o heróico explorador de Darfour:

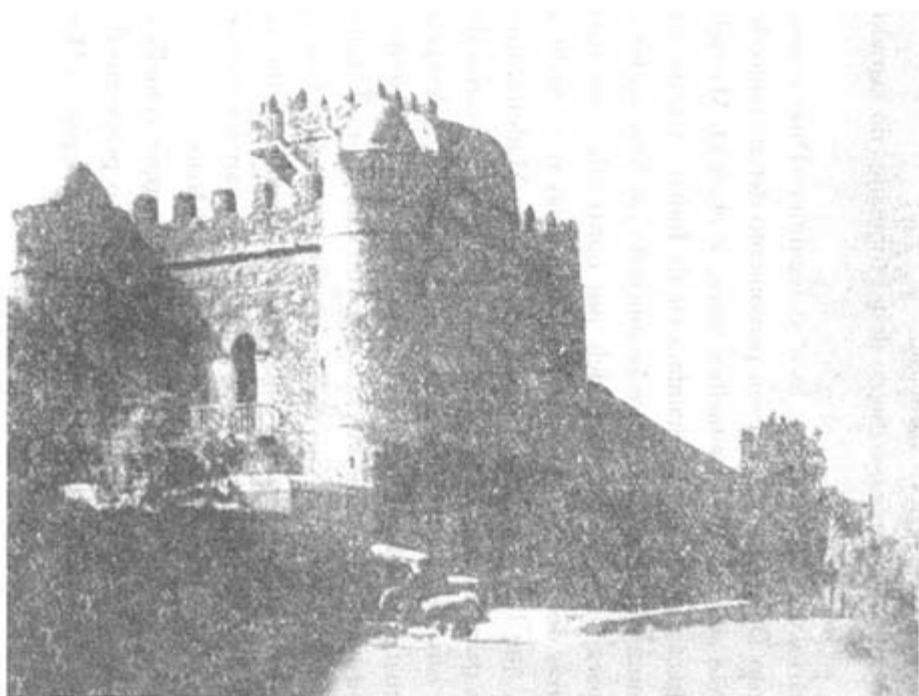
«Que Deus conceda misericórdia a quem descobre os defeitos e os perdoa, a quem se apercebe das lacunas e as preenche. Que aqueles que encontrarem motivos para me censurar, refaçam a minha obra».

O estudo dos trabalhos de Abbadie obrigou-me, para bem compreender os seus métodos de Geodesia expedita, a estudar com grande minúcia a corografia da Abissínia.

Esse estudo fez-me ver quanto correspondiam à verdade as referências do padre Francisco Álvares, à orografia daquelas terras e às dificuldades que elas apresentavam aos viajantes. A sua área, algum tanto menos que a de Angola, pois que é de 896.000 quilómetros quadrados, é quase toda ocupada pelos célebres planaltos etiópicos que correm de norte para sul, cortados por fundas ravinas e donde se elevam altas montanhas a alturas de 3.600 a 4.500 metros. A altitude dos planaltos é de 2.000 a 2.400 metros.

Terra difícil para nela se combater, mais difícil ainda para se conquistar...

Quase todas as terras da Abissínia se inclinam para noroeste e, em consequência, a quase totalidade dos seus grandes rios corre para o Nilo.



Castelos Portugueses
da Etiópia Oriental
aos quais o autor se refere neste volume

Quatro quintas partes da água que nasce ou cai nos 900 mil quilómetros quadrados da Etiópia vai ter ao Nilo. Os desníveis destes rios são enormes, descendo o Takarré, por exemplo, de 2.100 m a 750 m, ao entrar no Sudão. Terra propícia a grandes trabalhos de irrigação, e aproveitamento de enorme força hidráulica e também a desvios de correntes fluviais com prejuízo colossal para a fertilidade das regiões vizinhas...

E mereceu-me o maior interesse o estudo destes tributários do sagrado Nilo.

Nos Comentários de Albuquerque lê-se o seguinte: «Duas coisas grandes tinha Afonso Dalboquerque em seu pensamento determinado de fazer, se a morte não atalhava (ou por melhor dizer, se el-rei D. Manuel, aconselhado de seus inimigos, o não mandara vir da Índia). A primeira cortar uma serra muito pequena, que corre ao longo do rio Nilo, na terra do Prestes João, para lançar as correntes dele por outro cabo, que não fossem regar as terras do Cairo, e para isso mandou muitas vezes pedir a el-rei D. Manuel, que lhe mandasse oficiais da Ilha da Madeira, que cortavam as serras para fazerem levadas, com que se regam as canas de açúcar, e poder-se isto fazer levemente, porque o Prestes João o desejava muito, e não teve maneira para o fazer; e se isto se fizera, como creio que pudera ser, se Afonso Dalboquerque vivera a terra do Cairo fora de todo destruída; porque os alarves que viviam nos desertos entre Caná e Coaer, eram poderosos para romper as crescentes do Nilo, cada vez que se enfadavam com o Gram Soldão, claro está que muito mais levemente pudera fazer Afonso Dalboquerque com ajuda do Prestes João».

More Stephens diz na sua história da vida de Albuquerque, o melhor livro dos que conheço sobre o «grande português», que o propósito de Albuquerque era desviar as águas do Nilo através da Abissínia para o Mar Vermelho e destruir assim a fertilidade do Egipto.

Parece que o plano de Albuquerque era diferente do dos árabes de que falam os comentários, que se limitavam a destruir os diques do Nilo, nas terras baixas que não faziam parte da Abissínia, e prejudicar por esta forma as culturas agrícolas do Egipto. Albuquerque fazia o desvio em plena Abissínia e cortaria uma serra, trabalhando portanto em terras altas.

Qual seria o local da gigantesca barragem e do canal de escoante?

Do Nilo, naquele tempo, não se sabia o que se sabe hoje. Julgava-se que nascia na Abissínia, saindo do lago Tsana (Tana, como escreve Abbadie) e seguindo para norte, quase paralelo ao Mar Vermelho. No atlas de Vaz Dourado, de 1571, o lago está representado em forma e em latitude com surpreendente exactidão, mas bastante errado em longitude. O que naqueles mapas se chama o rio Nilo, e que hoje sabemos ser o Abbai ou Nilo Azul, sai pela extremidade norte do lago, erro grosseiro, pois que a origem deste rio é uma saliência do Tsana a sudeste, donde corre em longo percurso para leste vencendo mais de um grau de longitude, e inflexionando depois em larga curva que o leva à direcção noroeste, segundo a qual se lança no Nilo Branco em Kartum.

Julgo que Albuquerque conhecia melhor o curso do Nilo Azul que Vaz Dourado o conheceu anos depois. Este extraordinário homem não desprezava o menor elemento de informação. Quem lê com atenção o que ele escreveu e o que dele dizem os contemporâneos, fica assombrado com o perfeito conhecimento que tinha de regiões pelas quais passava, às vezes bem rapidamente. Os comentários mostram como adquiria informações. Interrogava os visitantes, os convidados e os prisioneiros por horas seguidas; recompensava largamente os que lhe davam informações de valor; mandava emissários para todos os lados com instruções precisas sobre as informações que lhe deviam trazer.

Devia ter chegado ao seu conhecimento que o Nilo abexim, correndo para sudeste, parecia querer vir atirar as águas do lago Tsana para o Mar Vermelho, mas que encontrando qualquer obstáculo passara a correr em direcção contrária.

A distância que medeia entre o ponto mais oriental do Nilo Azul e a bacia hidrográfica do rio Havash, que vai lançar-se no Mar Vermelho, não é grande e as informações de que Albuquerque dispunha deviam ter-lhe mostrado a possibilidade de desviar as águas, que iam regar terras de moirama, para a vertente oriental do planalto etiópico.

É esta a ameaça, que há mais de quatro séculos está suspensa sobre as terras do Egipto e do Sudão do «Anglo-Egyptian Sudan», como se lê nos mapas ingleses.

Os meus estudos para resolver o interessante caso de saber como Albuquerque pensava em desviar as águas do Nilo, não foram mais além.

Andei pela Índia 10 anos a medir terras e seguidamente, na Europa e na África, a medir coisas várias, entre as quais o carácter dos homens...

Quando desempenhava as funções de embaixador de Portugal em Londres, chegou ao meu conhecimento que na Abissínia se desejavam fazer as obras hidráulicas do lago Tsana, que os ingleses encaravam uma empresa europeia que não fosse uma delegação de uma grande potência ou de um grupo de grandes potências, e que tinham pensado numa empresa portuguesa para fazer as obras necessárias. Desta forma afastariam os abexins o perigo de condomínios e poderiam fazer as obras hidráulicas de modo que as águas do seu território nele fossem em grande parte aproveitadas.

Convencido de que se tratava de sério e fundamentado propósito, dei deste assunto conhecimento ao governo de Lisboa e pedi instruções, sem as quais nada poderia fazer dado o melindre do caso. Nunca as recebi. Talvez tivéssemos perdido, mais uma vez, a ocasião de reatar tradições históricas.

E foi este o meu terceiro e último contacto com coisas da Abissínia.

XVIII

UM POUCO DE FILOSOFIA

Pouco ou nada tenho de comentar a respeito deste artigo. Marcou ele o meu estado de espírito em relação à ciência, ao progresso humano e às forças cada vez maiores, resultantes do alargamento sucessivo da inteligência humana, e hoje, como há dez anos, direi que «decididamente» temos de nos pôr de novo a caminho.

Há algumas semanas, num discurso que proferi no Porto, referi-me à grande revolução científica e filosófica do princípio do século XVII, e a propósito doutras coisas manifestei mais de uma vez no meu longo dizer a opinião de que o avançar e o recuar da humanidade é uma consequência do avanço ou do retrocesso da ciência.

Estou convencido de que a revolução que há três séculos se iniciou dura ainda, que está longe de ter produzido todos os seus efeitos e que, dentro dela e levada por ela, a humanidade muitas conquistas fará para seu bem e perfeição. Mas não me resta dúvida, também, que estamos a atravessar uma época de contra-revolução. Época tremenda! Se as forças, de reacção conseguem predominar, a humanidade regressará a uma nova idade média.

À admirável perfeição das noções científicas e filosóficas que no decorrer dos séculos XVII e XVIII transformavam o espírito humano, não corresponderam instituições políticas igualmente perfeitas. Longe disso. É

certo que a vida material, intelectual e moral das raças humanas experimentou, em maior ou menor grau, melhoria considerável; mas os ideais e as aspirações despertadas pelo movimento enciclopedista dos séculos referidos não foram satisfeitos em toda a sua plenitude. Longe disso também, e daí descontentamentos que a contra revolução espreita avidamente.

Mas estará o mal somente do lado das forças que foram subjugadas cientificamente, filosoficamente e mais tarde politicamente e mais tarde ainda economicamente? Não serão culpados todos aqueles que receberam a herança magnífica da ciência e da filosofia? Julgo que sim. Nos tempos que vão correndo, de industrialização em excesso, são cada vez mais raros os homens que vivem exclusivamente para o avanço da ciência e para o bem da humanidade, e mais raros ainda os que elevam a sua profissão científica à categoria de sacerdócio, sem olhar a sofrimentos, a sacrifícios e a lucros.

Ninguém pode negar depois de comparar o poder criador da inteligência humana, na Grécia antiga, em Francis Bacon, Descartes e Galileu e nos enciclopedistas de 1600 a 1850, com as manifestações da mesma inteligência na época actual, que, apesar das admiráveis invenções, das novas concepções físicas e mecânicas do universo, há na realização dessa ciência qualquer coisa de frio, de estéril, de excessivamente utilitário, que nos perturba, assusta e entristece. Não estaremos nós a esquecer e a deixar esquecer o que na ciência, filosófica ou política, há de fundamental, de verdadeiramente espiritual, para só olharmos o lado material dos resultados palpáveis, sem atendermos a que, obliterado, estagnado ou imobilizado o espírito criador do homem, tudo o mais desaparecerá com o primeiro sopro destruidor?... A História, diz Wells, é uma corrida entre a civilização e a catástrofe.

Nos últimos três quartos de século a maioria daqueles a quem competia manter e atear a chama sagrada, deixaram de ver que, apesar das vitórias liberais e democráticas, das novas constituições, se continuava em plena revolução enciclopedista; e, pior ainda, passou pouco a pouco a ser moda ridicularizar todas essas velharias de avós e bisavós, que habilidosamente se apresentavam como cheias de erros e de utopias. O mundo está a patentear-nos o resultado destes deslizos intelectuais. Estamos a viver cada vez mais,



O general Norton de Matos
discursando na sessão de 26 de Julho de 1934,
no teatro Sá da Bandeira, no Porto

entre anacronismos, e se estudamos o passado perdemos a cada passo a noção do presente. A liberdade de pensamento sofreu sucessivamente limitações nas ciências políticas e sociais e, agora, aterrados, vemos que essa liberdade está a ser atingida no campo, que sempre julgámos, intangível, das ciências naturais. Apontam-se como exemplos isolados e raros os homens que na época actual e em qualquer parte do mundo exprimem o seu pensar com absoluta independência. Vivemos hoje inteiramente enleados por uma grande mentira convencional.

Procuro na minha estante um livro optimista, e folheio neste momento de dúvida e de desânimo «The mind in the Making» do professor norte-americano James Harvey Robinson. Todo este livro é um hino de confiança na inteligência humana. Mostra a sua transformação, a sua evolução e a lenta construção da nossa mente, e convence-nos de que muito temos conseguido na árdua tarefa de destruir as grandes ignorâncias. Mas diz-nos francamente que se a humanidade não souber levantar o seu pensamento até atingir um plano intelectual muito superior ao plano médio da actualidade, será inevitável um grande retrocesso na civilização.

We have rally to sart new. Nenhum dúvida pode haver de que nos temos de pôr a caminho novamente. Carecemos, de facto, de insuflar novas forças à revolução intelectual em que vivemos. O caminho é difícil para os sábios que se dedicam às ciências naturais; mais difícil será porém para os que estudem as ciências sociais: «Os métodos experimentais que alimentam as ciências naturais são dificilmente aplicáveis ao estudo da espécie humana e à resolução dos seus problemas. O estudante da humanidade tem de vencer preconceitos inveterados, fraquezas de espírito com fundas raízes. Levanta-se diante dele, como nos séculos dezasseis e dezassete, uma escolástica tradicional. As universidades em pouco ou nada o auxiliarão, menos auxílio pode receber do clero, sempre pouco disposto a inovações e dos legistas agarrados à letra das leis. E terá de lutar com os poderosos interesses do negócio («*all potent business interests*») apoiados, nos políticos, sustentados pela imprensa e por todas as classes conservadoras».

Mas todas estas dificuldades serão vencidas pelo continuado aumentar da inteligência humana. Assim ela se não apague, não estacione, não regresse...

Mas Harvey Robinson diz-nos nas palavras finais do seu livro: «Muitas das coisas que se apresentavam com o aspecto da eternidade e que pesavam sobre a pobre humanidade com o peso esmagador, desapareceram para sempre, outras estão a desaparecer e quanto às restantes tudo nos indica que o tempo lhes introduzirá profundas modificações. É o que diz o livro da Revelação, fechado a sete selos, que a inteligência humana conseguiu quebrar».

Decididamente, temos de nos pôr de novo a caminho.

Cinco anos depois de ter escrito este artigo, publicado em Setembro de 1934, nas minhas anotações do que vou lendo e ouvindo do mundo, recortava dum discurso que, em Abril de 1939, Churchill proferira no Clube do Canadá, as seguintes palavras:

Seria depreciar o sentimento e paixão contida que une o império britânico, ou a Comunidade das Nações, como muitos preferem chamar-lhes, supor que um jingoísmo fora de moda ou um ávido imperialismo desempenham qualquer papel importante. Se nós, nesta pequena ilha, nos vamos elevando gradualmente a uma considerável prosperidade, se podemos dar ao nosso proletariado certo alívio nas formas mais duras da pressão económica e edificar uma sociedade decente, tolerante, compassiva, flexível e infinitamente variada, é porque em todas as grandes crises da nossa história o interesse da Grã-Bretanha marchou a par do progresso e da liberdade do género humano. Se nestas horas de inquietação, que não são de forma alguma horas de medo, os sentimentos da unidade e do dever fazem palpitar o pulso da raça britânica, é porque estamos ligados por princípios, temas e concepções, que dirigem o seu apelo, não apenas ao império britânico, mas à consciência e ao génio da humanidade.

Não devemos desviar-nos da senda do dever. Se o império britânico está destinado a passar a vida à história, devemos esperar que não será por lento processo de desagregação e decadência, mas por um supremo esforço no sentido da liberdade, do direito e da verdade. Porque razão os homens de tantos países têm hoje os olhos postos em nós? Não é certamente por termos ganho vantagens na corrida aos armamentos, por termos obtido êxitos em insidiosas intrigas diplomáticas, ou por exibirmos com ruído e terrorismo um poderio implacável. É porque estamos ao lado das necessidades gerais.

No império britânico não só nos olhamos mutuamente por sobre os mares, como contemplamos também a nossa própria história, a Magna Carta, o Habeas Corpus, a Petição de Direitos, a instituição dos júris, o Direito Civil inglês e a Democracia parlamentar. São esses os marcos miliários e os monumentos que assinalam o caminho ao longo do qual a raça britânica tem marchado para a liberdade.

Depois deste discurso notável, quantos acontecimentos, quantas afirmações e discursos célebres, de filosofia social, dos mais reputados políticos e sociólogos, não têm ecoado no mundo, tudo num sentido de indicar e convencer que «decididamente, temos de nos pôr de novo a caminho»...

XIX

A MINHA HOMENAGEM A ANTÓNIO FEIJÓ

Discurso proferido, em 1 de Junho de 1938, em Ponte de Lima, por ocasião da inauguração do monumento a António Feijó:

«Minhas senhoras e meus senhores:

Creio que a melhor definição de «poeta» se encontra num dos ensaios de Emerson.

Na antiga casa de Moreira de Lima, onde vim meditar e escrever esta homenagem a António Feijó, longe do bulício do mundo e embalado por carinhosas afeições, reli as palavras de Emerson, e vendo como elas se aplicavam, quase uma a uma, ao poeta que estamos celebrando, senti-me tentado a traduzi-las de inglês para português e a distribuí-las, publicadas em elegante folheto, pelas pessoas que neste local viesse encontrar.

Substituiria essa tradução o meu discurso e todos ganharíamos com isso.

Mas como nesta sessão comemorativa temos de falar não só do poeta em abstracto, mas principalmente de António Feijó e da terra onde nasceu, tive de pôr de lado essa cómoda lembrança, limitando-me a tirar do ensaio referido as directrizes essenciais.

O poeta é um sacerdote da Beleza e da Verdade e nada pode haver na sua obra que represente a apologia do egoísmo e de baixos sentimentos.

Mas a principal característica do poeta é a sua qualidade «representativa», na significação inglesa desta palavra latina: o poeta quando fala, escreve, pinta

ou esculpe, não nos diz o seu sentir individual, mas traduz os sentimentos, os desejos, as aspirações, os sonhos da comunidade em que vive:

– Quando lemos os seus versos sentimos neles, patentes em sublimes palavras, o sofrimento e a dor que tanto nos subjugarão na vida, que tanto nos dignificaram também, mas que nunca soubemos exprimir.

– Os nossos enleios encontramos-os a cada momento nos versos do poeta.

– E aqueles instantes de plenitude e vida, raros e fugazes como relâmpagos, mas que bastam para nos iluminarem a vida inteira, são-nos lembrados pelo poeta nos seus admiráveis versos:

*«Juventude, manhãs de Abril, bocas floridas,
Amor, vozes do Lar, estos de Sentimento...»*

Os versos nada valem se ao acabarmos de os ler, não pudermos exclamar: «é isso mesmo, é assim mesmo».

Medita-se bem nesta função representativa dos poetas:

– A sua missão é exprimir o que não sabemos dizer; o seu papel na comunidade é servir-se do seu «poder de expressão» para nos mostrar e fazer compreender a ânsia de beleza, de verdade, de justiça que nos enche a alma.

Quando eu era novo e lia Feijó, parecia-me que ele sentia a minha personalidade mais do que eu próprio e que a engrandecia. Por essa razão o amava.

Nas comunidades aparecem de quando em quando três tipos de homens proeminentes: os que sabem, os que realizam e os que dizem.

Felizmente nenhum homem pode ser sábio, realizador e poeta ao mesmo tempo. Se tal fenómeno se desse, o mundo subverter-se-ia.

Qualquer dos três possui latente os poderes dos outros dois, mas só pode exercer o seu.

A maior ambição do sábio e do realizador é serem poetas para poderem escrever a sua epopeia, porque bem sabem que só o poeta é capaz de exprimir a beleza eterna das coisas e eliminar as imperfeições que existem na ciência e na acção dos homens.

Acontece por vezes que os poetas se isolam.

Na sua torre de marfim a sua vida atormentada decorre longe do convívio dos homens, e se é certo que o seu poder de expressão e de intuição lhes permite dizer genialmente o sentir da comunidade, há na maneira da sua arte qualquer coisa que afasta a simpatia.

António Feijó fugiu sempre do isolamento. Nesta terra onde nasceu soube sempre viver igualmente com todos, e todos sentiam o seu encanto e conheciam as excelsas qualidades do seu carácter, a sua vida íntima, o seu êxtasis perante a paisagem que nos cerca, a sua ternura pela mãe adorada e, mais tarde, o seu amor pela Esposa que ele trouxe à sua terra orgulhoso e radiante.

Soubemos depois da sua grande dor...

Quando lemos os seus versos temos sempre presente a sua figura elegante e atraente, ouvimos a sua voz clara e doce, trespassava-nos o seu olhar tão cheio de meiguice e de simpatia; e ao lermos a quadra sublime:

*«Sangue do nosso sangue, almas que estremeçemos,
Seres que um grande afecto à nossa vida enlaça,
- Somos nós que a sua morte implacável sofremos,
É em nós, é em nós que a sua morte se passa!»*

— enchem-se-nos os olhos de lágrimas, não somente porque esta quadra evoca em todos nós a perda dolorosa de entes queridos, por forma que nunca nos seria dado encontrar, mas também porque unimos aqueles versos a palavras de cartas íntimas, em que Feijó falava da Mulher que a morte lhe arrebatara.

Sente o poeta durante toda a sua vida a influência da terra onde nasceu e das pessoas com quem viveu na sua infância e na sua adolescência.

Nasceu e cresceu António Feijó em plena Ribeira do Lima.

Nenhum lugar conheço no mundo onde a harmonia das coisas se revela com tanta expressão natural e nos enlaça tão suavemente como nesta parte central da bacia do Lima. Os montes que a cercam, sem perderem o porte altivo, sem serem amaneirados, nada têm de impetuoso e de torturado; as suas encostas descem macias e tingem-as uma cor meigamente

violácea; e as linhas que as recortam, projectam-se no céu em curvas firmes que a nossa vista percorre enlevada.

De qualquer das margens do Lima o panorama que se contempla deslumbra-nos sempre e parece dizer-nos mansamente que a felicidade suprema reside, para nós limarenses, no espaço restrito onde nascem as fontes que alimentam o nosso rio.

É necessário subir às cumeadas para avistar o mar e os largos horizontes que nos arrastam para a vida de aventuras e de sofrimentos.

O rio é para as terras que banha e para os homens que habitam as suas margens, o companheiro mais querido. Fora das épocas das cheias desliza mansamente e pleno de encanto, «as suas águas descendo nessa luz reflectida, a tremer como um luar» — diz-nos o poeta — deixa a descoberto, aqui e além, as areias do seu leito para que a gente ribeirinha venha junto dele fazer as suas feiras e celebrar as suas festas.

Quando enche, as suas águas vão fertilizar os campos e apesar dos estragos que causam na Vila e do mal que fazem à saúde pública, os limarenses aguardam, com tranquilidade e bonomia, as suas cheias, e contemplam entusiasmados o espectáculo admirável do grande lençol de água que o mar puxa para si.

Neste pequeno vale a alegria da vida, muita ou pouca conforme as idades e as épocas, resulta da beleza e da fartura da terra. O Rio é dessa radiância e dessa abundância o principal elemento.

Tudo que aqui nos cerca é harmonioso e terno, e foi no meio desta harmonia e desta ternura das coisas que o poeta nasceu e cresceu.

Que homens encontrou Feijó na sua infância e na sua adolescência? Em que ambiente humano se desenvolveu o seu límpido carácter, a sua inteligência e a sua vocação artística? Que tradições sociais e culturais existiam na terra em que nasceu?

São essenciais as respostas a estas interrogações para bem se poder avaliar o poeta que nasceu na povoação a que elas se referem.

Essas respostas patenteariam a natureza da força atractiva que dominou e criou toda a existência de Feijó e que se revela através de toda a sua obra. Mas para as dar cabalmente seria necessário tempo de que não disponho, e conhecimentos e competência que não possuo.

Um ligeiro e rápido ensaio sobre tão complexa matéria, em que principalmente ponha a lembrança dos meus já tão longínquos tempos de rapaz, remediará a falta de tempo e esconderá a ignorância e a incompetência.

Ponte do Lima é terra muito amiga. É de 1125 o seu foral, tendo, portanto, 913 anos; mas a povoação já existia há muitos séculos: muito antes do foral tinham os romanos edificado uma ponte sobre o Lima e os límios estabelecido uma feira quinzenal junto dessa ponte.

A antiguidade das povoações imprime carácter aos seus habitantes, e pena é que nas escolas de cada concelho se não ensinem as origens, a evolução, as vicissitudes, os sucessos e os feitos do Município respectivo.

Parece que foi Ponte do Lima terra pobre e acabrunhada durante mais de dois séculos, a contar do seu foral. Nesse primeiro período da sua história portuguesa os vexames e as violências eram o «pão nosso de cada dia», e a negra miséria do povo a natural consequência de injustiças e tiranias. Este estado de coisas obrigou os moradores da primitiva povoação a mudarem-se para sítios altos da margem esquerda do Lima, sendo uma «inesperada e caudalosa inundaçãõ do Rio» que provocou o seu êxodo, quebrando a inércia de tantos anos e levando-os a deixar um local, «onde se padecia incessante e interminável martírio», diz-nos Miguel de Lemos.

Como seria curioso fazer a história da «vida social» deste rio...

Este martírio deve ter ficado gravado no «inconsciente» da comunidade.

Não faltou a Ponte do Lima o herói lendário das cidades gregas, que redime e salva. Aparece ele no século XIV, na pessoa do rei D. Pedro I, que restabelece os foros, regalias e privilégios do foral de D. Tereza.

Ponte de Lima é elevada a praça de guerra e passa a ter um corregedor, que erguesse perante os bandoleiros a forte e severa justiça do rei.

Os tempos foram correndo, tendo Ponte do Lima tomado sempre parte activa nos principais acontecimentos do país. Nesta vila, como na quase totalidade das povoações portuguesas, tiveram lugar episódios, gloriosos, quase sempre, mas tristes por vezes, provocados pela política absorvente de Castela. Mas a maior parte da vida social do burgo limarense, a exemplo também de muitas outras terras, passa-se na defesa dos seus foros e privilégios contra aqueles que lhos queriam usurpar. São de notar a

coragem e a altivez de carácter que caracterizam as reclamações a este respeito feitas ao rei ou às cortes do reino pelos limarenses.

Muitas vezes as contendas davam-se entre os poderosos, do que resultava a desmoralização do povo.

E assim se chegou à calamidade da guerra civil que nas primeiras décadas do século XIX assolou Portugal.

Creio, em face do que me ensina a História, que não basta o advento de ideias novas para provocar tais guerras. É necessário que exista um sedimento de injustiças, de contas morais e materiais em aberto, para lançar irmãos contra irmãos, em tão feroz e implacável luta.

Seja, porém, como for é evidente que a guerra civil deixa nas comunidades uma daninha amargura que muitos anos leva a desaparecer.

Quando, em 1 de Junho de 1859, António Feijó nasceu, tinha passado muito tempo sobre o fim da guerra civil. As agitações dos primeiros tempos do regime constitucional quase se tinham apagado. Vivía-se vida tranquila e ordeira; dos lutadores, miguelistas e liberais, muitos tinham morrido, outros quebrara-os a velhice.

Os filhos destes lutadores, nascidos no segundo quartel do século, homens feitos quando Feijó, adolescente, começou a ver as coisas deste mundo, revelaram aquele cansaço e cepticismo que caracterizam as gerações que entram na vida ao terminar das violentas lutas internas das comunidades.

Principiavam os homens a respeitarem-se uns aos outros novamente; via-se claramente que nas idéias que mais antagónicas pareciam, muito havia de comum — para que serviu tão cruenta luta, tanto sofrimento, tanta tristeza, perguntava-se.

Aqui, na nossa vila, o círculo social alargava-se cada vez mais; a convivência passara a ser um prazer real; ninguém fazia pesar sobre os outros a sua riqueza ou a dos seus antepassados, e a política limitava-se, quase à rivalidade entre as filarmónicas progressista e regeneradora.

Havia de parte a parte uma grande tolerância, e as crenças de cada um, como a sua honra e a honra da família, eram coisas sagradas, em que se não tocava.

Despontava um grande eflúvio de estima e de bem querer, e as diferenças sociais iam-se apagando cada vez mais.



O general Norton de Matos
discursando na inauguração
do monumento a António Feijó

António Feijó era apenas mais velho oito anos do que eu, e, assim, encontrámos ao sair da nossa infância as mesmas pessoas. Nas famílias com quem a dele e a minha conviviam, existia uma grande correcção de maneiras, de vestir e de viver, uma tendência literária muito frequente, um poder de atracção que levava os que nos serviam a encherem-nos de sorrisos. Não sei se me engano, mas recordo-me de uma vida geral farta e alegre: cantava-se mais nas fontes, no rio e nos campos.

Tudo isto se revela na poesia de António Feijó, no seu viver íntimo, na silhueta impecável do poeta.

Seguia-se agora traçar em fugidios escorços as principais figuras do meio social a que acabo de me referir; desenhar em rápidos traços os limarenses notáveis que precederam Feijó e que deixaram rastros de luz na literatura, na ciência e na acção; erguer bem alto os quase anónimos (e tantos eu tive ocasião de apreciar) que foram daqui para longes terras implantar a civilização portuguesa.

Com todos estes limarenses se forma a fisionomia da terra natal do poeta.

Mas o tempo falta. Devo terminar. Julgo ter conseguido o meu intento que foi o de mostrar que Ponte do Lima e António Feijó estão indissolúvelmente ligados.

Muito deve a terra em que Feijó nasceu ao alto poder de expressão do seu grande poeta; mas também o génio do poeta não teria sido o que foi, se não tivesse a embalá-lo desde o berço a beleza das coisas que nos cercam, as vetustas tradições da sua vila, o espírito da comunidade de que fez parte.

Velho e cansado, tendo de fazer um esforço constante para não dobrar ao peso dos anos, sinto-me feliz por ter podido prestar esta pública homenagem ao alto espírito de Feijó, por ter tido ocasião de recordar intensamente um dilecto amigo, por me ver entre os meus patrícios e os hóspedes dos meus patrícios, e por ter pisado mais uma vez esta terra que, para mim, é sagrada.

Memórias e trabalhos
da minha vida



Tomo II

(Página deixada propositadamente em branco)

PRIMEIRA PARTE

ANGOLA NO MAPA DE ÁFRICA

(Página deixada propositadamente em branco)

PROJECTOS DE ALEMÃES E DE SUCESSORES SEUS

Entre outras coisas, vou tratar, neste segundo tomo da publicação a que me abalancei, da terra da África e dos seus habitantes, substâncias plásticas que há tantos séculos andamos a modelar.

Do que mais tratarei, porém, será das terras de Angola e dos povos que as habitam. Levar-me-ão, uma vez ou outra, considerações de vizinhança ou de comércio, interesses mútuos ou comuns e razões políticas, a falar doutras terras e doutras gentes; mas a minha atenção, ao recordar tempos do passado e raramente os recentes, estará sempre presa à grande província portuguesa, onde vivi grandes anos da minha vida.

Mas, como é difícil isolar Angola do resto do continente africano, tenho de mostrar este como o vejo e de colocar nele Angola e os seus habitantes. Estes breves estudos são também «memórias» da minha profissão.

Em fins de 1923, disse-me em Lisboa Sir Robert Williams que alguém lhe tinha falado, em Londres, de projectos grandiosos, em estudo na África do Sul, tendo em vista a transformação das terras áridas do deserto de Calaári em solo arável, capaz de produções de valor, acabando-se ao mesmo tempo com a ameaça do alargamento daquele deserto, que muito estava preocupando a União Sul Africana.

Acrescentou que, para realizar este desígnio, seria necessário, entre muitas outras coisas, desviar para sul as águas do Cunene por meio de um dique a erguer em determinado local desse rio fronteiriço e talvez proceder à canalização dos três rios de Angola — Cubango, Quito e Cuando — que se vão lançar nos charcos da Damara, de modo a aproveitar a maior parte

possível das suas águas, para a formação de grandes lagos, produtores de humidade e chuvas.

Disse-lhe que conhecia esses projectos, do tempo em que os alemães, senhores do Sudoeste Africano, se serviram dos mais desleais argumentos para tentarem fixar o paralelo que separava os dois territórios, português e alemão, de modo a ficar situado no Sudoeste Africano o local onde julgavam que se devia construir o dique do Cunene.

Foi, então, que se traçou uma zona definida por dois paralelos, e nós iniciámos levantamentos topográficos para se elucidar a questão e ir ganhando tempo. Viera a Primeira Grande Guerra pôr ponto final em tudo isto. Não nos tinham nunca os alemães falado no desvio das águas do Cunene, porque tencionavam fazê-lo como melhor entendessem, logo que se resolvesse a questão de limites; abordaram-nos, porém, extra oficialmente, sobre canalizações dos referidos três rios, que desejavam lhes ficassem pertencendo com largas zonas laterais.

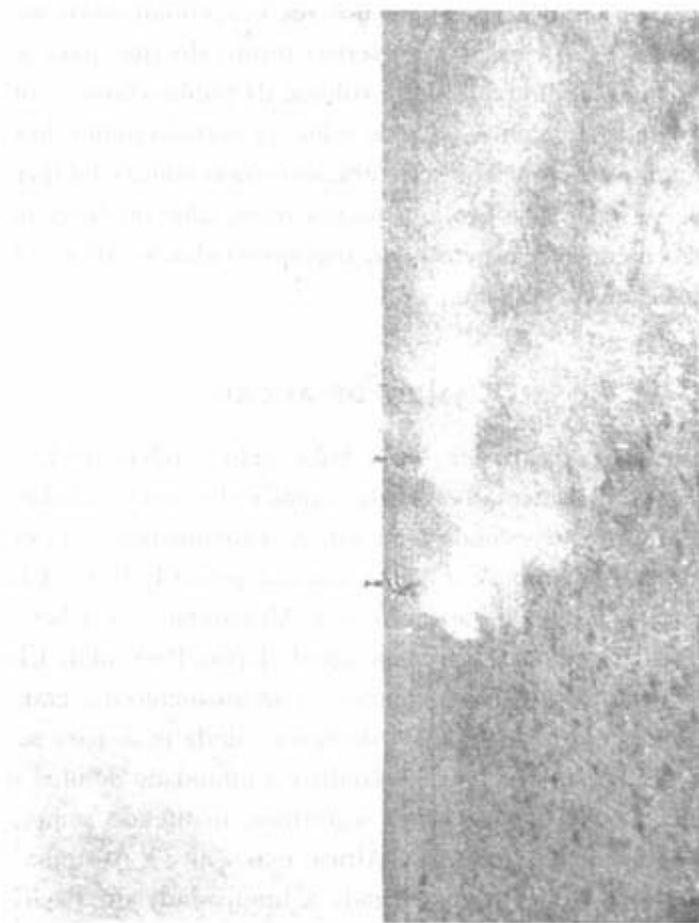
Pouco tempo depois de terminada a Grande Guerra, tive, na Conferência da Paz, em Paris, conhecimento de que a União da África do Sul chamava a si estes projectos de combate ao deserto de Calaári.

Tudo se herda neste mundo – divergências, ambiente e o resto...

Publicara-se por esse tempo um livro curioso a este respeito⁽¹⁾ e lera-o atentamente. Conhecia, pois, o assunto muito razoavelmente.

Parecia-me – disse então a Robert Williams – que o melhor seria o Governo da União pôr-se em contacto comigo, logo que eu chegasse a Angola, em princípios de Janeiro de 1924, como tencionava. Era meu intento mandar fazer um rigoroso reconhecimento geográfico de toda a região fronteiriça do Sul de Angola e, se o governo da União estivesse resolvido a proceder a idêntico trabalho no território do seu «mandato», poderiam as duas brigadas topográficas trabalhar juntas. O problema de Calaári interessava muito a Angola. Bem sabíamos quanto era perigosa para nós a vizinhança daquele deserto, e tínhamos já no nosso território regiões desérticas, ao sul de Moçâmedes, que muito nos estavam preocupando. De

⁽¹⁾ The Calaári or Thirstland Redemption, by E. H. L., Schwarz Professor of Geology.



Zebras no deserto de Moçâmedes

resto a ele, Williams, não era desconhecido que o nosso propósito em África era colaborar sempre com vizinhos para o progresso e melhoria daquelas terras. A única coisa que exigíamos em troca era lealdade e o respeito pelos nossos direitos.

Depois desta conversa, voltei a ler Schwarz e outros livros e a consultar as cartas geográficas alemãs. Encontro nos meus apontamentos sob a epígrafe a «Invasão da África pelo deserto» muito do que para aqui transcrevo, utilizando-o como parte deste volume da publicação em curso, depois de lhe acrescentar algumas palavras e lhe ter cortado muito do que escrevera. Tudo que nesta longa obra se lerá, são coisas antigas, tal qual as vi, senti e pensei. Ao recordá-las agora, noto, por vezes, faltas ou deficiências que me seria fácil emendar, mas penso que, mesmo erradas, as coisas velhas têm um fundo atraente de verdade.

O NOSSO CAMPO DE ACÇÃO

A calota esférica definida pelo Pólo Sul e pelo paralelo de Lisboa (38 1/2 graus de lat. N) contém, a mais das águas e das terras geladas do Antártico, a África, que se estende para sul, e, seguindo para o oriente, regiões da Ásia Menor, a Arábia e a Pérsia, vindo depois a Índia e a China com as suas terras altas, situadas ao norte — o Afeganistão e o Tibet — e apanha ainda a parte meridional do arquipélago do Japão. Para sul da China e dos povos de Burma e do Sião, encontra-se o agrupamento das grandes ilhas, a que se deu o nome de Índias Orientais e, ainda mais para sul, a Austrália, com a Nova Guiné, a Nova Zelândia e a infinidade de ilhas que cercam estas regiões insulares. Se delas seguirmos, mantendo sempre o rumo a leste, encontraremos de novo a África; mas, entre a Austrália e a África, depara-se-nos, depois de navegada a imensidade do Pacífico, semeado de pequena ilhas, o continente da América, barreira que se estende, de norte a sul, a separar dois mundos, o euro-africano e o habitado pelos povos de cor amarela, e cujas partes, Central e do Sul, estão situadas na calota terrestre que estamos considerando.

Foi esta enorme porção de terras e mares o campo de acção onde nós, os portugueses, exercemos, quase sem a menor concorrência de outros

brancos, durante mais de um século, o formidável e espantoso esforço das descobertas e da navegação e comércio. É de notar que os espanhóis, nossos únicos concorrentes então, se encurralaram, durante esse extraordinário período da nossa história e em consequência do erro geográfico de Colombo, quase inteiramente no espaço formado pelo golfo do México, mar dos Caraíbas e terras que essas águas banham.

Nunca os homens tinham dado tal exemplo de energia, de actividade e de saber; e nunca, até hoje, voltaram a dá-lo. É este pensamento que nos tem animado nos tempos da decadência fatal, que a todos os povos atinge, e no esforço que, há um século, estamos fazendo para sair dela.

Será bom não esquecer que a quase totalidade das regiões que quis relembrar, como tendo sido o nosso passado campo de acção, se encontra situada entre os dois trópicos. São terras tropicais, terras quentes e na maioria terras da malária, em que as cores da pele branca e dos cabelos louros escurecem dentro de poucas gerações, por maior cuidado que os homem tenham com os seus cruzamentos. É curiosa a observação, por muita gente feita e verificada, de que os europeus que vão viver para zonas tropicais redobram de actividade e manifestam energia muito superior àquela de que tinham dado provas na Europa. Trata-se de um fenómeno bem averiguado, principalmente por todos os que andaram por África, sendo também certo que a excitação de energia e de capacidade de realização se mantêm nos climas temperados, após longas permanências nos trópicos.

A África pode considerar-se inteiramente situada na zona tropical. As terras entre o Mediterrâneo e o trópico de Câncer, aquecidas pelo Sara e pelo calor concentrado no mar interior, têm quase todas as características das regiões da porção média do continente. A ponta a sul, na pequena parte que salta fora do Capricórnio, está abrigada dos ventos do norte e do sul, mal lhe chegam os do Atlântico, sendo predominantes as brisas quentes que sopram do Índico. Lourenço Marques e o Cabo são cidades tropicais.

Temos de contar, para viver e trabalhar em África, com terras de grandes calores, tórridas muitas vezes, temperadas frequentemente pelas altitudes e, nas terras baixas, pelo engenho do homem, graças a habitações, alimentação e regras de higiene e de vestir apropriadas.

A existência em África de grandes extensões de terras altas, de planaltos, é uma das suas características mais importantes. Sem esses planaltos, a fixação da raça branca e a conservação, em sucessivas gerações, das suas características essenciais, seriam inteiramente impossíveis.

Devo observar, antes de mais, que não creio que os brancos do norte da Europa, da zona mediterrânea, da Ásia ocidental e os descendentes de uns e outros, habitantes hoje do grande continente africano e que, cada vez em maior número, afluirão à África, possam conservar, com o andar dos séculos; as suas características etnográficas principais. Já disse que a cor da pele e do cabelo escurecerão; as influências da terra e do clima são muito fortes; o preto *distingue* sobre o branco; e os cruzamentos serão, inevitavelmente, cada vez mais numerosos. As próprias mentalidades de europeus, americanos e asiáticos se irão pouco a pouco alterando, até formarem a mentalidade geral africana.

Outra raça diferente das existentes surgirá, outras nações aparecerão. Que me importa isso? As minhas aspirações de homem agarrado a este mundo e com o desejo ardente de continuar a fazer, por qualquer forma, parte dele após a morte, reduzem o meu interesse por essas futuras raças a que elas sejam fortes e sãs, dotadas de uma inteligência superior à média da actual inteligência humana e a que, nessas novas nações, naquelas, sobre todas, que devam a sua origem a portugueses, se conserve, com a nossa língua, a nossa história, as nossas tradições e as nossas qualidades afectivas e, eternamente, uma ínfima parcela material e espiritual da minha já tão pequena personalidade.

Para conseguir esses futuros povos é indispensável que os colonos de África possam habitar terras sãs, fugir das terras encharcadas, respirar o ar puro de terras altas, onde a água corra rápida.

Teriam aqui lugar considerações sobre a orografia da África, mas o espaço não me sobra para o mais que neste volume quero meter. Direi apenas que a enorme região africana, situada ao norte do paralelo de lat. 5° graus N., é quase toda de terras baixas. A sul dessa linha encontra-se, porém, o grande planalto africano, onde os bantos habitam e onde uma nova e grande civilização se está erguendo.

A vida será nesse planalto boa e fácil. Nele se encontram vastas regiões, onde a altitude média se aproxima dos 2.000 metros, excedendo-a em muitas localidades, próprias para sanatórios e centros escolares. Neles se podem fazer, quase nas mesmas terras, culturas europeias e culturas tropicais. Neles se encontram grande riqueza de minério e formidáveis quedas de água.

Todos os males de que enferma esta parte planáltica de África — a malária e outras doenças endémicas, a pouca abundância de água em enormes planícies, o lento correr dos seus rios por quilómetros e quilómetros, formando, até encontrarem os desníveis redentores, charcos e pântanos nocivos, a vida miserável dos seus habitantes e o tecido de superstições que não permite a rápida formação da sua inteligência, — todos estes males estão sendo remediados, e cada vez o serão mais, pelos trabalhos de Hércules, de que os homens são capazes.

Há, porém, na África um mal que a todos aterra.

É a esterilidade do solo, que há muitos séculos, em acção contínua, resultante do deserto, da erosão e da salinidade das terras, está invadindo o continente negro. O deserto já hoje cobre uma enorme superfície de África. A grande região desértica situada ao norte do paralelo de 5 graus de lat. N., abrangendo o Sara, e os desertos Líbico e Núbio, é superior à terça parte de todo o continente, e estudos geológicos recentes indicam que ela está avançando para o sul e sudoeste, pelas bacias do Níger e do seu afluente o Banuê, cujas águas estão sensivelmente diminuindo de volume. No sul, o deserto de Calaári e outras zonas desérticas com ele ligadas, somam uma área que anda pela oitava parte do continente. Se se considerarem outras regiões, inteiramente improdutivas, em consequência da erosão do solo e por vezes de excessos de sais ou de «apodrecimento da terra», como dizem os indígenas, constata-se que a aridez das terras africanas cobre quatro nonas partes do continente. Este mal tende a agravar-se de década para década.

Outro aspecto, além do orográfico, nos deve interessar na África: é o dos seus rios. E também este modo de ser do continente negro origina grandes preocupações. O volume das águas dos rios de África diminui: o deserto sorve-os, pouco a pouco, mas continuamente.

É cabimento teria aqui um esboço da hidrografia africana, a mostrar como os volumes das águas das suas quatro bacias principais e dos sistemas lacustres de cada uma, vão diminuindo. Mas devo resumir e condensar, fugir de prolixidades.

As razões do desaparecimento ou da diminuição dos volumes da água dos rios e dos lagos de África, ainda não estão bem estudadas. A falta de vegetação florestal é talvez a principal. A ausência de florestas dificulta a condensação da humidade do ar, proveniente da evaporação dos lagos e, facilitando a erosão do solo, torna os reservatórios lacustres e os próprios rios cada vez menos profundos. Estas acções, em série no tempo, conjugam-se e integram-se e a sua resultante aumenta sucessivamente de força e valor.

É insignificante a zona de África onde existe verdadeiramente vegetação florestal: uma faixa de pouca profundidade que se estende, ao longo da costa atlântica, até ao Gabão, seguindo daí para leste, a formar a grande floresta da África Central, que abrange as bacias do Zaire, do Ubangui, do Uele e do Cassai e vai tocar nos lagos donde sai o Nilo. Apenas uma vigésima parte, se tanto, de toda a superfície de África se encontra coberta de floresta. No resto, o deserto e as estepes, pastagens mais ou menos ricas, terras que dão cereais, raízes e tubérculos comestíveis, oleaginosas, o algodão, a borracha, o café, o cacau, e imensidades cobertas de uma fraca e pouco densa vegetação arbórea, mais própria para lenha do que para madeira de construção ou de marcenaria.

A ÁFRICA VAI SECANDO...

As chuvas parece que também vão diminuindo na África. Pena é que os serviços meteorológicos, que já contam grande número de postos de observação bem montados e eficientes, não sejam ligados por um estabelecimento central internacional, que conjugue e analise todas as observações para se poderem tirar conclusões seguras.

O livro, já citado, do geólogo Schwarz, diz-nos que na região do Karroo E. da África do Sul, no período de 22 anos, de 1875 a 1896, houve: 6 anos

de grandes chuvas (0^m,425); 8 anos de chuvas normais (0^m,338); 5 anos de secas (mais de 2 meses, além dos da seca normal de verão); 3 anos de grandes secas (mais de 4 meses, idem); e que no período igual seguinte, de 1897 a 1918, houve: 2 anos de grandes chuvas; 4 anos de chuvas normais; 10 anos de secas; 6 anos de grandes secas.

Evidentemente não bastam estes dados para conclusões seguras; mas doutros tenho conhecimento, e todos concorrem para mostrar que a África vai secando de bem sensível maneira.

Quais os remédios que se apresentam para modificar este apavorante estado de coisas? Em primeiro lugar, criar grandes reservatórios de água em diversos pontos de África, quer inteiramente novos, quer trazendo à vida plena antigos lagos, hoje de todo secos ou transformados em charcos, aproveitando, para tanto, rios, cujos cursos seriam desviados. Evitar-se-ia desta forma que enormes quantidades de água doce fossem ter ao mar. O fenómeno da evaporação actuarial sobre estes grandes depósitos, assim formados, e as chuvas cairiam abundantes, nas épocas próprias, sobre a terra africana. Homens que se têm dedicado ao estudo da topografia de África, aventam a possibilidade de transformar o Sara em terra habitada, fazendo correr as águas do Níger para norte, a partir do grupo de lagos, que se encontram nas proximidades do paralelo 16º N., ao sul de Tombuctu, e que voltariam a formar um lago único por meio de diques que impedissem o desaguar das suas águas para leste e sul e as levassem a despejarem-se nas raízes do Atlas, na depressão de Gorara, por exemplo; desviando as águas de Ubanghi e do Uele e parte das do Zaire para o Chade, e desse lago, levando-as pelo antigo caminho, ao deserto Líbico, à depressão do oásis de Kufra ou, mais ao norte, à do oásis de Júpiter Ammon; e, finalmente, desviando para oeste parte das águas do Nilo, para formar um enorme reservatório nas depressões reunidas dos oásis de Karga, de Dakla e de Farafra, donde as águas sobejantes seguiriam novamente para o Nilo.

Na África do Sul, para combater o Calaári e as regiões desérticas do sul e sudoeste de Angola, deveriam também fazer-se grandes reservatórios, roubando ao mar águas de alguns rios angolenses. O Cunene poderia concorrer para o alargamento do lago Etosha, que se prolongaria para norte,

atravessando a fronteira sul de Angola de modo que metade do grande reservatório, assim obtido, ficasse situado em território português e outra metade nas terras do Sudoeste Africano. O Cubango deveria concorrer para a formação de um reservatório em território português, seguindo as suas águas sobranes e bem assim as do Quito e as do Cuando para o combate ao Calaári, por meio de reservatórios formados por águas destes rios. As águas do Zambeze, do Orange, do Vaal e do Limpopo seriam aproveitadas para o mesmo fim, reconstituindo-se com elas os grandes depósitos e lagos, que existiram nesta região, outrora fértil e agora desértica.

Roubar ao mar águas dos rios de África, para formar com elas pequenos mares interiores, seria a melhor forma de combater a seca e a aridez que a estão invadindo. A segunda maneira de combate consistiria em aumentar e alargar a vegetação florestal. Proteger as florestas existentes, criar novas florestas, acabar com os cortes exagerados de árvores para lenha e com as destruidoras queimadas dos bantos, são medidas imediatas que a salvação da África exige.

Finalmente, é urgente principiar a combater a erosão do solo e a sua improdutividade. As duas espécies de combate contra a erosão e a esterilidade das terras aráveis, completam-se e formam um todo. Serão ainda a vegetação, provocada e mantida pelo engenho e pelo esforço humanos, vegetação de todas as espécies úteis de plantas e, principalmente, o cultivo intenso, adequado e constante, das terras aráveis, em socalcos e por outras formas, a correcção dessas terras, a sua adubação e rega, a sua protecção por arborização, que evitarão a erosão e com ela o assoreamento dos rios e dos lagos e o seu conseqüente desaparecimento total e, num trágico final, a aridez de todo o continente.

Angola está situada na zona planáltica da África, ao sul do Equador. Vejo, nos meus apontamentos, que podemos seguir as seguintes zonas de altitude, em Angola:

I – Zona litoral (0 a 400 metros); II – Zona sub planáltica (400 a 1.000 metros); III – O 1.º grande planalto (1.000 a 1.500 metros); IV – O 2.º grande planalto (acima de 1.500 metros).

«Este aspecto orográfico de Angola impossibilita a navegabilidade dos seus numerosos rios, em grandes extensões», escrevi eu há tempos numa

notável publicação⁽²⁾. «Com excepção de alguns grandes troços navegáveis, os restantes só terão valor como instrumentos de trânsito, quando o povoamento se intensificar». Mas as numerosas quedas de água que esta orografia provoca, constituirão uma das maiores riquezas da futura Angola industrial e muito concorrerão, pela facilidade de irrigação, que proporcionam, para o desenvolvimento da riqueza agrícola, os continuados desníveis dos leitos dos seus rios.

E, reportando-me a considerações anteriormente feitas em relação a toda a África, também os numerosos rios se prestam à transformação do clima de Angola, ao combate da esterilidade e da erosão dos solos, pelo estabelecimento de grandes reservatórios, pelas suas águas alimentados.

Mas este combate contra males, que estão afectando todo o continente africano, terá de ser feito com o auxílio de todos e sem necessidade de roubar a uns águas e territórios, com o fim de beneficiar outros, como antes da Grande Guerra se pretendeu.

⁽²⁾ A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.

(Página deixada propositadamente em branco)

SEGUNDA PARTE

CIVILIZAÇÃO AFRICANA

(Página deixada propositadamente em branco)

OS INDÍGENAS

E, posto isto, passemos aos indígenas de Angola. Longe de mim o propósito de apresentar aqui as inúmeras hipóteses sobre a origem dos bantos, as suas emigrações, os dialectos que falam, os grupos em que estão divididos. Tudo isto constitui saber de etnologia e de antropologia, em que não quero embrenhar-me. De resto, o que se tem escrito a este respeito sobre os bantos, a não ser em matéria linguística — e muitos desses escritos li pela minha vida fora —, é tão vago, tão impreciso e, por vezes, tão confuso, que nada de aproveitável me deixou que facilitasse a minha tarefa de administrador de povos.

O que um homem, encarregado de conduzir, de transformar e de civilizar povos, e de os aproveitar para maior bem da humanidade (e maior e mais alta missão do que esta não pode caber a um homem), deve principalmente procurar conhecer desses povos primitivos é se será ou não possível trazê-los até nós, integrá-los no nosso meio, criar-lhes uma mentalidade nova, talhada à imagem da nossa, torná-los capazes de abraçarem as nossas crenças, de compreenderem o nosso saber, de executarem os trabalhos a que nos abalançamos, de sentirem as nossas emoções, de amarem como amamos, de constituírem famílias idênticas às nossas e comunidades baseadas nos nossos princípios políticos, e se, ao mesmo tempo, são fortes e sãos, física e espiritualmente, para não gastarmos com eles, em vão, as nossas esperanças, os nossos esforços e os nossos cabedais, além do que sentimentos humanitários nos obriguem a gastar.

Foi isto o que, acima de tudo, mais me interessou nos indígenas de Angola, e que procurei perscrutar, durante os seis anos que com eles vivi,

e depois ainda, nestes últimos tempos de vida crepuscular, com as recordações que eles me deixaram e que em mim gravaram o que observei, o que vi e o que ouvi deles e doutros que com eles lidaram.

Tudo que respeitava às suas atitudes físicas, intelectuais e morais, instintivas ou provocadas, com raízes no seu remoto passado ou resultantes da nossa presença, sinceras ou apenas aparentes ou propositadamente fingidas ou disfarçadas, directas ou indirectas, e também todas as suas comoções perante o amor, o ciúme, o medo, o ódio e a gratidão, ajudado, nesta parte das minhas observações, por um alto espírito de mulher que melhor do que eu compreendeu os pretos de Angola, me interessou profundamente. Por fim, já lia neles, como em livro aberto, a parte da sua vida que me interessava.

Sentia que sem este conhecimento nada podia fazer de útil e de bom no desempenho da minha alta missão de administrador, de tutor e de protector de povos primitivos.

Aquilo que se vai ler em parte deste volume, já começa a mostrar a orientação que segui, donde ela me veio, onde a fui beber. Encontro no meu «diário» muitos apontamentos, narrativas de factos e de episódios, trabalhos e estudos diversos. Creio que tudo isto junto explicará muito dos meus actos de procônsul do Império e que terá qualquer utilidade para futuros condutores de povos indígenas, que nas colónias queiram ver mais alguma coisa além dos brancos e dos seus interesses.

Por isso vou tirar destas desordenadas pastas dos meus arquivos particulares o que se me afigura de mais fácil e proveitosa leitura.

COMO SEMPRE VI A HISTÓRIA DE ANGOLA

O que a seguir exponho indica a minha concepção do que deve ser a História Colonial e explica, talvez, atitudes que assumi e a acção que exerci nos meus seis anos de administração e de governo de Angola e de zelador dos interesses dos seus habitantes, brancos e pretos.

Não oferece dúvida ter a história portuguesa de Angola principiado com a descoberta e início da ocupação dos portugueses, em 1483. Mas, quando da descoberta, já existiam em Angola, havia muitos séculos, povos com uma

organização social que muito surpreendeu os descobridores e cuja história, no sentido do conhecimento da sua maneira de viver e das suas instituições sociais e políticas, é essencial conhecer para bem se compreender o desenrolar dos complexos acontecimentos que naquela região se têm produzido, desde os fins do século XV até aos nossos dias. A História de Angola, propriamente dita, é, de facto, constituída pela análise das reacções e transformações que os seus antigos habitantes indígenas e aqueles que nela entraram, após a descoberta, experimentaram ao nosso contacto. Finalmente, a formação do território português angolano, tal como hoje existe, dependeu não somente de elementos africanos, que se levantaram em obstáculo à expansão portuguesa, umas vezes derrotados, outras não, mas também de nações europeias que impediram a nossa livre expansão.

A história de Angola terá por essa razão, de se distribuir por três importantes capítulos:

1.º – *A pré-história, desde os tempos mais remotos às datas das descobertas;*

2.º – *A transformação da civilização indígena, resultante do estabelecimento dos portugueses em Angola, que vai das descobertas até aos nossos dias;*

3.º – *Relações de Angola com os povos vizinhos e nações estrangeiras, de que resultou a formação político-nacional do território.*

O segundo capítulo terá de ser dividido em diversas épocas, para estudo e análise histórica, que bem patenteiem a orientação e o critério seguidos.

a) *Época das alianças e protectorados, abrangendo o período do reconhecimento da soberania dos chefes indígenas, dos esforços para a cristianização dos povos angolanos, da penetração e comércio pacíficos.*

b) *Época da ocupação militar, durante a qual nos substituímos à administração e aos governos indígenas e nos apropriámos das terras e riquezas de Angola.*

c) *Época da escravatura, na qual se desenvolveu o tráfico dos escravos.*

d) *Época da abolição do tráfico e da escravatura, que se intensificou de 1836 a 1878.*

e) *Época de trabalho forçado, iniciada com o primeiro «Código de trabalho indígena», publicado em 1875, e cuja duração vai até um pouco além de 1910.*

f) *Época de trabalho livre, iniciada com a Proclamação da República, e na qual nos encontramos.*

Em todas estas épocas entra, forte e essencialmente, o preto africano.

É claro que estas épocas se interpenetram e que as épocas passadas estendem a influência da sua mentalidade e do seu corpo de doutrinas, princípios, modos de viver, hábitos e costumes, às épocas posteriores.

A REPÚBLICA E A ESCRAVATURA

A mentalidade pré-histórica continua a influenciar, com as suas instituições primitivas, com as suas crenças e superstições, com a sua selvajaria, todas as épocas posteriores da vida social indígena e a constituir um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento intelectual dos habitantes pretos de Angola. É ela que pesa mais na transformação das raças indígenas, a que produz a grande miséria das populações de cor, com as quais, na África, estamos vivendo há tantos séculos. A época das alianças e dos protectorados já desapareceu por completo de Angola. Não existem hoje chefes indígenas de poder e de prestígio, com os quais nos possamos aliar e o regime de protectorados, que apenas se manteve por algum tempo no Congo, não foi, em regra, mais do que uma preparação para a época da ocupação e da conquista que existia ainda nos nossos dias e que permitiu o desenvolvimento da escravatura.

Foi necessário mais de meio século, a partir de 1836, e uma grande preparação, levada a efeito antes desta data, para abolir a escravatura em Angola, e isto mostra quanto a época da escravatura influenciou as épocas seguintes, de luta administrativa e económica contra a escravatura. À escravatura que, reduzida e disfarçada, é certo, se conservou em Angola até há poucos anos, foram os primeiros governadores da República que deram o golpe final.

A época de trabalho forçado mostra-nos que a escravatura foi, vencida administrativamente com a aplicação dos princípios do nosso direito colonial, mas também nos revela o estudo dessa época que, sob o ponto de vista económico, a exploração do homem pelo homem continuou, mais brutal e mais cínica, com o estabelecimento do regime do trabalho forçado.

Se olharmos o passado, veremos que nas épocas anteriores muitas das características fundamentais da época actual existiam. E todos os que trabalharam para a formação desta época, sabem bem quanto foram buscar ao passado, para poderem alicerçar, com a bondade e a justiça, a dignificação da raça negra.

Mas, apesar disso, a época actual da história de Angola, assinalada pela ânsia de tornar inteiramente livre o trabalho do indígena, de acabar com os últimos vestígios da escravatura e com os horrores do trabalho forçado, é fundamentalmente diferente das épocas anteriores. É certo que antes da Proclamação da República se manifestou muitas vezes o propósito de estabelecer o trabalho livre e houve um período de transição entre o passado e o presente durante o qual (governos de Eduardo Costa e de Paiva Couceiro, notavelmente) a tendência para se modificarem por inteiro as relações dos pretos com os brancos era manifesta. Mas foi após a mudança de regime que se deram os passos definitivos, que se puseram inteiramente de parte, práticas do passado.

A PRÉ-HISTÓRIA

Sobre a pré-história de Angola, como sobre a pré-história de quase toda a África Tropical, muito pouco se pode dizer actualmente, que não seja limitado por um apertado círculo de conjecturas. Os povos que viveram no território de Angola e nas vastíssimas regiões que com ele confinam não conheciam a escrita, não fizeram construções que o tempo poupasse e parece até que os seus utensílios, armas e adornos, foram em grande parte feitos com madeira e outros produtos vegetais ou restos calcários de animais, que rapidamente se destruíram.

Mas existe a tradição oral. Muito dela se pode aproveitar ainda para reconstruir a pré-história dos *bantus* e *bochimanes*, cujos descendentes habitam a Angola de hoje. Além disso, a reunião de todos os estudos, investigações e pesquisas feitas, não só em Angola mas em toda a África e que cada vez se devem intensificar mais, muita luz lançaram sobre este assunto.

Descortina-se na tradição oral dos indígenas de Angola e conclui-se de estudos antropológicos, etnográficos e linguísticos, a existência de três raças: uma raça, anterior aos bochimanes, de que muito pouco se conhece; os bochimanes que, vindos do norte, conquistaram as tribos primitivas; os bantos, que foi a raça dominadora que os portugueses encontraram em Angola há quase cinco séculos.

Da raça primitiva nada se sabe, pois, de preciso; mas a sua existência está provada pelas referências que a essa raça se fazem nas tradições orais dos bochimanes.

Os bochimanes possuíram uma civilização, sob diversos aspectos, superior à dos bantos. As manifestações artísticas, reveladas por pinturas e esculturas que se encontraram em cavernas da África do Sul, as suas aptidões como caçadores, a confecção de venenos violentos que aplicam às setas dos seus arcos, o seu gosto pela música e pela dança, o seu intenso amor pela liberdade que em grande parte explica a sua vida actual de foragidos e de escondidos e a consequente decadência das suas condições físicas e sociais, indicam que essa raça devia ter formado uma sociedade política, já muito avançada, e que os bantos vencedores se deixaram influenciar pela civilização dos bochimanes vencidos.

Em Angola dão aos bochimanes vários nomes. São estes, pretos de estatura pequena. A sua cor é escura, mas com tom amarelo esverdeado, os cabelos encarapinhados e reunidos em tufos, a cabeça dolicocefala. As suas tradições dizem que os seus antepassados vieram do norte. Tudo indica que eram muito numerosos e que formavam sociedades.

Hoje vivem dispersos, em pequenos grupos isolados, que se ignoram uns aos outros. Estão a desaparecer da face do mundo, mas da sua civilização passada alguma coisa ficou, que influiu na raça que os conquistou e destruiu.

Foram estas tribos, de língua incompreensível e com estalidos nunca ouvidos, com mulheres estranhas e de aspecto duvidoso, que os bantos encontraram na sua invasão de Angola. Que se deu, em grande parte, a fusão não pode restar dúvida. Muitos, porém, resistiram à fusão e, perseguidos, refugiaram-se nos desertos e nos bosques, onde têm levado a vida escondida e miserável que ainda hoje arrastam. O aparecimento do branco na África acelerou o seu desaparecimento. Quando os chefes bantos principiaram a ter necessidade de escravos para venderem aos brancos, deviam, de preferência, ter entregado o resto dos bochimanes vencidos, que se encontravam sob o seu domínio. A população bochimane é hoje insignificante. O censo de 1940 dá-nos os seguintes números para os seus dois grupos: *khoisan* 5.882; *vátua* 5.292.

OS BANTOS

A população bochimane de Angola era já muito pequena, quando os portugueses chegaram ao Zaire. A população banto era então muito maior do que na actualidade. Pouco se sabe das origens desta raça, podendo, porém, atribuir-se grande verosimilhança aos seguintes dados, interessantes sob o ponto de vista da história de Angola.

Os agrupamentos ou sociedades bantos formaram-se etnologicamente em consequência de emigrações, lentas e sucessivas, de povos que vieram do norte ou, com mais probabilidade, do nordeste de África, para os territórios que se estendem do paralelo de 5º graus de lat. N. ao cabo da Boa Esperança.

Que sangues correm nas veias dos homens de raça banto? Quais foram as civilizações que facetaram a sua inteligência e a sua moral? Estas perguntas são de difícil resposta, mas contêm termos que são da maior importância para a história de Angola. Os portugueses, nas épocas das descobertas e da ocupação das terras de África, encontraram povos com os quais se entenderam, desde a primeira hora; por exemplo, os da bacia do Zaire. Houve, porém, outros povos com os quais foi impossível o menor entendimento: as tribos bochimanes, os hotentotes e, em grande parte, várias nações bantos.

Há nos bantos muitas coisas que repelem os europeus, mas outras há que constituem laços de atracção, devidos talvez a origens ancestrais comuns. Nuns predominam os elementos de repulsão, noutros os de atracção, e assim nos entendemos pior com uns e melhor com outros. No jogo destas duas forças opostas, atracção e repulsão, se contém, em grande parte, a história de Angola.

Uma das características das raças negras, que habitam ao norte do paralelo 5º graus de lat. N., é terem língua inteiramente diferentes; os povos de raça banto falam pelo contrário, dialectos de uma língua comum. Esta notável comunhão de linguagem tem uma grande importância sob o ponto de vista histórico. Os diversos agrupamentos bantos, espalhados sobre uma enorme extensão territorial, facilmente se entendem e combinam, quando qualquer perigo os ameça.

Angola, pela sua área de 1.250.000 quilómetros quadrados, pela sua situação geográfica, pela sua unidade territorial, demográfica e política, pela sua população indígena de 3.666.000 habitantes e pela sua história, ocupa na África um lugar tão proeminente, que é lícito, ao falar dela, considerar problemas que abrangem todo o continente negro.

Terão ou não razão de ser as conclusões de Léo Frobenius sobre a civilização africana? A sua unidade, já inteiramente realizada, milhares de anos antes de Cristo, pela mistura de duas civilizações, a etiópica e a haimítica; o seu esplendor num passado já muito remoto; a sua decadência, iniciada muito antes dos descobrimentos, por influências asiáticas, romanas e islamitas, e acelerada pelo contacto com os europeus, a impropriedade do termo «bárbaro», aplicado aos pretos de África; a falsidade do fetichismo como equivalente de idolatria⁽⁶⁾; a arte, revelada por milhares de estatuetas e pelos mais variados ornatos e, sobretudo, pela poesia dos contos transmitidos pela tradição oral, reveladora de um grande desenvolvimento intelectual e de uma concepção de vida dignos da maior admiração?

⁽⁶⁾ «Nunca vi em qualquer parte da África Negra os indígenas a adorarem fetiches», diz-nos Frobenius. «História da Civilização Africana», trad. fr. de Bach e Ermonts, Paris, 1936, p. 15.

Creio, mais com intuição baseada em muitos anos de contacto com os índios, chineses e africanos, e resultante de leituras dispersas, do que com estudo sistematizado, que há um grande fundo de verdade em tudo isto. Mas se assim é, quão grandes se levantam perante nós, europeus, a reparação e a restituição que devemos aos africanos.

Raras vezes contemplei em África paisagens que não fossem grandiosas. Os largos degraus que nos levam da orla marítima aos planaltos, a subida da Chela, por exemplo; os planaltos, na sua variação constante, e tão diversos uns dos outros; os rios de tantos aspectos, os formidáveis como o Zaire e o Cuanza, os bucólicos, lembrando águas das nossas terras, como o Bengo, o M'bridge e muitos outros; as chanas⁽⁴⁾ sem limites, que nos espantam e atemorizam e que mostram ser a planura a paisagem predominante em Angola; as terras desérticas do sul; as quedas de água sem conto, majestosas, como as do duque de Bragança, violentas, como as do Cuanza, de temeroso aspecto, como a Ruacaná, todas elas cheias de vida, a mostrarem a força e a energia das coisas.

Cercados, em sucessivos milénios, por estes deslumbramentos, os homens que habitam estas regiões não podem ser entes inferiores⁽⁵⁾.

Há, sem dúvida, na África uma unidade de civilização e deve ela ter resultado da fusão das duas civilizações, cuja existência plena no passado remoto se revela ainda hoje nitidamente, a etiópica e a haimítica. Nos povos da África Tropical, ora predomina uma, ora outra destas duas civilizações, na actualidade. As sociedades indígenas de Angola são, na grande maioria, etiópicas.

A casa haimítica é mais provisória do que a etiópica; reveste, em geral, a forma de cúpula assente no solo. É a palhota na sua maior simplicidade, nada mais do que um abrigo nas noites, nas doenças e na extrema velhice. A casa etiópica caracteriza-se por uma base de estacaria; mesmo quando a casa é térrea, que é o caso geral de Angola, a estacaria existe e sobre ela assenta o tecto cónico ou de duas águas.

⁽⁴⁾ Creio que a palavra «Chana» é um neologismo tirado do termo banto ou hotentote «Oshana».

⁽⁵⁾ Ler as «Paisagens de África», por Augusto Casimiro, nos Cadernos Coloniais, n.º 46.

O que mais o impressionou, na vida que cercava o etiópico primitivo, foram as plantas: são de agricultor as suas qualidades fundamentais⁽⁶⁾.

A célula, na civilização etiópica, é a casa rural dos parentes. Todos os descendentes de um pai e das suas esposas vivem reunidos na rural «vila», e esta união só se quebra ou esquece no fim de três ou mais gerações. Nela o chefe é o homem mais velho (e em alguns casos a mulher) que esteja no pleno uso das suas faculdades mentais.

O regime da vida familiar é patriarcal

Não existe propriedade privada, individual: tudo pertence à casa rural. Mas esta propriedade comum é imperfeita e só incide sobre a terra cultivada; o resto é «terra de ninguém».

O «sentimento do espaço» na civilização etiópica é caracterizado pela existência dos centros fixos que são as «vilas rurais» e de irradiação para o ilimitado.

A casa rural é dotada de uma ordem natural. Uma ordem de idade, à frente da qual se encontram os velhos, que se conservam na vila rural, fazendo trabalhos domésticos. Os homens na força da vida, as mulheres e as crianças, dedicam-se aos trabalhos de lavoura. A caça pertence exclusivamente aos homens; os cuidados da horta, da alimentação e da limpeza são atribuições da mulher.

As guerras entre as diversas «casas» ou «vilas» eram frequentes, mas pouco duradouras e interrompiam-se na ocasião das sementeiras e das colheitas.

O princípio fundamental é a conservação da descendência.

O casamento não destrói, em regra, a integridade da casa. É o adolescente que escolhe a noiva, que solicita o seu acordo e que pede ao chefe da «casa» a que ela pertence licença para casar. Obtida esta autorização, rapta a noiva, com o auxílio dos amigos, segundo os ritos.

⁽⁶⁾ Segui, em parte, no que vai ler-se o modo de ver de Frobenius, obra citada.

A civilização haimítica é condicionada pelo animal; o caçador predomina, no meio social, sobre o agricultor. A casa rural etiópica é substituída pelo *clã haimita*, pela reunião de famílias. Mas o clã perde o isolamento e aparecem grupos de *clãs*.

A tendência deixa de ser a fixação junto às terras cultivadas; amiúde se escolhem outras terras. Ao caçador interessa-o apenas a periferia, as grandes planuras, as florestas e as montanhas, onde existe a caça.

As formas económicas oscilam entre a caça e a vida rural de cada «casa». Nasce desta circunstância o sentimento de propriedade individual: a peça de caça pertence ao caçador que a matou; a cobertura da tenda à mulher que a teceu.

A característica fundamental da civilização haimítica reside na circunstância de que a propriedade tem de ser adquirida, conservada e defendida pelo combate. O combate é a essência da vida haimítica.

A ordem da tribo é matriarcal. O filho pertence à *tribo* da mãe. A mulher sente-se sempre mais próxima dos seus consanguíneos (pai e mãe, irmãos e irmãs) do que do marido. É tão independente como o homem; tem de ser conquistada em cada fase da sua vida. Para obter uma mulher deverá o homem sujeitar-se, durante meses, às mais duras provas. Mas depois de realizado o casamento, tem a mulher o direito de abandonar o marido para esposar outro homem mais forte. A vida conjugal só se mantém se o marido estiver sempre disposto a combater e se tiver qualidades para vencer.

O combate constante contra os homens e contra os animais ferozes: toda a educação dos adolescentes, o ponto de honra, a coragem e o desprezo da morte, que a caracteriza, resultam desta condição. A acção, o homem de acção é tudo; os mortos e também os moribundos, não merecem o menor respeito. Não existia nos haimitas puros o culto dos antepassados.

Como emoção religiosa pode apenas descortinar-se na civilização haimítica o medo da magia, a única coisa capaz de produzir o enfraquecimento físico e a morte. Nada mais existe, «além, da vida material, profana, regulada pelas leis do corpo humano e da conservação do seu vigor».

É é perante estas duas civilizações, alteradas, é certo, por influências várias, que continuamos a viver em Angola. Predomina nos numerosos

grupos étnicos uma ou outra e daí maiores ou menores dificuldades na administração e governo daquela vasta região.

A RELIGIÃO DOS BANTOS

Careceria este assunto de ser tratado com bastante desenvolvimento e gostaria de mostrar quanto me interessei pela vida mental dos bantos, ouvindo pretos e brancos. Tenho no meu arquivo ensaios vários sobre manifestações da mentalidade dos indígenas de Angola, e nos meus dez anos da Índia habituei-me a dar a maior importância à maneira como os indígenas explicavam ou sentiam os mistérios da nossa vida ou das vidas que nos cercam. Por mais de uma vez tenho dito e escrito que, para civilizar o indígena de Angola, e, principalmente, o banto, é indispensável convertê-lo ao Cristianismo, preferindo as crenças católicas às de outros cristãos, por ser a religião católica a que a maioria dos portugueses professa.

Fácil é fazer afirmações como esta; difícil é, porém, reconhecer se a maneira de ser espiritual e mental dos bantos permite estas conversões. Sabido é que foi muitas vezes impossível a mudança de religião de muitos povos ou fazer adoptar qualquer religião àqueles que não tinham nenhuma. As grandes dificuldades que os missionários cristãos têm tido em África para conseguir que os pretos convertidos ao cristianismo abandonem por completo usos e costumes, fundamentalmente contrários à sua nova religião, como sejam a poligamia, a circuncisão e os seus ritos nas tribos onde ela ainda existe, e, em qualquer caso, os ritos da puberdade nos dois sexos, o amor livre antes do casamento e tantas outras estranhas práticas da vida dos bantos, bem nos indicam quantas gerações serão necessárias para transformar inteiramente os indígenas das colónias tropicais em verdadeiros cristãos. Devo, porém, dizer, e nesta publicação a isto me referirei, que tive ocasião de observar verdadeiros milagres de transformações desta natureza, devidas aos esforços e ao inteligente proselitismo de missionários portugueses no Congo angolense. Mas no Congo há quase cinco séculos que lançámos a boa semente.

Num estudo que apresentei a um Congresso Colonial, sustentei que para melhorar as terríveis condições de vida material e, principalmente, moral em que se debatem actualmente os indígenas de Angola, era indispensável, entre outras coisas, convertê-los com o maior tacto e prudência ao cristianismo e, no desenvolvimento desta afirmação, escrevi as seguintes palavras:

«Poderá perguntar-se o que terá que ver esta questão, de aspecto religioso, com o aumento da população indígena em África. Responderei que com a nossa ocupação diminuímos consideravelmente o poder «sagrado» dos chefes indígenas, invadimos as atribuições dos tribunais nativos, acabámos com a organização militar banto; o clã desapareceu, a tribo está desaparecendo e a aldeia indígena de ontem não é a aldeia de hoje; que a escravatura primeiro e depois o trabalho forçado desorganizaram a família preta; que do sistema indígena da propriedade da terra existem apenas vestígios; que a indústria dos pretos desapareceu, quase totalmente, em face do artigo europeu; que tem sido energeticamente perseguida por nós a magia nas pessoas dos médicos indígenas e nas dos feiticeiros, com o nosso combate a curas rituais, a feitiçarias, aos adivinhos e aos sortilégios. Que ficará, se destruímos, como vamos destruindo pela nossa simples presença, a religião banto, o culto dos antepassados, a concepção banto do mundo? Nada evidentemente. O administrador e o médico e as outras autoridades europeias, que têm de estar em amiudado contacto com o indígena para melhorarem as condições da sua vida, irão obliterando, mesmo sem o quererem, as ideias religiosas bantos; o mesmo se dará em consequência das relações com os comerciantes e com outros europeus. Os ritos e as práticas religiosas bantos irão cessando pouco a pouco. E daqui a cinquenta ou cem anos teremos pretos vestidos à europeia, habitando casas em vez e palhotas, com hábitos higiénicos, jogando o futebol, falando, lendo e escrevendo, mais ou menos correntemente, o português, mas sem um sistema de crenças e de princípios morais, em que, apenas saídos das trevas das civilizações primitivas, possam mentalmente apoiar o seu viver.

Estes «produtos da civilização» seriam homens com quem pouco ou nada se poderia contar. Como formar com eles as aldeias de famílias indígenas de trabalhadores rurais, que tem sido o nosso intento criar, à semelhança das nossas?

É indispensável, portanto, espalhar o Cristianismo. Estamos, porém, em face de uma tarefa difícil e perigosa. Difícil, porque, por um lado, levará séculos a transformar, por completo, a mentalidade do banto no modo de pensar cristão e, por outro lado, não poderemos voltar a tempos passados, em que a acção do Estado e a da Religião quase se confundiam. Perigosas, porque as tentativas de fazer cristãos à pressa, de separar as crianças em formação cristã dos pais gentios, de criar duas classes no meio indígena, conduzirão fatalmente à desorganização do meio social banto, único que, por muitos anos, o indígena compreenderá e terá por guia da sua vida. Temos de persuadir, e de modo algum de compelir, e de nunca esquecer que a persuasão é próxima vizinha da compulsão. Perigosa ainda, porque os territórios do ultramar português, como todos os da África intertropical, estão inteiramente abertos às missões estrangeiras, que, esforçando-se, com reconhecido zelo, por transformar os pretos em cristãos civilizados, poucos se empenharão, em regra, em fazer deles portugueses. A África está sendo um curioso campo de experiências para a implantação de sistemas universais de carácter económico, social, religioso e, talvez, de outros ainda, todos caracterizados, porém, por um anti-nacionalismo radical.

Contra isso combati, concorrendo para que se consignassem na Convenção de St. Germain-en-Laye, palavras que restringiram a liberdade da introdução e permanência nas colónias africanas de missões religiosas ou de outra natureza, e com a publicação do decreto 77 (Dezembro de 1921) do alto-comissariado de Angola, cujas benéficas disposições vão, pouco a pouco, caindo em desuso».

O que deixo escrito mostra bem quanto nos devemos interessar por tudo o que nos possa indicar o actual sentir religioso dos indígenas de Angola. É o que sempre fiz durante a actividade da minha vida colonial, e continuei a fazê-lo depois dela cessar. Mas para não alongar estas considerações, à custa do resto, deste volume, terei de resumir consideravelmente o que me foi possível conhecer do sentimento religioso dos bantos.

A crença num Ser Supremo é geral entre os bantos, mas esta crença é muito diferente do monoteísmo semita. A concepção antropomórfica do Ente Supremo não existe nos bantos. É esse Ser a causa de todos os

acontecimentos anormais, mas quer dele resulte bem, quer mal, não houve no causador o desígnio antropomórfico de favorecer ou de perseguir. Por essa razão os bantos não fazem a esse Ser nem oferendas nem sacrifícios. Esta crença parece ser apenas um resultado ou efeitos de proselitismo anterior às grandes emigrações, judaico, cristão ou muçulmano, que deixaram vagas recordações no espírito banto, mas a que não corresponde nada de positivo e real.

Os bantos acreditam, porém, na existência de seres malévolos ou benéficos, que é necessário propiciar com oferendas. A esses seres dão personificação, em regra, na forma de animais, e por vezes na forma de plantas, de rochedos e de outras coisas sem vida; fixam-lhes residências em cavernas, montanhas, rios ou suas nascentes, nas florestas e noutros locais. Não parece, porém, que haja neste facto qualquer ponto de contacto com o panteísmo grego, e que estes entes representem o espírito da floresta, da montanha, do rio ou seja do que for. Também é de notar que nenhum antropomorfismo entra na concepção dos bantos dos seres benévolos ou malévolos.

A esta segunda crença muito menos vaga do que a crença do Ente Supremo, junta-se a crença na sobrevivência humana. A morte não destrói inteiramente o homem. Há uma existência depois da morte, material e não espiritual, que exige alimentos e outras satisfações materiais e também satisfações morais como, por exemplo, a vingança ou a reparação de injustiças sofridas antes da morte. Mas esta crença nada tem de comum com a crença na imortalidade da alma, com a vida futura, em que crêem outras raças. Em primeiro lugar, os escravos, os homens de condição inferior, todas as crianças, a não ser em casos excepcionais, não têm qualquer existência após a morte. Em segundo lugar, esta existência, para as pessoas de qualidade que a têm, é quase sempre muito limitada no tempo. Conserva-se durante a vida dos filhos e, quando muito, dos netos. Apenas se abre excepção para os grandes chefes, cuja sobrevivência continua a influir na tribo inteira, durante séculos. Estes manes dos antepassados vivem na região onde morreram, não a abandonam, e daí a relutância do indígena banto em expatriar-se, a não ser em massa, em circunstâncias graves e sempre sob indicações dos chefes. O seu culto dos manes, de pais e avós, é familiar, assemelhando-se ao dos deuses lares dos romanos. São esses manes por vezes indicados ou recordados por material-

zações diversas: simples bocados de madeira, terminando ou não por uma cabeça humana, pirâmides de barro e outros objectos. Quando se trata dos manes dos chefes notáveis, o culto é tribal.

O culto dos mortos, quer público, quer familiar, preside à vida inteira, social e individual dos bantos; esse culto é tão forte que faz das sociedades bantos comunidades de vivos e de mortos. O manismo constitui na família uma protecção contra as brutalidades do pai e do marido, um freio aos seus vícios, ao seu egoísmo, aos seus desmandos, e, na vida social, um obstáculo às arbitrariedades, ao despotismo e às tiranias dos chefes.

As crenças e as superstições que na Idade Média tão grande impulso deram à magia nos povos europeus, encontram-se, essencialmente as mesmas, nas sociedades bantos. A existência de poderes ocultos que se podem submeter, tornar inofensivas ou destruir por meio de palavras mágicas, amuletos ou talismãs, a possibilidade que um homem ou um mane tem de, por meio de artificios vários, prejudicar outros homens ou manes, e tantas outras crenças são criadoras da magia. A doença é de origem mágica e, portanto, o seu remédio tem de se ir buscar à magia, isto é, aos seus ritos: esculturas que representam o doente e que se espetam, escaldam, untam ou passam pelo fogo; as imprecações, os clamores e actos rituais diversos, destinados a assustar ou a acalmar o mane ou o génio maléfico.

O banto, como ainda hoje tantas pessoas civilizadas, procura conhecer as origens misteriosas e ocultas donde lhe vem a felicidade ou a desgraça e conhecer o futuro. Resulta disto, além da instrução da magia, a existência do mago ou feiticeiro, a do adivinho. O adivinho é, em regra, adversário do feiticeiro. O seu poder é dos maiores no meio das tribos bantos; as suas indicações são cegamente acreditadas. Se sobre um desgraçado banto cai a fulminação do adivinho: «tu foste o ladrão», só lhe resta, como último recurso, o veneno.

O feiticeiro e o adivinho não excluem o médico, que exerce a sua profissão nas doenças correntes, empregando principalmente infusões de plantas e procurando afastar o feiticeiro e o adivinho, o mais possível. Já nestas sociedades primitivas o exercício da medicina se mostra altamente benéfico sob o ponto de vista social. Muitos europeus, na sua ignorância da língua e das instituições indígenas, consideram os médicos como feiticeiros. Este facto

deu-se, durante muitos anos, no exercício da administração portuguesa em Angola e originou grandes inconvenientes e injustiças.

Nas sociedades primitivas bantos o chefe era o mago, o grande sacerdote da tribo. O exercício da magia pertencia-lhe exclusivamente e só era exercido para salvaguarda da sua família, do seu clã ou da sua tribo. Mais tarde este atributo real passou a outras mãos e a sua acção a aplicar-se a famílias e a indígenas isolados. Surgiram então os feiticeiros, que se multiplicaram e apareceram nos menores agrupamentos.

O feiticeiro é temido, mas não é bem visto na tribo; em regra, é um inimigo público; e a execução de sentenças de morte, solene e ritual, de feiticeiros nas tribos bantos é, ainda hoje, mais frequente do que se julga.

As tribos, os clãs, as famílias e as aldeias indígenas estão inteiramente impregnadas da influência dos mortos, dos génios, benéficos ou maléficos, e da crença na magia. Esta tríplice influência proporciona a todas as instituições bantos um carácter próprio e lógico. As relações entre os súbditos e os chefes, os poderes dos chefes indígenas, a forma das aldeias e os seus deslocamentos, as épocas da caça e dos trabalhos agrícolas, e a aplicação da justiça estão em estreita correlação com estas crenças indígenas. Com elas se elaborou lentamente, no decorrer do tempo, um sistema de imperativos sociais. Concebe-se pois, facilmente, que, quando o domínio europeu quiser actuar sobre os povos indígenas para os obrigar a abandonar determinados usos, costumes ou hábitos, encontrará a barreira de um feixe de crenças de ordem religiosa, moral, mágica e política, que constitui o fundo de toda a mentalidade indígena, perante a qual todos os seus esforços serão muitas vezes vãos. As modificações dos seus usos só poderão obter-se como consequência lógica da transformação da sua mentalidade. Atacar de frente e com violência procedimentos e actos que são provenientes destas crenças, não dará outro resultado que não seja o de forçar os indígenas a dissimular o seu procedimento. A sua vida passará a ser, na maioria dos casos, unicamente conhecida deles que cuidadosamente afastarão os europeus do seu convívio...

As crenças e as convicções dos indígenas apoiam-se umas sobre as outras; mas são a consequência umas das outras. Fornecem às sociedades bantos uma mentalidade e uma modalidade próprias.

As diferenças mentais e morais que existem entre os bantos e os habitantes da Europa ocidental são por certo maiores do que as que entre uns e outros se apresentam sob o ponto de vista antropológico. Os homens distinguem-se mais entre si pelo seu espírito, do que pela forma ou pela cor do corpo.

Foi isto que os portugueses compreenderam desde a primeira hora, e assim, não se importando com diferenças de cor e outras da mesma natureza, procuraram, acima de tudo, modificar a mentalidade do indígena.

Mostrar como os portugueses têm feito desaparecer essas diferenças mentais e torneado as dificuldades do ataque de frente contra a barbárie e a mentalidade indígena, deve ser um dos principais fins da história de Angola, escrevi ou disse eu há muitos anos.

Quando um banto procura saber como apareceram o céu e a terra, que todos os dias contempla, e raras vezes esse desejo de conhecer lhe vem, responde mentalmente: «porque assim aconteceu». «Acontecem» outras coisas na região em que vive; existem nela rios, florestas, animais diversos, rochedos, metais e cristais, que tanto são do seu agrado. A ideia de um princípio criador não existe nele. «Aconteceu» também que os homens e as mulheres surgiram um dia de um canavial, já adultos e com os seus utensílios e armas, preparados para a lida e combates da vida, conforme as suas profissões e sexos. A água e as plantas dos charcos foram a origem do homem. Noutras tribos «aconteceu» aparecer um casal primitivo, à maneira bíblica, donde toda a humanidade veio, e o nome do primeiro homem significa o «portador do fogo» e o da primeira mulher diz ser ela a que pisa os cereais para os reduzir a farinha com a qual, graças ao calor do fogo, se fazem os caldos ou as papas das refeições. E, assim, com os homens aparece o fogo, a cozinha, a preparação dos alimentos, assados ou fervidos, que distinguem os seres humanos de todos os outros seres.

Se a atitude de homens, famílias e colectividades perante alguns dos seus mortos pode ser tomada como manifestação e sentimento religioso, os bantos têm sem dúvida uma religião. Não me parece, porém, que assim seja. A ancestrolatria não existe nos bantos e aquela atitude representa apenas um prolongamento material e temporário da vida além da morte, a conservação das forças familiares e sociais que os parentes ou os chefes representavam antes da sua morte.

Nisto me afasto da opinião de Junod⁽⁷⁾ em cuja leitura recente se inspiram, em parte, as palavras do parágrafo que estou escrevendo, quando há muitos anos tinha escrito quase tudo o que consta destas considerações do espírito religioso banto.

Não há dúvida de que os bantos crêem na possibilidade das pessoas humanas se separarem em duas naturezas. Assim lho indicam muitos dos sonhos que têm e talvez a própria sombra. As crenças, baseadas na existência da magia, dizem-lhes que certos indivíduos têm o poder de se desdobrar durante a noite mas, atendendo a que o homem deixa a casa para «atormentar, matar e comer outras pessoas», não me parece que o banto acredite em que fique o corpo e que seja um espírito que vai praticar actos de tanta materialidade. O homem pode desdobrar-se magicamente em dois, perfeitamente idênticos e, portanto, ambos materiais com os mesmos ódios, a mesma força, a mesma fome e o mesmo corpo. A morte é o último desdobramento para os que têm «categoria» bastante para se desdobrarem.

Vejo só inconvenientes para efeitos de proselitismo, para conversão dos bantos ao Cristianismo e para a educação e instrução das crianças pretas, baseada nos nossos princípios morais e nos nossos conhecimentos científicos, em partir da falsa convicção de que nos bantos existem, ainda que confusamente, as ideias, os princípios e as crenças fundamentais que formaram e conduzem a civilização cristã: a existência de um Deus único, antropomorfo e com os atributos que lhe confere o Velho Testamento; a imortalidade da alma; uma vida eterna, com prémios e punições. Desta forma fazem-se comparações entre coisas inteiramente diferentes, dão-se nomes tirados das línguas indígenas e coisas transcendentais que nunca existiram na mente dos pretos; e de tudo isto nasce uma confusão constante no pensar dos indígenas, e pode resultar até uma vida atormentada para os convertidos.

Melhor será chamar as coisas pelos seus nomes portugueses. De resto não creio que se possam converter, educar e instruir os indígenas de África, sem

⁽⁷⁾ Veja-se como admirável repositório sobre o modo de ser e a vida dos bantos «Moeurs et Coutumes des Bantous», par Henri A. Junod, Paris, 1936.

previamente os por todos a falar línguas europeias. Disse-me um dia um ilustre sacerdote católico e grande amigo que não foi para isto que Cristo tinha dado aos seus apóstolos o dom das línguas. Será assim, mas eu continuarei a teimar que para transformar e civilizar os indígenas de Angola, o essencial é ensinar os pretinhos a falar português. Demorará desta forma talvez mais tempo a sua cristianização, mas suponho que se conseguirão mais perfeitos cristãos e tenho a certeza de que se formarão melhores portugueses.

UMA NOTA FEMININA

Do meu «diário» extraio agora as seguintes passagens, com data de Luanda, 20 de Outubro de 1922:

«Tive hoje, com minha mulher, uma grande conversa sobre os pretos de Angola, e tanto as suas palavras me impressionaram que esta noite, contra os meus hábitos de me deitar muito cedo, quis lançar neste «diário» os seus principais tópicos.

Versámos primeiro o tema de serem ou não os bantos capazes de sentirem gratidão pelo bem que lhes fazíamos, pela brandura com que os tratávamos e principalmente pela consideração e respeito que lhes mostrávamos. Disse-me a Ester que, sob este aspecto, a impressão que os pretos lhe davam era a de estarem sempre ansiosos por nos poderem ser gratos. Bastava que os tratássemos como tratamos os brancos, para a sua gratidão ser infinita. E contou: na visita que fizemos àquela aldeia indígena do Bié, onde tudo encontrámos em tanta ordem e limpeza, afastei-me, enquanto tu falavas com o sobeta, levando um intérprete e acompanhada de algumas mulheres, para conversar com elas e ir ver a povoação. Quando estava no meio da minha visita, chegou aquele chefe de posto de que tanto gostas, com a senhora e aquela adorável filhinha, de cinco anos. Levantei a criança nos braços e beijei-a muitas vezes. A visita à aldeia continuou e, passado bastante tempo, parámos defronte de uma cubata grande onde estavam muitos pretos dos dois sexos. Avançou para mim uma preta, nova e esbelta, a cumprimentar-me, que me disseram ser a primeira mulher de



Senhora D. Esther Norton de Matos
(1866-1941)

um parente do sobeta, que trouxera muito dinheiro das minas da Katanga, onde trabalham quatro anos. Trazia a mulher, agarrada ao pano, uma menina completamente nua, e tanto encanto havia em toda ela, eram tão expressivos os olhos com que me contemplava, que repeti, sem me lembrar do que fizera antes, o gesto que tivera, para a filha do chefe do posto. Levantei a pretinha do chão e beijei-a efusivamente. Rompeu uma manifestação de alegria e aplauso por parte dos pretos que me iam acompanhando, e ao contemplá-los, surpreendida, vi bem quanto eu lhes tinha agradado, quanto me estavam admirando, adorando quase, por eu ter feito à pretinha as mesmas festas que fizera à menina branca.

Perguntei: saberão os bantos ligar-se por amor idêntico ao que na nossa civilização liga homens e mulheres que uniram as suas vidas? Sorriu e respondeu: porque não? Lembras-te daquele belo casal de pretos que estiveram ao nosso serviço? Julgámos durante semanas que andariam, cada um deles, pelos trinta anos, e, por fim, viemos a saber que já tinham netos crescidos. Pouco tempo depois de chegarem, resolvi vesti-los convenientemente. Distribuí vestuário aos dois e disse-lhes que se vestissem e voltassem para os ver. Chegou primeiro a mulher e pouco depois o marido. Olharam-se enlevados e esqueceram inteiramente a minha presença. Deram-se as mãos e os seus olhos tinham tal expressão, que não podia haver engano possível sobre o grande amor que os unia, e que em nada era diferente do que sentimos quando os começam a branquear. Tive de os chamar à realidade.

Uma das coisas mais consoladoras para mim, com minha mulher, neste constante observar dos de Angola, foi o reconhecimento do grande amor que eles dedicam aos filhos, quando criancinhas. No amor das mães não há nada de novo para nós, mulheres; mas no dos pais há qualquer coisa diferente e de modo algum inferior aos dos maridos europeus: os pretos são quase mulheres quando pegam nos filhinhos.

Por outro lado a influência das mulheres, e principalmente da primeira mulher, na família é muito grande. O preto ouve-a com atenção e respeita-a, ainda que não resista à tentação de viver um pouco do seu trabalho.

Eu disse então que talvez o preto, imbuído de magia, julgasse a mulher capaz de artes magas, que ele não possuía.

Pensou e disse: É certo que os pretos têm medo das mulheres.

E continuou: as rapariguinhas pretas passam a ser insuportáveis, logo que se aproximam da idade da puberdade. Não pensam noutra coisa que não sejam actos sexuais. Será muito difícil educá-las de modo que percam esta dominante preocupação. Os internatos, a separação das famílias conduzirão a estados piores. Somente grande número de escolas do tipo das «escolas Rita Norton de Matos», onde as raparigas de cor levam uma vida constantemente ocupada em misteres diversos, desde os serviços caseiros até aos estudos primários os mais elementares passando pela costura, confecção de roupas para gente do povo, em grandes salas ou varandas cheias de luz e ar, e com uma ou duas sessões de exercícios físicos apropriados, tudo acompanhado por uma severa vigilância por parte das professoras, que evite que as conversas enveredem por assuntos escabrosos e que obriguem a decência constante nas atitudes, nos gestos e nas palavras, poderão modificar este estado de coisas.

De resto, acrescentou: Este mal da puberdade feminina dos bantos é mais geral do que se pensa. As boas donas de casa europeias não gostam nada de criadas dessa ingrata idade.

E concluiu: Creio que muito de bom se poderá fazer dos pretos de Angola, que os poderemos transformar em homens dignos e trabalhadores, em mulheres capazes de desempenhar a sua missão de esposas e mães tão bem como as brancas, desde que se levem as coisas vagarosamente, sem precipitações, sem erros funestos, com dedicação e respeito por esta boa gente.

Quis aprofundar o seu pensamento e perguntei: Serão assim tão bons? Creio que tão bons como os brancos, respondeu.

E, depois de uma grande pausa, acrescentou: Lembras-te daquele livro inglês intitulado: «Os horrores da Grande Guerra», cuja edição uma sociedade filantrópica inglesa comprou quase totalmente, para a queimar?...

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS DOS BANTOS

Os indígenas, em que predominavam os elementos essenciais da civilização etiópica, e era o caso dos de Angola, não cultivavam o desenho

e a pintura. Pouco mais se encontram do que figuras ornamentais geométricas em tecidos, em utensílios e em portas e colunas.

Tudo leva a crer que as extraordinárias pinturas rupestres, que foram descobertas na Europa e no norte e no extremo sul da África, teriam em épocas passadas coberto todo o continente negro. Creio que em Angola nunca se encontraram vestígios dessas imagens. A sua destruição, se é que existiram, foi completa por parte dos povos invasores ou talvez por qualquer revolução de natureza iconoclástica, que subverteu a civilização, caracterizada pelas imagens rupestres. Mas as suas manifestações artísticas como escultores são verdadeiramente notáveis.

Que esplêndida colheita de objectos de arte poderíamos ter feito, nós os portugueses, após a descoberta da costa da Guiné, de Angola, e do resto da África. Os indígenas de África iam acumulando, ao lado do antigo, o que a sua arte ia criando de novo ou que doutras civilizações lhes vinha; mas essa enorme riqueza artística foi quase por completo destruída pela civilização europeia.

Algumas das poucas terras cotas que conheço, quase todas representando cabeças de mulheres, têm uma expressão de grande serenidade. A maior parte das esculturas africanas dá-me, porém, a sensação de decadência e, por vezes de ingenuidade bárbara. Mas, de quando em quando, surgem coisas que empolgam: uma atitude de mulher, o gesto firme e sereno, quase hierático de um chefe. E fica-me a impressão de que a estatuária africana se elevou, em tempos idos, a um alto grau de emotividade.

Um estudo mais completo da escultura angolense, uma colheita feita mais em profundidade do que à superfície, o exame dos milhares de objectos que se encontram reunidos em diversos museus fará por certo distinguir o antigo do moderno, o original da cópia, o que são manifestações da arte como expressão de uma civilização ou apenas tristes manifestações de decadência.

Angola e o seu interior, até tocar nos grandes lagos, é a região da África onde se tem encontrado o maior número de estátuas e máscaras. Mais uma razão para nos lançarmos a ganhar, tanto quanto possível, o tempo perdido durante séculos e compensar a destruição de esculturas que se consideravam ídolos e objectos maléficis e com que fizemos em terras de África simbólicos autos de fé.

Mas a grande manifestação da arte africana são os contos.

Frobenius classifica-os sob o título de «Poesia, essência particular da África».

Para apreciar esta poesia e o que nela há de expressão das civilizações africanas e das suas transformações sucessivas, o único meio é ler os contos que tiverem sido recolhidos, já que, cada vez menos, poderemos ter a ventura de os ouvir e compreender, quando contados por indígenas.

Todas as noites (só de noite é permitido contar contos nas aldeias bantos) se reúnem em torno do fogo os homens, as mulheres e as crianças para contarem e ouvirem contos. Uns contam sempre o mesmo, outros sabem seis, dez ou vinte. Os mesmos contos variam ao contar, segundo o narrador. Se é um poeta que fala e sabe dizer graciosamente, como acontecia com a preta Chiguijane, diz-nos Junod, os contos mais insignificantes se transformam em belos poemas. Todas estas histórias de animais, de crianças abandonadas, de gatas borrarheiras, de homens cruéis vem da humanidade primitiva. Quase sempre nesses contos a fraqueza vence a força. Os pequenos animais vencem, pelos seus ardis, o leão e o elefante e outros «grandes» da selva; a pequenita desprezada, o pastor humilde, o filho da esposa expulsa do lar, acabam sempre por sair da sua miséria, graças a feitos que ninguém deles esperava. E por esta forma desenrola-se nos contos bantos a constante aspiração humana de uma vida de justiça.

Em face dos contos, que todas as noites se erguem nas aldeias dos bantos, «como se fossem as orações da noite dos indígenas» dizia uma preta convertida ao Cristianismo do seu papel na vida das tribos, do seu mérito literário e do seu valor moral e filosófico, temos de reconhecer uma vida artística superior nestes habitantes de África, um dom de arte, em alto grau manifestado.

Já há anos e anos tinha dito que carecíamos da colaboração dos indígenas de Angola para tornarmos realidade os nossos altos e patrióticos intuítos; já, repetidas vezes, tentei mostrar que essa colaboração em nada nos deslustraria, dada a humanidade fundamental da sua civilização. Agora, depois do que acabo de dizer sobre as suas faculdades artísticas, mais evidente se toma a minha tese.

Na nossa obra de colonização secular, se é certo termos despejado males sobre a vida dos indígenas, certo é também que grandes benefícios espirituais e materiais lhes levámos. Foi duro e por vezes cruel o período de preparação, mas findo ele, entrámos, resolutamente e como ninguém, na época de restituição e de reparação aos indígenas pretos, nossos companheiros de trabalho em África.

OS DIREITOS SOBRE AS TERRAS

A concepção indígena do direito sobre as terras de cultivo, pastagens e florestas, é muito difícil de exprimir com rigor na nossa linguagem jurídica, incapaz de descrever instituições, que não se encontram análogas entre as da nossa civilização.

Será com esta convicção e com os elementos que consegui colher sobre a maneira como a terra ocupada por nós, desde remotas eras, tem reagido sobre os indígenas de Angola, que vou tentar dar uma ideia dos direitos dos bantos sobre os terrenos que por qualquer forma aproveitam.

O princípio fundamental é a ausência de propriedade individual. No fundo das coisas e através das idades, Descortina-se até a ausência da propriedade comum ou de qualquer espécie de propriedade sobre a terra.

Para o banto a terra é como o ar ou a luz, é de todos e não é de ninguém. Daí os fáceis deslocamentos e emigrações, a indiferença com que olham as grandes explorações agrícolas e pecuárias dos brancos. «Nunca faltará ar para respirar, nem terra para cultivar» — diz o banto.

Não há dúvida que, após longos períodos de permanência de uma sociedade banto na mesma região, esta mentalidade se modifica, e principiam a dar-se reacções quanto à posse da terra, que nos parecem semelhantes às experimentadas pelas sociedades europeias, mas que estão longe de o ser. Os europeus que entraram em contacto com as sociedades bantos diziam que estas e aquelas terras, compreendidas entre certos limites, pertenciam, ora aos mochingos, ora aos dembos, ora aos ovampos, etc. Após o conhecimento mais íntimo destes povos, afirmaram que eles se encontravam divididos em diversos agrupamentos populacionais, a cada um

dos quais pertencia a propriedade de uma área maior ou menor de terras divididas por famílias ou grupos de famílias. Nenhuma referência existe, porém, a qualquer propriedade individual o chefe indígena diz: «a terra é minha», mas sempre como representante da colectividade. Estas expressões de propriedade colectiva ou comum foram sempre mal interpretadas pela nossa mentalidade jurídica: por um lado, queriam elas indicar apenas a conquista, a ocupação, e, sobretudo, a exclusão doutros povos, tribos, classe ou famílias; por outro lado, a posse dos frutos das árvores, direitos à caça e à pesca, exclusivos de culturas, de exploração de salinas, etc. A terra propriamente dita continuava a ser *res nullius*. Após a vitória, o povo ou a tribo conquistadora ocupava uma extensão de terra, definida por limites naturais e dizia, indicando esses limites, até aqui mando eu, até além é meu, querendo apenas significar que outro povo ou tribo não poderia caçar, pescar, colher frutos, cortar árvores, cultivar ou edificar dentro daqueles limites, e mais nada. E estes direitos eram exercidos pela comunidade, representada pelo chefe respectivo.

Se passarmos a examinar o cultivo da terra, verificamos que são às famílias ou grupos de famílias que agricultam determinadas áreas que, em distribuições e redistribuições sucessivas, lhes couberam em lote. Por vezes, nos pequenos agrupamentos populacionais existem pequenas glebas (arimos) cujo cultivo pertence exclusivamente a uma família e até a cada uma das mulheres do chefe da família. Estes direitos ao cultivo de determinadas áreas adquiriram-se por sucessão, mas nada têm eles com o direito de propriedade sobre a terra. Os cultivadores não podem alienar de modo algum a terra que cultivam, e nem sequer ceder a outro o seu direito de a cultivar. Se deixam de ser cultivadas, estas glebas voltam a ser ou a poder ser utilizadas pela comunidade e sobre elas exercerá o chefe o seu privilégio de distribuição.

VIDA SOCIAL E POLÍTICA DOS BANTOS

Quem teve ocasião de tomar contacto com as populações indígenas de Angola e de visitar as suas povoações nota, desde a primeira visita, que nas veias dos chefes e dos seus parentes corre sangue diferente do dos restantes

habitantes. As diferenças etnográficas são por vezes muito grandes e revelam que, através das idades, houve o cuidado de subtrair as famílias reinantes à mistura de sangues, principalmente com as raças dominadas nas épocas das emigrações e conquistas. Muitas vezes se notam também diferenças de vida entre os chefes e os seus subordinados: é assim que sobas de Angola vivem em casas circundadas de vastos terrenos, onde é proibida a entrada, dotadas de obras defensivas, que as diferenciam das habitações do povo.

O que se pode colher da tradição oral, quando queremos perscrutar a grande migração *muato-ianvua* e a penetração destes bantos no território de Angola, mostra-nos que um grande povo, tendo à sua frente um rei de sangue sagrado (tabu, protegido pela magia) e uma família sagrada, desceu para norte, ao longo do Cassai e avançou depois para oeste.

Este povo fragmentou-se antes da travessia do Cassai e fixou-se em terras diversas. À frente de cada grupo estava um membro da família reinante. Sofreram esses grupos transformações profundas, devidas principalmente a cruzamentos, mas também ao clima, ao predomínio, na sua actividade, da caça, da pesca ou da agricultura; mas a família de cada chefe conservou-se através do tempo quase sem modificações nas suas características étnicas.

As consequências políticas deste facto tiveram grande influência na história de Angola.

Os povos bantos viviam, socialmente, sobre uma organização colectiva. As pessoas e os bens estavam inteiramente subordinados à colectividade. É assim o angariamento de trabalhadores indígenas não podia ser feito individualmente. As autoridades ou os colonos brancos que desejavam mão-de-obra indígena tinham de se entender com a colectividade, representada pelo chefe indígena ou pelos seus ministros. Quando principiou a fazer-se o contrário disto, quando os angariadores brancos passaram a tratar directamente com os indivíduos, quer usando de violências, quer de ameaças, quer de dádivas, a colectividade indígena entrou em decomposição. O indivíduo quase não existia nas sociedades bantos, a não ser como chefe de família. Pertencia ao grupo, existia por intermédio do grupo, era protegido pelo grupo. Se um indivíduo do grupo era ultrajado, ferido, morto ou roubado, a ofensa era feita ao grupo e, portanto, ao chefe que o

representava. O agressor indenizava o grupo e não o indivíduo agredido ou a família do assassinado. As concepções individualistas dos europeus foram naturalmente, uma das principais causas de desagregação das sociedades bantos.

O povo limita o poder dos chefes por duas maneiras: pelo «conselho dos antigos» — que tem de ser ouvido em todas as questões importantes — e pela escolha de chefes de família, que, em maior ou menor número, não são aparentados com a do chefe, para o desempenho de altos cargos públicos. Em circunstâncias graves, como um caso de guerra ou de uma emigração em massa, todo o povo tem de ser ouvido.

O povo banto é obrigado a pagar imposto ao chefe e a tomar parte nas guerras. O tributo era, em regra, suave, deixando de o ser somente quando se tratava de povos conquistados. Tomava o imposto, muitas vezes, a forma de imposto em trabalho, tendo em vista a urbanização das residências dos chefes, a construção, conservação e reparação dos caminhos e a limpeza das aldeias.

A família banto é o organismo mais robusto e mais nobre das sociedades bantos. O homem só adquire todos os seus direitos sociais e políticos, só é homem livre, após o casamento. A mulher é respeitada e se pelo casamento contrai obrigações perante o marido, que principalmente consistem em aliviá-lo de todos os trabalhos domésticos e de grande parte dos trabalhos agrícolas, não significa isto que passe à condição de escrava, de propriedade do homem com quem casou. Está sempre protegida pelo dote que o futuro marido paga à família da mulher. Se o marido não cumpre os seus deveres para com a sua mulher, ela regressa à sua família; se é a mulher que não cumpre os seus deveres, de que os principais são dar à luz filhos, tratá-los convenientemente e trabalhar na medida das suas forças, o marido expulsa a mulher e tem direito a receber o dote que pagou.

Dizem alguns autores que o chefe da família banto tinha o direito de vender os filhos; mas talvez se tratasse apenas de casamento das filhas, da colocação dos filhos em casas doutrem, pois não vejo isto confirmado nas sociedades bantos dos territórios por nós ocupados.

A família indígena é mais complexa do que a nossa. Os filhos são nela mais protegidos do que entre nós. Têm como pais e mães todos os

ascendentes e todos os colaterais do pai e da mãe, a que dão, como aos pais, os nomes de pai e mãe.

A existência dos escravos nas antigas sociedades bantos é assunto que tem sido muito debatido. Parece terem existido sociedades bantos, onde nunca houve escravos; outras onde havia apenas escravatura doméstica; e raras foram aquelas onde existia o tráfico de escravos. A escravatura doméstica existia, porém, em quase todos os agrupamentos bantos. Não havia escravos da comunidade, pois eles pertenciam sempre a chefes de família.

O que tive principalmente em vista, ao fazer esta difícil e incompleta digressão na pré-história dos bantos, foi mostrar que os portugueses que ocuparam Angola não encontraram na sua frente povos desprezíveis e inferiores, simples e atrasados grupos de indivíduos sem instituições sociais e aonde não existiam famílias dignas deste nome, e que, pelo contrário, se viram em frente de sociedades com instituições bem definidas, às quais não cabiam, inteiramente, o nome de «primitivas» e, de modo algum, o de «selvagens». As instituições que regiam as sociedades bantos, eram diferentes das nossas, a mentalidade colectiva e individual dessas colectividades não se podia equiparar à de que éramos dotados, mas, sem dúvida, as de seres que de há muito tinham surgido da animalidade e atingido um apreciável estado de dignidade humana, quer individualmente, quer colectivamente. Cruéis muitas vezes, cheios de superstições, dominados por práticas de magia, que a civilização cristã tinha afastado de nós, pouco a pouco, não eram, sob estes pontos de vista, inferiores às sociedades europeias dos primeiros tempos históricos e a algumas colectividades medievais.

O banto, homem livre e chefe de família, não embrutecido pelo álcool ou quebrado por um trabalho violento, aparece-nos como homem inteligente, ainda que com concepções e modos de raciocínio diferentes dos nossos. Faltava-lhes a escrita, esse admirável meio de desenvolvimento intelectual, que atinge não somente a parte culta das comunidades, mas também os analfabetos. Era essa falta, em grande parte, substituída por uma intensa tradição oral, que as longas conversas das aldeias indígenas, prolongadas até altas horas da noite, num repisar constante dos mesmos

factos e episódios, mantêm indelevelmente. São homens de réplica pronta e espirituosa⁽⁸⁾, notam com admirável facilidade o lado cómico das coisas, apreciam com justiça o valor moral dos europeus, discutem com curiosa dialéctica e têm apreciações que patenteiam bom senso e sã filosofia. Revelam sentimentos análogos aos nossos. O orgulho e a altivez, a humildade e a submissão, a amizade e o amor, a dedicação e a fidelidade, o heroísmo e a covardia, a generosidade e a avareza, a vaidade, a perfídia, a crueldade, a grandeza de ânimo, a dignidade e a baixeza humanas encontram-se nos bantos, como nos brancos. São superiores a nós na resistência à fadiga e mais pacientes. Chamá-los preguiçosos é uma injustiça. Não trabalham, naturalmente, pelo amor do trabalho e apreciam as horas de descanso, mas exercem nas suas aldeias e nos seus campos a actividade que as suas necessidades exigem. Dizer que o banto do sexo masculino nada faz e vive exclusivamente do trabalho das mulheres e dos escravos, também não é justo. Na família banto, onde nem sempre há escravos, e onde as mulheres não constituem rebanho, ao chefe da família cabem, é bom repeti-lo, os trabalhos mais rudes da pesca, da caça, da derruba das árvores, da construção da habitação, da vigia das culturas, do transporte de grande parte dos produtos agrícolas para as feiras e mercados. A distribuição do trabalho é humana e racionalmente feita na família banto, como acontece nas nossas famílias de cultivadores rurais.

Que espectáculo nos apresentam pois as sociedades bantos? Agregados de seres inteligentes, sem o conhecimento da escrita, mas falando, por vezes, com notável eloquência uma língua dotada de considerável flexibilidade, possuindo uma indelével, uma forte e rica tradição oral, vivendo em comunidades, cuja organização se pode classificar como colectivista, no sentido de pertencerem ao património comum a maior parte, senão a totalidade, das terras, dos gados, e, por vezes, das próprias alfaías e outros bens móveis, conseguindo desta forma que estes valores se não concentrem nas mãos de uma parte da

⁽⁸⁾ Um preto de Angola a quem perguntaram se queria ser branco ou continuar a ser preto, respondeu: «Rico, preferia ser branco; pobre, antes quero continuar a ser preto».

população, com prejuízo das outras, e que, não havendo o que se chama riqueza, também não haja o que se chama pobreza.

Uma família reinante, que a tradição arvorou em sagrada, e que soube conservar no seu organismo quase sem misturas, o sangue dos antepassados que foram os guias das primitivas e grandes migrações, e que vai permanecendo, pelos séculos adiante, à frente dos diversos grupos demográficos, mas cujo valor é, como disse, limitado pelo facto de grande número de altos cargos serem desempenhados por indivíduos que não pertencem a essa família, pelo «concelho dos antigos», pela assembleia do povo e pela crença na intervenção constante dos manes em todos os assuntos de peso, que respeitam à vida nacional, social ou familiar.

Uma religião pouco absorvente, nada terrorista, sem poder clerical, sem templos, nem ídolos, pois que a crença absorvente na sobrevivência temporária dos mortos pouco lugar deixa para especulações de carácter religioso; quase uma ausência de religião; mas, infelizmente, existe a magia que tudo envolve, por vezes em terrível excesso, explorada por feiticeiros, escurecendo, perturbando a vida inteira dos bantos.

Possuem uma forte e sã organização da família. A existência de uma numerosa classe de homens livres, a não existência da escravatura ou a sua redução à escravatura doméstica, o respeito pelas mulheres, os cuidados que com elas há antes e depois dos partos e o facto de muitas vezes a mulher exercer lugares de chefes soberanos nas comunidades bantos dá-nos uma ideia da civilização destes povos. São dotados de inteligência aberta, ávidos de conhecimentos e de ideias novas nada intolerantes, nem exclusivistas.

Foi esta a gente que os primeiros portugueses encontraram no Congo, e que de tão perspícaz maneira souberam apreciar e compreender, nas primeiras décadas da ocupação.

Mais tarde as coisas mudaram, em grande parte, por nossa culpa, por defeitos, cobiças e intolerâncias nossas, mas também por entrarmos em contacto com raças, também bantos, mas, sem dúvida, diferentes das que encontrámos no território do Congo.

Alguma coisa terei de ir buscar aos meus apontamentos e ao meu «diário», para tentar definir o tão complexo banto, a sua atitude, a sua mentalidade.

Que é minha convicção terem sido os pretos africanos, desde os primeiros passos que demos no caminho das descobertas, muito apreciados por nós, mostram-nos as seguintes passagens de uma conferência que há muitos anos fiz:

«Tiveram os indígenas das terras, que os portugueses descobriram e ocuparam na costa ocidental da África, grande influência na vida portuguesa, a partir dos meados do século XV⁽⁹⁾. Entenderam as cortes de 1472-73 que não devia deixar-se que levassem para fora do reino os escravos que vinham da Guiné, que nem El-rei desse tais licenças; e se algumas tinha dado que as revogassem, porquanto estes escravos faziam grande povoação do reino e eram causa de se fazerem terras novas, romperem-se os matos e abrirem-se pauis, e de outros proveitos». O rei respondeu que «segundo a multidão dos ditos escravos, maior proveito se segue de serem levados e vendidos fora do reino, por causa dos mores preços que por eles dão. Mas por seus reinos primeiramente serem providos, há por bem, e manda que qualquer pessoa que escravos da Guiné trouxer, venha primeiro, a seus reinos com eles e daí os possa levar para fora por sua licença, sob pena de quem o contrário fizer, perder os escravos e haver outra pena qual ao rei aprouver»⁽¹⁰⁾.

Portugal encheu-se de escravos dos dois sexos que eram empregados em diversos misteres, em serviços públicos e domésticos, em trabalhos agrícolas e industriais, em vários ofícios e profissões. A breve trecho principiou, porém, a sua exportação. Era mercadoria rica, que bem se vendia, principalmente em Castela. Entrava em troca dela ouro em Portugal, mas esse ouro saía rapidamente do país, em consequência das suas condições económicas, da sua fraca e deficiente produção, e assim, desde o início, não tirou a nação, do trabalho dos indígenas africanos, todo aquele proveito que reclamavam os bons procuradores das cortes de 1472-73.

⁽⁹⁾ O primeiro carregamento de escravos da costa de África foi de Lançarote, escudeiro do infante D. Henrique. Chegou a Lisboa em 1443 e era constituído por 235 presas. Lúcio de Azevedo «Épocas de Portugal Económico», p. 71.

⁽¹⁰⁾ Gama Barros, «História da administração pública em Portugal nos séculos XII e XV» Tomo IV, p. 384.

Outra coisa se não podia esperar desde que aqueles pretos fossem comercializados. Pelos séculos adiante concorreram as mercadorias das colónias portuguesas para a riqueza de muitas nações. Em Portugal pouca riqueza fixaram.

Certo é, porém, que os pretos de África muito auxiliaram a Nação portuguesa, na crise que ela atravessou, após o período das descobertas, e sem dúvida muita influência tiveram, boa e má, na mentalidade e na formação da actual raça portuguesa.

Ressalta a influência dos africanos evidente, notável e grandiosa, na história do povoamento e da organização do Brasil. Sem os indígenas de África não teria podido Portugal ser o criador de uma das maiores nações da América.

Basta dizer nesta ocasião que, entre 1550 e 1850, entraram no Brasil muitos milhões de pretos de África. Quantos ao certo não o sei.

A história de Angola, é, até aos nossos dias, principalmente a história dos povos africanos que a habitaram, antes e depois da «descoberta».

Terá, evidentemente, essa história de narrar e analisar as mútuas reacções que se deram entre portugueses e indígenas, depois da chegada de Diogo Cão ao Congo, a transformação que a presença de portugueses provocou nas populações angolenses, o bem e o mal que lhes levámos; mas o fundo dessa história será sempre o indígena.

A influência dos pretos de Angola na acção de variada forma e natureza que os portugueses exercem e estão exercendo naquela região, ainda não foi bem estudada, medida e avaliada. Constitui essa influência a origem da maioria das nossas dificuldades e insucessos, mas também a ela devemos, em grande parte, o brilho incontestável da administração portuguesa em Angola. Três exemplos, apenas, de casos em que tomei parte nos meus tempos de administrador colonial.

O insucesso que até hoje têm tido, em Angola, quase todas as tentativas de colonização branca, tira a sua principal origem da existência dos povos indígenas. Essa colonização só tem sido possível, ainda que sem características completas de povoamento europeu, nas terras de Moçâmedes, donde os pretos tinham já desaparecido à chegada dos colonos brancos, e nas da Huíla, donde os bóers os fizeram desaparecer.

Colônias de brancos, estabelecidas em regiões habitadas por pretos, servidas por pretos, nunca se transformarão em povoamentos brancos; estão desde a origem condenadas e não vingarão, desde que se não modifiquem radicalmente os sistemas de colonização branca até hoje empregados.

Se quisermos povoar determinadas regiões de Angola com famílias das nossas aldeias, teremos de separar inteiramente, por leis inflexíveis, o branco do preto. Lado a lado, pretos e brancos, dar-se-á sempre uma reacção em grande parte inconsciente, umas vezes suave, outras dolorosa, que produzirá o desaparecimento dos adventícios. No Brasil, as circunstâncias eram bem outras e diferente a colonização que lá fizemos, daquela que podemos e devemos fazer em Angola.

A construção das estradas em Angola só foi possível porque, desde o início, os indígenas a viram com bons olhos, a abraçaram, a tomaram como coisa sua, feita para bem deles e das suas terras. O aspecto humano dessa obra foi por eles inteiramente compreendido.

Estava eu em Angola, aí por 1913, quando me anunciaram o repatriamento de velhos trabalhadores de S. Tomé. Coisas tristes do passado, que não se darão mais...

A longa ausência tinha-lhes feito perder todos os laços de família e de comunidade. Eram algumas centenas, homens, mulheres e crianças, e resolvi estabelecê-los em terras desabitadas, onde fizessem surgir aldeias e culturas florescentes. Depois de várias consultas e informações, fixei a minha escolha em terras situadas a uns duzentos quilómetros para leste de Luanda, próprias para culturas diversas, mas não cultivadas e sem nenhuma habitação.

Poucos dias depois, procurou-me em Luanda um grupo de indígenas, que me veio dizer que eu lhes ia tirar as suas terras para as dar a outros homens, gente estranha à sua que ninguém sabia quem era.

Respondi-lhes que a terra não era deles, pois que não a habitavam nem a cultivavam; que todos sabiam em Angola que eu respeitava e fazia respeitar sempre as habitações e as culturas dos indígenas, deixando à roda delas grande campo para novas habitações e novas culturas; mas que as terras onde não havia vestígios de qualquer ocupação eram do Estado que delas podia fazer o que entendesse.

Ouviram atentos e voltaram para as suas aldeias.

Tinha passado pouco mais de um mês depois desta audiência, quando tive conhecimento de que o anunciado repatriamento estava para breve. Seguiu para o local escolhido um dos funcionários que me tinham acompanhado no meu reconhecimento do terreno, afim de dar início aos trabalhos necessários. Voltou dias depois para me comunicar que, na grande área que tínhamos percorrido, não encontrara um palmo de terra inculto. Os pretos, apesar do adiantado da estação das sementeiras, tinham lavrado e semeado, feito plantações diversas e construído dezenas de palhotas, reunindo-se em massa e trabalhando de dia e de noite. Obrigaram-me, assim, a desistir do meu propósito de fixar naqueles terrenos os repatriados de S. Tomé...

Mostram estes exemplos, e tantos outros que podia apresentar, que nos encontramos em face de povos que, quase sempre, sabem o que querem e o que lhes convém, tal e qual como nos acontece a nós.

Na apreciação dos povos é necessário, porém, ter o maior receio dos exageros; e nada há tão propício ao exagero como o elogio e a maledicência.

Dois labéus se assacam à civilização africana, e principalmente àquela das suas manifestações que mais nos atraí e que mais sentimos nossa, a organização da *gens etiópica*. São eles o desconhecimento da escrita e as práticas de canibalismo.

Não há dúvida de que classes privilegiadas, que se diferenciaram nos meios sociais de uma civilização haimítica já muito adiantada, conheceram caracteres picturiais ou figurativos e deles se serviram para escrever. Nos africanos de civilização etiópica primitiva parece ser certo que nunca se empregou a escrita. Para que era ela precisa na vida simples e isolada? Nenhum desdouro lança esta ignorância sobre a civilização destes homens, em nada diminui ela a sua inteligência e as suas faculdades artísticas. Mais escultores do que pintores, difícil lhes teria sido inventar a escrita pictural. Mas quem sabe se a escultura, que encontramos na África de civilização etiópica em número infinito de formas e de representações, não teria servido, antes da decadência, para arquivar acontecimentos e ideias e para fazer a sua transmissão a distância.

Quanto ao canibalismo, qual é a civilização inicial que o não praticou?

O conhecimento que temos de canibalismo dos africanos, mostra-nos que ele constituiu sempre uma excepção, sendo raras as tribos que o praticaram. As práticas de canibalismo nas tribos antropófagas eram em muito limitado número em cada ano e sempre consequências de fomes, de guerras ou de profundas dores sociais. Essas práticas revestiram-se sempre de cerimónias, rituais, que as colocavam fora da esfera dum acto vulgar e habitual da vida da comunidade. O canibalismo era sempre um acto praticado pela comunidade e nunca pelo indivíduo isolado.

O meu propósito ao escrever o que acaba de se ler não foi o de me abalancar a um ensaio sobre o continente africano e sobre alguns dos povos que o habitam. Sei quantos anos de aturado e quase exclusivo estudo são necessários para se ser um bom geógrafo e um razoável etnógrafo.

O meu único fim foi mostrar que apliquei parte do tempo que me sobrava do exercício das minhas funções de administrador e governador de uma grande província portuguesa, situada em terras de África, ao estudo, à observação e à perscrutação dessa terra e dos seus habitantes.

Creio que me serviu para alguma coisa, apesar de muito limitado e incompleto, o que sobre tão complexos assuntos consegui aprender nas horas escassas que, nos muitos anos da minha vida, me foi possível dedicar-lhes.

(Página deixada propositadamente em branco)

TERCEIRA PARTE

ÁFRICA POLÍTICA

(Página deixada propositadamente em branco)

OBSERVAÇÃO PRÉVIA

Quase tudo que vão ler nesta terceira parte deste livro diz respeito à situação internacional da África. Escritas estas linhas, de princípios de 1935 em diante, podem elas ser consideradas como resumos e conclusões do que, atento e preocupado, ia lançando no meu «diário» e, como avisos, ia, em parte, publicando quase semanalmente. São apreciações, na maior parte, de aspectos do passado, que, curiosamente, se conservam quase intactos nestes dez anos de aparentes transformações. Constituem pedaços de História como a *vi* ou interpretei.

Por todas estas razões, e ao contrário de outras coisas já publicadas ou a publicar, terão estas de ser datadas e de aparecer neste volume por ordem cronológica.

Na data em que estou escrevendo, princípio de 1944, sabemos todos que, ao iniciar-se esta Segunda Grande Guerra, a África do Sul esteve, por um triz, a lançar-se numa equívoca neutralidade. Desviou-a desse caminho o génio de Smuts, e creio que a África inteira e a sua unidade ficaram devendo um grande bem a este notável homem de Estado. Foram feitos desta natureza que criaram o mito de Hércules: o alto espírito da Hélade, encarnado num homem superior.

Que teria sido esta guerra, com a África do Sul a dizer-se neutral, a constituir-se em campo aberto a todas as dissensões, e em recipientes de cultura de intrigas, de propagandas e de manobras políticas as mais diversas? Que seriam hoje o Congo Belga e as colónias portuguesas, e, também, as colónias inglesas e francesas? Tudo teria sido bem diferente do que foi nestes últimos quatro anos.

Mas, também, o que vai ler-se, dará conta da impressão profunda que senti nos anos que decorreram de 1916 em diante, ao observar o egoísmo e o descaro sem nome com que, em vários sectores do mundo, se faziam projectos destinados a conseguir expansões pacíficas, a evitar guerras, a tornar possíveis grandes aventuras financeiras, tomando sempre por base o retalhar ou a absorção das nossas colónias de África. Ainda, como adiante direi, não tinha acabado a Grande Guerra e formidáveis atentados contra o propriedade alheia, contra nós, se preparavam. Vem essa preparação e, em grande parte, a sua execução, de há mais de um século, e tem sido ela o pesadelo da minha vida. É natural que a expressão dessa pesada e constante preocupação seja uma das mais vivas partes das minhas «Memórias», o fundamento da mais valiosa parte dos meus «Trabalhos».

Partidário acérrimo da Aliança Anglo-Lusa, sabendo bem quais os males que têm resultado de influências estranhas à nossa nacionalidade, nos terem, por vezes, levado a afastarmo-nos dela, nunca esqueci, porém, que alianças desta natureza careçam de ser continuamente fortalecidas e dignificadas e que, para tanto, é indispensável que se mantenham intactos, não somente a mútua lealdade, mas também, por parte de todos os cidadãos das duas nações, o respeito pelos direitos e pelos altos interesses de cada aliado.

Também tenho seguido com a maior simpatia e admiração o esforço da nova nação que, com tanto brilho, está crescendo no extremo sul da África. Do seu desenvolvimento e da sua prosperidade só bem pode vir para o continente negro e, portanto, para as duas grandes províncias portuguesas, de Angola e Moçambique. Mas é natural que tenha querido indicar, pela minha vida fora — contemporânea daquele admirável crescer de um povo — quanto a política africana se vai modificando com a importância, cada dia maior, da União da África do Sul, e tenha tentado lembrar, na véspera de alterações nas relações dos povos, quanto nos deve, a nós portugueses, a civilização da África.

A ATITUDE DA ÁFRICA DO SUL

Dentro de um século a África pesará no mundo como pesa hoje a América. Produzirá esse aumento de influência económica e espiritual,

transformações de vulto na organização social da humanidade, pois que, de facto, os desvios do centro de gravidade alteram sempre a força resultante dos sistemas em que se dão.

Que uma grande transformação se iniciou no continente africano no último quartel do século XIX, ninguém o pode pôr em dúvida; que as coisas de África estão a exercer influência cada vez maior na política das diversas metrópoles, que souberam apropriar-se de territórios africanos, e noutras nações também, mete-se pelos olhos dentro.

Acabo de ler três discursos, pronunciados na África do Sul, que, sob diversos aspectos, são dignos de ser conhecidos e que justificam a asserção que acabo de fazer.

Realizou-se, em Fevereiro de 1935, no Cabo, a «Conferência da Imprensa Imperial», em que tomaram parte delegados da Inglaterra e de todos os domínios do Império Britânico.

Depois do discurso, pragmático e apagado do governador-geral, o Sr. Pirow, ministro da Defesa do governo da União Sul Africana, disse palavras que, por certo, fizeram tremer os pilares do império e levantaram dúvidas sobre a cimentação e a estabilidade, a que se referira, nos termos protocolares, o governador lord Clarendon:

«Muito deveis estranhar, senhores jornalistas, que os representantes da África do Sul, que acabam de responder, negativamente, a uma proposta de separação, da África do Sul do resto do Império, venham dizer-vos, pela minha boca, que não desejam tomar parte em qualquer projecto geral de defesa imperial».

Foram as primeiras palavras. Outras seguiram, reforçando-as:

«Hoje, quando nós somos plenamente senhores dos nossos destinos, posso dizer, sem receio de contradição, que não existe na África do Sul qualquer sentimento antibritânico. Mas, se uma nova guerra rebentasse além-mar e se o governo tentasse obrigar-nos a participar nela, graves desordens se produziriam na África do Sul, que possivelmente, se transformariam numa guerra civil.»

Nada de mais claro e de mais terminante. Não vamos, porém, imaginar que estamos em presença de um povo de idealistas, que creia que se pode viver sem defesas militares. O Sr. Pirow esclarece:

«O fim que principalmente temos em vista na organização da nossa defesa, não é a preparação para a guerra, mas unicamente a nossa segurança. Carecemos de uma garantia de cem por cento, contra qualquer ataque ao nosso território.»

«O fim da Marinha de Guerra inglesa, não é proteger-nos a nós, mas sim à navegação e ao comércio britânicos, e é por isso que não queremos contribuir para essa marinha. Mas, por outro lado, estamos a tratar intensivamente da defesa das nossas costas marítimas e a montar a nossa aviação civil, por forma que com ela possamos contar para a defesa de todo o território.»

E o Sr. Pirow, dirigindo-se, mais uma vez, aos jornalistas presentes, disse-lhes:

«Por certo vos admirais que serviços tão pacíficos, como os da aviação civil, estejam sob as ordens do ministro da Defesa. A África do Sul considera de tremenda importância a guerra no ar. As nossas forças aéreas são o elemento primordial da nossa defesa, e a nossa aviação civil é largamente e deliberadamente subordinada às necessidades militares. Bem sei que a Inglaterra tem uma política diferente da nossa, no que respeita à sua aviação civil.»

A parte principal do discurso do Sr. Pirow foi esta de que acabo de dar os tópicos principais. Mas dois outros assuntos tocou, que merecem a nossa atenção de nação com largos territórios em África.

Abordando o problema nativista, o ministro da Defesa afirmou que uma grande parte da África estava hoje transformada numa parada de nativos militarizados. Por outro lado, metade da África seguia uma política indígena de assimilação que incidia principalmente sobre as instituições militares. Juntava-se a tudo isto a emigração asiática, que, em formidável corrente, se estava dirigindo para a África.

As conclusões são fáceis de tirar, acrescentou:

— Se as nações partidárias da política de assimilação não cessam de organizar tropas nativas, idênticas as europeias, se não se levanta um dique, que se oponha à continuação da emigração asiática para a África, este continente encontrar-se-á, num futuro não muito remoto, inteiramente fechado à vida e à civilização europeias, e antes disso poderá acontecer que

outra guerra europeia ou uma vaga de fanatismo religioso provoquem em África um derramamento de sangue, sem precedentes, na sua quantidade e extensão.

Uma África cada vez mais afastada das contendidas europeias, uma África guarnecida com tropas euro-africanas, com as suas costas marítimas bem defendidas por meio de fortificações terrestres, minas submarinas e rápidas unidades navais costeiras, e dispondo de uma grande força aérea, tudo isto perante os indígenas inteiramente desarmados — é, sem dúvida, o plano dos homens da África do Sul.

Mas alguma coisa falta, e o Sr. Pirow deu-lhe o maior relevo, ao terminar o seu discurso. Surge, perante nós, mais uma vez, a aspiração dos afrikanders a uma doutrina de Monroe para a África.

Traduzo literalmente as palavras finais deste notável e curioso discurso:

«Continuava a esperar que, mediante o contacto da África do Sul com os seus vizinhos do norte, a África inglesa cristalizaria num sistema de grandes federações, ligadas pela mesma política indígena. Não era o momento de discutir se uma cooperação desta natureza conduziria ou não a uma African Monroe Doctrine, mas um dos aspectos dessa doutrina, tinha de ser imediatamente tomado em consideração. Queria referir-se à emigração asiática para a África. Se esta emigração se intensificar, o «problema da cor» complicar-se-á de tal maneira, que teremos de pôr inteiramente de parte a esperança de vermos na África futura, uma grande população europeia».

Respondendo ao discurso do Sr. Pirow o Sr. Malan, leader da oposição na «Casa da Assembleia» da União da África do Sul, declara-se inteiramente de acordo com a resolução do governo da União de não tomar parte em qualquer projecto de defesa geral do Império britânico. Procura atenuar a gravidade das palavras do ministro da Defesa, a respeito da Marinha de Guerra inglesa, dizendo que essa Marinha deve ser considerada como um elemento de protecção do comércio marítimo da África do Sul e que sem ela, dificilmente, se poderia impedir a emigração asiática para a África, que tanto estava preocupando os afrikanders.

Relativamente ao plano de defesa interna, apresentado pelo Sr. Pirow, e que em largos traços indiquei, levanta o Sr. Malan um pouco mais o véu.

Vejamos nas seguintes palavras o que nos importa ver:

«O programa da defesa interna liga a defesa da União com a de outras possessões africanas. Esta política, diz o Dr. Malan, neutralizará as vantagens de nos colocarmos fora de qualquer plano de defesa geral do Império britânico, visto que estas possessões pertencem à Inglaterra e a países estrangeiros e, desde que a África do Sul se preocupe com a sua defesa, não poderá deixar de ser envolvida na futura guerra europeia».

Mais uma vez aparecem as tendências de hegemonia da África do Sul. Noutras eras, Atenas conquistou essa hegemonia na Grécia, principiando por se encarregar da defesa geral contra os persas...

Os discursos destes dois notáveis homens públicos apoiam-se e completam-se, mesmo na sua aparente divergência. Ficou nitidamente definida, sob vários aspectos, a política interna da África do Sul. Um novo discurso em que se mostrasse que a política mundial continuava a interessar a União da África do Sul, no qual se corrigissem os excessos de isolamento preconizados pelo ministro da Defesa, tinha de ser pronunciado. Encarregou-se dessa tarefa o maior dos oradores, que hoje falam a língua inglesa, o general Smuts.

Foi recentemente inaugurado no Cabo o «Instituto Sul-africano de Negócios Internacionais». É curiosa a existência de um centro de estudos desta natureza, numa região onde os homens da minha idade viram florescer uma colônia inglesa e contemplaram a vida simples, bíblica e pastoril dos colonos holandeses. Foi nesse Instituto que se leu, há dias, o discurso que a doença impediu Smuts de pronunciar.

«A era de reclusão e de protecção acabou para a África do Sul. Somos uma nova nação que entra deliberadamente na vida internacional», foram as primeiras palavras.

«Tudo o que acontece no mundo constitui uma parte das forças e influências que, directa ou indirectamente, afectam a nossa vida nacional».

Os nacionalistas económicos e políticos, que tão grande expansão tiveram depois da Conferência da Paz, não destroem esta verdade. Hoje, mais do que nunca, estão as diversas nações sujeitas às influências do que se passa no resto do mundo.

Bem marcada a posição do seu país, abordou Smuts os grandes problemas internacionais.

Referiu-se, em primeiro lugar, à Liga das Nações «que é hoje a modalidade mais significativa das relações mundiais e que marca o advento visível e tangível de uma nova ordem no mundo, o despontar de uma alvorada, talvez nada mais, mas certamente uma alvorada indicadora do aparecimento, entre as nações, de um sistema que as ligue, em face de interesses colectivos. E quando um grande acontecimento, como este, aparece no horizonte da história, o mundo não pode voltar a ser o que foi».

Ouso no que se segue, misturar palavras, minhas com palavras de Smuts.

Se fizermos o balanço da actividade da Liga das Nações aparece-nos uma coluna de débito desanimadora. Os Estados Unidos são os primeiros a repudiá-la; a sua feição de uma liga de vencedores, a garantir as conquistas da guerra, em vez de cuidar da nova ordem do mundo; a impotência em face da invasão do Ruhr e, recentemente, no caso da invasão da Manchúria; a notificação de retirada de duas grandes nações; a falência, perante o problema do desarmamento... Mas no activo, além de uma obra notável, sob o ponto de vista humanitário, e da solução de conflitos internacionais, «eu vejo, diz Smuts, um facto que apaga tudo o que de mal se possa dizer contra a Liga. A Sociedade das Nações chegou finalmente. Nova, como é, principiou a funcionar e constitui hoje um mecanismo de civilização indispensável, necessário, inevitável».

E assim a Liga, na opinião de Smuts, depois de vários erros, falências e hesitações, encontrou a sua verdadeira missão, constituindo-se em salvaguarda e em força de propulsão, da civilização humana. Sem a Sociedade das Nações, o mundo terá de voltar à política do equilíbrio de poderes, a enormes armamentos nos campos opostos e, como consequência fatal, a uma nova guerra.

Mas uma Sociedade das Nações militarizada nunca poderia constituir um alto elemento de civilização. Desta opinião é também Smuts quando afirma que «a Liga não é um superestado, e seria a sua ruína e próximo desaparecimento investi-la dum poder militar». A acção da Sociedade das Nações terá de se exercer principalmente por meio de tratados ou pactos semelhantes aos de Lucarno.

Terminando este hino de fé e confiança na Sociedade das Nações, Smuts chama a atenção dos seus ouvintes para grandes perigos que ameaçam a paz do mundo e a civilização ocidental. Um desses perigos é a situação do Extremo Oriente:

«Enquanto a Europa, empobrecida pela 'grande guerra', incapaz ainda de atingir uma paz estável, se encontra dividida pelo conflito de princípios políticos fundamentais, um novo portento se levanta na Ásia, nesta imensidade que abrange a quarta parte do globo e donde tantas perturbações têm vindo para a humanidade. A Ásia, adormecida, está a acordar, agita-se de um extremo a outro. Dois terços da raça humana acabam de se pôr em movimento, ninguém sabe para onde».

A ocupação, pelo Japão, da Manchúria e do Jehol, a situação da China, a dissolução do sistema architectado pelos tratados de Washington a penetração económica do Japão, a atitude dos Estados Unidos, a possibilidade da sua cooperação com o Império britânico para a defesa, de uma civilização ameaçada, a nova constituição indiana, são tremendos problemas que Smuts focou com uma profunda análise. Mas para mim o mais importante, o mais digno de atenção é que, não se tendo feito, durante esta longa oração referência alguma à política internacional da África do Sul se sentia, atrás de cada período, a sua existência, a sua presença e a sua força latente. Uma nova nação, cheia de vida e de aspirações uma raça nova, a dos afrikanders, caminhando, como o Japão, «ninguém sabe para onde», inspirava o orador, ditava cada uma das suas palavras. Tive a ilusão de estar a ouvir a África a falar, de igual para igual, à Europa e à América.

A ATITUDE DA INGLATERRA

Muitas e azedas críticas se fizeram ao Sr. Neville Chamberlain pelos seus esforços e por tudo a que se sujeitou, afim de conseguir evitar ou adiar o mais possível a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha.

Talvez estas palavras minhas lancem alguma luz sobre tão estranha atitude. Estou certo de que raros são os homens públicos que tenham sofrido a amargura de Chamberlain.

Para o nazismo poder fazer a guerra, careceu de dar à unidade alemã a consistência de um bloco de aço. O Império britânico nunca atingirá uma unidade de natureza e as grandes crises que a História lhe traga poderão ser agravadas pela instabilidade imperial.

Quando Chamberlain caminhava para Munique, sabia, entre outras coisas, o que se estava passando na África do Sul, na Irlanda, na Índia e nos Estados Malaios. É difícil conjugar interesses diversos, quando há paz; em tempo de guerra só milagres de força, de energia e de prestígio são capazes de evitar a dispersão destruidora. Até hoje, milagres desses só os fizeram a antiga Roma e Londres com o Parlamento e a City. Unir indissolivelmente todas as partes do Império, fazer correr pelas antigas e por novas artérias, vivificador, o sangue anglo-saxão; criar interesses comuns; tornar a segurança de cada parte dependente da segurança geral, será indispensável para que a grandeza histórica da Inglaterra se mantenha.

Quando dou conta de discursos pronunciados na África do Sul por alguns dos seus homens públicos, mais representativos, não é, evidentemente, com o intuito exclusivo de deliciar os meus leitores com a oratória do Sr. Smuts, do Sr. Pirow ou do Sr. Malan.

O meu objectivo, com as transcrições e com os comentários que fiz, foi chamar a atenção dos meus concidadãos para a maneira de ver e de julgar de uma das já grandes e importantes democracias do mundo, — a União da África do Sul — no que respeita à política interna, à situação internacional e às suas relações com a metrópole anglo-saxónica.

Vimos pelas palavras do ministro da Defesa do governo da África do Sul, que este *domínio* inglês (se tal designação se pode ainda aplicar) não está de modo algum resolvido a associar-se à Inglaterra num plano de defesa comum do Império. A África do Sul tratará apenas da sua defesa e, para tanto, conta principalmente com ela.

Do discurso do general Smuts deduz-se, inequivocamente, que a África do Sul está resolvida apesar como nação na política mundial e que esse país tem a certeza de que as suas palavras e as suas resoluções são atentamente escutadas na Europa, na América e na Ásia.

É o aparecimento da África nos acontecimentos que se estão a desenrolar!

Tudo está indicando que mentalidades idênticas, ainda que sob modalidades diversas, predominam nos outros *domínios* ingleses.

E sendo assim fácil é compreender quão difícil complicada é a política da Inglaterra, em face das perturbações internacionais que se estão produzindo.

Nas primeiras horas decorridas, depois da Alemanha ter posto de lado as cláusulas militares do Tratado de Versalhes e de ter decretado o serviço militar obrigatório, em termos quase equivalentes a uma mobilização geral, Smuts telegrafa do Cabo para Londres dizendo que a Inglaterra tudo deverá fazer para manter a paz. Por certo os altos comissários dos *domínios*, espécie de embaixadores na metrópole inglesa, das democracias que, com a britânica, constituem esta curiosa e admirável Comunidade de Nações, não deixaram de manifestar o pensar idêntico de países novos, que carecem da paz, de homens em grande número e de dinheiro em grande quantidade para prosperarem. E, por certo, também os banqueiros da City, cujo papel principal, durante mais de dois séculos, tem sido ligar por fortes laços os interesses económicos e financeiros, comerciais e industriais da Inglaterra com os do seu vasto império, tendo a lúcida visão da possibilidade de manter um império mercantil, quando o império político se desagregue, não deixaram também de fazer ver, mais uma vez, aos dirigentes da Grã-Bretanha as consequências funestas que poderiam resultar para a Inglaterra de uma guerra, que ela não tivesse procurado evitar por todas as formas.

Muita gente, por esse mundo fora, se admirou ou fingiu admirar-se das hesitações da Inglaterra em frente da evidente provocação alemã, esquecendo-se de perguntar se seria coisa fácil para ela colocar-se imediatamente ao lado da França e da Itália, militarmente falando, quando tinha a certeza de que, na guerra que desse gesto podia resultar, as nações que, com ela, formam o Império britânico se deixariam ficar na situação de neutralidade. Tudo se terá de preparar, antes de mais, para que tal caso se não dê.

As nações que têm características imperiais, isto é, que são constituídas por várias e grandes extensões territoriais de civilizações diversas e sem as quais perderiam, em grande parte, se não totalmente, a sua razão de ser

como povos a quem cabem missões históricas, não podem deixar de atender aos interesses e às forças latentes desses aglomerados de homens, que o seu génio está transformando em novas e brilhantes civilizações.

Se a França perdesse, amanhã, todas as suas colónias da África e da Ásia, essa nação não deixaria de ser a França. Já isto se deu com a Alemanha.

Mas a Inglaterra, sem o seu império de além-mar, deixaria de ser a Inglaterra.

E como sabe que uma nova guerra pode representar para ela a perda política e económica do seu império, tudo fará para a evitar ou para a adiar.

E ainda bem que a paz do mundo tem a mantê-la este abençoado conjunto de circunstâncias.

A ATITUDE DA ALEMANHA

Não poderia escrever mais nem dizer menos do que disse em Abril de 1935.

No dia em que escrevi o que vai ler-se, lancei no meu «diário» as seguintes palavras: «Escrevi hoje coisas para publicar, que me deixaram muito fatigado. Em face do propósito que me levou a escrevê-las, tinha de dizer a verdade inteira. Ao mesmo tempo, não podia, de modo algum, ferir susceptibilidades, quando tão negras nuvens se estão encastelando no nosso horizonte, e não devia, não tendo completo conhecimento do que se está passando no mundo a nosso respeito, principalmente formular opiniões sobre atitudes nossas de carácter internacional. Mas consegui pôr a verdade ao alto, e, sem eu o querer, ela ficou como um braço estendido, a mostrar o caminho a seguir...»

A acção que tenho procurado produzir, sabendo bem o que vale a Imprensa diária e quanto representa o que se diz num grande jornal, visa unicamente à conservação e ao desenvolvimento, como condição essencial dessa conservação, da parte do território português que se estende por esse além-mar que descobrimos, ocupámos e, em grande parte, civilizámos.

Que releiam os meus artigos aqueles que tiverem a coragem de o fazer e verão que, sob modestas e pobres formas literárias ou filosóficas, em

maneira de despreziosas narrativas ou memórias, ou com aspectos económicos e financeiros, eles obedecem sempre à mesma ideia fixa:

– Guardemos cuidadosamente aqueles territórios...

Referi-me às atitudes internas e externas da União da África do Sul e da Inglaterra; terei de me referir, talvez, aos gestos que estão fazendo, no momento presente, outras nações, cujo modo de ser e de proceder nos interessa. Ao fazê-lo, fui e serei mais uma vez guiado por aquele meu pensamento constante.

Nos tempos perturbados que vão correndo, é dever de cada um de nós dar balanço às suas esperanças e aos seus receios e comunicar aos seus concidadãos as conclusões que tirou do seu raciocínio, do seu conhecimento das coisas e da sua experiência.

É o que vou continuar a fazer.

A Alemanha aparece-nos, hoje, 1935, como uma nação ansiosa por uma *révanche*.

Talvez todos nós, homens do mundo inteiro, tenhamos culpa deste estado de coisas. Talvez se tivessem praticado actos de humilhação, sempre contraproducentes, e violências, sempre desnecessárias. Quanto teria sido melhor, se os vencedores tivessem procurado dignificar os vencidos, desde a primeira hora.

Estou a ouvir as palavras que este meu audacioso dizer vai provocar: «isso seria impossível, porque a vitória não foi definitiva, porque aquilo a que se deu o nome de paz; foi apenas um armistício prolongado e, acima de tudo, porque as aspirações da Alemanha de dominar o mundo mais se exacerbaram após a assinatura do Tratado de Versalhes».

Mas estamos em face de factos consumados e o que nos interessa é o presente e o futuro, que temos de preparar.

A Alemanha de hoje constitui para nós um perigo igual ao que para nós representou a Alemanha de ontem.

Não tenhamos ilusões, não nos deixemos embalar, ia quase escrevendo imbuir, por admirações, atracções e simpatias intelectuais ou políticas. Hoje, mais do que nunca, temos de ser, no nosso íntimo, apenas portugueses, orgulhosamente portugueses, com as nossas qualidades e os nossos defeitos, com a nossa mentalidade própria, diferente de todas as outras.

Quais são as manifestações da Alemanha de hoje que mais assustador tornam o seu sentimento de *révanche*?

A idolatria de uma raça, de que os alemães se julgam os únicos representantes no mundo. Ai de nós, povo em que tantos sangues se misturaram, desde os lusitanos até hoje, com as nossas ideias de assimilação dos habitantes de cor, que vivem nos territórios portugueses, com o firme propósito de os elevar até nós, de os integrar na nossa civilização, com os nossos princípios cristãos e democráticos de igualdade, de liberdade e de fraternidade, reais e não fictícios, cada dia mais comprovados no nosso viver com os indígenas das colónias portuguesas, ai de nós, se um dia os germânicos dominassem o mundo. Seríamos humilhados e desprezados, como o são hoje tantos alemães, pelo simples facto de não poderem provar se são ou não arianos.

O predomínio da classe militar. Ai de nós, povo cuja história se resume no esforço constante de não deixar desenvolver qualquer domínio espiritual ou material, que pretenda tolher-nos a acção livre, criadora e realizadora, que é o nosso constante anseio. A vida num país transformado em caserna, seria para nós pior do que a morte.

A dominação sobre todos os territórios de África, visto que na Ásia os russos e os japoneses não deixarão tocar, onde haja matérias-primas a explorar e homens a escravizar. Ai de nós, povo que vive da suprema aspiração de criar nessas regiões uma nova civilização, prolongamento da nossa, unida para sempre à nossa, ai de nós, se a Alemanha constituísse em África um império colonial, organizado como os medas e os persas organizaram as suas satrapias. Seria isso para nós o fim do tudo.

Afirma-se que uma das exigências de Hitler, na Conferência que teve em Berlim com os representantes do governo inglês, fora a África.

Aparecem os sóbrios e dúbios desmentidos diplomáticos, que é de uso precederem as violências e as espoliações internacionais. Que me importam essas afirmações e esses desmentidos, se eu tenho a certeza de que um dos aspectos da *révanche* alemã é a constituição de um vasto domínio colonial.

Na hora tremenda que estamos atravessando hoje, como sempre, anima-me a esperança de que mais uma vez nos sairemos bem da contenda.

Pelo esforço que nós fizemos, que terá de ser enorme e que mostrará ao mundo que estamos cada vez mais agarrados ao que é nosso; pelo esforço que outros fatalmente farão para evitarem uma guerra funesta a todos, para saírem dela vitoriosos, se a não puderem evitar; pelo que espero ainda da Alemanha, da sua inteligência, da sua instrução, dos milhões de mulheres, de crianças, de trabalhadores, de seres humildes e bons, que guardam no coração coisas bem diferentes do ódio, do desprezo, da humilhação e da violência: por tudo isto, esperei, então, confiadamente e espero ainda hoje.

A DEFESA DA POSIÇÃO AFRICANA

Foi isto, também, escrito em Abril de 1935. Grandes acontecimentos se deram em África nestes últimos nove anos. Creio, porém, terem mais valor, hoje do que então, as minhas palavras.

O pensamento guiador deste meu velho dizer é a formação da «Euro-África», a íntima união dos dois continentes, a substituição da pequena e já cansada Europa pelas vastíssimas terras, que se estendem do Pólo Norte ao Pólo Sul.

A Europa salvaria a África, pela alta civilização material e espiritual que lhe levaria, e, por seu turno, o continente europeu, onde a humanidade tanto se sublimou, beberia avidamente a seiva potente das regiões africanas.

Foi isto que os portugueses viram, há cinco séculos, desde os tempos do infante.

Nunca, em nenhuma época da história do mundo, teve o continente africano tanta importância como hoje.

Chegou o momento da África.

A África é para a Europa uma questão de vida ou de morte. À expansão comercial e económica dos europeus só resta uma região no globo — a formada pelas terras de África. Do lado do Oriente todas as portas se irão fechando, sucessivamente, sob a hegemonia dos amarelos. Na América, os Estados Unidos firmarão e alargarão cada vez mais a doutrina de Monroe.

Ocupar a África, desenvolver e aproveitar todas as suas riquezas latentes é, no dia de hoje, a principal preocupação de todas as nações

europeias, e, entre elas, terá a hegemonia aquela que maior e melhor quinhão se souber talhar no portentoso continente.

Há dezenas de anos que ando a dizer isto.

Existem grandes nações europeias (e neste número não incluo a Rússia que, durante muitos séculos, terá de viver num continente à parte, situado entre a Europa e a Ásia) que poucos ou nenhuns territórios ocupam na África — a Itália, a Polónia, a Alemanha; e pequenas nações que na África desenvolvem e civilizam vastíssimos territórios — Portugal e a Bélgica. Além destas, vemos duas grandes nações —, a Inglaterra e a França, que constituíram largos impérios no continente negro.

Partilham a África, também, uma antiga nação, a Abissínia, que ainda dará muito que falar, o Egipto, cuja exuberância de nacionalismo conduzirá fatalmente ao despedaçar de cadeias que ainda obstam à sua inteira independência, e, finalmente, a União Sul Africana, nacionalidade em gestação, que está tentando transformar-se nos Estados Unidos da África, o que, a meu ver, constituiria o maior dos obstáculos à expansão europeia, das nações hoje com colónias nas regiões africanas.

A este perigo outro se iguala, formidável — o propósito da Alemanha de obter territórios na África com o intuito de, fíncada neles, pequenos que sejam, conseguir o vasto império colonial de que absolutamente carece para uma sólida hegemonia na Europa, a que aspira.

Numa carta de um dos grandes magnates da África do Sul, publicada, há dias, no «Cape Times», dizia Sir Abe Belley: «temos de considerar atentamente o que faria a Alemanha, se amanhã conseguisse meter novamente o pé no continente africano».

Há muita gente que não atina com o motivo que levou os vencedores de Versalhes a deixarem a Alemanha sem colónias. Se esta nação estivesse hoje de posse das suas antigas colónias, não tardaria muito que um, de dois acontecimentos se produzisse: ou a Alemanha ocuparia a quase totalidade das regiões africanas e, com essa posse, escravizaria as outras nações da Europa, ou uma nova guerra teria de rebentar para a expulsar da África.

Em face deste conjunto de circunstâncias fácil é deduzir o que cumpre fazer. Todas as nações que actualmente ocupam territórios na África, nações europeias e nações africanas, deveriam diligenciar unir-se para manter os

seus domínios respectivos. Tudo, porém, que representasse nova partilha enfraqueceria essa união e abriria larga porta por onde a Alemanha facilmente entraria.

Mas seria natural que algumas modificações se fizessem na política comercial, económica e social das diversas nações. A Abissínia, por exemplo, deveria entrar mais francamente no caminho da civilização moderna; a Inglaterra, que já muito fez nesse sentido após a guerra, deveria ir caminhando rapidamente para a inteira emancipação do Egipto; as fronteiras entre os diversos territórios de África, no que respeita à circulação, de mercadorias essenciais à vida humana, deveriam derrubar as muralhas actuais; uma orientação comum deveria existir em toda a África em assuntos de política indígena, de combate contra as doenças, de civilização e protecção dos indígenas e de obras de fomento de carácter internacional; seria de grande utilidade que, sob o ponto de vista militar existisse uma aliança defensiva de todas as nações que na África tivessem territórios, para se opor a ocupações de nações que não puderam ou não quiseram, no passado, fazer o grande esforço para, vencendo os maiores obstáculos, civilizar e transformar as terras e as gentes africanas e que agora desejam instalar-se comodamente na casa confortável que nós e outros com tantos sacrifícios, soubemos construir.

Creio ser esta nas suas linhas gerais, a política de associação, ligação, cooperação e aliança que devemos seguir em África. Por ela devemos pugnar. Por experiência própria, sei que mantemos na Inglaterra e na Bélgica uma posição de destaque em assuntos coloniais. As nossas maneiras de ver, em tudo que respeita à África, são sempre analisadas com cuidada atenção e em perfeito pé de igualdade. Em Londres, sobretudo, nunca deixámos de ser olhados como uma grande nação colonial. Várias vezes me foi dado abordar, depois da paz de Versalhes, o assunto que acabo de esboçar, e estou convencido de que chegou a haver absoluta concordância entre as altas personalidades com quem troquei impressões sobre ele. As coisas não mudaram e, pelo contrário, agravaram-se. Estou certo de que uma iniciativa nossa teria a melhor aceitação no momento presente.

Entretanto cumpre-nos intensificar a ocupação das nossas colónias, colonizá-las com gente portuguesa, pô-las em estado elementar de defesa.

Só há uma política internacional que valha — a política das realizações; e essa política só é possível a uma nação exercê-la, quando denodadamente entra pelo caminho de realizar.

AMBIÇÕES ESTRANGEIRAS SOBRE AS NOSSAS COLÓNIAS

Neste princípio de 1944, em que estou a reunir em volumes coisas passadas, vou transcrever um artigo, em que me referi a palavras do Sr. Amery, hoje secretário de Estado para a Índia no governo britânico, que tem toda a actualidade. Escritas há oito anos, ver-se-á, passadas que sejam algumas páginas desse volume, que as soluções brutais a que essas palavras se referem, estão sendo, em grande parte e por vezes agravando a sua existência, aconselhadas e preconizadas por esse mundo fora.

Mas antes de expor o pensamento do Sr. Amery, vou contar um episódio, merecedor de referência especial.

O fim de uma guerra representa quase sempre, como nos mostra a história, o colapso da nação vencida, um enfraquecimento que muito se avizinha da morte e, por vezes, à morte conduz. Ganha a guerra, aproveitam os vencedores o colapso ou o enfraquecimento, para dividir ou distribuir a herança do vencido. Em regra, não consta essa herança somente de valores reais ou realizados, havendo nela coisas com que os vencidos contavam para breve, e que talvez tivessem sido os principais motivos da contenda, como sejam territórios a anexar, zonas de influência, matérias-primas, correntes comerciais e tantas coisas mais que entram ou podem entrar no bolo a partilhar.

Na segunda metade de 1917, quando eu era ministro da Guerra, tive de ir a Londres para arrumar assuntos que muito interessavam à nossa participação na Grande Guerra e à situação do Corpo de Exército português na frente de batalha. Foi preciso demorar-me mais do que tencionava. Convivi, naturalmente, muito, durante essas semanas e tive ocasião de conversar com funcionários civis e militares, ingleses e estrangeiros, com vários membros do Corpo Diplomático, com jornalistas e com muitas pessoas da sociedade inglesa.

Pouco a pouco, alguma coisa me foi chegando aos ouvidos sobre a segurança futura das nossas colónias de África. Os nomes de Lourenço Marques, do planalto de Benguela, dos territórios angolenses ao sul do Zaire, eram proferidos amiúde, em conversas que comigo se tinham. Como se sabia que eu era um colonial, com largos anos de vida do ultramar, que desempenhara as funções de governador-geral de Angola, quando rebentou a guerra, havia sempre motivo para se procurar trocar comigo impressões a respeito de Moçambique, de Angola e de todo o ultramar português.

Principiei a fazer sondagens e alguma coisa consegui tirar a limpo.

Nações havia, das que estavam a combater contra a Alemanha, que reconheciam nada poderem vir a receber na partilha das colónias alemãs e que pensavam ser fácil encontrar nos nossos territórios coloniais compensações dos sacrifícios feitos na renhida luta.

Estava o mundo habituado, desde a minha meninice, a considerar os territórios portugueses de África como vasta reserva, onde se talhavam fatias para expansões de diversa ordem; mas, dada a nossa situação de Aliados, os projectos de esbulho revestiam-se de tanto cinismo e descaro, que careciam de pronto correctivo.

Foi-me proporcionada a ocasião de o aplicar pelo convite para um *lunch*, dado em minha honra pelo «African World». Foram muito numerosos e bem escolhidos os convidados e, banquete de Imprensa, podia contar que as minhas palavras não cairiam em saco roto.

Quando me chegou a vez de brindar, feitos os agradecimentos protocolares e produzida a manifestação da certeza da vitória dos Aliados, falei longamente na nossa intervenção na guerra. Fiz ressaltar o seu valor moral e material, disse o que essa intervenção representava de tenaz esforço de um país, onde todos os recursos em homens e dinheiro eram poucos para levarmos a cabo a grande obra de civilização em que estávamos empenhados em África; frisei o facto de antes de mandarmos os nossos soldados para a Flandres, nos termos visto obrigados a embarcar numerosos contingentes para Angola e Moçambique, que os alemães tinham invadido desde a primeira hora.

Tomei então uma atitude mais solene e, depois de breve pausa, continuei o meu discurso. Estávamos entre amigos e aliados e devia dizer,

com a rude franqueza de soldado, que sabia haver em algumas nações que ao nosso lado combatiam, pessoas que afirmavam dever Portugal ceder parte dos seus territórios coloniais às suas respectivas nações, para as compensar de sacrifícios feitos pela causa comum. O conhecimento deste facto amargurava a minha estadia em Londres. Sabia bem que se tratava apenas de modos de ver pessoais: nem governos, nem povos podiam pensar em coisas destas. Mas, aos que pensavam assim, era meu dever dizer que se alguém tentasse arrancar-nos a menor parcela de território português, da África ou donde fosse, só o conseguiria depois de nos ter vencido pelas armas, pois, não houvesse dúvida, nós combateríamos.

E a história teria de registar o curioso feito de aliados da véspera numa guerra em que se defendia a justiça e o direito, se lançarem, terminada ela, sobre um dos seus companheiros de batalha para lhe arrancarem terras suas.

Mudei de tom e amenizei com palavras nada sombrias, como é da praxe, em banquetes ingleses, o meu dizer, e terminei o brinde.

Ao regressar a Portugal dei conta, a quem de direito, de tudo o que se passava e, mais uma vez, manifestei a minha opinião da indispensabilidade de organizar cuidadosamente a defesa das nossas colónias e, sobretudo, de as valorizar, desenvolver e civilizar, rápida e intensamente.

Tempo depois, na Conferência da Paz, tive a plena e dolorosa confirmação da justeza do que em Londres conseguira saber.

Mas isto são contos largos que em outro volume contarei.

Vejamos agora o que escreveu o Sr. Amery.

No «Boletim» de Junho, de 1936, da Société Belge d'Études et d'Expansion lê-se um artigo que me fez exclamar ao terminar a sua leitura: «Ora ainda bem».

Tão habituados andamos, nestes últimos tempos, a ler na imprensa estrangeira as mais espantosas coisas a respeito das colónias dos «outros», que caímos das nuvens ao verificar que houve um homem, com responsabilidades políticas e com situação de relevo no seu país, que teve coragem de dizer coisas sensatas e justas, e, sobretudo, de elementar moral pública, sobre os territórios coloniais, que hoje são parte integrante de diversas nações.

Intitula-se o artigo de Amery «Les revendications coloniales», e merece, como vai ver-se, que o arquivemos, fazendo dele um extracto tão completo quanto o permite o espaço de que disponho. O que escreveram, ultimamente, muitos homens públicos ingleses sobre os territórios coloniais, revela tanta desorientação, que andávamos há muito a procurar na Inglaterra quem representasse as nobres tradições da época vitoriana e estivesse animado do espírito de «defesa dos direitos», que conduziu, por parte dos «Aliados», à Grande Guerra. Um desses homens deixava intacta a posse territorial, mas propunha a ampla partilha da produção colonial, invocando um princípio, inédito em direito internacional, de que todas as nações deveriam poder dispor das matérias-primas que outras produziam, mercê de esforços que, para algumas delas, se tinham iniciado, havia muitos séculos; outro alvitrava que se abrissem ou escancarassem as portas das colónias para que todos nelas pudessem entrar com o fim de colherem livremente os resultados do trabalho tenaz, dos sofrimentos e dos sacrifícios de muitas gerações de colonos; outros eram de opinião que os territórios coloniais deviam ser entregues, como bens comuns, à administração de uma assembleia de nações; um deles não hesitou em dizer que certas nações a que chamou pequenas, não careciam de ter tão vastos territórios coloniais e que, segundo a sua lógica e normas de moral pública, «tudo» se resolveria, cortando nesses territórios largas fatias para distribuir por nações a que chamou grandes.

Nenhuma destas monstruosidades perfilha Amery.

Abre com as seguintes palavras o seu artigo:

«Muito se tem falado nos últimos tempos de reivindicações sobre mercados e matérias-primas coloniais. Afirma-se que certos Estados «sufocam» porque lhes falta o acesso a esses mercados e que somente a redistribuição dos territórios coloniais ou uma mudança na política económica das nações possuidoras desses territórios, poderão evitar uma luta de morte, entre os que possuem e os que não possuem colónias».

Diz-nos em seguida que esse enunciado do problema é em extremo exagerado, pois nada prova que a existência de colónias seja hoje ou tenha sido outrora uma condição essencial de prosperidade. Cita em apoio desta asserção o exemplo da própria Alemanha, onde a existência de um império

colonial teve uma influência mínima na prosperidade deste país, antes da guerra; da Áustria que viveu vida próspera sem colónias e da Suécia que, sem um palmo de território colonial, é talvez o Estado mais florescente da Europa, graças à sua política monetária e financeira.

Seja-me permitido apresentar uma discordância ou antes uma rectificação.

Há de facto países que não carecem de colónias para prosperar e, para alguns deles — para a Alemanha, por exemplo —, as colónias constituiriam um elemento de perturbação. Mas para outros países, de feição muito peculiar, as colónias são essenciais à sua vida e ao seu desenvolvimento.

Mas continuemos a transcrever:

«Em segundo lugar, diz-nos Amery, não será possível acusar nenhum produtor colonial de se negar a vender por preços que pouco vão além do custo de produção, as matérias-primas coloniais. A maior parte das perturbações económicas que estão dificultando a respiração de diversas nações, devem procurar-se, não na falta de colónias, mas na derrocada geral da moeda, que se seguiu à queda do padrão ouro, em 1931, e na política monetária e fiscal que essas nações adoptaram».

«Mas de nada servirá negar (continuamos a transcrever) que existem reais dificuldades e queixumes, de atender».

Os países coloniais, que antigamente vendiam aos países industriais as suas matérias-primas, estão hoje criando indústrias de transformação, onde essas matérias são empregadas.

O desenvolvimento industrial deixou de ser o apanágio de poucas nações para se estender a todas, e todas à porfia «levantam barreiras aduaneiras e animam as suas indústrias, com prejuízo de antigos exportadores».

Já em tempo, diga-se de passagem, tive ocasião de afirmar, que a questão colonial, a guerra que as nações sem colónias, ou com poucas colónias, fazem aos países coloniais, era, em grande parte, mera questão industrial.

«Indirectamente — continuamos a transcrever — estas novas indústrias privam estes do poder de compra, que lhes permitiria obter matérias-primas. Da existência de colónias governadas ou controladas pelas pátrias respectivas

resulta a possibilidade, graças a tarifas preferenciais à sua moeda privativa e à concessão de benefícios diversos, de se colocarem no ultramar grandes quantidades de artigos manufacturados nas metrópoles e de receberem estas, matérias-primas em abundância».

Há nisto um problema real. Qual a solução?

«A primeira sugestão, e ao mesmo tempo a mais brutal de todas as que se fizeram – declara Amery – consiste em preceder-se de qualquer maneira, a uma distribuição dos territórios coloniais. Isto dá lugar a algumas perguntas e considerações picantes: Quais seriam os beneficiários? Consideram-se a Alemanha e a Itália como as nações descontentes. Mas porque receberiam elas porções de territórios coloniais e não se faria idêntica distribuição à Suécia, à Polónia, à Checoslováquia e até à Rússia? Esta solução é inadmissível. Nenhum país do mundo está disposto a abandonar as suas colónias. Não se trata unicamente de grandeza territorial, mas de populações, de seres humanos, de obras tutelares, de deveres de civilização, que nenhuma nação tem, em face da moral, direito de abandonar».

Desviada esta solução brutal, aparece a da «porta aberta»: «estender às colónias o regime existente na bacia do Congo é nos territórios sob mandato».

Mais uma vez interrompo para dizer que nem na bacia do Congo, nem nos mandatos existe o sistema de porta escancarada, que muitos preconizam. Quando muito, abre-se uma estreita frincha que amiúde se cerra, entalando os que querem entrar...

Também, picantemente, pergunta Amery:

«Mas onde estabelecer o sistema de «porta, aberta», se ele já existe na bacia do Congo e nas antigas colónias alemãs, hoje sob o regime de mandato?» E responde: «Não existe a menor probabilidade de que a França e Portugal sejam, favoráveis a tal projecto. As colónias britânicas gozam duma grande autonomia fiscal, e de resto, nunca poderiam constituir largo campo de expansão comercial. Os domínios e a Índia não tolerariam uma política económica e fiscal desta natureza».

Que se poderá, portanto, fazer? Eis o modo de ver de Amery:

«No mundo de hoje, as nações desejam, não uma vaga liberdade comercial, mas trocas asseguradas e estável baseadas sobre a reciprocidade

e a cooperação económica. Um sistema deste género se está estabelecendo actualmente sobre a base de uma cooperação livremente aceite, entre as nações do Império britânico. Devem as nações europeias seguir o exemplo dado em Ottawa e estabelecer um sistema de preferência mútua entre as que possuam territórios coloniais, capazes de produzir mais do que exigem as suas metrópoles, e as que dispõem de extensos mercados e de possibilidades suplementares de exportação, mas que não têm colónias. Um acordo preferencial entre, por exemplo, a Bélgica e a Holanda com as suas colónias, de um lado, e os grandes mercados da Europa Central, de outro lado, contribuiria não só para o desenvolvimento daquelas colónias, mas também para a prosperidade das nações que o fizessem, sem levantar nenhum dos problemas terrivelmente complicados, originados por soluções que impliquem mudanças ou alterações de soberania. Se um tal plano pudesse compreender todos os estados europeus com as suas colónias respectivas, se ele se baseasse, não somente em tarifas preferenciais, mas também no restabelecimento de um sistema monetário europeu, eu não vejo limites à prosperidade que resultaria do agrupamento das forças criadoras do mercado europeu — que é ainda o maior do mundo — com todos os recursos inexplorados dos territórios que se encontram sob a tutela privilegiada de alguns países da Europa».

Há nesta solução de Amery muito de vago e de pouco definido; corre sobre ela o sopro de utopia que deu origem à fantasia dos «estados unidos da Europa»; mas vejo também nela qualquer coisa de prático e real que pode conduzir às mais benéficas realizações. E principalmente este modo de solucionar um problema, com inteligência e moral, e sem lançar mão de brutalidades e violências, foi para mim como refrigério, após tudo o que sobre tão crucial assunto tenho lido na Imprensa estrangeira.

Seria natural que os estadistas, passados e presentes, que tanto cuidaram e estão cuidando da partilha ou distribuição das terras coloniais e das suas produções, se tivessem dedicado a estudar os sistemas de colonização, aplicados pelas nações coloniais aos seus territórios ultramarinos.

Reconheceriam que muito variam esses sistemas, de povo para povo, e, se esses homens tivessem aliado a um claro entendimento, espírito de justiça em dose suficiente, verificariam que o sistema de colonização

portuguesa tem concorrido, pelos séculos fora, para o bem da humanidade e se tem mostrado capaz de benéfica resistência, perante crise de toda a espécie, o que quer dizer que é dotado de grande poder de conservação, o que está longe de acontecer a outros.

Deste tema tratei em artigo publicado em Março de 1934, no mencionado Boletim da «Société Belge d'Études et d'Expansion», sob o título «L'Angola et la crise mondiale». Dizia eu nesse artigo, ao referir-me à tremenda crise económica, caracterizadamente capitalista, que principiara a dar sinais de si, em 1931:

«Duas razões principais concorrem para que a crise económica, que com tantos sofrimentos a humanidade vai atravessando, assuma em Angola aspectos muito diferentes dos de outras regiões tropicais. Em primeiro lugar, quando a crise sobreveio, quase não havia em Angola grandes companhias industriais, agrícolas ou comerciais. Nunca elas medraram naquele território português. Após a Grande Guerra, fizeram-se várias tentativas nesse sentido, é certo: formaram-se consórcios capitalistas de diversa espécie, com o fim de explorar as riquezas latentes daquela vastíssima região, sobre cuja carta se podem estender, à vontade, na mesma escala, as representações geográficas da Península Ibérica, da França, da Bélgica, da Suíça e da Holanda.

Mas esses empreendimentos financeiros não vingaram e ruíram muito antes das primeiras manifestações da crise. Desta forma faltou à doença capitalista, que está assolando o mundo, campo propício para se expandir e para actuar: as grandes derrocadas não tiveram lugar em Angola, porque realmente não existia ali capitalismo e porque até hoje nunca a actividade colonial portuguesa foi de ordem capitalista. E a propósito direi que foi por este nosso modo peculiar de ser, que tanto hesitámos em abolir o trabalho escravo e em caminhar para o proletariado. Não sei se se tem pensado profundamente nisto. Merecerá a pena fazê-lo...

Por outro lado, em contrapartida, existiam e existem em Angola muitos colonos brancos portugueses que, por lenta emigração da metrópole, ali se tinham fixado, para exercerem a sua actividade como pequenos comerciantes e pequenos agricultores, e ao lado deles alguns milhões de indígenas que, na sua quase totalidade, se entregavam a trabalhos agrícolas ou de colheita por conta própria.

A baixa aterradora dos preços da produção angolense, a dificuldade de transferir o dinheiro da colónia para a metrópole e o desaparecimento quase completo do crédito fizeram-se, sem dúvida, sentir dolorosamente em Angola; mas o colono português soube e pode reagir, como fizera noutras crises passadas. Desapareceram muitas das principais casas comerciais, outras estão lutando com sérias dificuldades. Os colonos, cuja acção se caracteriza pelo individualismo e pelo isolamento, sabendo, apesar disto, unir-se entre si por uma notável solidariedade, desde que as circunstâncias o exijam, moldaram-se a um comércio a preços baixos e empregaram os «angolares» — moeda que passou a ter o valor somente na colónia — a comprar ao indígena, a preços muito reduzidos, os géneros que colhiam ou produziam — as oleaginosas, o café, o milho, o feijão, os couros, a cera e pouco mais. E, caso curioso, empregaram também essa moeda em fixarem-se mais à terra que tinham escolhido para residência permanente, construindo casas de habitação sólidas e risonhas e reparando outras.

E os colonos brancos do Congo Belga, que, fugindo à crise, vinham pela linha férrea Katanga-Lobito procurar barco que os levasse a Europa, admiravam-se ao ver os colonos portugueses a construir casas em plena crise, em tão distantes terras.

Não temos a pretensão de imaginar que a política indígena dos portugueses, no passado e no presente, seja livre de defeitos, mas não nos resta dúvida que o preto de Angola e de Moçambique, depois de muitos séculos de convivência connosco, acredita no que lhe dizemos. Foi, por esta razão, fácil convencê-lo, quando a crise sobreveio, de que só por um preço mínimo lhe poderíamos comprar os produtos que desejava vender.

Não se dirá, por certo, que quanto acabamos de observar, não represente uma forma *sui generis* de resolver o *fenómeno económico* num real ambiente de crise. De resto, mesmo em relação a outros aspectos, podem considerar-se típicos, quase simbólicos, os nossos processos. Tal poderemos dizer quanto ao sistema de colonização, que só lentamente nos leva para a formação de grandes centros urbanos, mas que, pelo contrário, em acelerado, nos impele para o povoamento disperso, muito repetido em grande número de pequenos núcleos populacionais, vilas e aldeias, semeadas por todo o território, como que representativas e propulsoras da civilização

e cultura metropolitanas mais servindo assim o propósito colonizador, isto é, a garantia de uma ocupação efectiva, ainda que lenta.

Mas o mais curioso, quero frisá-lo bem, é a nossa tendência para fugir, no exercício das nossas actividades coloniais, da opressão capitalista».

Tanto o Sr. Water como o Sr. Pirow são bóers de descendência holandesa, ambos de alta ilustração, inteligentes e cultos. Ocupam os dois, no seu país, situações de relevo. Mas as mentalidades políticas e nacionais de cada um deles são inteiramente, fundamentalmente diferentes.

Isto acontece em todos os povos da mesma raça ou que se consideram compostos de indivíduos provenientes da mesma origem, e explica muita coisa como, por exemplo, a tranquilidade de alguns dos condutores de homens, perante nações fortes que se armam ou que movem as peças do tabuleiro internacional, a contrastar com outros condutores de homens, da mesma nacionalidade e animados do mesmo patriotismo, que se alarmam ao menor movimento daquelas fortes nações. Em linguagem diplomática costuma dizer-se que não vale a pena quebrar a cabeça a tentar conhecer a mentalidade de um povo, coisa em extremo nublosa e confusa, bastando saber o que pensam, o que querem e como actuam os que mandam e conduzem. E isso será sempre fácil nos países onde existem sistemas parlamentares em decomposição ou inadaptáveis, que permitem aos chefes arrancarem-se as armaduras uns aos outros, para melhor se trespassarem.

Procurei sempre chamar a atenção do meu país para a grande nação de brancos, que está surgindo no sul do continente negro. É um vizinho que se está erguendo ao nosso lado, tocando, quase pisando, com as suas passadas de gigante, as fronteiras das províncias portuguesas de Moçambique e Angola.

Tenho falado da sua prosperidade, da sua sólida situação económica, dos seus orçamentos com formidáveis *superavits*, das riquezas das suas minas e dos seus campos, dos seus dois milhões de habitantes brancos, da sua política no Império britânico, das suas ambições e projectos, das suas manifestações de progresso social e de civilização, da sua atitude perante os indígenas, tocando em todos os pontos da sua vida nacional, que, como vizinhos atentos, nos cumpre conhecer.

Não podia, portanto, passar-me sem reparo a atitude assumida pela União da África do Sul, na Liga das Nações, quando se tratou de levantar as sanções que tinham sido impostas à Itália. Foi o representante da África do Sul, em Londres, o Sr. Water, que por ela falou nas memoráveis sessões da Liga. O seu discurso, a propósito das sanções, foi o que os ingleses chamam um «strong speech».

Principiou por lembrar que a África do Sul tinha tomado sempre uma parte activa, na sua qualidade de Estado componente da Liga, em todos os trabalhos e deliberações daquela sociedade, e que um dos homens que mais tinha concorrido para a formação da Liga fora o general Smuts, cujos ideais de paz e de civilização apresenta, em rápidas e incisivas palavras. E, em seguida: «O meu país não tem, evidentemente, as responsabilidades nem os encargos que pesam sobre as grandes nações aqui representadas, mas isso não é motivo para que a sua voz se não levante e não seja ouvida».

E sem qualquer transição: «Sr. presidente, tem inevitavelmente de chegar um dia em que as nações terão de reconhecer que não basta assumir uma atitude de resignação em face da calamidade. Os acontecimentos revestem um aspecto de tal modo inexorável que, para os dominar, é indispensável amparar as decisões pela coragem e não diminuir a acção com hesitações ou com o medo de sacrifícios».

«Hoje a Sociedade das Nações está a despedaçar-se nas nossas mãos», exclama o Sr. Water, «o que se vai fazer equivale a uma rendição, à desistência dos nossos ideais de paz e de confiança internacional: a Liga não poderá voltar a ser um instrumento de paz».

E pergunta: «Que é feito do prestígio da Liga? já não existe. Ainda há poucos meses era a ordem que aqui imperava, o prestígio da Liga renascera e a esperança do mundo em melhores dias subira a alturas até então não atingidas. E hoje? Tudo se inverteu: a ordem transformou-se em caos e a ameaça do poder hipnotizou o mundo».

E o discurso continua neste formidável tom. Vêm depois as afirmações concretas: «Não podemos declarar-nos impotentes, quando se trata de defender os mais fracos membros da Liga; a Liga bem sabia que a Abissínia, entregue a si só, tinha de ser fatalmente esmagada pela Itália, se lhe faltasse o nosso auxílio; a razão da nossa existência, o único motivo que levou cada

um de nós a ser membro desta Liga foi o sentirmos ao nosso lado a força de todos os outros contra um agressor que tentasse violar os nossos direitos de nações livres. O governo da África do Sul não vê nenhum factor na situação presente que não existisse já, de facto ou potencialmente, quando enfileirou ao lado daqueles que resolveram actuar colectivamente contra o agressor. Pelo contrário, a destruição da soberania da Abissínia e a anexação do seu território acaba de criar o exacto estado de coisas que resolvemos não permitir e que não podemos reconhecer».

«A África do Sul mantém-se na sua posição de sempre, pensa que a acção colectiva é hoje mais necessário do que nunca. Se assim se não fizer, a Liga deixará de ser um instrumento de segurança para os seus membros». Foram estas as últimas palavras do representante da «Union of South Africa».

Que as palavras proferidas e o procedimento da África do Sul representam grandeza e alta justiça, nenhuma dúvida podemos ter. Que este procedimento, leal e justiceiro, cimente os alicerces da grande nação que em África se está erguendo ao lado de territórios portugueses, são os nossos votos.

O Sr. Pirow, ministro da Defesa do governo da África do Sul, declarou, num recente discurso, que não podia deixar de reconhecer que a Alemanha tinha necessidade de territórios coloniais e que, sendo impossível restituir-lhe as suas antigas colónias, talvez o problema pudesse resolver-se com a anuência da Bélgica e de Portugal. Por certo, não está animado o Sr. Pirow daqueles levantados ideais de paz e justiça, que inspiraram as palavras que acabam de ler-se e que, como representante do governo a que o Sr. Pirow pertence, pronunciou o Sr. Water. De resto, o que o Sr. Pirow diz, nem nos aquece, nem nos arrefece. Acima da maneira simplista de resolver dificuldades nacionais à custa doutras nações, existem muitas coisas que o Sr. Pirow, por certo, ignora.

Foram as palavras, que vão ler-se, escritas no mesmo dia, de Julho de 1936, em que escrevi as que ficam precedendo neste volume. Destinavam-se a dois jornais portugueses, um da metrópole, outro de Angola. E nesse dia escrevi no meu «diário», a respeito delas: «Palavras escritas sob a dolorosa impressão de manobras destinadas a uma nova partilha da África, com o

fim, diz-se, de evitar a guerra. Se essa nova partilha se tentar fazer, devemos resistir, impedir, por todos os meios, que ela se faça».

Nesta data (Janeiro de 1944) em que estou reunindo para os apresentar em conjunto, grande parte dos meus repetidos avisos de perigo grave, e apesar do poder formidável dos meios de guerra que, dia a dia, maior vemos, ainda estou convencido de que, qualquer nação com terras em África, poderá resistir, no interior delas, durante muito tempo, ao mais forte inimigo.

Ainda mal tínhamos principiado na África, ao findar do século XV, a nossa primeira «maneira» de ocupação, de alianças e protectorados, que se caracterizou pelo reconhecimento da soberania dos chefes indígenas, pelos esforços para a cristianização dos povos angolanos e pela penetração e comércio pacíficos, «maneira» que penetrou toda a história de Angola, quando «irregulares» franceses principiam a aparecer nas costas do norte. O acto do rei do Congo, nosso aliado e protegido, sugestionado pelos conselheiros que tínhamos ao seu lado, aprisionando-os e castigando-os, levantou o primeiro marco da política internacional de Portugal, no que respeita ao seu domínio em terras africanas.

Novas investidas se seguiram e novas cobiças medraram e se organizaram. Do lado do mar, tentativas de ocupação de várias nações estrangeiras; do oriente e do sul ameaças de invasões de potentados bantos, de princípio, arrastados pela força tenaz, que os obriga a emigrações sucessivas, e pelo desejo de se porem em contacto com a «civilização portuguesa que se erguia fascinadora; depois, muitas vezes, manejados por influências europeias; mais tarde, no último quartel do século XIX, a política de expansão colonial, da qual, em guerra surda de chancelarias, fomos a única vítima, e que deu lugar à criação do Congo, das Rodésias e da Damara alemã.

Mas de todas estas espoliações e tentativas de espoliações, de todas estas lutas que ora revestiram o carácter de verdadeiras guerras, ora se passaram no âmbito de conferências, resultou o bem inestimável da *formação político-nacional do território de Angola*.

A grande invasão de Angola por estrangeiros, teve lugar no segundo quartel do século XVII. Foram esquadras holandesas e ocuparam os seus principais portos; forças de desembarque tomaram as suas cidades; os agentes dos invasores revoltaram contra nós os povos indígenas do interior.

Manteve-se esta situação durante largos anos, mas durante esse longo e crucial período nunca os portugueses se renderam: retiraram para as terras do interior e, auxiliados por indígenas fiéis e por forças militares, que doutra província portuguesa, o Brasil, vieram, resistiram tenazmente à ocupação estrangeira, até chegar o dia da vitória.

Após 32 anos de lutas contra os holandeses, Angola expulsa-os definitivamente do seu território, em Agosto de 1648. E este procedimento, que orgulhosamente podemos apresentar como exemplo, criou para Angola e para Portugal inteiro, como já acontecera com a Restauração de 1640, uma existência para sempre livre do domínio estrangeiro.

Da Conferência de Berlim, e dos actos que se lhe seguiram, que se podem classificar como espoliações incruentas, saímos com as fronteiras de Angola delimitadas, demarcadas e internacionalmente reconhecidas. E destes actos resultou para Portugal uma grande força.

A última invasão dos estrangeiros, a dos alemães no sul de Angola, em 1914, teve de recuar perante forças portuguesas, da metrópole de Angola e de Moçambique; e a fronteira sul, indecisa e sofismada antes da Grande Guerra, está hoje assinalada por uma linha de marcos; os últimos vestígios de revoltas internas foram apagados, pelas mesmas forças, sob o comando heróico do general Pereira de Eça.

Temos o direito de dizer, depois desta secular história, que nação alguma poderá tocar em Angola, que o seu solo é para nós muitas vezes sagrado, e que, se alguém tentar violá-lo, seguiremos, até ao dia de uma nova vitória, os exemplos do passado, formando os núcleos de resistência necessários para manter o nosso domínio, para levantar o nosso protesto e para bradar ao mundo inteiro que Angola continua a ser nossa.

Escrevi estas palavras para serem publicadas em Luanda no aniversário da Restauração de Angola. Destinam-se elas a um jornal que liga o seu 14.^o aniversário ao 288.^o aniversário da nossa definitiva vitória contra os holandeses.

À redacção desse jornal tem presidido sempre o espírito de patriotismo, de entranhado amor e veneração por tudo que é português, e carinhoso anseio por tudo o que se liga à Angola, eternamente portuguesa que estas palavras inspirou.

Por essa razão as escrevi e as mando aos portugueses de «*A Província de Angola*» que, com tanta perseverança e ânimo, vêm representando os portugueses, nossos maiores, a quem acabo de tentar levantar o pequeno e modesto altar que desejaria fosse este artigo.

«Terras nossas», não há dúvida, mas nas quais e perante as quais temos de estar permanentemente vigilantes. Se nos descuidamos, por pouco tempo que seja, de seguir atentamente o que se passa dentro delas, e fora delas a seu propósito, mal nos virá e grande. Nenhum passo se pode dar em matéria de política internacional e de política interna ou em actos de administração, sem avaliar em todos os seus pormenores e aspectos o que dessas políticas e acção administrativa pode resultar que afecte a vida dos territórios do nosso ultramar. Creio que precisávamos, todos os que se destinam a funções públicas, de assentar praça nas colónias, depois de ter frequentado a Universidade Colonial, que não temos e que se deve criar.

No que se vai ler faço bem sentir o meu pesar por tudo o que se passou.

Não me dói a consciência de, em qualquer dos meus actos, das minhas negociações e das minhas mais simples relações oficiais com estrangeiros, ter deixado passar para segundo plano, diminuir, em mínima fracção que fosse, a nossa soberania, os nossos direitos e os nossos interesses, sempre que ela devia marcar e eles estavam em jogo. E nunca nessas ocasiões, que foram muitas, dei com alguém que se admirasse da minha atitude ou deixasse de a respeitar. Ah! meus amigos, foi-me dado compreender, ao vivo, algumas vezes, principalmente, no tempo do meu alto comissariado em Angola, apoiado apenas na grandeza do meu país e animado pela obra colonial que ele estava realizando, o que teriam sentido os grandes procónsules romanos! Nem tudo foram tristezas e desânimos na minha vida.

Na questão do porto da Beira, que grande lição eu não teria dado às duas Rodésias e às terras do Niassa, que todas elas tão nossas foram.

Do «*African World*», de 8 de Setembro de 1935, traduzo a seguinte notícia:

«O governo da Rodésia Sul convidou o governo da Rodésia Norte, o Nyassaland e o Território de Moçambique, e bem assim várias corporações e representantes de interesses comerciais, que utilizam o porto da Beira,

para uma conferência que terá por fim criar uma forte Comissão permanente de navegação, destinada a tratar dos assuntos que àquele porto respeitem. Entre esses assuntos destacam-se os fretes marítimos, a carga e a descarga dos navios, o despacho das mercadorias desembarcadas e todas as facilidades tendentes a desenvolver os quatro territórios que utilizam o porto da Beira que é a única saída económica que eles têm para o mar. O volume do tráfego que àquele porto afluí, tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, e a opinião das colónias inglesas, é que o seu comércio externo e a existência comercial do porto estão tão intimamente ligados, que se torna necessária a cooperação de todos, para obter navegação mais barata, maiores facilidades no porto e, conseqüentemente, ainda mais desenvolvimento do comércio».

Estamos, nos tempos que vão correndo e sob o ponto de vista internacional, a assistir a curiosas inversões de papéis.

Sou o primeiro a compreender que há para Portugal toda a vantagem em facilitar o mais possível o comércio das duas Rodésias e do território do Niassa por meio do nosso porto da Beira. Muito lucrarão com essas facilidades os territórios portugueses de Moçambique e a nação inteira. A conferência anunciada em nada nos prejudicaria, mas já não digo o mesmo da Comissão de navegação (Shipping Committee) que os nossos vizinhos e amigos da África Oriental desejam instituir. Estejamos pois de sobreaviso.

Além do mais, e essencialmente, quer parecer-me que seria de elementar política mostrar àqueles nossos vizinhos e amigos que eles se enganaram no caminho. Como, por vezes, nos fazemos esquecidos e distraídos, não poderemos levar a mal que eles nos avisassem a memória e nos despertassem a atenção, mas, de modo algum, como o fizeram. Poderiam ter-se limitado a lembrar-nos a conveniência de convocarmos «na nossa qualidade de donos do porto da Beira», aquela conferência, e isto com aquele cuidado e delicadeza que temos de pôr sempre nas nossas relações de amizade.

Em todo o caso muito obrigado pelo aviso.

A «Zambézia Exploring C.^o, Ld.^a», é um vasto empreendimento, que se estende da costa oriental de África ao Lobito. Nele se compreendem a «Tanganyka», o «Caminho de Ferro de Benguela», a «Benguela Estates», e esperançosas explorações mineiras no leste africano.

O «managing-director» da Zambézia Exploring é o nosso velho amigo, Sir Robert Williams. Li atentamente o notável discurso que ele pronunciou na reunião da assembleia geral da Zambézia Exploring, que, há dias, (Setembro de 1935) se realizou em Londres. Referindo-se à nossa província de Angola, disse Sir Robert considerar aquela província potencialmente rica, mas que «o desenvolvimento de Angola, apesar de para ele concorrerem quase todas as vantagens, para tanto, necessárias, não tem sido o que deveria ser».

O desejo de todos os portugueses é que Angola se desenvolva o mais rapidamente possível; mas, dentre esses portugueses, aqueles, cada vez em maior número, que sabem o que são colónias no hemisfério sul da África, têm a certeza de que, apesar de não ter Angola ouro, como a África do Sul, ou uma metrópole que a carregue de milhões de libras, como faz Londres às colónias inglesas, nenhuma colónia intertropical africana atingiu o desenvolvimento, o progresso, a ordem e a tranquilidade que se notam no território de Angola. Temos ido, e iremos indo, vagarosamente, mas seguramente, nunca dando uma passada para trás e realizando com os nossos fracos recursos uma obra que muitos classificam de grande.

Em Setembro de 1936, teve lugar em Salisbury, capital da Rodésia do Sul, uma conferência, presidida pelo ministro das finanças daquele Estado, entre os representantes das quatro regiões referidas. Mr. Smith, o ministro das finanças, abriu a conferência, dizendo estar convencido de que ela iniciava uma acção coordenada, por parte dos quatro territórios, em tudo que representava interesses comuns.

Tratando dos transportes marítimos desenrolou as dificuldades que os territórios ali representados encontravam no porto da Beira, lastimando que, apesar de repetidas representações, as tarifas e os direitos de embarque, exigidos naquele porto, não tivessem sido reduzidos. Foi em vista destas dificuldades que se resolvera constituir uma comissão de navegação marítima, que representasse os territórios que tinham como porto comercial o porto da Beira, e, para tanto, se reunira a presente conferência.

Continuando com o seu discurso, afirmou o Sr. Smith que, nos últimos anos, o movimento comercial do porto da Beira tinha aumentado consideravelmente e por tal forma que aquele porto era hoje o terceiro em importância na costa oriental de África, logo a seguir ao Cabo e a Durban

e frisou que o dever da «comissão de navegação» era trabalhar em cooperação com as companhias de navegação de todo o mundo, para se conseguir o rápido desenvolvimento dos quatro territórios. Nesta orientação e segundo este modo de ver se organizou a comissão de navegação do porto da Beira, que a estas horas deve estar a trabalhar e, sem dúvida alguma, muito bem, sob o ponto de vista dos tais interesses comuns.

Num dos periódicos ingleses, que tenho presentes, leio o seguinte: «Os anos recentes assistiram a um gradual, mas considerável, desvio do comércio marítimo das duas Rodésias e do Niassa, dos portos da União para o porto da Beira. Exige este facto, da parte dos Estados africanos ingleses, afastados das costas marítimas, que se foque com cuidada atenção o desenvolvimento do porto da Beira. Foi este o principal fim da Conferência de Salisbury. O movimento iniciado pode contar com o auxílio dos governos dos quatro Estados interessados e espera-se, como resultado da conferência, a criação de uma poderosa organização (powerful organization) que faça principiar grandes obras no porto da Beira e que se entenda com as companhias de navegação, tendo em vista a redução dos fretes e o aumento da tonelagem e da velocidade dos navios que tocam no porto da Beira».

Um artigo do «Bulawayo Chronicle» sobre a conferência, termina com as seguintes palavras: «O futuro porto da Beira depende do futuro dos quatro territórios que formam o seu «hinterland», e, simultaneamente, o desenvolvimento destes territórios está inteiramente ligado com o desenvolvimento do porto da Beira». O *slogan*: «um porto para a Rodésia», apoderou-se da imaginação pública.

Devo explicar que «slogan» era o nome que se dava ao grito de concentração dos «clans» das «Highlands».

338

Traduzo de novo a convicção, acima apontada. Não me resta dúvida que o porto da Beira vai melhorar consideravelmente, que o seu progresso material vai ser enorme, sob a acção dos colossais interesses que nele estão desde já a actuar.

Mas qual será o papel que cabe desempenhar em tudo isto à nossa nacionalidade?

Vai-se delineando uma nova maneira da partilha de África: agrupam-se interesses comuns, como sejam vias de comunicação; portos marítimos,

servindo vastos hinterlands, pertencentes a Estados diversos; a defesa dos territórios de várias nacionalidades contra o mesmo inimigo; questões de sanidade pública; e tantos outros. Formam-se então as comissões executivas internacionais, que actuam com força administrativa, e por vezes governativa, na esfera de acção que lhes foi fixada, saltando para fora dessa esfera sempre que o entendam necessário.

Passam a dar-se, fatalmente, invasões e diminuições de soberania; e como entre os Estados agrupados haverá sempre um mais forte do que os outros, será a acção soberana dele que aumentará à medida que a dos outros for diminuindo.

No caso presente, as duas Rodésias formarão dentro de pouco tempo um único Estado e as terras do Niassa, colonizadas por gente da mesma nacionalidade, integrar-se-ão no grande país, de raça quase exclusivamente britânica, que se está a formar em África. Ao lado dessa futura Rodésia, como ao lado da União da África do Sul, terá de crescer e desenvolver-se a nossa Província de Moçambique.

Mas esse crescimento e esse desenvolvimento tem de se fazer, graças ao nosso esforço e dentro dos moldes peculiares à nossa nacionalidade. De contrário desapareceremos. Será hoje o porto da Beira, amanhã o de Lourenço Marques e mais tarde o resto.

Estou certo que assim não será e quero morrer com esta certeza. Velho e cansado, apenas me resta recomendar cuidado.

Está claro que não podemos — nem devíamos, se o pudéssemos — desprezar os interesses das nações que vizinham connosco e que em grande parte dependem de nós, graças à situação geográfica que conquistámos em séculos de esforços. Temos, porém, um exemplo aberto, há muitas dezenas de anos: o do porto de Lourenço Marques. Desenvolvemos, de brilhante maneira, esse porto, tendo em vista não somente os nossos interesses, mas também os dos nossos vizinhos. Mas toda essa magnífica obra se ergueu graças à nossa iniciativa, sem imposições, nem interferências de ninguém e com a prata da casa.

Porque se muda de orientação?

Mais «memórias» que neste e em outros livros, em que estou revivendo o meu passado, quero deixar arquivadas. Elas constituem coisas para o

futuro e posso afirmar que poucos foram os portugueses que deram todo o valor que mereciam a estes acontecimentos. Tudo o que estou escrevendo e escrevi sobre esta parte do meu trabalho, a que dei o nome de «África», são indicações de perigos, que estão indissolivelmente ligados aos nossos territórios coloniais e manifestações dos repetidos esforços que, bem ou mal, fiz durante longos anos para os conjurar.

Antes da guerra actual publicou o governo português desmentidos e protestos repetidos sobre o que corria quanto ao plano do alemão Schacht para a partilha de Angola. Com o que escrevi quis mostrar que a verdade era só uma e que os protestos, dignos do maior louvor e respeito, pouco ou nada valiam. A imposição da criação de «companhias majestáticas» alemãs e italianas, destinadas a explorar grandes tratos de Angola, era coisa assente na Alemanha, em fins de 1936. Veio pela segunda vez a guerra dar-nos tempo para respirar.

Continua o Sr. Schacht com a sua ideia fixa.

Tenho aproveitado, desde os fins de 1924, todas as ocasiões que se me depararam para chamar a atenção do meu país para o plano de colonização alemã, que esse homem público, uma das mais elevadas capacidades políticas da Alemanha, tinha concebido.

Nos últimos anos tenho feito constantes referências e comentários ao plano Schacht. Outros portugueses têm escrito a este respeito e para não me citar a mim mesmo vou transcrever de uma brochura, publicada, em 1929, pelo distinto oficial do nosso exército, o Sr. Baptista Barreiros, o que nela se diz do plano do Dr. Schacht.

Estávamos então os dois nos Açores e íamos matando o tempo e as saudades, com coisas úteis à sempre amada terra portuguesa.

«Eis o plano, escrevia aquele meu ilustre camarada:⁽¹⁾

«Em Angola, Moçambique e, possivelmente, no Congo Belga, seriam escolhidas grandes extensões de terrenos para serem objecto de outras tantas concessões, a fazer por meio de «cartas», mais largas que a da Companhia

⁽¹⁾ «Missão Histórica de Portugal — Colonização Branca da África Portuguesa», por J. Baptista Barreiros, tenente de infantaria, Ponta Delgada 1929.

de Moçambique, aos países que, como a Alemanha e a Itália, desejassem obter zonas de exploração e de colonização em África. Essas «cartas» consignariam a permissão de uma colonização livre, por parte dos países concessionários, e uma administração independente da nação concessora... Portugal nada teria a recear, visto que as concessões aludidas seriam feitas sem prejuízo da sua soberania, porque a bandeira portuguesa continuaria a drapejar em todo o território concedido, dizia o Dr. Schacht... As concessões não seriam pedidas pelo governo alemão ou por outros governos interessados, o que tomaria o aspecto de uma ocupação, mas por grandes companhias alemãs, italianas, etc...».

Já passaram doze anos sobre o gizamento deste plano, sobre a sua comunicação a raros apenas, e sobre o conhecimento que eu dele tive, quando embaixador de Portugal em Londres. Dele dei conhecimento imediato ao meu governo. Meses depois foi tornado público e passou a ser periodicamente esboçado na imprensa mundial.

Em Dezembro de 1935, publiquei um artigo intitulado «Zonas de colonização», em que principiava por lembrar o discurso de Sir Samuel Hoare sobre a «distribuição internacional das matérias-primas coloniais», que já tinha analisado em artigos anteriores, e em que acabava por me referir, mais uma ao plano do Dr. Schacht. Quer dizer, liguei desde o primeiro momento as duas coisas. E eis que nos jornais desta manhã leio o seguinte telegrama que peço vénia para arquivar. Tudo isto forma um feixe de dados e acontecimentos que não convém dispersar.

NOVA YORK, 17 de Janeiro, 1937 — Na revista «Foreign Affairs», o Dr. Schacht publica um artigo que parece ser resposta às propostas delineadas por Sir Samuel Hoare, o ano passado, na SDN, a respeito da melhor distribuição de matérias-primas. O Dr. Schacht recorda as propostas feitas por ele na Conferência Young, em 1929, e escreve: 1.º — A Alemanha deve produzir matérias-primas, em territórios colocados sob sua administração; 2.º — Estes territórios coloniais devem incluir-se no sistema monetário alemão. Declara seguidamente que outras questões, tais como as de soberania, exército, polícia, administração, igreja, colaboração internacional, etc., podem ser discutidas e resolvidas internacionalmente, sem, porém, se

atingir a honra alemã. Acrescenta que o problema colonial não é nem um problema imperialista, nem um problema de prestígio, mas simplesmente económico e vital, de que depende a paz europeia.

Pensa-se aqui que a sugestão de Schacht de que a Alemanha receba a administração de certas colónias, sem necessariamente exercer nelas soberania, foi unicamente escrita no sentido de abrir a discussão das propostas de Hoare».

Em comentário a agência oficiosa alemã «DNB», publicou um comunicado em que diz:

«Este artigo contém, pela primeira vez, as condições fundamentais e as exigências mínimas para a actividade colonial do povo alemão. Oferece uma plataforma a uma discussão objectiva».

Tudo aqui está; tudo se contém neste telegrama.

Segundo vejo, a Agência Havas recebeu, em Lisboa, no dia 12 do corrente (Janeiro de 1937) a seguinte comunicação:

BERLIM, 12 — Apesar dos desmentidos oficiais, continuam a correr boatos em Berlim de que se realizam negociações entre Portugal e a Alemanha sobre Angola. Segundo informações colhidas até agora, não se trata de, como pretenderam certas informações publicadas no estrangeiro, duma cedência formal da colónia de Angola à Alemanha. O acordo teria como base a cedência, por arrendamento, de territórios daquela colónia, no todo ou em parte. A zona que interessaria particularmente o Reich seria a região meridional de Angola, contígua ao antigo Sudoeste Alemão. O pacto não seria firmado pelo Reich, como Estado, mas por intermédio duma sociedade colonial alemã. (Havas).

Trabalha-se em Berlim, em Nova York, no mundo inteiro, com perfeita harmonia, paralelismo e simultaneidade. Trabalho perfeito, não haja dúvida.

Desmentiu o governo português em termos categóricos, pelas suas legações, as atoardas que se fazem mais uma vez correr mundo a respeito dos nossos territórios ultramarinos. Deve também ficar aqui arquivado um dos telegramas que a esse desmentido se refere:

ROMA, 17 — A legação de Portugal desmente categoricamente as notícias relativas à suposta cessão de territórios em Angola. (Rádio Roma).

Não tem, de facto, o governo português deixado, uma só vez, de opor às notícias tendenciosas, que as diversas agências de publicidade têm dado sobre as colónias portuguesas, o mais formal desmentido; muitas vezes se têm transformado esses desmentidos em claras exposições sobre o nosso irrevogável propósito de não ceder, por qualquer maneira, a mínima parcela de território português; vezes houve, em que essas exposições tomaram a forma de solenes protestos e de firmes declarações da nossa resolução de defender por todos os meios o território nacional.

Era indispensável trazer para aqui, depois de se chamar a atenção de todos para o que se está passando, a recordação desses desmentidos, desses protestos e dessa resolução, com os quais o governo português tem sabido interpretar o sentir da Nação inteira.

Um ano depois de publicar o que acaba de se ler, escrevi o seguinte sob o título:

«O MAIOR DE TODOS OS PERIGOS»

Em documentos oficiais e em artigos diversos, publicados na imprensa nacional e em revistas estrangeiras, venho eu apontando, desde 1925, os perigos que contém o plano do doutor Schacht para a resolução da questão colonial alemã. Tímido e modesto de princípio, foi alargando em audácia e em voracidade esta concepção alemã de reconstituição de um império colonial, que uma tremenda derrota militar fez perder. De princípio, falava-se em pequenas concessões coloniais, que quase não passavam da esfera de actividade de companhias destinadas à exploração agrícola de terrenos, inteiramente constituídas dentro das leis e moldes dos países concessionários; pouco tempo depois, mais uns traços no plano e ele aparecia-nos a abranger grandes extensões territoriais destinadas a explorações agrícolas e industriais; a seguir dá-se a transformação, essencial sob o ponto de vista germânico, de destinar essas grandes concessões a colonização e a povoamento alemão. Desaparece, a breve trecho, a

afirmação primitiva dos concessionários estarem dispostos a integrarem-se no regime financeiro e económico da colónia onde as concessões territoriais fossem dadas: dentro das concessões a moeda seria o marco alemão, o regime de importação e exportação seria privativo da concessão, ainda que estabelecido de comum acordo, entre o outorgador soberano e o concessionário que caminhava para a soberania das terras concedidas. Finalmente tirou-se, quase por completo, a máscara: enormes zonas territoriais, que passariam de colónia para colónia, saltando as suas fronteiras e onde se poderia exercer a totalidade dos direitos majestáticos que caracterizam as soberanias coloniais, seriam concedidas por duas ou mais nações. Apenas se continuava a *declarar* que seria respeitada a soberania das nações, a quem pertenciam os territórios concedidos. E é nesta *declaração* que reside o maior de todos os perigos.

O jogo de interesses nacionais, de lutas de partidos ou de regimes de predomínio de princípios ou de confissões, está alterando, de ano para ano, o quadro mundial das alianças entre os povos do mundo inteiro. Vemos hoje (1938) a Alemanha e a Itália intimamente ligadas, esquecendo inteiramente a guerra de ontem. Ainda há poucos anos, a organização dos povos de raça amarela era apontada como um dos maiores perigos da civilização ariana, e estamos hoje assistindo à aliança de nações de raça branca, das mais fortes e das mais progressivas, quer com o Japão, quer com a China.

«Quem nos pode dizer que, amanhã, não passarão a viver em íntimo entendimento, em plena harmonia, em face de um perigo maior que a todos ameace, as nações fortes, que hoje lhas não querem colónias, com as nações fortes, que hoje lhas não querem dar»? E se assim acontecer, como é muito provável, não chegará o momento em que as grandes nações, velhas amigas das pequenas nações coloniais, não venham perguntar a estas: «Mas não haverá qualquer coisa de aproveitável naquele plano do simpático doutor Schacht?». E os argumentos persuasivos choveriam, em catadupa. Não se trataria evidentemente, dir-se-ia, de atingir, de leve que fosse, a soberania das pequenas nações, possuidoras de grandes colónias pois que todos sabem que as nações amigas não permitiriam tais atentados. As bandeiras nacionais continuariam a cobrir, com a sua sombra, os territórios concedidos. O

dinheiro e a actividade dos novos colonos estrangeiros, muito concorreriam para o desenvolvimento e progresso da colónia inteira e um sangue novo passaria a vivificar o glorioso organismo, cansado pelas ingentes lutas da colonização. Seria completa, graças a um trabalho comum e fecundo nas terras de África, a tranquilidade das terras da Europa e da América, e os povos brancos poderiam, então, organizar rapidamente a defesa e a ofensiva, se necessário fosse, contra as hordas do Oriente.

E que havíamos nós de responder...

O indispensável é evitar que tais perguntas se possam fazer.

Pela parte que nos toca, mostra-nos a nossa história que perguntas dessa natureza se principiaram a formular no decorrer do último quartel do século XIX. Há mais de 70 anos que estamos lutando, de notável maneira, para não sermos abrangidos pelo falso altruísmo que essas perguntas envolvem. Saímos bem feridos da luta em 1885...

Não podemos esquecer, por um só momento, os sacrifícios e os sofrimentos que representaram, para a Nação inteira, metrópole e colónias, como eu a concebo, as expedições militares de conquista e ocupação dos territórios do ultramar português, que no último século e meio realizámos; as penetrações comerciais, em que tantos portugueses baquearam; as organizações de comércio e indústria, erguidas na terra economicamente movediça da África, em que tantas fortunas portuguesas se enterraram; as grandes despesas de fomento e de organização, feitas à custa do contribuinte português da metrópole e do ultramar; a obra magnífica, em constante crescimento, que de tudo isto resultou; a nossa custosa e dolorosa intervenção na Grande Guerra, que outro fim não teve que não fosse o de conservarmos para sempre as nossas províncias do ultramar.

Na continuação deste esforço, o papel primacial compete sem dúvida à metrópole e constitui ele a sua preocupação e o seu cuidado constantes, estou certo disso. Mas muito têm também a fazer as colónias. Deve ser o seu constante pensar que uma área de dez quilómetros quadrados de terra portuguesa, onde não exista um sinal da nossa actividade — cultura, casa, oficina, capela, missão religiosa ou laica, escola, hospital ou enfermaria, estrada, caminho-de-ferro, telégrafo, telefone ou o que seja —, onde não exista uma coisa destas, pelo menos, constituirá uma brecha aberta na

muralha dos nossos direitos territoriais. Cada uma destas manifestações de actividade será um marco moderno, a afirmar os nossos direitos, pois que os antigos marcos, os de Diogo Cão e outros, só têm hoje valor histórico.

Deveriam constituir-se em Angola e Moçambique comissões destinadas a conseguir que em cada dez quilómetros quadrados do território destas duas províncias, exista um sinal do nosso esforço colonizador.

Que a manifestação deste desejo constitua o cartão de boas festas que, neste primeiro dia do novo ano de 1938, mando aos meus amigos brancos e pretos de Angola a quem estas palavras destino».

Os seguintes dizeres das minhas «memórias» são continuação do que acaba de se ler:

«Por todo o ano de 1937 e ainda em 1938, a questão colonial externa, isto é, as manobras de vária espécie para se preparar uma nova partilha de África, não cessaram um só momento. Portugal marcou bem a sua posição, com as declarações oficiais e cheias de dignidade patriótica, que fez. Mas se os quinhoeiros se tivessem entendido, teriam bastado essas notas do governo português? Por certo que não. Que fazer então? Já não é comigo. Continuo, porém, firmemente convencido de que na parte que nos toca, poderemos evitar a partilha das nossas colónias, apesar do muito tempo que temos perdido a bater com as mãos no ar. Por agora, a guerra actual, como aconteceu com a I Grande Guerra, adiou essa partilha. Mas não tenhamos ilusões: ela, principiará a ser lembrada nas negociações do após guerra, como o foi na última Conferência da Paz».

Tenho de voltar atrás e de registar. Vejamos a situação no primeiro dia do mês de Fevereiro de 1937.

Acaba de resolver o Conselho da Sociedade das Nações que se principie a tratar de um assunto a que se deu o nome de «distribuição das matérias-primas coloniais». Vai entrar-se na fase decisiva da questão colonial, sob o ponto de vista internacional? Tudo nos leva a julgar que sim.

Façamos uma espécie de «razão de ordem». Em 11 de Setembro de 1935, pronunciou na Sociedade das Nações, Sir Samuel Hoare, então

ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, um discurso cheio de frases vagas e pouco precisas.

Essa imprecisão e obscuridade prestou-se a comentários diversos, mas todos viram nas palavras do ministro inglês uma probabilidade de satisfação de várias pretensões coloniais e muitos pensaram que tinha chegado o momento de as formular.

Não pode restar dúvida que este discurso do ministro inglês dos Negócios Estrangeiros foi acha resinosa, lançada na fogueira das pretensões coloniais.

Em 24 de Fevereiro de 1936, Mr. Eden, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, perfilhava, em discurso pronunciado nos Comuns, as palavras do seu antecessor, na SDN.

Que dissera Sir Samuel? Falando dos perigos que pairavam sobre o mundo e do propósito dos ingleses manterem, até ao fim, os princípios da segurança colectiva, declarou «que entre as causas da actual falta de segurança se encontrava, segundo o seu modo de ver e o de grande número dos seus concidadãos, a injusta repartição das matérias-primas. A Grã-Bretanha — acrescentou — estava disposta a colaborar, dentro do quadro de Genebra, na modificação deste estado de coisas».

E mais nada. «Injusta repartição de matérias-primas»: foram as palavras que ficaram e cada um as cobriu com a carapuça que mais lhe agradava. Com o correr das semanas, alteraram-se elas um pouco, na imprensa mundial, em guisa de esclarecimento: «distribuição de matérias-primas coloniais» ou, mais claramente ainda, «distribuição internacional de matérias-primas coloniais». Todos continuavam, porém, a não saber bem o que estas palavras mágicas significavam. Mas, talvez por isso mesmo, elas agitaram e estão agitando o mundo. A Sociedade das Nações, no seio da qual elas foram proferidas, agarrou-as e fê-las suas e não mais as largará. Os seus comités estudaram-nas; um delegado seu, um polaco, por sinal, elaborou um relatório sobre a organização duma comissão destinada a estudar a distribuição das matérias-primas, onde, segundo nos dizem os fios e os sem fios se aventam fórmulas e modalidades, entre as quais avulta a sugestão de que «se deverão, antes de mais, assentar e discutir a fundo as grandes linhas do problema e só mais tarde estudar, separadamente, os diversos aspectos

particulares». Os jornais, a telegrafia sem fios, e os anúncios luminosos espalham pelo mundo a boa nova de que «Genebra começou a estudar o problema das matérias-primas coloniais».

É assim se vão transformando e produzindo efeitos, que, certamente, se não tiveram em vista nas vagas palavras de Sir Samuel Hoare, proferidas há mais de um ano.

Entretanto as palavras misteriosas iam sofrendo várias interpretações. Os franceses, claros e lógicos, disseram que elas somente podiam significar a intenção de pôr à disposição da Alemanha, da Itália e da Polónia, sob uma ou outra forma, territórios coloniais.

Na Inglaterra houve quem dissesse que tudo se «resolveria» amputando as colónias dos pequenos Estados coloniais, ao passo que outros ingleses afirmavam que tudo se poderia «resolver» sem tocar na soberania das nações coloniais, pois que bastaria um lato «regime de porta aberta» nas colónias...

Finalmente, quase como peru do Natal, chegam-nos afirmações e atoardas de vária espécie, que comentei com as palavras que se leram nas páginas precedentes.

E que mais?

O Conselho da Sociedade das Nações anuncia a imediata nomeação de uma comissão para estudar o problema da distribuição das matérias-primas coloniais; nela nos é dada a representação a que temos direito; a Alemanha e a Itália não querem fazer parte dessa comissão.

O governo português, pela voz do seu presidente, afirma, mais uma vez, em 29 de Janeiro (1937) e com a maior das oportunidades, que, «alheios a todos os conluios, não vendemos, não cedemos, não arrendamos, não partilhamos as nossas colónias, com reserva ou sem ela, de qualquer parcela de soberania nacional, para satisfação dos nossos brios patrióticos. Não no-lo permitem as nossas leis constitucionais; e, na ausência desses textos, não no-lo permitiria a consciência nacional».

Muito bem.

Hitler, no seu discurso de 30 de Janeiro, declarou que a Alemanha não tem qualquer reivindicação colonial a fazer àqueles países que não lhe tomaram colónias. É esta a versão que leio no telegrama dando conta do discurso do Führer.

Mas o general Ritter von Epp, «statthalter» da Baviera e «Führer» do «Reichskolonialbundes», publicou um artigo, em Setembro de 1936, na «Europäische Revue». Quatro a cinco meses depois, Hitler, no seu discurso, profere, a respeito da política colonial alemã, palavras que são o resumo do artigo de von Epp. Tudo se encontra bem organizado na Alemanha: constitui-se uma «associação dos coloniais do império», presidida por uma alta capacidade; faz essa associação a propaganda necessária da questão colonial, sob o ponto de vista alemão, em artigos sucessivos de jornais e revistas, entre os quais o de von Epp; orienta-se a opinião pública no sentido da política a seguir, isto é, em reduzir *aparentemente* toda a questão à reocupação das antigas colónias alemãs; e, no momento preciso, Hitler fala e as suas palavras são, simultaneamente, a consagração e a manifestação da opinião pública que se criou na Alemanha.

Em Inglaterra também as coisas se encontram em boa ordem, e é assim que a «African Society» publica, poucos dias antes do discurso de Hitler, na mesma brochura, três discursos: o do general von Epp; uma análise formidável desse discurso feita por Amery, ministro das Colónias inglesas, de 1924-1929; e uma exposição sob o ponto de vista belga, tirada de um discurso, pronunciado em Inglaterra, em Maio de 1936, por Mr. Pierre Orts, vice-presidente da Comissão dos Mandatos, na Liga das Nações.

Convém dizer algumas palavras sobre este discurso, que traduz o modo de ver dos nossos amigos e vizinhos belgas.

Verifica-se, antes de mais, que ele foi provocado pelas palavras de Sir Samuel Hoare sobre a distribuição das matérias-primas, e, seguidamente, que a questão colonial se reduz ao problema colonial alemão. As pretensões da Polónia só poderiam ser consideradas, se se tratasse de uma distribuição geral de territórios coloniais, o que de modo algum, segundo a opinião de M. Pierre Orts, é o caso; as da Itália estão afastadas, em consequência da conquista da Abissínia.

Depois de um ataque cerrado contra a política colonial alemã, passada e presente, que, a meu ver, só serve para irritar uma questão que tem de ser encarada com a maior serenidade, disse M. Orts só ver três maneiras de resolver a questão:

- 1) Uma redistribuição das colónias;

2) A generalização do sistema de mandato;

3) A extensão a todos os territórios coloniais do regime aduaneiro e comercial de porta aberta.

Quanto à primeira solução, insurge-se contra ela M. Orts, com a mais justificada das indignações, apelidando-a de imoral. Da mesma forma, encara como uma espoliação a generalização do sistema de mandatos.

Quanto à terceira solução, não repugna ela a M. Orts, desde que o regime de porta aberta se limite a assentar sobre os princípios de liberdade comercial e de igualdade económica, introduzidos em grande parte da África Equatorial pelo «acto» de Berlim, de 1885. Bem sabe, por certo, M. Orts que a igualdade económica e a liberdade de comércio existem hoje, com pequenas e reduzidíssimas excepções, que fácil será fazer desaparecer, em todo o território africano, fora ou dentro da bacia convencional do Congo: em todas as colónias africanas, as leis económicas e comerciais aplicam-se, igualmente, aos seus residentes, quer sejam nacionais, quer estrangeiros. A única diferença entre os territórios da bacia convencional, os que se encontram sob o regime de mandato, e poucos mais, de um lado, e, do outro lado, todos os restantes territórios africanos, é que no primeiro grupo não se podem estabelecer medidas de carácter preferencial.

Mas o regime de porta aberta, que temos de encarar, é o preconizado por Lord Lugard. Não se limita ele a abolir os direitos preferenciais: no plano do antigo e ilustre governador de colónias inglesas inclui-se uma espécie de fiscalização, exercida sobre todas as colónias pela comissão dos mandatos da SN; a proibição da militarização das colónias; e uma espécie de internacionalização dos funcionários coloniais, principalmente no campo científico e técnico.

A questão colonial embrulha-se cada vez mais. Já se fala numa nova Conferência de Berlim ou noutra revisão dessa Conferência, onde, pelos modos, em 1885 e na Conferência da Paz, as coisas não ficaram bem arrumadas; aventa-se a ideia de conjugar os pontos de vista de 1884, de Bismarck e de Stanley, com os que deram origem, em 1920, ao sistema dos mandatos; e novamente se erguem as bandeiras da igualdade económica, da liberdade do comércio, da civilização dos indígenas e todas as outras que se desfraldaram, ao sopro dos inspiradores da Conferência de Berlim.

Já passaram muitas dezenas de anos sobre o «acto» de Berlim. A nossa situação é hoje muito diferente do que era então. Todos os nossos territórios de além-mar se encontram delimitados e demarcados no terreno, mediante acordos solenes com os nossos vizinhos; os indígenas que os habitam, vivem na melhor ordem e tranquilidade, tendo acabado, há muito tempo as guerras entre tribos; à ocupação militar, substituiu-se inteiramente a ocupação civil; a população branca, que habita esses territórios, é quase toda portuguesa e aumentou consideravelmente de 1885 para cá; o bem estar e a civilização dos indígenas merece-nos cada vez maiores cuidados; estendemos a todas as nossas colónias os princípios consignados no «acto» de Berlim e na «Convenção de St. Germain», de 1918. Mas, acima de tudo, está a grande e alta obra de colonização por nós executada nesses territórios, no decorrer deste meio século.

Ninguém se atreverá a tocar nas nossas terras de África ou a chamá-las a si, estamos certos disso.

ÁFRICA — SONHO DA ALEMANHA

Redigi as palavras que seguem dois anos antes de rebentar a «Segunda Grande Guerra». Hoje todos sabemos que a questão colonial representava para a Alemanha apenas uma maneira de ir ganhando tempo para concluir o seu armamento. Fácil lhe seria, pensava ela então, talhar, finda a guerra, as colónias que quisesse, na África ou onde fosse. Mas a contenda não acabará com a guerra e as nações que têm colónias devem meditar no que se passou antes destas duas guerras e como se esteve para fazer das duas vezes uma nova partilha colonial, em consequência da qual muito sofreríamos por certo.

Nos anais da história e também nas indicações da pré-história, a África aparece-nos mais do que imperfeitamente conhecida, quase completamente desconhecida antes da época das descobertas portuguesas. Com excepção do que se referia às regiões banhadas pelo Mediterrâneo e pelo Mar Vermelho e a pequenas áreas dos «hinterlands» respectivos, somente informações confusas, vagas descrições de raças estranhas, narrações de périplos

fabulosos, tinham chegado ao conhecimento dos europeus, antes dos descobrimentos.

O mapa de Ptolemeu, desenhado no começo do século II da nossa era, dá-nos uma grosseira representação da África até ao Equador. Para o sul da linha equinocial apenas nos aparecem nesse mapa as fantásticas nascentes do Nilo, nas Montanhas da Lua, por alturas do paralelo de dez graus latitude S.

A civilização árabe, à qual nós portugueses tanto devemos em matéria de explorações geográficas e de outras manifestações do esforço e da inteligência dos homens, produziu durante a Idade Média, uma plêiade de geógrafos, cujas informações e as lições de grande utilidade foram aos nossos primeiros navegantes. Mas o mapa de África de Edrisi (séc. XII) pouco mais nos diz que o de Ptolemeu, o qual pouco adiantava em relação ao de Heródoto (450 a. J.C.).

A África surge com a sua verdadeira forma, graças aos trabalhos geográficos dos portugueses; e, ao examinar as sucessivas representações das costas do continente africano e do seu interior, desenhadas por geógrafos portugueses ou mediante elementos por eles fornecidos, ao ver, num artigo sobre geodesia da África do Sul, a admiração, o espanto quase do seu autor, depois de verificar o rigor da determinação das coordenadas geográficas de muitos pontos e localidades daquela região obtida, há séculos, com imperfeitos instrumentos pelos portugueses, atrevo-me a dizer que a forma de África é uma concepção nossa, que a sua realidade, quase a sua existência, a nós é devida. Seria possível de facto, a concepção que formamos da África de hoje, realizar-se no cérebro de um europeu da Idade Média, ao contemplar os trabalhos cartográficos de Heródoto, de Ptolemeu e de Edrisi?

Quando muito, o que esse homem poderia imaginar a respeito da forma de África é que deveria haver mais território para o Sul do Equador...

Após a obra admirável dos descobrimentos, principiámos a ocupar a África. Obra lenta e ingrata, prejudicada por outras acções da mesma natureza, mas mais fáceis e mais atraentes, no Oriente e no Brasil, e sem, por completo, ser animada pelo espírito científico, por aquele alto brilhar de inteligência humana, que tanto nos guiou na época das grandes

navegações. Outros povos vieram depois de nós e, passados séculos, principiou o Continente negro, a despertar neles aquela curiosidade que nos tinha impellido para o desconhecido mais de três séculos antes. Em 1788 funda-se em Inglaterra a «African Association», e quase não demos por isso. Iniciam os ingleses as suas grandes viagens de exploração em África, sendo espalhados, pelo mundo inteiro, em livros, artigos de jornais, conferências e em comunicações, aos centros científicos da Europa, os resultados dessas viagens, a maior parte deles já por nós atingidos, no que respeita às regiões ao Sul do Equador. Nós continuámos em África os nossos silenciosos trabalhos sem, infelizmente, nos preocuparmos com o buzinar cada vez maior de outros povos, sem redobramos de actividade exploradora e de ocupação e sem vermos as vantagens que haveria em fazer valer perante o mundo a nossa obra de colonizadores. E assim perdemos mais de meio século.

Quando pegamos em qualquer história de África, vemos, com tristeza, que o historiador nos diz que os anais geográficos do mundo arquivam umas cinquenta viagens célebres, de exploração no Continente negro, de 1800 e 1860. Dessas viagens, foram nossos os notáveis empreendimentos dos «Pombeiros» de Angola, princípio do século XIX, a viagem de Monteiro (1831-1832) e a de Silva Porto (1852-1853). Nada mais consta, a nosso respeito, nesses livros de história geral.

Nos meados do século passado, como resultado da actividade científica de diversos povos da Europa, principiou a substituir-se a ideia de ocupação comercial dos territórios de África pela da partilha desses territórios. A fundação da Companhia Alemã para a exploração da África Equatorial, em 1873, e, quatro anos depois, em 1877, a constituição da Associação Africana Internacional de Bruxelas, foram os primeiros passos dados para a partilha que se realizou na Conferência de Berlim, em 1885.

O rei Leopoldo da Bélgica conseguiu, para os belgas, um enorme império colonial, graças à partilha de que foi o principal instigador, mas, ao mesmo tempo, introduziu nas coisas de África um aspecto de internacionalidade, cujos perigos estão hoje ameaçando a própria integridade do Congo Belga, cuja criação se apoiou no, então preconizado, internacionalismo dos interesses coloniais.

Em 1884, fomos nós os únicos a combater esse internacionalismo. Combatemo-lo, mais tarde, na Conferência da Paz, após a Grande Guerra, apoiados então pela França e pela Bélgica, e contrariados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos da América do Norte.

Agora, no correr deste ano de 1937, que nova partilha de África se está preparando em vários sectores do mundo, a Inglaterra sente que o internacionalismo, que ela patrocina para uso externo, pode transformar-se num elemento de desagregação do seu colossal império.

Há algumas semanas (Outubro de 1937) o Sr. Water, alto comissário em Londres da União da África do Sul, a quem já, com elogio, me referi neste volume, em viagem no Canadá, declarou numa entrevista que deu em Montreal, que era indispensável para manter a tranquilidade no mundo que se fizesse aos alemães cedência de regalias coloniais em África, que fossem substanciais, que reparassem precipitações ou, talvez, injustiças feitas na ocasião de se celebrar uma paz imposta, e que satisfizesse o natural desejo de uma grande nação poder dispor, livremente, de abundantes matérias-primas. E acrescentou que estava convencido que o seu país, a União, tudo faria para satisfazer os legítimos desejos da Alemanha.

Na Imprensa de Inglaterra e em parte da Imprensa da USA, que naquelas paragens sul africanas continua a ser quase exclusivamente inglesa, logo se disse que tais afirmações, feitas por um categorizado representante da União, não poderiam significar outra coisa que não fosse a intenção dos sul-africanos abandonarem o mandato do sudoeste de África, antiga colónia Alemã. Retorquiram os jornais afectos ao governo da União que o Sr. Water não aconselhara de forma alguma o abandono do mandato e apenas se referira ao grande desejo que os sul-africanos tinham de ver a Alemanha satisfeita. De resto, já o Sr. Pirow manifestara, havia um ano, idêntico modo de ver e de pensar.

Veio depois o Dr. Malan, chefe do partido nacionalista da USA, com aspirações de ser o De Valera da África do Sul, dizer-nos que não se poderia conseguir a paz enquanto se mantivesse a exclusão da Alemanha da posse de colónias em África; mas que o sudoeste africano fazia geográfica e economicamente parte da União e que, portanto, não seria possível pensar em cedê-lo à Alemanha. A situação actual não podia, porém, continuar: por

um lado, os cidadãos da União que se tinham fixado no «sudeste», não sabiam que futuro lhes estava reservado; por outro lado, os antigos colonos alemães não se transformariam em bons e leais cidadãos da União, enquanto abrigassem a esperança da retrocessão dos territórios que habitavam à Pátria alemã. A política da União tinha consequentemente de ser a de conseguir a cooperação da Alemanha para se chegar à solução amigável da integração definitiva do sudoeste africano nos territórios da União Sul Africana. A União, por meio da Sociedade das Nações e por outros meios ao seu alcance, apoiaria um projecto que plenamente satisfizesse as necessidades coloniais da Alemanha.

Na mesma ocasião, o Dr. Van der Merwe, «leader» nacionalista disse no congresso dos partidários do Estado Livre da União, em Bloemfontein, que o sentimento dos nacionalistas era o de reparar a injustiça feita, havia 20 anos, à Alemanha, com a devolução àquela nação do sudoeste africano. Mas acrescentou que era o primeiro a reconhecer duas circunstâncias que se opunham à retrocessão dos antigos territórios alemães: o sudoeste africano era hoje habitado por muitos afrikanders, e o valor, estratégico desses territórios, sob o ponto de vista de defesa militar da União, era enorme. Em vista disso desejava o partido nacionalista, da União, que se realizasse uma conferência das potências interessadas «para se tratar da incorporação do sudoeste na União».

O general Smuts, falando em seguida em Colesberg, declarou que o mandato do Sudoeste africano era necessário para a futura segurança da União e que por nada os sul africanos o largariam. Fora o conhecimento deste modo de pensar da União e desta irrevogável resolução que levara milhares de sul-africanos, na maior parte de língua afrikander, a fixar-se no território do mandato.

Basta o que fica escrito para se verem, nítidas, as linhas principais do plano, que se está desenvolvendo.

A União Sul Africana reconhece, unanimemente, que a Alemanha foi vítima de uma injustiça quando, após a guerra, os vencedores lhe arrancaram as suas colónias; essa injustiça carece de ser reparada, e o meio mais natural de conseguir essa reparação seria o de devolver à Alemanha as suas antigas colónias. Mas a União não pode, de modo algum, dispensar o Sudoeste

Africano e a Alemanha terá, portanto, de lhe ceder esses territórios amigavelmente.

Reúna-se, pois, uma Conferência de potências, na qual se assente na solução do problema, cujo dado, único para os sul-africanos, é a conservação do sudoeste, e as incógnitas, para todas as altas partes contratantes, são os territórios a adjudicar à Alemanha em troca do antigo Sudoeste Alemão.

Naturalmente, as nações «possuidoras» de mandatos diriam, como já estão dizendo a respeito das colónias alemãs, que lhes couberam na partilha, o mesmo que a União afirma sobre o Sudoeste: o número dos dados do problema aumentaria e também os das incógnitas, isto é, das diversas fatias a talhar por essa África fora, e talvez por esse mundo fora para compensar a Alemanha da «amigável» cedência das suas antigas colónias.

Outra linha bem nítida no plano de conjunto, cuja trama se está estendendo sobre o mundo inteiro, é a que ressalta da organização oficial «do Reich» para a reivindicação das suas antigas colónias.

Como sempre que se trata de manobras germânicas de política internacional, uma grande parte desta acção está a desenvolver-se em Londres.

Repisemos que também desta vez, vale a pena repisar.

Destacam-se nas manifestações deste curioso interesse pelo bem dos outros os partidários de um estado livre da África do Sul, que protestam agora, com veemente, ainda que tardia, indignação, contra a injustiça da distribuição das colónias alemãs, com a qual a UAS foi amplamente contemplada, recebendo grossa fatia que, há vinte anos, saboreia. Mas o mal está feito, dizem os próprios nacionalistas republicanos da União; nestes vinte anos o Sudoeste Alemão amalgamou-se de tal forma geograficamente, economicamente, socialmente e sob o ponto de vista de defesa militar com a nação afrikander, que seria inteiramente impossível, agora, passar esses territórios para qualquer outra nação. Que os alemães reconheçam isto, que se curvem perante as transformações que vinte anos de vida social e económica produziram e que sejam os primeiros a ceder-nos amigavelmente o seu antigo território do sudoeste africano. Em troca nós faremos todo o possível para que amplas compensações lhes sejam dadas, e... continuam as promessas à custa alheia.

O «Times», de 7 de Outubro deste mesmo ano de 37, publica uma carta, assinada por quatro ingleses, em que se chama a atenção para o discurso de Herr Hitler, em Nuremberga, e para a entrevista dada pelo Sr. Water no Canadá, frisando-se a proposta do alto-comissário da União da África do Sul, em Londres, para se reunir sem demora uma conferência de nações, onde se examine a questão das colónias alemãs. Para que a iniciativa do Sr. Water possa ter seguimento julgam os signatários da carta que duas condições são necessárias. Em primeiro lugar, os nativos da África não devem de modo algum sofrer nos seus interesses, em consequência de qualquer solução a apresentar. É edificante ver os cuidados que merecem a estes distribuidores de territórios africanos os interesses dos indígenas... A segunda condição consiste em estabelecer igualdade de administração nas colónias africanas. Nas colónias, porque os domínios formam à parte...

Conseguir-se-á este duplo fim, passando para a Alemanha, «em regime de mandato» algumas, se não todas, das suas antigas colónias, colocando sob «idêntico regime» uma parte equivalente das colónias que outras nações, isto é, a Inglaterra, a França, Portugal e a Bélgica, possuem na África. A Alemanha passaria a administrar, sob regime de mandato, digamos, a antiga África Oriental Alemã, o Camarão e Togo, e, nas colónias das quatro nações referidas, seriam talhadas zonas de área igual ao total dos mandatos com que a Alemanha ficaria, zonas que constituiriam mandatos dos seus antigos possuidores. Era a extensão do regime de mandatos a territórios africanos iguais, no total, a quatro vezes a área das antigas colónias alemãs, a entregar à Alemanha sob esse regime!

Está claro que esta carta produziu o fim desejado. Estava reunido, quando ela se publicou, o congresso do partido conservador inglês e imediatamente se protestou contra tais sugestões. Equivaliam elas a desmembrar o Império britânico e a colocá-lo, na África, em grande parte, sob uma administração internacional; a entrega das suas antigas colónias à Alemanha destruiria o admirável equilíbrio da defesa económica e militar do império. Choveram os protestos e as manifestações de indignação foram violentas. Foi este o primeiro efeito da carta; mas outros se lhe seguiram. Está muito bem — principiou a dizer-se em Inglaterra. De modo algum podemos pensar na retrocessão à Alemanha das suas antigas colónias, mas

alguma coisa se deve fazer, em face da situação em que os vencedores colocaram a Alemanha há vinte anos, e perante as palavras claras do Führer sobre as antigas colónias alemãs. Mr. Arnold Wilson sugere a criação de um «Internacional Bureau of African Powers», de que faça parte a Alemanha, o Egipto, a África do Sul e as nações que hoje possuem territórios em África.

Os representantes dessas nações no Bureau encarregar-se-iam dos grandes problemas da administração de África. Os poderes e as funções desses representantes cresceriam com o andar do tempo, diz o Sr. Wilson...

Mr. Rees Jeffreys vai mais longe para contentar a Alemanha. Estabeleça-se em África um sistema federativo, diz-nos ele; crie-se um Conselho Federal para tratar as coisas de África, onde a Alemanha tenha representação. Desta forma a África desenvolver-se-á, de grandiosa maneira, sob o esforço de todos os interessados actuais, incluindo neles a Alemanha, e formar-se-á uma grande África «em lugar de uma pequena Inglaterra, uma pequena Alemanha, uma pequena Itália uma pequena França, um pequeno Portugal e uma pequena Bélgica, a administrarem, arbitrariamente, territórios e a levarem para a África as divisões e as actividades guerreiras da Europa».

Lord Allen of Hurtwood encara o problema também sob um aspecto internacional, pode até dizer-se com um universalismo que visa ao ardente desejo de pacificar o mundo. Ponham-se de lado discussões estéreis, diz o nobre lord. A política mundial carece de uma revisão de conjunto; o problema das colónias só poderá ser considerado, com probabilidades de solução, se o integrarmos no estabelecimento geral da paz mundial. Reúnam-se em conferência todas as nações para assentar as bases da paz do mundo e o novo arranjo colonial sairá dessa conferência.

Careceria de escrever, muito e muito mais, para dar um resumo das diversas opiniões que sobre este assunto têm surgido nestas últimas semanas na Imprensa inglesa. Tenho a mesa onde estou escrevendo cheia de recortes de jornais. E ao lê-los, baralham-se no meu entendimento coisas boas e más e até coisas repelentes. Uns, almas ingénuas, advogam a entrega, pura e simples, à Alemanha, das suas antigas colónias, como um acto de justiça e com a ilusão de que esse gesto a saciará; outros querem que essa entrega se faça em troca de vantagens, garantias e seguranças dadas pela Alemanha;

outros propõem que o Império britânico continue com os seus mandatos, devendo, porém, dar-se à Alemanha compensações territoriais em África, fazendo novas partilhas, novos arranjos coloniais, novas compensações; outros afastam a pouca limpa solução de tirar a uns para dar a outros, inventam corpos internacionais, sistemas federais, novas conferências da paz, para, graças a elas, se diminuïrem ou anularem soberanias para que estrangeiros possam administrar territórios que não lhes pertencem; outros, finalmente, têm a coragem de pôr o problema no seu devido pé: — mantenha-se o actual estado de coisas, dizem eles.

Entre estes últimos, figura com relevo, Mr. Amery, a cujo bom senso, espírito de justiça e nítida visão das coisas tenho, por mais de uma vez, em Imprensa portuguesa e estrangeira, rendido o meu preito de admiração.

O império britânico não pode ceder à Alemanha a menor parcela dos territórios que actualmente possui, governa e administra; o mesmo acontece, naturalmente, às outras nações coloniais. A existência de colónias não é essencial para uma nação, cuja formação se elaborou e cuja grandeza cresceu e se consolidou pelos séculos fora, sem para tanto, ter tido necessidade, de territórios no ultramar. Carece, sem dúvida, essa nação de leis justas de emigração, de liberdades comerciais e económicas, de convenções monetárias, que permitam e facilitem o exercício das suas actividades em todo o mundo e a utilização da produção mundial em termos liberais, mas mais nada. Diga-se-lhe isto claramente.

Recordei palavras, em páginas passadas impressas, a respeito do modo de ver de Amery. Junto-as a estas e sei bem que elas exprimem o nobre sentir do *povo inglês*, que deseja, naturalmente, evitar uma guerra terrível, mas no seio do qual nenhum sentimento baixo ou mesquinho pode abrigar-se.

A POSIÇÃO DA BÉLGICA

E, no final, a neutralidade da Bélgica não se proclamou. Ai dos países que se encontram no caminho das grandes invasões. Neutrais ou beligerantes, os invasores tomarão totalmente conta deles, a não ser que se tenham preparado para se defenderem, integrando-se num vasto sistema de

defesa internacional. Estes sistemas defensivos terão de se organizar de futuro e é, naturalmente, por essa razão que muitos afirmam que, perante futuras guerras, não poderá haver nações neutrais. E outro comentário não convém às seguintes palavras, há oito anos escritas.

Acodem-me à memória, perante o importante acontecimento internacional que acaba de se dar, palavras do rei Alberto da Bélgica, proferidas em ocasião solene, quando a gentileza de um grande chefe consagrou o meu esforço, em bem do meu país principalmente feito, mas, ao mesmo tempo, a bem da humanidade. Disse então Sua Majestade que Portugal e a Bélgica possuíam territórios que se tocavam e cujas fronteiras comuns se estendiam numa linha de mais de dois mil quilómetros de extensão e, em face desta circunstância, os interesses das duas nações não podiam deixar de ser, em grande parte, mútuos e comuns.

Assim é de facto. O Congo Belga reage sobre a Bélgica de forma idêntica ao que se dá com Angola em relação a Portugal. No campo da política internacional, o factor Congo Belga tem enorme importância na posição que a Bélgica ocupa na Europa; e, da mesma forma, são, para a nossa política europeia, factores importantíssimos os territórios de Angola, Moçambique, S. Tomé, Guiné e Cabo Verde.

Qualquer acção internacional sobre o Congo ou sobre Angola e outras colónias nossas terá repercussão, não só sobre as colónias vizinhas, mas também sobre as respectivas metrópoles. Mais de uma vez disse que Portugal e a sua grande colónia da África Ocidental muito teriam a ganhar com o desenvolvimento do Congo Belga, e que a Bélgica e a sua importante e vastíssima colónia muito lucrariam com o progresso de Angola.

A missão histórica das duas nações em África é em grande parte, a mesma, somos, na África, com os franceses, os portadores e os representantes da civilização latina, que terá de se erguer um dia, que chegará mais cedo do que se julga, não em atitude guerreira, mas como barreira destinada a impedir o domínio exclusivo de uma única civilização em África, como acção indispensável para o estabelecimento no continente negro de um justo equilíbrio entre as duas grandes civilizações do mundo.

Constitui isto razão suficiente para tudo o que interessa à Bélgica nos merecer a mais cuidada atenção, o mais profundo estudo.

Como português, compreendo perfeitamente bem, ainda que mais com o sentir do que com a inteligência das coisas, a recente atitude da Bélgica, revelada no discurso do seu jovem rei. (Outubro de 1936). O que tem sido a minha vida inteira, na modéstia da minha acção, na insignificância do meu esforço, em que de grande só houve a intenção, a não ser o propósito de uma luta constante pela inteira independência do meu país, o afastar de situações, compromissos, críticas ou reparos internacionais, que o prejudicassem de leve que fosse...

O povo belga ocupa na Europa uma grande posição. Resulta ela da situação geográfica do país e das admiráveis qualidades de energia, de trabalho, de ordem e de disciplina social que caracterizam os belgas. É a Bélgica um país rico e próspero. A sua obra no Congo é digna da admiração de todos os coloniais. Tenho seguido atentamente o seu esforço para se livrar e levantar da crise tremenda que assoberbou todas as colónias do mundo, e curvo-me respeitosamente perante a vitória alcançada. Quando quase todos, descreiam das colónias; quando os capitais se retraíam apavorados, perante a queda fulminante dos preços e a derrocada das empresas coloniais; quando Estados, como, por exemplo, a França, desistiam de fazer às suas colónias os financiamentos votados pelos seus parlamentos e reduziam ao mínimo as despesas das metrópoles para o desenvolvimento colonial, a Bélgica teve a visão nítida dos sacrifícios que lhe impunha a circunstância de ser a metrópole de vastíssimas regiões na infância da civilização, que dois grandes chefes tinham conseguido manter sob o domínio belga. Era, sobretudo, indispensável que os indígenas do Congo não sentissem a crise. E assim se fez. A produção e a exportação de matérias-primas e de géneros coloniais aumentaram consideravelmente durante a crise, graças ao trabalho indígena. Basta apontar um caso: — a exportação do algodão, quase nula ao iniciar-se a crise, anda hoje (1936) por vinte mil toneladas.

Este triunfo mostrou ao povo belga que terá de continuar a avançar no caminho largo que o conduzirá a grandes prosperidades. Mas, para tanto, é necessário consolidar e aumentar a riqueza da metrópole e concluir a grande obra projectada de colonização dos territórios do Congo; e, para levar a cabo a execução deste grandioso plano, é indispensável segurança e tranquilidade.

É a ânsia de uma vida de trabalho, segura e tranquila, que, a meu ver, traduzem as palavras do rei dos belgas.

Estão a germinar na Europa e pelo mundo inteiro contendidas formidáveis entre nações de grande poder; em muitas nações existe a guerra civil, declarada ou latente; a revolução social, que avança do oriente da Europa, traz no seu seio a destruição de civilizações que tantos séculos levaram a atingir, o esfacelar de direitos, de regalias, sem as quais as raças civilizadas do ocidente não podem viver, e a reprovação formal de tudo o que representa colonização de terras atrasadas e civilização de povos primitivos.

É natural que a Bélgica, e com ela outras nações de idêntica situação, queiram afastar de si contendidas com as quais nada têm, perturbações de ordem interna e transformações de ordem social, familiar e individual, que a maioria dos seus habitantes não compreendem ou não desejam.

Talvez o rei não devesse falar em neutralidade; mas o espectro da guerra ergue-se de tão aterradora forma diante de nós, que é natural raciocinarmos como se ela estivesse já a devastar o mundo.

A ÁFRICA E A ITÁLIA

A quase totalidade destes trechos constituem «memórias da minha vida». As palavras, que esta epígrafe cobrem, passam já dos sete anos e tudo me está a dizer, neste princípio de 1944, que não me enganei nas minhas previsões.

Não previ, porém, que um homem, incontestavelmente superior, pudesse causar tanto dano à sua Pátria.

A literatura da Grécia, na sua mais alta manifestação, mostra-nos que as situações dramáticas resultam sempre, na vida dos homens e dos deuses, dos procedimentos que saltam fora da medida humana ou divina. Por mais alto que os homens ou as nações subam, terão de se conservar dentro dos limites que o destino lhes fixou. É necessário fugir de Até, deusa do erro, que cega os homens, diziam os trágicos gregos. A moderação é a virtude suprema.

Mas, em Mussolini, houve outro grande erro. Esqueceu-se de que era latino, do mal que dos germanos veio a Roma e do que Tácito escrevera.

Conheci, em Angola, os alemães antes da guerra; conheci-os durante ela, naquelas poucas semanas, em que a política de hesitação do governo da metrópole me conduziu à dura necessidade de suportar a sua presença, até tomar a resolução de as mandar sair da província que governava; conheci-os também, depois da guerra, quando, empobrecidos e apagados, voltaram a Angola, como agricultores. Na preparação da vitória e do esbulho que se lhe seguiria, quando o triunfo lhes pareceu certo, e depois da desgraça os ter abatido sem os fazer sucumbir, eram sempre os homens das linhas admiráveis de Tácito, que eu via diante de mim. O poder de preparação do triunfo, baseado em grande parte na intriga, na cabala e na desunião dos povos inimigos; a vitória resultante da ordem, da disciplina militar e da coragem indómita integral, capaz de pulverizar as almas dos vencidos: a adaptação à desgraça, quase à humilhação hebraica, com a esperança constante na desforra.

Homens e mulheres de inteligência clara, de vigor e de beleza física e espiritual, mas que tudo perturbam, revolvem e destroem, quando entram em casa alheia.

Que podia acontecer aos italianos que não fosse o que estamos vendo, quando, ambicionando imoderadas expansões, os deixaram entrar na sua tão risonha e tão amena casa...

Como noutras palavras minhas, ficaram também os dois últimos períodos do meu dizer de Novembro, de 1936, a apontar o caminho a seguir.

Que podia eu mais fazer, do que indicá-lo, como um poste, silencioso e imóvel, numa encruzilhada...

Para mim a parte mais importante do discurso que Mussolini pronunciou em Milão, em Novembro de 1936, é a que se refere ao mar Mediterrâneo. Como tantas vezes tenho dito, continuo a observar com o maior cuidado, com ansioso cuidado, por vezes, tudo o que se refere à Inglaterra. Nada do que lhe respeita, nos pode ser indiferente, e habituado, desde sempre a considerar a lealdade como a virtude suprema dos homens e das nações, levo o meu sentir ao extremo de olhar atitudes incorrectas para com amigos e aliados como incorrecções para comigo.

Nos jornais portugueses, em que li as versões do discurso do Duce, há, de uns para outros, alterações sensíveis nas palavras proferidas em

referência à Inglaterra. Sigamos a versão mais suave. Deve ela ser, por certo, a que mais se aproxima da linguagem do chefe de um grande povo.

«Para a Inglaterra o Mediterrâneo é uma das muitas estradas que ligam as diversas partes do seu império, mas para nós esse mar é a vida», exclama o Duce, e acrescenta: «os direitos e os interesses vitais da Itália têm de ser respeitados, devemos considerar a Itália como uma ilha no meio do Mediterrâneo, temos de nos criar uma mentalidade insular... «A seguir, as afirmações: «não queremos ameaçar, nem cortar esta linha de comunicações do Império britânico, neste mar que foi outrora o de Roma».

Carecemos de meditar estas palavras e por essa razão as destaquei.

Estamos em face de uma dualidade. Para os italianos, o Mediterrâneo apresenta-se como coisa diferente do que é para os ingleses e, naturalmente, para outras nações, que ele banhe ou não. As palavras do orador traduzem, com grande coragem e com rara energia, o seu pensamento, quando se refere ao mar de Roma, quando diz «ser necessário que os cérebros pensantes da Inglaterra se convençam de que o facto está consumado e é irrevogável». Trata-se, para os italianos do «*mare nostrum*», e nele apenas se reconhecem restritas servidões de passagem, às nações vizinhas ou distantes.

Foi isto, evidentemente, o que se quis dizer.

Nas seguintes palavras do Duce está a confirmação e a ameaça: «Não há, portanto, senão uma via, a do entendimento. Mas se esse entendimento não for possível, o que eu excludo, se se quiser abafar a vida do povo italiano no mar que foi outrora o de Roma, esse povo levantar-se-á como um só homem, com uma decisão sem precedentes na história.»

Os ingleses respondem com a serenidade e a dignidade da *urbs* antiga, hoje situada nas frias regiões do Atlântico Norte: «Um dos pontos basilares da política britânica, diz a Imprensa inglesa, é que o Mediterrâneo deve constituir um largo caminho aberto ao trânsito internacional». E perguntam: «quem é que intenta violar os interesses italianos ou ameaça sufocar a Itália?»

À injunção de Mussolini respondem: «Nenhum facto novo, consumado ou não, surgiu na situação presente e nenhuma utilidade haveria, portanto, em qualquer entendimento ou acordo sobre os direitos e os interesses

italianos». Às pretensões do Duce sobre o Mediterrâneo opõe as palavras formidáveis: «A Grã-Bretanha irá até onde for necessário, para garantir a liberdade desse mar».

A Inglaterra fará tudo que a honra da nação permita, para evitar uma guerra, estamos certos disso. Encontra-se ela no limiar de uma época de grande prosperidade. Leio nos seus jornais: «O preço do ouro subiu de 75 por cento no seu valor e a sua produção dobrou. Pensai bem no que este duplo facto representa no desenvolvimento do comércio mundial. O ressurgimento das indústrias britânicas é evidente; os Estados Unidos merecem a crise que os assoberbou; e os nossos grandes domínios estão-nos a acompanhar neste arranco para a prosperidade». Mas os mesmos jornais escrevem: «Cumpramos declarar a nossa intenção de defender, até à última gota do nosso sangue, os interesses da «Commonwealth», que sejam atacados».

Um dos seus constantes publicistas, Sir Abe Bailey, escreve no «Times» de há dias: «Temos de dizer o nosso intento de defender a independência de nações como a França, a Bélgica, a Holanda, Portugal e o Egipto, que é vital para a nossa própria existência».

E traduzindo a opinião quase unânime da Inglaterra, a sua Imprensa diz ser necessário manter a Sociedade das Nações e o princípio da segurança colectiva, e Sir Abe comenta: «é certo que saímos mal feridos, nós e a França, da questão da Abissínia; mas a falência das nações não consiste em cair e sim em não saberem levantar-se da queda».

Às nossas tradições juntam-se os nossos interesses a indicarem-nos o caminho que devemos seguir, e por ele teremos de caminhar, levando por anjo tutelar a lealdade portuguesa.

Será esta a única maneira de participarmos da prosperidade que se anuncia e que temos de ajudar a defender, se quisermos realizar na África a nossa grande missão histórica.

E como epílogo ao que acabo de dizer, escrevo neste Janeiro de 44. No acto de Berlim, onde se consumaram muitas injustiças, cobertas por um manto humanitário, estabelecia-se que as guerras entre as nações coloniais; signatárias daquele instrumento, não passariam, em caso algum, às colónias de África, que se considerariam terreno neutro e deveriam continuar a viver

em paz. Não levemos aos pretos africanos o exemplo nefasto das nossas cruentas lutas, dizia-se então.

Veio a Grande Guerra e foi o que se viu. Depois, pior do que tudo, surgiu, há nove anos, a campanha da conquista da Abissínia, brilhante, sob o ponto de vista militar, como campanha colonial, mas trazendo ao povo italiano tremendas sanções. Veio a guerra actual e o espírito guerreiro dos brancos, mais cruel e mais feroz que o dos negros, invadiu quase toda a África, do Mediterrâneo ao Cabo da Boa Esperança.

Nas duas grandes colónias portuguesas continua a paz. De há muito está dito o que é necessário fazer para a manter intacta.

Balanço Colonial

Pena foi que me não tivesse sido possível continuar a escrever estes «balanços», não pelo que eles valeriam, mas como indicadores de situações passadas, de factos e de acontecimentos e de modo de ver, que comigo muitos portugueses partilham.

Mas aproximou-se e, por fim, veio a guerra, uma confusão resultou e os caminhos principiaram a correr quase todos em direcções cada vez mais fundamentalmente opostas.

Num país como o nosso, um balanço de actividade colonial equivale ao balanço da nação. Não me sinto com forças para o fazer...

Limitar-me-ei a apresentar as categorias de impressões que, no ano de 1936, a minha observação atenta me permitiu colher.

1 — Na ordem ideológica:

a) Ganhou terreno a noção de que o nosso país tem de viver muito mais para o desenvolvimento dos territórios de além-mar do que para as contendas europeias, políticas ou sociais. A nossa missão histórica tem de se desenrolar em África. Para que esta noção se firmasse no nosso meio, mais do que em anos passados, muito concorreram os acontecimentos da Abissínia e, principalmente a guerra civil espanhola. Um povo, latino, como o nosso, reconheceu que carecia de largas terras distantes para nelas exercer a sua actividade e implantar a sua civilização. Por outro lado, os povos

dotados de colónias e que, portanto, dispunham de vasto campo onde distribuir trabalho, onde criar propriedade particular, e que sejam, no tempo, os portadores do génio colonizador dos latinos, poderão facilmente libertar-se do desemprego, de tiranias e de exotismos de qualquer espécie.

E, finalmente, muitos portugueses se convenceram, como eu, durante os últimos cinco terríveis meses, que, se a Espanha tivesse sabido constituir e manter um império colonial, não estaria atravessando este tremendo transe.

b) A unidade territorial da nação, cimentada pela unidade económica, vai tomando foros de princípio orientador e vivificador de toda a nossa vida nacional; e no ano que está a findar, determinadas hesitações e projectos de medidas, contrárias a essa unidade, muito concorreram para mostrar quanto seria grave e perigoso infringir as regras basilares de administração colonial, que daquele princípio dimanam.

c) Muitas vezes se falou, no decorrer de 1936, na melhoria das condições de vida, morais, intelectuais e físicas, dos indígenas das nossas colónias, e com tal naturalidade o fizemos, que bem se vê ser esse assunto matéria corrente entre nós e que, na civilização portuguesa dos indígenas de cor escura e na expansão dos portugueses de cor branca nos nossos territórios coloniais, se encontra a razão de ser de todas as actividades que estamos exercendo na África e no Oriente.

E ainda, nesta ordem de ideias, revelou-nos o que se escreveu na Imprensa portuguesa, a propósito do enunciado de uma «distribuição internacional de matérias-primas coloniais», que, além do mais, muito nos preocupam, a nós portugueses, os males que para os indígenas das nossas colónias possam advir de distribuições dessa natureza. Os nossos métodos de produção de matérias coloniais consistem, na quase totalidade, em deixar aos indígenas inteira liberdade de cultivarem terras que consideramos suas, e em criar, de dia para dia, maior número de pequenos proprietários indígenas ou, respeitando usos e costumes, modestas comunidades de nativos, tendo, sobretudo, em vista evitar o aparecimento nas nossas colónias do proletariado rural. Não viria qualquer processo de distribuição de matérias-primas coloniais alterar esta admirável concepção da colonização portuguesa? Desde que se fala no aspecto financeiro da questão, na necessidade de obter matérias-primas sem desembolsar ouro, tudo nos faz

recear uma resposta afirmativa, e por essa razão mais se afirmou, no decorrer de 1936, o nosso propósito de levar, rapidamente, a grande massa dos indígenas a agricultarem livremente, ainda que com a nossa assistência agrícola, as suas terras e a disporem, livremente também, dos produtos dessas terras.

II — *Na ordem política:*

a) Foi fértil o ano de 1936 em balões de ensaio diplomáticos sobre os territórios coloniais. Voltou à baila, sob diversos aspectos, o projecto de se fazerem, nas colónias de algumas nações, grandes concessões de terrenos, onde se conseguiria o milagre de continuarem essas concessões sob a soberania da nação que as fazia, apesar de se outorgarem aos concessionários (representantes de fortes nações) todos os direitos soberanos essenciais; pensou-se no agrupamento de grandes propriedades agrícolas, situadas em colónias portuguesas, para as entregar à exploração de uma sociedade capitalista internacional, que se propunha executar nessas colónias, mirabolantes programas de fomento; vieram depois fórmulas mais curiosas ainda, desde a distribuição internacional das matérias-primas coloniais até à cedência de colónias às nações que as não tinham, passando pelas fórmulas de regime da «porta aberta» e de administração dos territórios coloniais, como bens comuns, por uma assembleia de nações.

Mas as nações coloniais reagiram, e esta reacção, juntamente com o modo de ver do Sr. Amery, que longamente comentei, mostraram que não era coisa simples e fácil retalhar, mais uma vez, o mapa de África.

Pela parte que nos toca, disseram-se e publicaram-se as palavras necessárias para mostrar bem que não estávamos resolvidos a perder, directa ou indirectamente, a menor parcela do nosso património colonial. E foi esta, sem dúvida, uma das mais notáveis características da nossa vida de colonizadores no ano a que me estou referindo.

b) Constituiu um acontecimento da maior importância a Conferência que, por iniciativa da União da África do Sul, se realizou no Cabo, onde Angola e Moçambique tiveram condigna representação e onde palavras de portugueses nos conquistaram uma situação de destaque. As regiões que nessa Conferência tornaram parte, manifestaram ao mundo inteiro que não

se podia dispor delas sem o seu consentimento e aprovação. Apesar de se considerarem parte integrante de nações, cuja soberania reconheciam, acatavam e desejavam – unidas para sempre às velhas metrópoles – julgaram-se, porém, essas regiões, com o direito de se unirem para defenderem os seus interesses comuns, entre os quais se destacava o da manutenção do *status quo* actual, no que respeitava à partilha da África.

III – *Na ordem económica:*

a) A subida dos preços dos géneros coloniais está sendo um factor de enorme valor no desenvolvimento colonial; sente-se que a crise terminou e que se vai dar o ressurgimento. Põem-se de lado medidas que equivaliam a uma autodestruição e que tinham por fim a diminuição da produção colonial e outras que representavam restrições absurdas do comércio entre a metrópole e as colónias e do comércio inter-colonial; reconhece-se a necessidade de não fechar inteiramente as portas ao estrangeiro e de não deixar estagnar a produção colonial; e todos andam empenhados na resolução do problema da nossa Marinha Mercante.

b) Voltou-se à sadia concepção de que os territórios coloniais, para viverem e para não se desnacionalizarem, carecem de capitais, de materiais de construção e de colonos que as metrópoles lhes forneçam. Ouve-se de novo falar em empréstimos coloniais em colonização por meio de famílias rurais portuguesas e em grandes obras de fomento...

Sinto revigorar-se o meu optimismo de sempre. Não desapareceram, é certo, as grandes preocupações, mas quando chegar o momento de agir perante os perigos que continuam a ameaçar-nos, saberemos desviá-los serenamente do nosso caminho e continuar a nossa jornada para as terras de além-mar. É esta a lição do ano de 1936.

O FUTURO IMPÉRIO DOS AFRIKANDERS

Principiei a escrever este ensaio em meados de 1937. Foi para a pasta dos «assuntos a concluir» e, de quando em quando, ia nele trabalhando, à procura da sua forma definitiva. Uma vez por outra, tirava dele matéria para

os meus artigos nos jornais, pois é fonte inexaurível. Vou apresentá-lo aqui, apenas no que interessa à geografia política da África e aos habitantes, que o resto ficará para outro volume, se for que ele venha a ser publicado.

Toda a política da União da África do Sul gira em torno de uma grande expansão territorial: «até ao equador, directa ou indirectamente, tudo deve, sucessivamente, ir caindo sob a influência Afrikander», e é com este sentimento político que afincadamente se trabalha para a criação dos Estados Unidos da África do Sul.

A transformação da Rodésia Sul num Estado membro da «British Commonwealth of Nations», conservação na Rodésia Norte do estatuto de colónia da Coroa; a associação ou liga dos territórios ingleses da Tanganica, do Quénia e do Niassa, são, evidentemente, barreiras, levantadas pelo governo inglês aos projectos de expansão territorial da União.

Uma das pretensões da União é a incorporação no seu território dos «protectorados indígenas» do sul da África. Todos nós sabemos como esses países se constituíram.

A «terra dos Basutos» é uma região montanhosa, com uma altitude média de 1.800 metros, onde se encontram montanhas com alturas que vão até 3.200 metros. Ocupa uma área de 25.000 quilómetros quadrados, onde vive uma população de meio milhão de pretos da melhor raça banto, juntamente com uns dois milhares de brancos. Esta pequena área e esta diminuta população constituem uma nação tão digna de o ser, como qualquer outra do mundo.

Nos primeiros anos do século XIX, um guerreiro bantu, de nome Mocheche, em cujas veias corria o sangue das famílias reinantes dos Becuanas, concentrou-se com o seu pequeno «clã» naquela região montanhosa, resistindo, por largos anos, aos embates dos Zulus. As guerras, que duravam havia trinta anos, entre as sociedades bantos, tinham levado este e outros «clans» às práticas rituais do canibalismo. Em 1831, conseguira Mocheche fazer com que o seu povo fosse um dos mais respeitados e temidos, entre os que viviam ao norte do rio Orange, e principiou uma série de reformas que, em poucos anos, o transformaram por completo. Em 1834 convidou os missionários da Sociedade das Missões Evangélicas, de Paris, a

estabelecerem-se no Basuto, proibiu o canibalismo, desenvolveu a agricultura e, com o auxílio dos missionários, fez desaparecer a maior parte das práticas de selvajaria. Em 1836, principiaram as lutas de Mocheche com os bóers, que queriam apoderar-se dos seus territórios. Apelou para os ingleses e, em 1843, assinou com o governador da colónia do Cabo um acordo, segundo o qual o seu país passou a ser um estado nativo sob a protecção britânica. Pretenderam, porém, os ingleses transformar essa protecção em domínio e favorecer os bóers à custa dos basutos. Deu este procedimento dos ingleses origem a várias guerras, de 1848 a 1852, em que os basutos levaram sempre o melhor; mas finalmente Mocheche reconheceu que não podia lutar mais tempo com os ingleses e escreveu ao general Catchcart dizendo: «O vosso objectivo é dar terras minhas aos bóers; levai as que tendes em vosso poder e deixai que no futuro o meu povo viva em paz». A Inglaterra seguiu o conselho e satisfez o pedido do grande chefe basuto.

Novas lutas com os bóers se seguiram, de 1854 a 1865, e Mocheche apelou, de novo, para os ingleses: «Deixai que eu e o meu povo vivamos sob a bandeira da Inglaterra até à minha morte».

Definiram-se então as fronteiras, ficando para os bóers terras férteis, a Oeste do rio Caledon, e o Basuto montanhoso passou a ser terra sob a «protecção» britânica.

Mocheche reinou durante cinquenta anos. Foi um chefe, vigoroso e moderado e, sobretudo, diplomata como poucos, porque soube sempre limitar-se a pugnar apenas por causas justas.

Depois da sua morte, em 1870, houve várias questões, mais ou menos sangrentas, entre os basutos e o governo do Cabo, o que levou o governo inglês a dotar a Basutolândia com um regime de colónia de Coroa e de protectorado.

Em 1919, o chefe dos basutos, descendente de Mocheche, visitou a Inglaterra para felicitar o rei Jorge V pela vitória da Grande Guerra, e pediu então que o seu país não fosse incorporado na União da África do Sul, sem que ele e o seu povo fossem consultados. Assim se prometeu.

O protectorado inglês dos Becuanas ocupa uma área de 585.000 quilómetros quadrados, que se estende ao sul de Angola entre o mandato do Sudoeste e a Rodésia Sul. É habitado por 200 mil indígenas e uns 2.000

européus. É terra de grandes possibilidades. Os becuanas são bons e pacíficos, e a acção missionária, que na região se exerce desde 1803, encontrou fácil campo para se desenvolver e para espalhar a civilização cristã. À acção dos missionários ingleses seguiu-se a influência política da Inglaterra e, em 1836, os primeiros passos foram dados para incluir a Bechuanalândia nos domínios britânicos. Tudo corria sem atrito de maior quando em 1852 se iniciou a expansão bóer. Desde essa data fizeram os bóers os maiores esforços para incluírem no Transval a terra dos becuanas. O estudo da política que os bóers seguiam com os indígenas dos territórios que ocupavam, é digno do maior interesse. Dá-nos esse estudo a conhecer que a mentalidade colonial britânica, de 1850 em diante, era inteiramente diferente (e, sob o nosso ponto de vista, altamente superior) à mentalidade bóer. O fomento das guerras entre os indígenas, a escravatura, o álcool e a pólvora, como os principais meios de troca, a violência e o desprezo absoluto pela raça preta, eram ainda correntemente empregados pelos bóers, nas suas relações com os nativos da África do Sul, quando, em 1885, os ingleses se arvoravam em protectores dos becuanas e criaram o protectorado. As medidas tomadas pelos novos dominadores deixaram na memória dos becuanas uma impressão de alívio, de gratidão e a convicção de se terem submetido a domínio benéfico, capaz de os fazer atingir uma civilização mais perfeita do que a que tinham. Em 1895, o grande e velho chefe becuana, Khama, foi a Londres para protestar contra quaisquer medidas que colocassem as terras dos becuanas fora da administração directa da Inglaterra. Foi-lhe prometido que assim se faria e que a administração inglesa não passaria a outras mãos, sem que o povo becuana e os seus chefes fossem consultados.

A história do pequeno protectorado de Swazilândia (17.000 quilómetros quadrados e uns 100.000 habitantes) é idêntica às duas anteriores. Nas guerras entre Swazis e Zulus interveio a acção inglesa, primeiro missionária, em seguida comercial e finalmente política, sob o aspecto de protecção contra a expansão Zulu. No segundo quartel do século XIX, o início da expansão bóer abre o conflito entre as duas raças europeias conquistadoras, nas terras dos swazis, como o tinha aberto em outras partes da África do Sul, acompanhado pela resistência dos nativos à ocupação e à

administração bóer e pela sua resolução de se colocarem sob a protecção britânica. Em 1894, os swazis mandam uma embaixada a Londres a pedir que o seu território passasse ao regime de protectorado inglês. A solução desse pedido arrastou-se até 1901, data da anexação do Transval, e só foi efectivado em 1907.

Quando, em 1910, se criou a União da África do Sul, os basutos, os becuanas e os swazis continuaram sob a directa administração da Inglaterra. Um século de história mostrou a esses povos quanto ganhavam com o regime administrativo de independência dirigida e protegida, em que a Inglaterra os colocara, e quanto teriam perdido se tivessem caído, na primeira metade do século XIX, sob o bárbaro domínio dos Zulus ou, na segunda metade desse século, sob a administração humilhante dos bóers. Factos recentes têm-lhes mostrado que a política de humilhação e o desprezo pela raça preta se infiltraram no organismo nacional que substituiu na África do Sul os antigos colonos ingleses e a nação bóer, e, naturalmente, agarrando-se às promessas da Inglaterra, querem continuar em regime de protectorado britânico.

De tudo isto resulta a tragédia que se está desenvolvendo e cujos primeiros actos vou sumariar.

O antigo conflito entre ingleses e bóers continua e vemo-lo aparecer, não somente na questão dos protectorados indígenas, mas também noutras manifestações da vida política e social da União, e com tal acuidade que se impõe a pergunta: não acabarão os bóers, transformados em «afrikanders», por vencer os ingleses, implantando na África do Sul uma civilização diferente da anglo-saxónica?

Mal chegado à África do Sul, depois de terminada a Conferência Imperial de Londres, de 1937, pronunciou o general Hertzog um discurso em Bloemfontein, no qual declarou que não trazia resolvida a questão dos protectorados:

«Para mim é claro, disse Hertzog, que nos meios britânicos a questão da transferência dos territórios nativos para a União está sendo conduzida sem se tomar na devida conta a justiça das nossas pretensões e os nossos desejos de que esta transferência se faça sem mais demoras. Fui eu mesmo que, em 1925, mostrei ao governo britânico a conveniência de colocar

aqueles territórios sob a administração directa da União. Por ocasião da Conferência Imperial, de 1926, vivamente discuti o assunto com o ministro inglês das Colónias, e foi-me então dito que o momento não era propício para tomar uma resolução, porque se iam realizar eleições gerais na Inglaterra».

É o general Hertzog acrescentou, com aquela suave ironia que caracteriza os homens da sua raça: «Afirmei que estava muito longe de mim a ideia de criar dificuldades eleitorais ao governo britânico. Esperaria».

Passaram nove anos e na Conferência Imperial de 1935, mais uma vez, Hertzog fez sentir ao governo inglês que julgava urgentíssima a transferência dos protectorados que, a não fazer-se, representaria a ruína de muitos europeus que neles habitavam:

«Nesse ano de 1935 — passa a dizer o ilustre primeiro ministro da União, no seu notável discurso — o então ministro britânico das Colónias fez-me, de acordo com os seus colegas, uma promessa escrita da qual constava que a transferência de, pelo menos, um ou dois dos protectorados se faria dentro de poucos anos, e que para apressar e assegurar essa transferência, tanto quanto possível, iam ser dadas instruções aos funcionários ingleses, sob cuja jurisdição se encontravam aqueles territórios. Com a maior das tristezas, acabo de saber em Londres que nenhuma instrução foram dadas e que será necessário que muito tempo decorra, antes de se tornar possível a transferência. Reconhecera-se que instruções daquela natureza acarretariam contra o governo inglês a acusação de que ele se estava servindo dos seus funcionários para exercer sobre os indígenas, que administravam, uma compulsão imprópria».

Estou traduzindo à letra, com perigo até do meu português, o relato, publicado no «Times», do discurso do general Hertzog.

Atribui, seguidamente, Hertzog este procedimento a considerações eleitorais, «*considerations in connection with the ballot-box*», e acrescenta: «É óbvio que não poderemos deixar ficar a questão neste pé. O direito que a União tem à transferência para as suas mãos dos territórios dos protectorados tem de se efectivar. O prazo que nos foi dado para a transferência se realizar terminou; na lei que criou a União da África do Sul está estabelecido o princípio dessa transferência. Nestas circunstâncias impossível

me é imaginar que este assunto continue a protelar-se ou que se queira compelir a África do Sul a apelar, mediante uma resolução do Parlamento da União, nos termos do «South África Act» para o rei, pedindo-lhe que permita a transferência».

O discurso do general Hertzog ia terminar, chegara ao ponto culminante, mas, note-se bem, neste momento de exaltação não se deixou de prestar homenagem ao rei de Inglaterra e de o reconhecer como soberano. Mas as palavras finais são de alta gravidade: «As consequências de nos vermos obrigados a dar esse passo serão, tanto para a Grã-Bretanha como para a África do Sul, incalculáveis. Por esta razão não posso convencer-me de que foi pronunciada pelo governo inglês a última palavra sobre esta questão. Por mais desanimado que me encontre, ainda espero que tudo se resolva por meio de uma cooperação amigável».

Falou uma das altas partes em litígio, vamos ver como replicou a outra.

Falou nervosamente a África do Sul; respondeu serenamente a Inglaterra. Em primeiro lugar, fez-se ampla publicação do «aide-mémoire» de Maio de 1935, a que o general Hertzog se referiu. Consta dele o seguinte: «O governo britânico obrigou-se, perante o Parlamento, a não transferir os protectorados para a União, sem prévia consulta dos habitantes europeus e indígenas dos territórios respectivos, e o mesmo governo não julgava ainda azado o momento para fazer essa consulta. As informações da África do Sul diziam que os nativos se opunham muito fortemente (*«very strongly»*) à transferência. A conclusão a tirar era que a política dos dois governos nos próximos «poucos» anos deveria consistir em criar nos protectorados uma situação tal que a transferência, se se desse o caso de entrar no campo das realizações práticas, pudesse ser feita com a aquiescência das populações. Julgava o governo britânico que para se obterem bons resultados com esta política, seria essencial que as populações nativas sentissem que o governo da União estava trabalhando, de harmonia com as administrações locais, com o desejo real e generoso de desenvolver e melhorar as condições dos territórios sob protectorado».

Se nisto há qualquer promessa de transferência de territórios, está ela de tal modo diluída que custa encontrá-la.

A constituição da África do Sul estatui que o «rei, com prévia consulta do Conselho Privado, pode aceder a representações do Parlamento da União, em que se peça a transferência para o governo da União, de territórios nativos pertencentes a Sua Majestade ou sob a sua protecção».

Conclui-se desta disposição constitucional que o pedido de transferência pode ser satisfeito ou não. Queria o general Hertzog, quando se referiu às consequências incalculáveis que poderia ter a apresentação constitucional de um pedido desta natureza, aludir a possíveis conflitos entre as entidades rei, conselho privado, Parlamento inglês e Parlamento da união? Não vejo possibilidade de conflitos desta espécie. O que pode dar-se, e já se está dando, é uma divergência de opinião entre dois membros da Confederação Britânica no que respeita à administração dos povos nativos da África do Sul.

O discurso do general Hertzog teve ampla repercussão na Inglaterra. Deu lugar a interpelações e debates em três sessões da Casa dos Comuns, e da, por vezes, acre discussão havida as seguintes conclusões se tiram:

a) O Parlamento e o governo inglês mantêm a doutrina do «aide-mémoire» de 1935, que acabo de traduzir;

b) Se se vier a tratar da transferência de um ou mais territórios das mãos da Inglaterra para as da União da África do Sul, far-se-á uma consulta aos habitantes desses territórios e o Parlamento terá então a oportunidade de manifestar o seu modo de ver: caberá ao governo e ao Parlamento britânicos, e apenas a estas duas entidades, resolver se o resultado da consulta justifica ou não a transferência;

d) A transferência tem de ser feita com a inteira aquiescência das populações interessadas;

e) Pertence aos dois governos, o da Inglaterra e da África do Sul, fazer o que esteja ao seu alcance para conseguir que as populações nativas sejam levadas a desejar espontaneamente a transferência;

f) Hoje, esse desejo de modo algum existe entre essas populações;

g) Toda esta questão resulta essencialmente do embate de duas opiniões diametralmente opostas sobre política indígena: a dos ingleses e a dos afrikanders. As últimas palavras do discurso que o ministro dos Domínios pronunciou, na Casa dos Comuns em 29 de Julho de 1937, são significativas.

«Nem neste país, nem na União, podem estes territórios ser considerados como simples peões em qualquer jogo entre a África do Sul e o Reino Unido. Não se podem considerar meramente os interesses da União ou da Inglaterra; tem de se considerar seriamente os interesses das populações europeias e nativas, dos territórios de que se trata».

Antes destas palavras tinha o ministro proferido outras, dignas de atenção: «Desde que, em 1909, o Parlamento inglês aprovou a Constituição da África do Sul, (que contém a cláusula relativa à transferência de territórios, que para aqui também traduzi) vagas de história passariam sobre a questão dos protectorados». Passou-se, de facto, daquela cláusula para o «aide-mémoire» de 1935 e desse documento para as afirmações de hoje, de que, em última análise, tudo depende de três factores: — do Parlamento britânico, do governo inglês e da vontade das populações indígenas.

Foi esta a resposta dada no Parlamento inglês ao discurso do primeiro ministro da África do Sul.

Dez dias depois, o coronel Reitz, ministro da Agricultura da União, dizia num discurso que pronunciou no Transval, em referência às declarações feitas pelo ministro dos Domínios na Casa dos Comuns: «Que não conhecia nenhum país europeu que consultasse os indígenas das regiões que administrava. Se se tratava de um *referendum*, os nativos dos protectorados deveriam dizer qual de três coisas preferiam: ser transferidos para a União, continuar sob a administração da Inglaterra ou governarem-se a si mesmos. Estava [certo] de que seria a terceira a escolhida».

Depois de fazer o elogio da política indígena que se estava seguindo na África do Sul, política sã, baseada na experiência de muitas gerações e numa atitude de amizade para com os indígenas, o coronel Reitz concluiu:

«É necessário que o povo inglês e o ministério dos Domínios saibam, que transferidos os protectorados os não entregarão a lobos, mas a um povo capaz de os tratar com bondade».

É caso para dizer que se pôs o dedo na ferida.

Passaram sobre tudo isto oito meses e eis que na «House of Commons», de 28 de Março de 1938, o ministro dos Domínios inglês, o mesmo que

tão altivamente tinha falado oito meses antes, faz uma declaração em que há de essencial o seguinte:

a) A secção do «South África Act», que trata da transferência dos protectorados, traduz, sem dúvida, uma significação e uma intenção, como diz o general Hertzog. Mas, por outro lado, o governo inglês obrigou-se, perante o Parlamento, em não consentir a transferência, sem que os desejos dos indígenas fossem cuidadosamente considerados e sem que o Parlamento se manifestasse.

b) De acordo com o general Hertzog, resolveu o ministro nomear uma Comissão, de que façam parte os ministros dos Negócios Indígenas e mais dois funcionários da União, juntamente com os comissários residentes dos três protectorados, afim de estudarem uma íntima cooperação entre o governo da União e as administrações dos protectorados, tendo em vista o rápido desenvolvimento dos três territórios e quaisquer assuntos que interessem simultaneamente à África do Sul e aos protectorados, como, por exemplo, o combate de epidemias e epizootias, mercados de produtos indígenas, etc.

c) Também se julgou conveniente que aos indígenas sejam presentes os termos em que a transferência se fará, se for resolvida, as garantias que lhes serão dadas e as vantagens que lhes advirão do facto de serem colocados sob o governo da União. Foi, conseqüentemente, combinado que o governo da União elaborasse um *memorandum*, neste sentido, para conhecimento dos habitantes dos protectorados.

Fácil é conjecturar o que vai dar-se dentro de pouco tempo. A guerra que se aproximava explica esta modificação de attitude.

O censo de 1936 acusou na União uma população branca de mais de dois milhões de habitantes (2.003.857), que representa um aumento de 175.684 brancos em cinco anos. Neste aumento do número de brancos 135.224 foram devidos a nascimentos e 40.460 a emigrantes. Apesar de tão notável modo de ser do crescimento da sua população de sangue europeu a União continua a provocar o intenso estabelecimento de novos colonos nos seus territórios. É a principal, a quase única, maneira de engrandecer e nacionalizar territórios africanos.

A população total era, em 1936, de 9.589.898. Os habitantes de cor que, em 1921, eram de 5 1/2 milhões, passaram para 7 1/2 milhões (6.500.000 indígenas, 220.000 asiáticos, 750.000 mestiços). Os números dos dois sexos são sensivelmente iguais. Durante os 12 anos, de 1925 a 1936, houve os seguintes casamentos entre habitantes brancos e habitantes de cor:

962 brancos casaram com mulheres de cor, 252 brancas casaram com homens de cor.

Acabar com a mestiçagem, impedir as migrações asiáticas e segregar os indígenas são os princípios tópicos da política demográfica da União⁽¹⁾.

É digno de nota o efeito produzido na África do Sul pela declaração (Novembro de 1938) de Hitler a Chamberlain sobre as antigas colónias alemãs. A União fará o que estiver ao alcance da sua influência, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América do Norte e da sua acção diplomática noutras nações, para evitar que os alemães se estabeleçam na África ao Sul do Equador; o seu procedimento irá mais além, se se tratar de entregar à Alemanha a actual Tanganica; e fará tudo para não deixar tocar no Sudoeste Africano.

Este «tudo», depois da mentalidade criada pelo acordo de Munique, pode muito bem não ser a guerra e consistir em apoiar cedências de terras de outros.

Sir Abe Baley afirmou há dias que a Alemanha deseja ocupar o Sudoeste Africano, unicamente com fins estratégicos.

É esta a convicção geral na União.

Aos que têm seguido com atenção as peripécias da nova partilha da África, há perto de um século iniciada, não causa surpresa que na Alemanha se julgue que chegou, por fim, definitivamente a sua vez. Que se lhe entreguem, antes de mais, as colónias africanas que, há meio século, conseguiram; formariam elas regiões estratégicas, apoiadas numa grande faixa de domínio alemão, que se estenderia de costa a contra-costa na África Equatorial, donde se exerceriam pressões sobre os dois grandes impérios coloniais africanos, o britânico a sul, e o francês a norte.

⁽¹⁾ Na data em que estou coligindo estas «memórias» (princípios de 1944) a população branca da União da África de Sul está a atingir 3 milhões de pessoas.

Não se trata de fantasias. Poderia traduzir para aqui grande número de livros e revistas alemãs sobre a formação do futuro império colonial alemão. Ainda, em 27 de Janeiro de 1915, em plena guerra, se publicava na Alemanha o seguinte: «Mas o que importa, sobretudo, nesta partilha provável do mundo africano, é que aniquilemos os esforços ingleses, que visam ao domínio exclusivo do Cabo ao Cairo. Entre o Egipto, que é ainda inglês, e o sul-africano anglo-bóer, estender-se-á a cintura imensa das nossas gigantescas possessões coloniais, do Oceano Índico ao Atlântico».

Abriam as nações ameaçadas a esperança de que se desfaçam estas colossais ambições e de que o espírito de justiça e de respeito pelo que é dos outros de paz e de harmonia, surja de novo no mundo e evite mais esbulhos e mais violências. Entretanto, o governo belga lembra, em notas oficiosas, a «declaração de Antuérpia», de 19 de Setembro de 1914, em que o governo inglês tomou, perante a Bélgica, o compromisso formal de a auxiliar por todos os meios a manter a integridade das suas possessões coloniais, a adesão do governo francês, a este compromisso, mediante a «declaração de Sainte Adresse», de 29 de Abril de 1916, e as adesões que se seguiram da Itália e do Japão.

Em Portugal, o Senhor presidente de Ministério numa recente entrevista, publicada num dos grandes jornais de Lisboa, fez declarações precisas e categóricas, que devem afastar para longe os receios que ambições desmedidas fazem nascer nos corações dos portugueses.

Disse o Sr. Dr. Oliveira Salazar, «que isso das nossas colónias serem cobiçadas lhe parece muito ideia feita, frase herdada do passado». Dessa falta me devo penitenciar. Mas é natural que tema essa cobiça quem, como eu, ouviu, ainda criança, referências às dúvidas levantadas em toda a Europa sobre a nossa soberania nos territórios angolanos a norte do rio Lodge; assistiu na sua mocidade à perda que sofremos de enormes regiões africanas, em consequência da Conferência de Berlim; e, já homem, ao *Ultimatum* de lord Salisbury, à ocupação de Quionga, à campanha dos chocolateiros e dos anti-esclavagistas ingleses, como preparação do primeiro convénio (1898) entre a Alemanha e a Inglaterra sobre as colónias portuguesas; à constituição de uma zona neutra no Sul de Angola; à revelação do segundo convénio anglo-alemão (1913); às pretensões sobre grandes porções dos

nossos domínios que se ergueram, formidáveis, perante mim e os meus colegas portugueses na Conferência da Paz.

É natural, repito, que tudo isto tivesse criado nos homens da minha idade receios doentios que hoje não têm razão de ser em face das palavras, do chefe do governo: «As nossas relações «melhores do que nunca» com a Inglaterra; a França que não pode ser acusada de cobiçar territórios que queremos conservar na, nossa posse; as declarações formais e espontâneas de Hitler e Mussolini».

Mas voltemos à África do Sul.

A respeito da entrega do Sudoeste Africano ao domínio alemão, declarou o Sr. Pirow, ministro da Defesa da União, que a África do Sul estava pronta a defender os seus direitos pela força das armas, se fosse necessário. Outros, porém, deitam água na fervura. O chefe do Partido Nacionalista diz, por exemplo, que o assunto merece ser discutido entre as partes interessadas e que julga fora de propósito e perigoso estar, nesta altura, a falar em resistência armada. Há também quem sugira que a União deve desistir do seu mandato sobre a antiga colónia alemã, sendo tal acto praticado como um penhor de paz. Mas a maioria do sul-africanos insurge-se contra este modo de ver, dizendo: «O simples facto de negociações desta natureza com a Alemanha, destruiria toda a estrutura presente e futura da África do Sul; que vantagens teríamos nós em meter dentro da nossa casa uma nação guerreira como a Alemanha», perguntam, e respondem: «desde esse momento teríamos de nos transformar numa nação militar». «Que ganharíamos em estabelecer ao nosso lado um regime em conflito total com o nosso sistema democrático e cuja orientação sobre política indígena é inteiramente contrária à nossa», perguntam também.

A este propósito, o «Cape Times» escreve que o que se julga serem penhores de paz são, em regra, penhores de guerra.

Será bom dizer que actualmente a população branca do Sudoeste Africano é de 30.000 habitantes, sendo 21.000 sul-africanos, 6.000 alemães naturalizados (a maior parte automaticamente) em súbditos ingleses e 3.000 alemães não naturalizados, isto é, 9.000 alemães, 30% da população total, a constituírem minoria.

Por seu lado, o general Smuts agarra-se à maioria na seguinte declaração que leio no «Times»: «Temos 20.000 sul-africanos no Sudoeste. Vamos nós traí-los? Pode ser que me engane ao afirmar que seria contrário ao nosso interesse e ao nosso futuro, dizer que nada tínhamos com o assunto; se tomássemos tal atitude pagá-la-famos bem caro».

Entretanto o comércio entre a Alemanha e a África do Sul vai crescendo, que é um louvar a Deus. Em 1937, os alemães importaram da União 63 milhões de marcos — mais 15 milhões do que em 1936 — e exportaram para a União 71 milhões — mais 14 1/2 milhões do que no ano antecedente. As estatísticas, já conhecidas até Julho findo, mostram que no corrente ano (de 1938) será muito superior o movimento comercial entre os dois países. Constitui isto razão de peso para que afrikanders e alemães se harmonizem. Além disto, nada se dará, a meu ver, que possa impedir a formação dos Estados Unidos da África do Sul.

Não se trata de uma questão europeia, de uma questão com a Inglaterra, mas de uma questão puramente sul-africana.

Será bom dizer que o que acaba de ler-se, nestas últimas cinco páginas, foi escrito e publicado em 17 de Novembro, de 1938.

Duas grandes províncias portuguesas de além-mar — Moçambique e Angola — confinam hoje com os territórios da União Sul Africana e a influência da vida nacional dessas terras vizinhas, cada vez há-de ser maior nos territórios portugueses. Já hoje em Moçambique se sentem internamente as coisas da União; leve é ainda a sua acção em Angola; mas com o andar dos tempos, com o aumento do intercâmbio comercial e social, com contactos mais fáceis e mais amiudados, que resultarão da construção de novas linhas férreas internacionais, da navegação aérea e das marinhas mercantes, privativas das actividades das regiões africanas ao sul do Equador, a civilização «afrikander», em formação, irradiará para essas regiões.

Não se poderá evitar essa irradiação, mas a nós portugueses cumpre-nos, mais do que a quaisquer outros povos (tantas vezes o tenho dito), diminuir tanto quanto possível os seus efeitos e manter nas regiões africanas ao sul do Equador, que descobrimos e ocupámos, a civilização latina e principalmente a civilização portuguesa que dela nasceu.

É esta a nossa missão histórica.

Para a cumprirmos temos de observar cuidadosamente tudo o que se passar na África do Sul.

A actual guerra trouxe-nos surpresas. Sabia que na União Sul Africana havia grandes divergências de carácter político e social, originadas pela existência de duas línguas e de duas mentalidades: as anglo-saxónicas e as que resultaram da colonização holandesa, de 1651 a 1795. Não ignorava que os indígenas dos territórios da União exploravam em seu proveito essas divergências e as duas tendências de política indígena, que resultavam da dualidade existente. Observava quanto a anexação à União do Sudoeste Africano estava complicando a vida do grande «domínio» britânico. De facto, nenhuma perda colonial custou tanto aos alemães como a da sua colónia africana do Sudoeste. Na África há duas regiões que exercem forte sedução sobre todos os criadores de impérios: a antiga África do Norte, a África Egípcia, a África Muçulmana, onde nós portugueses lançámos as bases de um império; e a África do Sul que nós descobrimos e que em grande parte ocupámos, destinada a ser o baluarte erguido contra a expansão asiática para oeste.

Tomaram os alemães posições formidáveis na costa Sudoeste e na costa Oriental de África, que lhes facilitariam a conquista de toda a África do Sul do Equador. Como reacção da perda das colónias, organizou-se em África e principalmente no Sudoeste Africano, uma rede de propaganda alemã que deixa a perder de vista a de Lawrence em territórios asiáticos. Tinha dela conhecimento, mas nunca julguei que fosse tão vasta, tão profunda e de tão seguros efeitos, como realmente foi, sobretudo nos territórios da União. Aproveitou essa propaganda a dualidade a que me referi, o grande descontentamento dos indígenas da União, consequência de medidas que lhes cerceiam direitos e legítimas aspirações, e a acção de missionários que se arvoraram em protectores desses indígenas.

Quando rebentou a actual guerra, o general Hertzog, então primeiro ministro, apresentou uma moção (4 de Setembro de 1939) que equivalia à declaração da neutralidade da África do Sul. As palavras, que então proferiu, deixaram transparecer o seu sentir germanófilo, mas na sua qualidade de presidente do governo de um domínio britânico soube velar esse sentir. O governo Hertzog caiu e sucedeu-lhe um governo presidido pelo general Smuts. Mas a campanha proalemã e antibritânica continuou, apesar das

enérgicas providências de Smuts. E agora, em 23 de Janeiro de 1940, poucos dias depois de se abrir, no Cabo, a sessão da Casa da Assembleia, Hertzog apresenta uma moção para que a União da África do Sul faça imediatamente a paz com a Alemanha. Hertzog foi duma violência extrema ao defender a sua moção: «que ninguém imagine que eu desejo apresentar, quaisquer desculpas por ter apresentado esta moção»; «a nossa declaração de guerra foi o maior erro político da União e baixou a nossa terra ao nível de um Estado vassalo da Europa», disse Hertzog. A parte mais sensacional do seu discurso foi a que constituiu na defesa de Hitler. Segundo Hertzog, Hitler nunca desejou exercer um domínio mundial e as suas propostas de paz, depois da conquista e da partilha da Polónia, eram sinceras e bem intencionadas.

A resposta de Smuts foi fulminante: «O discurso do general Hertzog é um capítulo do *Mein Kampf*»; «a honra nacional da União ficaria para sempre perdida, se uma paz separada se fizesse».

O Dr. Malan, leader do partido nacionalista-republicano, apoiou a moção de Hertzog, dizendo que a União Africana do Sul queria a paz com a Alemanha para se poder declarar neutral. Nenhuma animosidade contra a Inglaterra ou contra a França o guiava. O que o seu partido desejava, acima de tudo, era a inteira união das duas raças e, para isso, era absolutamente necessário que a União acabasse com a sua intervenção na guerra e que se desligasse inteiramente da Inglaterra.

Está claro que a moção foi rejeitada. Estou certo de que tanto o general Hertzog como o Dr. Malan, sabem que uma Alemanha vitoriosa ocuparia imediatamente o Sudoeste Africano e o território da antiga África Oriental Alemã e que, dentro de pouco tempo, toda a África do Sul seria uma província germânica sob a administração ditatorial e totalitária de um «gauleiter» colonial.

O major Van der Byl, ministro sem pasta do governo da União, disse no debate parlamentar que o general Hertzog não teria apresentado a sua proposta se não tivesse a certeza de que ela seria rejeitada. Há ditos de espírito que resolvem uma situação.

Mas não há bom humor nem manobras políticas parlamentares que possam apagar o efeito das afirmações que se fizeram em longo debate, na

Casa da Assembleia do Cabo, contra a Inglaterra e a favor da Alemanha hitleriana.

Durante estes quatro anos de guerra não têm abandonado os dirigentes afrikanders o caminho que, segundo eles, conduzirá à formação de uma grande Nação, a que se dará o nome de Estados Unidos da África do Sul ou outro qualquer. Estou convencido que as passadas dadas nesse caminho, nestes últimos três a quatro anos, são maiores do que as anteriores.

Desde que se fixou o Equador como limite norte da enorme extensão territorial a unir sob a mesma bandeira nacional, terão os afrikanders de contar com terras atrasadas, habitadas por pretos que apenas estão a despontar das civilizações primitivas. Os Estados Unidos da África do Sul, adoptemos este nome, principiarão por ser compostos por Estados com pequenas metrópoles, onde a maioria da população seja constituída por brancos, sendo o resto terras de pretos.

A população preta será sempre, na futura nação, superior à branca. Nestes dois aspectos do desenvolvimento de uma nacionalidade afrikander no sul da África, está a dificuldade e talvez a impossibilidade da sua constituição.

Creio que nós, os portugueses, hoje sem quaisquer ambições territoriais em África, que saltem fora do âmbito das nossas províncias de Angola, Moçambique e Guiné e das ilhas que possuímos no Atlântico, soubemos ver o problema melhor e sem exageros de qualquer espécie, e por forma que da sua resolução maiores benefícios resultarão para a humanidade.

Seja, porém, como for, o certo é que aos afrikanders está merecendo a maior atenção tudo o que respeita às regiões habitadas por indígenas africanos. Algumas palavras a este respeito são necessárias para indicar o conceito da nova nacionalidade que terá de contar com muitos milhões de pretos a aumentar rapidamente de ano para ano. Tenho de ir buscar longe essas palavras.

Em primeiro lugar segue um artigo onde publiquei toda esta questão da África de dois factores vitais: os ingleses e os afrikanders. Por essa razão tem todo o lugar aqui o que escrevi em Dezembro de 1938, sobre as colónias inglesas:

Só hoje tive ocasião de ler na íntegra o discurso que o Sr. Malcolm MacDonald, ministro das Colónias na Inglaterra, pronunciou na Casa dos Comuns, em 7 deste mês de Dezembro. Já neste jornal lhe foram feitas amplas e criteriosas referências, mas são de tal importância, na sua essência e na sua forma, as declarações do ministro inglês, que não representará tempo perdido o apreciá-las, mais uma vez.

Iremos, assim, malhando em ferro que vai aquecendo.

Notemos, antes de entrar naquela apreciação, que o debate parlamentar que provocou o discurso do ministro das colónias, se levantou a propósito de uma moção de interpelação do deputado trabalhista, Sr. Noel-Baker, na qual se continuou a sustentar a utopia, tão querida dos seus correligionários, de colocar, mediante acordo internacional, as colónias de África sob o regime de mandato, abrindo-as amplamente e igualmente à actividade dos habitantes das nações signatárias.

O discurso do interpelante versou principalmente o aspecto militar da questão: o principal fim das nações que desejam colónias ou aumentar as que já têm, era o de criar novas zonas de recrutamento; por outro lado, certas posições nas costas de África, ocupadas pela Alemanha e pela Itália, teriam por efeito cortar as comunicações inglesas, marítimas e terrestres, entre o norte e o sul de África, isolar o Quênia entre dois poderes hostis e aumentar as ameaças sobre o Sudão inglês.

Sob o ponto de vista do programa trabalhista que se refere à generalização do sistema de mandatos, proferiu o Sr. Baker as seguintes palavras que traduzo literalmente: «Desejamos alargar o sistema mandatário, porque ele criou uma nova ética colonial e provou ser um instrumento por meio do qual se poderão conseguir simultaneamente a justiça e o progresso, e porque dará aos povos das diversas nações, incluindo o alemão, uma nova visão do que tem de ser na presente geração, a tutela a exercer nas colónias».

Veio também à baila, durante a discussão, o receio, criado pela recente expansão de teorias racistas, de que com essa nova doutrina venham a sofrer os indígenas de África. E foi este o tema predominante da contra moção governamental «que, na opinião desta Casa, o propósito primário da política colonial seja o bem estar e o progresso dos indígenas, e que nenhuma alteração possa, em qualquer tempo, ser feita nos estatutos das colónias,

protectorados e mandatos, sem se atender completamente aos interesses e aos desejos dos habitantes dos territórios coloniais».

Foi nesta atmosfera que o ministro das Colónias inglesas proferiu o seu discurso. Eis a essência das suas palavras:

— Tratava-se de duas questões diversas. A primeira era a transferência, para outra nação, da administração e governo de qualquer parcela dos territórios que se encontram nas mãos da Inglaterra, quer como colónias quer como mandatos; e o ministro tinha a certeza, afirmou, de que em nenhum dos sectores da opinião pública britânica se pensava sequer na possibilidade de uma transferência dessa natureza. Estava-se em presença de um facto que não pode hoje ser objecto de discussão, nem ser considerado, pois que, no momento presente de modo algum constitui o fim de qualquer política prática.

Mas só se cerrou meia porta, porque a seguir vêm estas palavras: «Se um dia tivermos de discutir este assunto, não poderemos esquecer que não é somente à Inglaterra que ele diz respeito. Além desta nação outras assumiram, após a guerra, novas responsabilidades territoriais. Outros países se encontram envolvidos nesta questão e teremos de a examinar com eles. Além disso será necessário ter em atenção a vontade dos habitantes dos territórios, cujo estatuto se queira alterar. Não se trata de mercadorias ou de gados; estamos em presença de indígenas com vontade própria e de colonos ingleses que nos últimos 20 anos têm concorrido com o seu trabalho para o desenvolvimento daqueles territórios; temos de respeitar os desejos dos indígenas e em caso algum poderemos deixar de salvaguardar inteiramente os direitos e os interesses dos nossos colonos. E, finalmente, nada, neste sentido, poderá ser feito sem a discussão e positiva aprovação do Parlamento».

A outra questão levantada pela oposição, era a da colocação de todos os territórios coloniais, ainda incapazes de se governarem a si próprios, sob o regime de mandato. Disse o ministro que não valia a pena estar a discutir uma hipótese longínqua e proporcionou aos seus ouvintes a seguinte curiosa informação: «Tinha tido a oportunidade de discutir este assunto com o Sr. Noel-Baker e com outros membros da oposição e sabia que o partido trabalhista encarava a questão de tranquilizadora maneira, pois que no

projecto da generalização do sistema mandatário figurava a seguinte modalidade para o caso dos territórios actualmente administrados pela Inglaterra: esses territórios continuariam sob a administração inglesa, ainda que fossem colocados conjuntamente com os de outras nações coloniais, sob a superintendência de uma organização imparcial.

Mas o melhor era, por agora, pôr de lado tais questões. A moção trabalhista nem com este tranquilizador aspecto poderia ser aprovada».

Foi ela rejeitada por 253 votos contra 127.

Referiu-se ainda o ministro ao fácil acesso às matérias-primas coloniais por parte de todas as nações do mundo. «Nas colónias inglesas declaro não existem hoje, praticamente quaisquer restrições sob o aproveitamento, seja por quem for, das matérias-primas, e o governo inglês continua na disposição de considerar todas as propostas tendentes a uma distribuição mais igual dessas matérias-primas. Em África quase não existe o sistema preferencial, e no recente tratado comercial, celebrado entre a Inglaterra e os Estados Unidos, excederam o número de 200 as reduções de preferências sobre diversos artigos de produção colonial inglesa.

Terminou o Sr. Malcolm MacDonald o seu belo e hábil discurso, referindo-se à política colonial inglesa baseada sempre no bem estar dos indígenas, na melhoria da sua saúde, na sua educação e na sua instrução e na preocupação constante de os transformar em povos dignos de instituições livres.

Demos um salto de quatro anos. Em fins de Dezembro de 1942 publicava a «Life», revista americana, um artigo do general Smuts, em que, pela primeira vez, que me conste, apresenta a sua «teoria» sobre o «agrupamento regional das colónias».

Principia por dizer que o velho Império britânico morreu no fim do século XIX. Hoje — acrescenta — é o mais vasto sistema da liberdade humana organizada que jamais existiu no mundo. E dito isto entra em assunto.

A questão primacial está em saber como será possível colocar as colónias no novo mundo que vai surgir acabada a guerra, diz Smuts.

Apetece dizer, desde já, em resposta a uma capciosa tese, que a melhor maneira de resolver o problema é deixar as colónias como e onde elas se encontram actualmente; quer dizer, sob a administração de nações coloniais

que tantas provas têm dado de saberem civilizá-las e valorizá-las. Mas vamos adiante. O que sairá desta guerra, diz o artigo da «Life»; será um mundo governado segundo os termos da Carta do Atlântico; um mundo de colaboração internacional, muito diferente do velho mundo de desenfreada concorrência; um mundo onde as colónias, situadas em estradas estratégicas, serão elementos importantes no plano de segurança geral; um mundo em que as nações pacíficas disponham de materiais de guerra e de matérias-primas para poderem manter a paz e o bem estar ao mundo. Para conseguir isto não é necessário nem alterar as relações administrativas entre as metrópoles e as suas colónias, nem que outras nações interfiram nas administrações nacionais das colónias.

Seguidamente sugere Smuts que as colónias de cada país se devem agrupar em vastas unidades para se conseguir melhor administração e progresso mais eficiente. Deste agrupamento resultarão descentralização colonial em face da metrópole, e centralização em relação a cada grupo colonial, e também grandes benefícios para o desenvolvimento dos territórios coloniais assim agrupados.

Mas mais alguma coisa é necessário: é de toda a vantagem que, relativamente a cada grupo, existam entidades ou «conselhos» que promovam e acelerem o desejado progresso. Serão, sem dúvida, corpos privativos de cada grupo colonial, mas onde terão representação não somente as metrópoles respectivas, mas também outras entidades de carácter nacional. Para o caso da Inglaterra, terão nesses «conselhos» representação não somente o governo britânico, mas também o domínio mais vizinho.

Outro passo e a «teoria» alarga-se.

A metrópole será exclusivamente responsável pela política administrativa de cada grupo colonial, mas a fiscalização final e de conjunto terá de caber a um «Conselho» ou uma «Comissão Regional», da qual devem fazer parte todos os interessados na segurança e no aspecto económico do grupo. E é assim, conclui Smuts, que os Estados Unidos da América, ainda que não sendo uma nação colonial, devem poder fazer parte destas comissões regionais. Pela parte que lhe toca não tem Smuts a menor dúvida que esta interferência dos Estados Unidos nas administrações coloniais terá grande vantagem e será bem recebida pela Comunidade das Nações britânicas.

Este modo de encarar o desenvolvimento e utilização dos territórios coloniais nunca mais foi posto de parte.

Pela parte que nos toca fazemos nossas as palavras do Sr. Churchill: «Manteremos o que nos pertence».

Quanto aos povos indígenas, continuaremos a quase não ver a sua cor, a considerá-los como nossos iguais, a procurar abrir-lhes as portas de todas as nossas actividades; mas a concepção basilar da nossa política colonial, a nação única, donde resulta a sua unidade económica, continuará a não permitir distribuir benefícios que prejudiquem uns, pretos ou brancos, para favorecer outros, brancos ou pretos.

OS CONCEITOS DE SMUTS

No discurso que o general Smuts pronunciou, em Londres, em 25 de Novembro de 1943, há referências às colónias inglesas de África que, dados a eminente figura do homem que as fez e os superiores interesses de Portugal, no continente negro, convém apresentar aos nossos leitores juntamente com a indicação da reacção que elas produziram em Inglaterra.

Depois das suas considerações sobre o aspecto político do mundo quando terminasse a actual guerra e sobre o que deveria ser então a política externa da Inglaterra, passou Smuts a falar como os antigos oradores do Império romano, que nascidos em avassaladas e distantes terras, conseguiram seduzir Roma com o poder do seu génio e com a força da sua eloquência:

«Deixai-me que eu diga, declarou Smuts, algumas palavras sobre a «Commonwealth» e o Império, visto que nós continuaremos a ser uma grande comunidade mundial. Não é somente pelo poder espiritual de que dispomos e que não existe em tal grandeza em qualquer outro agrupamento de homens; não é somente por possuímos a força de alma e uma liberdade toda nossa e maior que todas as liberdades da Carta do Atlântico, que nós valemos; mas porque dominamos um enorme e poderoso conjunto territorial, ainda que espalhado pelo mundo inteiro».

Seguiu-se a definição: «Somos um Império e uma Comunidade de Nações, e vivemos assim numa dualidade política e administrativa».



O general Smuts

Na Comunidade levamos ao extremo a descentralização; no Império exercemos, de Londres, uma forte centralização. Esta dualidade, donde resulta o desenvolvimento dos dois grupos territoriais em duas direcções diferentes, pode dar lugar a graves inconvenientes».

Para acabar com esta dualidade aconselha Smuts que se formem grandes aglomerados coloniais com as colónias inglesas. Evitar-se-ia, assim, o mal resultante da existência de pequenas unidades administrativas, de minúsculos governos, que se opõem à descentralização e que tanto dificultam o progresso do Império. Formados esses grupos de colónias e descentralizando-os fortemente, seguir-se-ia unir e ligar cada vez mais o Império e a Comunidade das Nações britânicas.

Para dizer como essa união e essa ligação se deviam conseguir, toma Smuts o caso de África, que designa como sendo o seu continente.

As colónias e os territórios ingleses da África seriam reunidas em três grupos: o do oriente, o do ocidente e o do sul, cada um deles colocado sob um governador-geral. Feito isto, «seria fácil aproximar estes grupos do Domínio da África do Sul, regional e vizinho, que passaria a tomar por eles o maior interesse. E, desta maneira, o Domínio e as colónias sob a sua influência e acção, deixariam de ser entidades separadas, passariam a ser sócios no Império e a dualidade desapareceria».

Desapareceria também o Ministério das Colónias, desde que igual incorporação se fizesse nos outros domínios e só restaria perguntar o que ficaria à Grã-Bretanha do seu vasto império.

Do tom geral da Imprensa inglesa conclui-se que de tudo o que o general Smuts disse sobre a organização do Império britânico, só se poderia aproveitar a sua crítica sobre a existência de colónias de Coroa, de pequena área e diminuta população, que tomam quase impossível a aplicação dos princípios de descentralização, que caracterizam a orientação da política colonial inglesa.

E vem a propósito dizer que nós já sentimos esse inconveniente e que no primeiro projecto da criação do alto comissariado de Angola se estipulava que a área sob a administração e acção do alto-comissário, abrangeria, não somente Angola, mas também S. Tomé e Príncipe, a Guiné e o arquipélago de Cabo Verde. Já lá vão muitos anos e a celeuma que então se levantou,

foi de vulto. Tinha vantagens e inconvenientes esse projecto, talvez mais vantagens do que inconvenientes.

Encontro o resumo das críticas apresentadas à concepção de Smuts numa carta publicada no «Times» de 7 de Novembro de 1943:

— O dualismo proveniente da existência dos dois sistemas opostos de administração colonial, centralizador um, descentralizador o outro, tende a desaparecer. Os domínios são colónias do passado que atingiram pleno desenvolvimento, o que ainda não aconteceu às colónias actuais, mas não há dúvida que todas elas caminham e se esforçam para atingir a autonomia dos domínios. Não há dualidade visto que a descentralização é o princípio fundamental, apenas diminuído na sua aplicação geral, pelo atraso em que se encontram ainda algumas populações nativas.

— Pode dizer-se que em todas as colónias inglesas de África existe uma pequena minoria de habitantes civilizados ao lado de milhões de homens de atrasadas civilizações. A descentralização excessiva, significaria colocar uma enorme maioria sob a livre acção de uma muito pequena minoria. Tutelas desta espécie, só podem ser exercidas pelas nações colonizadoras ou pelos seus representantes legais (como no caso dos nossos altos comissários) e nunca por um grupo restrito de colonos.

— As questões, levantadas nas colónias africanas pela existência no seu território de raças e cores diversas, são de tal magnitude e de tal delicadeza que só à nação colonial compete resolvê-las.

E sob este tão importante aspecto da civilização africana, deixem-me dizer que a minha análise e a minha experiência desta magna questão me mostraram que a oculta sabedoria dos indígenas de África os levou sempre a pedirem que os coloquem sob a acção directa do governo da metrópole ou do seu alto representante na colónia. Nada desejam tanto como isto.

Com o andar dos tempos, as colónias inglesas vão chegando ao nobilitante exercício das autonomias dignificadoras; serão novos domínios que se formarão; a dualidade administrativa irá desaparecendo; e velhos domínios e domínios recentes continuarão «a estar ligados entre si, para maior grandeza da Inglaterra, por aqueles laços espirituais, «mais fortes do que o aço», como disse o eloquente orador, no seu discurso.

De tudo o que fica dito salta em corpo inteiro, bem recortado e projectando-se, com clareza e nitidez, no tempo e no espaço — quero crê-lo — o grande plano de uma nação afrikander, formada por brancos de várias proeminências, fundidos num único bloco racial, graças a uma nova mentalidade, dispondo de vastíssimos territórios coloniais povoados por homens de primitivas civilizações. A sua área abrangeria uma extensão quase igual à da Europa e a sua influência estender-se-ia até ao Mediterrâneo para norte, e até à América do Sul para oeste, e à Índia e ao Extremo Oriente para leste. Seria a realização do sonho português que estonteadamente nos guiou durante quase um século da nossa história.

Haverá qualquer vantagem na formação de tão vasto império? Parece-me que não. Muitas vezes o tenho dito. Da formação e constituição destes impérios nenhum bem pode resultar para a humanidade.

Por parte da Inglaterra há muito que se estão tomando as medidas necessárias para evitar a expansão dos afrikanders. Consistem elas, principalmente, na rápida constituição de dois grandes domínios britânicos, formado um pela reunião das duas Rodésias e dos territórios ingleses do Niassa e outro pela junção da Tanganica e do Quênia. Com o mesmo propósito se acalenta com o maior interesse, em Inglaterra, o plano de se organizar na África do Sul um grande estado nativo, constituído pela reunião dos três protectorados indígenas, a que longamente venho de me referir. Interessantes conversas tive em Londres, a este respeito, com diversas personalidades inglesas ainda que, está claro, nenhuma delas de carácter oficial.

Estou convencido de que os mais negros males resultariam desta experiência.

Educados e instruídos os indígenas por missões religiosas e por um bem escolhido grupo de professores, com escolas técnicas de artes e ofícios e agrícolas; com o mesmo número possível de funcionários europeus entre eles; com um corpo de polícia própria; com os tribunais e as direcções de serviços públicos cada vez mais nas mãos dos indígenas; e principalmente com a organização de um sistema político económico de tal natureza que, aos indígenas e só aos indígenas, pertença a valorização do solo e sua exploração agrícola, industrial e comercial: resultaria deste exclusivismo e desta segregação o mais formidável aborto social da história.

Afigura-se aos que gizaram esta concepção, que surgirá desta forma em África um povo de raça preta, a par dos melhores povos de raça branca. Não creio.

Vai ver-se quão diferente é o meu modo de pensar.

A NOSSA TAREFA

Há muitos anos, pronunciei sobre este assunto as seguintes palavras. São páginas da «política, indígena portuguesa» e das melhores que escrevi:

OS INDÍGENAS — Da *Tarefa Ingente* que a *Nação Una* tem de realizar, faz parte essencial a instante necessidade de melhorar as condições de vida, materiais e espirituais, dos indígenas que a nossa bandeira cobre e protege.

As populações indígenas das nossas colónias de África representam elementos de grande valor e auxílio na obra que temos de realizar. Mas também da sua existência resultam dificuldades e obstáculos à implantação da nossa civilização no ultramar.

Como havemos de lidar com elas? Como conseguiremos trazê-las ao âmbito da civilização que estamos a criar na África Tropical? Como estabelecer, com essas populações e com a emigração portuguesa, da metrópole, a unidade essencial de interesses e de aspirações morais e materiais?

Se não soubermos responder a estas perguntas, e respostas a questões desta natureza só valem quando traduzidas em realizações, teremos de seguir o critério de grande parte dos brancos sul-africanos, escolhendo *zonas de concentração ou domínios negros*, onde os indígenas vivam inteiramente segregados dos habitantes brancos da África.

O *black dominion* seria uma espécie de estado semi-independente, governado por chefes indígenas sob o poder militar, a fiscalização, a orientação e a assistência técnica de um corpo de funcionários brancos. Comercialmente, agrícola e industrialmente só poderia ser explorado por pretos de África. A entrada, nesse domínio territorial, de europeus não funcionários e de asiáticos seria inteiramente proibida; os indígenas, livres

de concorrências, de pressões e de espoliações, educados e instruídos por missionários e por técnicos europeus, iriam evoluindo, dentro do quadro da sua civilização, para uma civilização mais perfeita.

Abrangeria um destes «domínios negros», o território ao norte do Zambeze, formado pela Rodésia Norte, pelas terras do Niassa, pela Tanganica e pela Uganda. Dar-lhe-ia saída para o mar a longa costa de Zanzibar.

Não deixa de ter sabor humanitário este quadro; mas, evidentemente, o fim que se tem em vista é afastar a raça preta, para deixar medrar à vontade nações de brancos. Se atentarmos bem nesta solução, chegaremos à conclusão de que ela, a ser repetida em várias regiões africanas, representaria o lento desaparecimento dos indígenas de África.

A solução portuguesa do problema repele a segregação racista e adopta o contacto:

— Temos sempre pensado que um dos principais factores da transformação dos indígenas de África é a presença dos brancos e o contacto dos indígenas com uma civilização superior à sua; que a segurança, a tranquilidade e a ordem entre os indígenas só pode obter-se com a nossa administração; que a base fundamental da política indígena em África consiste em fazer progredir, cada vez mais e em todas as direcções, os indígenas, pelo exemplo dos colonos brancos, pela mútua colaboração das duas raças, pela fusão política dos nativos como povo colonizador.

Toda a nossa história, todas as características do povo português o atiram, perante as raças indígenas, para a assimilação.

Está bem. Assim tem de ser, e, evidentemente, nem sugestões, nem figurinos internos ou externos me poderiam levar a renegar toda a minha orientação em matéria de política indígena, baseada no absoluto e integral respeito pela dignidade do homem.

Mas é bom pensarmos todos nas tremendas dificuldades que esta orientação e esta política nos está trazendo e trará.

Os processos de segregação dos indígenas que, no fim de contas se cifram em processos de eliminação, são mais simples e cercados de menores perigos, sob o ponto de vista das nações ocupadoras.

Se Portugal quiser continuar a fazer a política indígena de atracção, de assimilação, de cristianização, de atribuição de direitos civis e políticos, que

iniciou há séculos no ultramar, e que tanta admiração causa, pelos seus resultados, a todos que a estudam desapaixonadamente, terá de fazer um esforço colossal.

Temos de multiplicar as escolas no ultramar, de combater as superstições e os abusos das civilizações primitivas, de cristianizar os indígenas, de os igualar a nós, na sua mentalidade e nos seus direitos.

A assistência médica tem de ser constante e cada vez mais intensa. Indispensável é acabar com a nudez, com a palhota e com a poligamia dos africanos.

A assistência agrícola e as escolas de artes e ofícios são absolutamente necessárias para aperfeiçoarmos as notáveis qualidades de agricultores dos indígenas das nossas colónias e para criarmos artífices.

E, sob o ponto de vista social, temos a formidável obrigação de não deixar aparecer proletários em terras onde o terrível mal do proletariado não existe.

Transformar civilizações primitivas em civilizações superiores será para a Nação uma origem constante não só de grandes sacrifícios, mas também de grandes preocupações, porque temos de conseguir essa transformação por forma que com ela a Nação se engrandeça e de maneira alguma diminua no seu valor e no seu prestígio.

Obra ingente, mas de forma alguma impossível. A nossa aspiração secular é trazer o preto, pouco a pouco, ao nosso convívio, modelar o barro ainda tosco da sua humanidade, fazendo surgir as linhas de divina espiritualidade, que marcam no homem a plenitude dos seus direitos e da sua dignidade; e o que contemplamos nas terras portuguesas de África mostra o alto grau em que já conseguimos realizar essa aspiração. É consolador poder falar assim nos tempos que vão correndo e patentear aos olhos do mundo os benefícios que resultam para a humanidade da nossa acção colonizadora.

Mas muito e muito falta fazer nesta parte, a mais melindrosa, da *Tarefa Ingente*. São necessários braços de Hércules para levantar os indígenas do chão onde rastejam, para dissipar as trevas da sua civilização.

Uma outra maneira de opor uma sólida barreira à prejudicial expansão territorial dos afrikanders consistiria em desenvolver e valorizar ao máximo

os três territórios de Angola, Moçambique e Congo Belga e procurar o mais possível a sua colonização branca.

Ainda para esclarecer a parte deste volume em que tentei dizer o que poderá ser uma futura partilha de África, convém dar conta de um artigo da autoria do Sr. Huxley, publicado no «Daily Herald» de 15 de Outubro de 1943, sob o título interrogativo, «Independência das Colónias».

Principia o Sr. Huxley por dizer que o público inglês revela quanto às suas possessões coloniais o mais formidável dos desinteresses e a maior das ignorâncias; e pergunta: quais são as pessoas que têm qualquer ideia do que é a Guiana inglesa ou a Serra Leoa, do que está por trás da Nigéria, colónia com 20 milhões de habitantes e cuja área anda pela terça parte da Índia inglesa. Apesar desta crassa ignorância não faltam na Inglaterra e na América críticas constantes ao Imperialismo britânico e à teimosia dos ingleses em não darem independência e liberdade às suas colónias. E, coisa curiosa — acrescenta ninguém critica o Império colonial francês, apesar de ocupar sobre a superfície da terra, maior área do que o britânico, e o holandês que, com menor área, tem maior população.

Quanto à liberdade será bom perguntar, diz o autor do artigo: «liberdade para quem?». A liberdade para o Quénia representaria a liberdade de pequeno número de colonos brancos passarem a governar a colónia; a liberdade da Libéria reduzia-se ao domínio de uma mão cheia de escravos americanos sobre as antigas populações nativas; a liberdade na Nigéria representaria apenas a volta da tirania dos emires e de clans feudais de diversa espécie ou a preponderância dos poucos pretos semicivilizados, passeantes das regiões costeiras.

Não pode esquecer-se, quando se fala de liberdade, o estado de civilização, mais do que atrasada, da quase totalidade das populações indígenas das colónias e mormente das africanas. Como dotá-las, do pé para a mão, de independência política de «self-government», de qualquer coisa que corresponda às nossas liberdades constitucionais?

E depois vêm bocadinhos de ouro que traduzo livremente:

«Estes territórios coloniais e seus habitantes caíram sob a acção daquela grande expansão do capitalismo dos povos brancos que dura há mais de quatro séculos. Isto mesmo se deu nos Estados Unidos da América, mas

neste caso tratava-se de terreno contínuo regado, desde o início, por uma forte emigração branca. Foi preciso, porém, para ir deixando pouco a pouco os «cueiros coloniais», a violenta apropriação das terras dos nativos e milhões de escravos africanos, cujos 12 milhões de descendentes ainda estão muito longe de estar inteiramente isentos daquela falta de liberdades políticas que tutelarmente cerca os seus parentes das colónias de África».

Mas diz o Sr. Huxley: o problema colonial carece de uma solução.

Mais uma vez me ponho a perguntar a mim mesmo se a solução não foi há muitos séculos encontrada e se outra coisa haverá a fazer que não seja deixar as coisas como estão e como vão indo neste progressivo século.

Reconhece o Sr. Huxley que nada se ganharia em tirar colónias a uns para as dar a outros; considera como impraticável a solução de se colocarem os territórios coloniais sob administrações internacionais ou no regime de mandatos; e assim, à procura de uma solução para resolver o que o génio dos homens há muito resolveu, vai colocar-se, ainda que indeciso, ao lado do Sr. Smuts, e procura apresentar os conselhos regionais, como sendo de aconselhar para a administração das colónias.

Valha-nos Deus.

Parece-me ter mostrado de sobejo que o general Smuts tem principalmente em vista com a sua teoria dos conselhos regionais a constituição de um grande império colonial, composto de enormes extensões territoriais habitadas por indígenas de cor preta e com uma metrópole de brancos nas terras temperadas do sul de África.

Para se conseguir a execução de tão vasto plano é indispensável dar, na empresa colossal, participação de vulto aos grandes potentados, ao capital que domina o mundo.

Ao espírito científico do Sr. Huxley não escapou o verdadeiro significado dos conselhos regionais dos agrupamentos de colónias. Eis a profunda análise que faz desses organismos, que um grande político internacional inventou, sob a influência do messianismo do seu povo, e que o actual governo inglês, com grande espanto meu, advogou em pleno Parlamento pela voz do seu ministro das Colónias:

«Serão os conselhos regionais responsáveis, como parte integrante dum sistema internacional, pela segurança e pelo desenvolvimento económico de

toda a região sob a sua acção, com inclusão de todas as colónias nela situadas. Deixar-se-á nas mãos das nações respectivas a administração das diversas colónias, sendo porém muito de desejar que algumas funções públicas sejam desempenhadas por estrangeiros. Terão de ser, em qualquer caso, consideráveis os poderes dos conselhos regionais. Serão dotados de um secretariado e de corpos técnicos, inspectores e consultivos. Caber-lhes-á averiguar «in loco» os males das populações nativas e sugerir a necessidade de alargar a acção política dos indígenas e de indicar medidas para o aumento da sua prosperidade económica, reservando-se o direito de, por inspecção e outros meios, verificar se as suas sugestões e indicações foram postas em prática. Tudo dependerá, porém, da existência de uma organização mundial em que tomarão parte as grandes nações e, principalmente, os Estados Unidos da América do Norte, onde assumirão as responsabilidades estratégicas, e económicas ligadas à existência, ao modo de ser e à situação de cada colónia».

Falei neste ensaio, no qual procurei elevar o meu pensamento crítico a uma altura capaz de impressionar os portugueses que me lerem, fazendo-lhes ver os perigos que estão correndo os nossos territórios coloniais, num novo imperialismo, cheio de humanidade e destinado a substituir o imperialismo britânico com o qual vivi a minha longa vida de colonial e aonde, apesar de lhe reconhecer grandes defeitos, encontrei altas virtudes e uma alta compreensão de dignidade humana na forma de tratar as raças atrasadas. Com a concepção dos conselhos regionais a exercer a acção do capitalismo internacional sobre essas nações, vejo erguer-se um terceiro imperialismo que considero como altamente nefasto, como elemento de destruição e ruína do bem e da civilização que as nações coloniais têm dispensado aos indígenas de África.

QUARTA PARTE

OS INDÍGENAS AFRICANOS

(Página deixada propositadamente em branco)

PALAVRAS PRÉVIAS

O meu desejo agora é mostrar como vi as terras de África e os seus habitantes através da pequena parte dela que é Angola e da porção dos bantos que a habitam, convencido de que a minha maneira de ver, errada ou certa, condicionou toda a minha acção administrativa e política de funcionário público e de procônsul.

Por isso escolhi para a IV parte deste tomo referências a indígenas africanos, a passagens que mais ponham em relevo a personalidade individual e social desses antigos habitantes de Angola. O que mais me interessou durante os meus dois governos de Angola foram os milhões de homens que o Governo e o Parlamento da República colocaram sob a minha guarda e tutela. Procurei sempre saber o que eles eram, o que representavam como valores humanos, principalmente sob o ponto de vista espiritual, o que significavam e representavam na humanidade as comunidades bantos, que papel social tinham elas na vida de Angola, como reagiam os indígenas sob a acção dos brancos e estes sob os eflúvios da multidão de cor.

Na I parte deste tomo coligi alguma coisa das minhas observações sobre os pretos de Angola, dispersos nos meus arquivos, «memórias» e «diários» e que poderiam encher muitos volumes. Com o que vai ler-se alargam-se os dados apresentados.

OS INDÍGENAS DE ANGOLA

Escrevi vai em 11 anos, este ensaio. Tinha deixado Angola havia 7 anos. Estava com a memória fresca. Creio que se o escrevesse agora muito pouco teria de modificar do que nele se contém, tão lento tem sido nos últimos tempos o desenvolvimento, a transformação dos indígenas angolenses, em comparação com o salto maravilhoso dado nas duas primeiras dezenas de anos da vida da República.

Calculei, quando escrevi este ensaio, a população indígena de Angola em 3 740.000 habitantes. O censo de 1940 diz-nos ser ela de:

Pretos	3.666,000
Mestiços	28,000

Destes habitantes, considera o censo como não civilizados 3 646,000, dos quais são cristãos católicos 741,000 e cristãos protestantes 286,000. A meu ver, se estes 1.027,000 pretos são realmente cristãos, como afirma o censo, não há direito de dizer que não são civilizados, e sendo assim podemos afirmar que a terça parte da população preta de Angola é civilizada. Não creio, apesar do muito apreço em que tenho o censo de 1940, que isto corresponda inteiramente à verdade das coisas.

Também não concordo que se classifique, como faz o censo, com a designação de pagãos, os pretos que não são cristãos. Todos sabemos que nada de paganismo há nas manifestações religiosas dos bantos.

Quanto ao imposto indígena podemos nesta data acrescentar ao que digo no ensaio os seguintes rendimentos anuais:

1932-33	40.354,000	angolares
1933-34	39.232,000	"
1934-35	36.576,000	"
1937	42.828,000	"

1938	43.170,000	“
1939	45.712,000	angolares
1940	45.169,000	“
1941	48.712,000	“

Este imposto tende a subir em consequência de ser cada vez maior o desenvolvimento económico da Província de Angola. Em 1942 elevou-se a 53 839,000 angolares e como neste ano a receita ordinária figura na conta da gerência com 248 milhões de angolares, equivale o imposto indígena a 22 por cento da receita. Examinando uma a uma as verbas da receita, fácil é concluir, a quem reconheça bem o papel que o preto desempenha em Angola, que ele paga, directa ou indirectamente, por uma forma ou por outra, três quartas partes da receita pública total da província.

Tem diminuído de ano para ano, de 1931 em diante, o número de pretos recenseados para o pagamento do imposto indígena. Julgo que os governos de Angola têm procedido, provocando esta diminuição, com superior critério.

O número de pretos considerados como devendo pagar imposto, foi, em 1939, de 680,813 ou sejam 39 por cento da população masculina preta. Estes chefes de família, aptos para pagar imposto, agricultores na quase totalidade, contribuem, portanto, para as despesas públicas, em impostos diversos, com uma quantia, que nesta época podemos computar em 186 milhões de angolares, o que dá 273 angolares por cada um, ou ao câmbio da data em que estou escrevendo, 251 escudos. Pondo isto em termos de milho produzido pelos agricultores indígenas terá cada um deles de colher, para pagar estes impostos, 1 365 quilos de milho — visto que não lho pagam a mais de 20 centavos por quilo —; uns 105 alqueires, mais de 2 carros e meio de pão da minha terra.

Chegamos pois a estas primeiras conclusões. Uma população de indígenas a cristianizar-se e, portanto, a civilizar-se; uma população constituída por grandes trabalhadores agrícolas e valiosos contribuintes do Estado.

Para actualizar este ensaio apresento os seguintes dados, colhidos do Anuário Estatístico de Angola, ano de 1939. É um quadro a que se dá o

nome de «Recenseamento de trabalhadores indígenas». Como se vê, ainda se não perdeu a velha prática de arrolar pretos para trabalhar.

Anos	Total dos recenseados	Indígenas que trabalham por conta própria	Idem por conta alheia	Podem ser contratados
I	II	III	IV	V
1935	745,111	423,581	180,990	140,540
1936	748,695	415,475	199,750	133,470
1937	737,515	409,909	187,742	139,864
1938	707,260	391,914	193,257	122,292
1939	703,707	387,215	192,522	124,790

Estes números confrangem-me o coração. Para que a minha política indígena vingasse seria necessário que os números da II e III colunas aumentassem de ano para ano; que os da IV se reduzissem consideravelmente, pois apenas deviam corresponder às necessidades de mão-de-obra das indústrias da província e que os da V se reduzissem a zero. Mas o que mais me dói ao olhar para quadros destes é ver a animalidade que traduzem.

A exportação o milho continua a aumentar:

1936	115,000	toneladas
1937	115,000	“
1938	129,000	“
1939	111,000	“
1941	155,000	“

Considero este ensaio como uma das mais límpidas coisas que escrevi sobre Angola. Creio que merece ser meditado e respeitado na pureza das suas intenções.

Ao folhear livros que há dias me foram amavelmente oferecidos — «Informação económica sobre Angola» de Henrique Galvão, e «Boletim trimestral» da Repartição dos Serviços de Estatística da Colónia de Angola — deparei com informações e dados de aspectos diversos sobre os indígenas daquelas tão nossas terras.

A meu ver, e pensei-o sempre, Angola só poderá salvar-se da conspiração de interesses, que em torno dela se vem formando, há tantas dezenas de anos, por meio de uma intensa colonização portuguesa e de uma colonização indígena que constitua uma verdadeira revolução nos hábitos e processos de governar e administrar povos de civilizações primitivas.

Deixarei para outra vez o problema do *povoamento* de Angola com portugueses de raça branca, cuja urgente solução, infelizmente, tão afastada vejo, e tratarei somente da *colonização indígena*.

Torna-se necessária uma definição. Vivem na Província de Angola muitos milhares de habitantes de cor, a maioria dos quais a enorme distância, ainda, da nossa civilização — massa amorfa, cujos elementos, indivíduos ou rudimentares comunidades, representam, em grande parte, valores perdidos sob o aspecto social e económico. O nosso primacial dever é arrancá-los da selvajaria em que vivem, tornar-lhes a vida mais sã, menos miserável e mais útil. É o que estamos fazendo há mais de quatrocentos anos, com erros é certo, com crueldades escusadas, tendo muitas vezes por únicos guias o interesse e a ignorância, mas considerando-os sempre como homens iguais a nós, nas primeiras eras e ainda hoje, sob o ponto de vista das nossas crenças religiosas, mais tarde à luz dos princípios de uma política liberal, de que tanto mal se diz nos tempos que vão correndo, mas que tanto se esforçou por dignificar os indígenas dos territórios portugueses de além-mar.

Organizar, em moldes humanos, essas populações foi a ingente tarefa das últimas décadas. Ocupar e pacificar todo o território, acabar com a vida nómada, concentrando os indígenas em aldeias, substituindo a administração dos chefes indígenas, elementos anticivilizadores dos mais funestos, pela autoridade portuguesa, combatendo as doenças, a falta de higiene, os costumes prejudiciais ao organismo humano — o uso das bebidas alcoólicas, das drogas estupefacientes, as práticas de feitiçaria e doutras superstições,

melhorando as condições materiais da vida indígena, principalmente na alimentação, no vestuário e na habitação, educando e instruindo os indígenas, transformando-os em agricultores e em artífices, e, acima de tudo, fazendo desaparecer completamente qualquer sistema ou interesse financeiro ou económico do Estado ou de particulares, que directa ou indirectamente se baseie na exploração do preto.

Olho para trás, para o meu passado, lembro-me da Angola que conheci, pela primeira vez, em 1912, e é consolador verificar que, de então até hoje, caminhamos com passos de gigantes. A mentalidade daqueles tempos modificou-se inteiramente e a transformação que experimentaram as populações indígenas é verdadeiramente notável. À vida, vegetativa em grande parte, grosseiramente animal noutra sentida, que quase exclusivamente se vivia do Zaire ao Cunene, do mar às nascentes dos grandes rios, substituíram-se gradualmente as actividades produtivas e humanas. Surgiram elementos demográficos de valor, produtores de riqueza, ordeiros, tranquilos, cada vez mais conhecedores dos seus deveres sociais e, o que é fundamental, cada vez mais cónscios dos seus direitos. E a *colonização indígena* de Angola passou a ser uma realidade. Andou-se muito, mas falta percorrer, caminho cem vezes mais longo, sob os aspectos moral e material, e mal de nós se se volta para trás.

Que força demográfica e económica representam hoje os indígenas de Angola?

Diz-nos o «Boletim» citado que o Conselho Superior de Estatística de Angola, criação recente, digna do maior louvor, «considera do mais alto interesse nacional que ainda este ano (1933) se realize um censo extraordinário de toda a população de Angola». Oxalá esse trabalho se realize com todas as garantias de exactidão, para acabar de vez com as lastimáveis dúvidas que os censos anteriores deixam no nosso espírito.

Afirmam as estatísticas que a população indígena de Angola é de 2.574,747 habitantes (censo de 1931). Até prova concludente e em contrário, continuarei a considerar muito superior a população desta província. A ocupação administrativa está longe de ser completa, apesar de se ter julgado excessiva a que realizei durante os meus dois governos, e o facto de terem sido executados simultaneamente e pelas mesmas entidades o censo geral

da população e o recenseamento para a cobrança do imposto indígena, origina inevitáveis deficiências e omissões. Os indígenas recenseados para pagarem em 1931 aquele imposto, somam 747,935 contribuintes. Apenas os adultos válidos, do sexo masculino, são obrigados a pagar. Será demasiado, numa região de poligamia, cercar, cada um destes homens, de mulheres, crianças, velhos, inválidos e de outros isentos de pagamento de imposto, em número de cinco pessoas? Teríamos então em Angola perto de quatro milhões de habitantes indígenas.

Seja como for, está pesando sobre a nossa administração em Angola uma desagradável presunção de rápida diminuição de população indígena que cumpre aclarar.

Creio que oferecem interesse os seguintes números sobre imposto indígena, e pena tenho que o espaço de que disponho me não permita dá-los em referência a maior número e anos económicos:

1902-1903	310\$00	ouro
1911-1912	148,150\$02	“
1914-1915	359,760\$73	“
1921-1922	7.302,145\$20	escudos
1925-1926	44.400,795\$00	“
1926-1927	45.065,575\$00	“
1927-1928	47.782,115\$00	“
1928-1929	48.356,873	angolares
1929-1930	41.220,000	“
1931-1932	39.760,000	“

Quanto a produção, os indígenas de Angola produzem o necessário para se alimentarem parcamente, para se não apresentarem completamente nus e para pagarem impostos. Do valor da exportação, 75% representa produção directa indígena, isto é, dos indígenas que trabalham por conta própria, 20% produção pelo sistema de trabalho indígena contratado, 5% produção directa de europeus.

E ainda há quem diga e escreva que os indígenas de Angola são indolentes e mandriões.

Povo de trabalhadores lhes chamei eu, desde a primeira hora em que os vi despertar.

Dissemos que a massa amorfa que, há poucos anos ainda, era a população indígena de Angola, ia tomando forma dia a dia e manifestando-se como valor demográfico, económico e financeiro, digno de admiração.

Tudo isso se conseguiu com uma administração que data da Proclamação da República — que em Angola iniciou a libertação e a redenção dos indígenas —, e com uma política indígena que outras nações coloniais apontaram como exemplo e seguiram nas suas linhas gerais.

Infelizmente, nem aquela administração, nem essa política se intensificaram e, por vezes, foram abandonadas para se trilharem velhos rumos.

— Quatro milhões de habitantes, o pagamento de impostos que atingem já, tudo somado, uns cinquenta mil contos, uma exportação de produção exclusivamente sua, que excede em valor 150.000 contos, toda a notável rede de estradas e todos os outros trabalhos de obras públicas executados por eles: eis o que representam, como valores aqueles indígenas⁽¹⁾.

Da «Informação Económica de Angola» tiro os seguintes dados sobre indígenas contratados para trabalhos agrícolas e industriais, sob a direcção de europeus em Angola:

1929	48,657
1930	32,061
1931	21,520

Além destes indígenas muitos outros trabalham, sob regime mais ou menos precário de salário, que escapam às estatísticas oficiais. Mostram, apesar disso, estes números que a crise mundial reduziu consideravelmente em Angola o trabalho indígena assalariado.

⁽¹⁾ Será bom ter sempre presente que estas palavras foram escritas em 1933 e não esquecer o que disse, páginas atrás, como notas prévias e actualização deste ensaio.

Quanto a trabalhos agrícolas, a política indígena que seguiu naquela província, teve sempre em vista contrariar o aparecimento do proletariado rural. A agricultura em Angola tem de ser exercida por indígenas que lavrem terras suas, quer no regime de família, poligamia ou monogamia, quer no regime de comunidades ainda existentes no meio social indígena e que devemos, por todos os meios ao nosso alcance, desenvolver e aperfeiçoar. Ou então por famílias de cultivadores rurais da metrópole, que em Angola se vão estabelecer, em regime de comunidades aldeãs, e a quem não seja permitido contratar pretos para cultivarem as terras que lhes forem distribuídas.

O regime capitalista agrícola, a terra como instrumento de renda (em contraposição a instrumento de trabalho e de produção) que há poucos anos quase não existiam em Angola, não se devem deixar medrar naquela região.

Quando em 1912, assoberbados pela crise da borracha, os colonos e os funcionários de Angola, à frente dos quais me encontrava então, pensaram no milho, no feijão, no rícino e noutras culturas para não deixar morrer o comércio da província, foi aos indígenas, como cultivadores directos de terras, cujo usufruto e a posse de direito lhes pertence, que recorreremos.

Uma política hábil e prudente, toda de persuasão, deu os seguintes resultados:

Exportação, em toneladas

Ano	de feijão	de rícino	de milho
1911	20	0	29
1914	848	157	4,052
1919	10,167	959	15,968
1922	3,326	1,158	37,059
1929	4,593	1,309	53,956
1930	3,009	1,460	71,250
1931	3,381	853	55,335
1932	2,384	1,122	54,449

Com o trigo está a dar-se, actualmente, a mesma coisa. Julgo que hoje devem estar todos convencidos de que as grandes companhias concessionárias de terrenos, cuja exploração agrícola se baseava no trabalho indígena por meio de contratos, terão como resultado final uma produção cada vez menor. O preto de Angola só compelido trabalhará em terras que não sejam suas ou da sua comunidade, por grande que seja o salário (e a agricultura capitalista não comporta salários grandes), por melhores que sejam as condições de vida de que os cerquem. E haverá direito de o compelir a trabalhar para empresas ou indivíduos, em quaisquer circunstâncias, mas principalmente quando eles produzam pela forma que acaba de se ver? Ninguém lucraria com essa compulsão: nem os altos interesses da Nação, nem a economia de Angola, nem os legítimos interesses do seu comércio.

Com a produção do algodão deu-se um caso típico que convém recordar (que todas estas coisas, afinal, pouco mais são do que «memórias»). No meu plano geral de reconstituição agrícola e comercial de Angola entrava a cultura do algodão, e, aí por 1913, principiaram os serviços de agricultura, de harmonia com os administradores de circunscrições, a pôr em prática as medidas adoptadas: distribuição gratuita de sementes aos indígenas, assistência agrícola sob todos os aspectos, compromisso formal do governo da província de comprar, por um preço fixado, todo o algodão transportado para as estações do caminho-de-ferro, montagem de desgranadeiras e enfardadeiras, etc. etc. Muito me ajudou nesta obra o chefe dos serviços de agricultura, o distinto agrónomo visconde de Pedralva.

Os indígenas principiaram a semear de algodão as suas terras, e satisfeitos com os resultados do primeiro ano de safra, intensificaram consideravelmente a cultura nos dois anos seguintes. Estava lançada a semente em todos os sentidos, aberto o exemplo, indicado o caminho a seguir. Quando em 1921 voltei a Angola, as terras dos indígenas, a que acabo de me referir, por eles usufruídas desde tempos imemoriais, por eles cultivadas, tinham sido concedidas a uma empresa algodoeira. Os indígenas, naturalmente, tinham relutância em trabalhar para outros em terras que consideravam suas. Tornava-se necessário importar mão-de-obra de regiões distantes. Coisas que ficaram em meio...

Fala-se muito actualmente (1933) na necessidade de intensificar a cultura do algodão em Angola. Não me resta dúvida de que Moçambique e Angola podem produzir todo o algodão de que a Nação portuguesa carece. Mas pelo que respeita a Angola, e em Moçambique deve ser o mesmo, só se conseguirá cultura em grande se levarmos os indígenas a fazerem-na nas suas terras. Tudo o mais será forçado, contrário à natureza das coisas, baseado em compulsões, directas ou indirectas, claras ou disfarçadas.

Devemos então deixar os indígenas entregues a si mesmos? De modo algum. O que não devemos é expulsá-los das terras que cultivam e que são suas, desde tempos imemorráveis; forçá-los a trabalhos para outros, quando voluntariamente se entregam a trabalhos para si próprios. Devemos, porém, *dirigir* as suas culturas de harmonia com a natureza dos terrenos e com as necessidades económicas da nação; devemos prestar-lhes uma continuada e eficientíssima assistência agrícola; não devemos deixá-los explorar por quem lhes compre os seus produtos: durante muitas gerações ainda teremos de manter os indígenas de Angola sob a paternal e protectora tutela das nossas autoridades.

Do que deixo dito tem de concluir-se que devemos acabar com o regime de concessões de terrenos destinados à agricultura, que exijam para a sua exploração e aproveitamento de mão-de-obra indígena. Assim é, sem dúvida, se exceptuarmos uma ou outra cultura industrial, como a da cana do açúcar, por exemplo.

Razão tive eu para dizer que era necessário fazer uma verdadeira revolução nos hábitos e processos de governar e administrar povos de civilizações primitivas. E não iniciámos nós essa revolução logo após a Proclamação da República?

Já passaram muitos anos sobre palavras que escrevi: «Desde que um indígena se entregue, por agência e por iniciativa próprias, a trabalhos agrícolas ou a outros para se sustentar e para vender os produtos do seu trabalho e desde que seja um elemento necessário no seio da família ou da comunidade para bom êxito desses trabalhos, será antieconómico e imoral induzi-lo a ir trabalhar, como assalariado, para outrem: obrigá-lo a esse trabalho será um crime».

Responderam-me: «Mas há em Angola uns 300.000 homens que não estão nessas condições, que são verdadeiros vadios. Não tem o Estado obrigação moral de os civilizar, de os dignificar pelo trabalho?»

É isto uma lenda que temos de destruir.

Quando pela primeira vez, em 1912, fui governar Angola, era voz corrente que os indígenas daquela província eram indolentes, preguiçosos, viciosos e vadios. Apenas as mulheres, e não todas, em regime de poligamia e sob a pressão tirânica do homem, verdadeiras escravas, trabalhavam um pouco, arranhando a terra fértil e lançando-lhe a semente que produziria a parca alimentação. O homem dormia e embebedava-se, caçava uma vez ou outra, e a sua principal ocupação era de guerreiro, combatendo em lutas de tribo contra tribo e, amiudadas vezes, contra a soberania portuguesa. O comércio do álcool e o comércio das armas e da pólvora estavam, de facto, florescentíssimos.

Os remédios que se apresentavam contra este deplorável estado de coisas, eram *heróicos*. Concluir a ocupação e a conquista, das quais deveria resultar uma *militarização* das raças conquistadas, que permitiria pôr a vigorar em toda a sua plenitude, sobretudo para bem e lucro dos conquistadores, a suprema e prolixa máxima das nossas leis de trabalho indígena: «Todo o indígena válido é sujeito, salvo casos de força maior, à obrigação moral e legal de, por meio do trabalho, prover ao seu sustento, no sentido de melhorar sucessivamente a sua condição social».

Sabia eu, de sobra, quanta maligna hipocrisia se continha nesta suculenta fórmula que, além do mais, tinha o grande inconveniente de só poder ser compreendida por nós, os brancos. E pus-me a estudar o caso para ver se lhe dava uma volta...

Reconheci em breve que as coisas não eram tão feias como as pintavam. Em 1898 a exportação de Angola tinha sido de 7,160 contos-ouro, qualquer coisa como 258,000 contos da nossa moeda de agora, e ainda, em 1907, o valor da exportação fora de 4,171 contos-ouro. Em 1912 o valor das mercadorias exportadas atingiu uma baixa de assustar; mas não fora ela acusada pela ociosidade do preto: era apenas uma resultante da queda do preço da borracha.

Ora toda esta riqueza que, principalmente em toneladas de borracha, Angola exportara de 1893 a 1929, num valor de três milhões de contos da nossa moeda actual, fora produzida pelo trabalho dos indígenas.

E que trabalho!

Deixando as suas aldeias, grandes caravanas de homens, de que faziam parte algumas mulheres e até crianças, internavam-se no sertão de África, a distâncias de centenas de quilómetros, à procura da *borracha das ervas*, que se encontrava em terras desertas, inteiramente desprovidas de recursos. Cavado o terreno, extraídas as raízes que continham o rico produto, maceradas e aquecidas, obtinha-se a borracha que, em pesadas cargas e em penoso e faminto regresso, era transportada aos centros de venda. Duravam muitos meses estas «expedições» e grande número dos seus componentes ficavam pelo caminho, principalmente ao regressar, vítimas da fadiga e da fome.

Para tudo isto se olhava indiferentemente; os pretos continuavam a ser considerados como vadios, e da riqueza por eles produzida com tantos sacrifícios, nada ficava em Angola.

Abençoada queda de preço!

Por certo em Angola existia então entre os indígenas, como ainda existe hoje, mas em grau consideravelmente menor, a escravatura doméstica. Deve ela desaparecer totalmente em poucos anos, graças à nossa administração. Os representantes das antigas raças guerreiras dominadoras, que invadiram as regiões ao sul do equador, pouco se entregavam ao trabalho: as guerras e as razias de cereais, de gados, de mulheres e de escravos tinham como consequência fatal a ociosidade de muitos. Mas a grande maioria trabalhava para se alimentar, para se adornar, para se vestir, para comprar álcool, armas, pólvora, contaria e panos. Os serviços mais pesados ou mais difíceis, como os de desbravar o terreno, cortando e arrancando a vegetação arbórea, a apanha de cera, o transporte de pesadas cargas, a protecção das cearas contra os animais, os cuidados com os gados e tantos outros trabalhos, pertenciam aos homens. À mulher cabiam os serviços mais leves, da sementeira e da colheita. Não trabalham em demasia as mulheres de muitas das nossas aldeias metropolitanas?...

O indispensável era acabar com o estado de guerra das populações indígenas. A obra brilhante da ocupação militar já estava muito avançada em Angola, em 1912. Tinham passado pela província grandes chefes militares Neves Ferreira, Veríssimo Sarmento, Vítor de Lacerda, João de

Almeida, Artur de Paiva, Massano de Amorim, Paiva Couceiro, Roçadas todos eles com admiráveis qualidades de administradores e de governadores de povos, e a sua benéfica acção, permitiu-me pôr em prática um largo plano de ocupação administrativa civil, de estradas para automóveis, de supressão absoluta do comércio das armas e da pólvora, de grandes restrições no consumo do álcool — cuja inteira proibição só em 1922 me foi possível levar a efeito — e de diminuição, quase aniquilamento, do poderio tirânico dos chefes indígenas.

Graças a estas medidas, a vida dos indígenas modificou-se profundamente em alguns anos. Começaram a dedicar-se a trabalhos menos violentos, mais tranquilos, a pagar impostos, a abrir estradas e, acima de tudo, a revelarem-se admiráveis agricultores.

Quando, em 1912, cheguei a Angola encontrei naquelas terras uma organização pseudo-militar, a que se dava o nome de «companhias indígenas de segunda linha». Ia-se assim preparando uma reserva de mão-de-obra indígena militarizada, à sombra daquela máxima suculenta, que transcrevi. Com uma simples portaria, do ano de 1913, acabei, *de vez e para sempre*, com tal instituição. Em 1926 e 1927 a França criou em Madagáscar e na África Ocidental francesa uma reserva de mão-de-obra idêntica à que eu fizera desaparecer de Angola, em 1913. Feito anualmente o recrutamento militar, que abrange todos os homens válidos de idade militar, os recrutas não incorporados constituem durante três anos contingentes de trabalhadores arregimentados e uniformizados, em campos de concentração, com contingentes de 100 a 500 homens, acompanhados ou não pelas suas famílias, com *pré* quinzenal, sujeitos a castigos disciplinares, nos quais entra a prisão, e obrigados a trabalhar 8 horas por dia. Existiram no Congo Belga organizações idênticas, mas desde 1917 que elas desapareceram por completo.

Este melindroso assunto foi tratado em 1929 em Genebra, na Conferência Geral do Trabalho: «As opiniões dividiram-se em duas correntes diametralmente opostas, a um lado a Inglaterra, combatendo com energia todas as práticas directas ou indirectas de trabalho militarizado, de outro lado a França, defendendo uma organização de trabalho que classificava de lógica, humana e democrática, única capaz de preencher

rapidamente a falta de obras de fomento, que caracteriza as regiões de civilizações primitivas». Portugal enfileirou, na discussão e na votação, ao lado da Inglaterra, mas nenhum dos nossos delegados se lembrou de citar a legislação colonial da República Portuguesa...

Quando, em 1919, se tratou, em Paris, durante a conferência da paz, do comércio do álcool e das armas nos territórios coloniais, representei nessas reuniões o meu país. Fiz traduzir em francês e inglês a legislação portuguesa a este respeito e distribuí-la pelos representantes das outras nações, e um dia, depois de assistir a demoradas discussões, em que o humanitarismo debilmente combatia interesses comerciais e industriais de diversa espécie, disse que Portugal, como mostrava a sua legislação, tinha ido muito além do máximo que se apontava como obra humanitária a realizar, e que nesse caminho prosseguiria cada vez com mais largos passos.

Mais uma vez tínhamos conseguido colocarmo-nos, sob aspectos humanitários e civilizados que marcam hegemonias, na vanguarda das nações coloniais. Não foi a última, durante a minha modesta carreira de servidor da República.

Em face dos resultados patentes do esforço que teve, em vista transformar a população indígena de Angola, difícil seria teimar em ferir a nota de ociosidade, como pecado original e actual do gentio. Recorreu-se então às estatísticas demográficas, e a referente a 1929 aparece com os seguintes curiosos elementos:

Trabalhadores por conta própria	371,986	54%
Trabalhadores contratados	48,657	7%
Trabalhadores que podem ser contratados	268,909	39%
	<hr/>	
	689,552	

Quer dizer, dos 689.552 indígenas (do sexo masculino, deve ser) aptos para o trabalho, mais de metade trabalham nas suas lavras e nos seus ofícios, sete por cento, apenas, alugam os seus braços aos colonos brancos, e

bastante mais de um terço entregam-se àquela decantada ociosidade, à espera que os obriguem a trabalhar, segundo a letra e o espírito da fórmula que transcrevi.

Estatísticas desta natureza só podem ser tomadas a sério por quem nada conheça de Angola. Elas não resistem à mais ligeira análise, e para mim, que sei por quem foram elaboradas, são desconsoladoras por me revelarem que ainda estarmos longe de atingir aquela mentalidade sobre questões de mão-de-obra indígena, que tanto me esforcei por criar em terras de África.

Termina aqui o ensaio sobre os indígenas de Angola, que em 1933 compus.

Vou completá-lo com a apresentação de alguns aspectos da vida individual e social dos pretos africanos, na sua existência isolado do resto do mundo e no seu contacto com a civilização europeia.

O NUDISMO AFRICANO

O nudismo é uma das indicações mais frisantes da pouca civilização e da vida miserável dos pretos das zonas tropicais de África. É necessário combatê-lo o mais possível, acabá-lo inteiramente dentro de uma geração. Sei que muito pouco têm feito os governos das nações coloniais e que estão longe os missionários cristãos de fazer, neste sentido, o que tanto desejam e que é vestir todos os nus. Trata-se, sem dúvida, de um problema económico, mas também um problema de decoro nacional. E se houvesse coragem de dizer aos pretos de Angola? «a partir de 1 de Janeiro de..., tu e todos os teus, que não sejam crianças, terão de andar completamente vestidos. Como compensação, deixarás de pagar ao governo metade do imposto de cubata que ora pagas».

Os cofres da Fazenda Pública deixariam de receber uns 25.000 contos anuais de imposto de cubata. Mas não seria esta uma bela ocasião para fazer desaparecer tão inconveniente imposto, substituindo-o por outro, baseado em radical reforma agrária, que assente a família indígena na existência,

garantida e protegida, da propriedade rural plena, de que tanto e tanto está carecendo Angola?

Assisti numa das noites passadas (Maio de 1934) a uma notável conferência que, no Grémio do Minho, fez o meu grande amigo e conterrâneo, Sr. Rodrigo de Abreu Lima. Disse-nos o conferente que, nos últimos anos, a emigração para as colónias tem diminuído consideravelmente. Conta-se por números dígitos em 1933. Vim para casa a pensar que mal vai para um país colonial, com sete milhões de habitantes na metrópole, que deixa reduzir a zero a emigração para as suas colónias.

Estive a ler jornais e revistas até altas horas. Feriram-me a atenção fotografias várias dos pretos e pretas que ultimamente chegaram da Guiné, para darem, na próxima Exposição Colonial do Porto, ideia das civilizações africanas. A nudez, em homens e mulheres, exhibe-se de maneira que me chocou.

Nos tempos idos da minha vida, entre as muitas coisas que combati em terras de África, avultou a facilidade com que a massa dos colonos portugueses de então se adaptava à civilização africana. Resultavam deste facto retrocessos perigosos, que era indispensável evitar.

A nudez geral e repugnante, feria, de princípio, a noção de decência que os colonos levavam das suas terras e pessoas conheci, principalmente senhoras, que nunca puderam contemplar sem calafrios a nudez das terras de África. Mas a maioria habituava-se pouco a pouco.

Revelava-se também essa adaptação a uma civilização inferior na construção de habitações para colonos europeus. No interior de Angola o que predominava, há algumas dezenas de anos, como habitação de brancos, era a palhoça.

Muito lutei contra a nudez e contra a palhoça, e alguma coisa consegui.

A civilização muçulmana conseguiu na África, no seu combate contra o nudismo, incomparavelmente mais do que nós conseguimos e na Índia o bramanismo levou a mulher a vestir-se castamente.

Em África as missões religiosas muito têm feito nesse sentido e as aldeias cristãs distinguem-se das outras, principalmente pelos pretos e pretas andarem vestidos. Muitas vezes insisti junto de missionários portugueses e estrangeiros para intensificarem a sua propaganda contra o nudismo às

populações não cristianizadas que formam a quase totalidade dos habitantes indígenas de Angola, e sugeri até, que montassem nas suas oficinas, a exemplo do que fazem os seus colegas na Índia inglesa, pequenos teares domésticos, próprios para se tecerem panos de algodão, com os quais homens e mulheres se pudessem cobrir. As raparigas indianas, depois dos anos de aprendizagem nas escolas das missões, levam para a sua casa um tear. O governo da Índia inglesa dá para este fim importantes subsídios às missões. Continua, deste modo, a civilização europeia a obra da civilização bramânica; muitas mulheres se transformam em tecedeiras, melhorando assim a sua condição; e, sob o ponto de vista económico, o grande número de escolas de tecelagem caseira que existem nas regiões produtoras de algodão, muitas das quais visitei nos meus tempos da Índia, concorreram altamente para o aumento daquela produção e também para desenvolver o comércio dos tecidos de algodão ingleses.

Em Angola deixei disposições legislativas que proibiam aos indígenas entrarem nos centros urbanos, sem estarem decentemente vestidos. Uns calções e um casaco de cotim para os homens, o pano indiano (o himacion dos gregos) mais ou menos amplo, para as mulheres.

A prosperidade que se ia espalhando por toda a região angolense, um imposto indígena que nunca excedeu dez por cento dos salários ou do valor da produção agrícola de cada indígena, a guerra constante ao alcoolismo e a protecção, cada vez maior, dispensada aos indígenas de Angola, facilitaram muito o comércio dos panos e concorreram para o gradual desaparecimento da nudez.

A preta de África anda nua porque não tem meios para se vestir; sofre em exhibir a sua nudez junto das europeias vestidas.

Nas nossas terras, talvez o nudismo represente, por uma curiosa mudança de sinal duma das fórmulas da nossa civilização, um regresso à civilização passada, como a luta à faca nas trincheiras da Grande Guerra e a música dos bailes actuais. Em África, anda-se nu por miséria. Exhibir a nudez africana é mostrar ao mundo a vida miserável das populações indígenas e patentear que a civilização europeia pouco tem feito para transformar, em África, palhoças em casas e selvagens nus em homens vestidos.

GENTE PRETA

As palavras que se seguem tratam vários aspectos da vida, modo de ser, situação presente, ideais políticos e mentalidade das raças pretas da África. Creio que alargam o desenho e a apresentação que neste volume tentei recordar do meu juízo sobre esse nosso semelhante que, apesar do seu atraso, do muito de animalidade nele ainda imperante, não é tão inferior aos brancos, como muita gente pensa, e tem qualidades que nada perderemos em analisar para as aproveitarmos no nosso viver de dia a dia.

Um caso recente (Maio de 1935) de que a Imprensa diária deu ampla notícia, outros casos que ao meu conhecimento têm chegado, trazem-me à memória violências idênticas que, na minha demorada passagem pelo ultramar, tive a ventura de reprimir.

Recordemos esses já longínquos tempos.

Na «circular», tantas vezes citada, que, em 17 de Abril de 1913, dirigi aos governadores de distrito e aos administradores de circunscrição, escrevi as seguintes palavras:

«Vivi largos anos em contacto com uma administração colonial (referia-me à Índia inglesa) onde a menor violência ou injustiça, praticada por um funcionário europeu na pessoa de um indígena, era quase sempre punida com a demissão; onde o respeito pela liberdade, pela propriedade, pelas famílias, pelos usos e costumes dos indígenas, que não iam de encontro às leis da humanidade, era o guia do procedimento da raça que governava e administrava, para com os povos sob o seu domínio, mas onde a prática destas regras e destes princípios não excluía a ordem, a disciplina social, o necessário afastamento, que, sem pôr de lado a afabilidade e o interesse que continuamente devemos dispensar aos indígenas sob a nossa administração, evitava relações de ordem mais íntima e mistura de raças com que a civilização nada lucra. São estas regras e estes princípios que eu desejo ver estabelecidos e seguidos na província que tenho a honra de administrar, e para eles chamo muito particularmente a atenção dos funcionários a quem me estou dirigindo».

Os castigos corporais foram inteiramente abolidos e nunca deixei de punir os funcionários que os aplicavam; e a prática, que encontrei tão generalizada, em 1912, na Província de Angola, de arrancar confissões aos indígenas por meio de violências e torturas, mereceu-me sempre a maior repulsa, e o mais severo castigo.

Nunca, está claro, imaginei que as minhas ordens e a legislação que publicava fossem suficientes para modificar radicalmente o estado de coisas que, sob este aspecto, encontrei em Angola, em 1912. A palmatória e o chicote de cavalo marinho continuavam a ser considerados como objectos indispensáveis em muitas administrações e sedes de postos administrativos; mas quando se esperava a visita do governador-geral, esses dois instrumentos de tortura eram cuidadosamente escondidos.

Deste facto tinham conhecimento pleno todos os brancos e todos os pretos da circunscrição; colocava ele os administradores e os chefes de postos numa situação de desprestígio perante os seus administrados e mostrava-lhes que a única maneira de se prestigiarem era cumprirem a lei e adaptarem-se às minhas instruções e à minha orientação.

Tendo chegado uma vez, inesperadamente, à sede de uma circunscrição, onde o administrador estava ouvindo um indígena acusado de ter roubado uma vaca, notei que se tinham empregado meios violentos para lhe arrancar uma confissão. A «camuflagem» não fora, nessa ocasião, nem rápida, nem perfeita.

Continuaram os interrogatórios na minha presença, depois de ter explicado que as leis portuguesas proibiam o emprego de qualquer coacção ou violência. O suposto delinquente mantinha-se teimosamente na negativa, ao passo que o indígena roubado afirmava não poder ser outro o ladrão mas sem apresentar quaisquer provas. O caso eternizava-se. Determinei que se pusesse em liberdade o preto acusado, com ordem de se não ausentar da sede da circunscrição e que continuassem as averiguações policiais.

Reconheci que a opinião da maioria dos brancos presentes era que tudo aquilo se apuraria com mais algumas dúzias de palmatoadas e gastei inutilmente o meu «latim» a convencê-los que mais valia ficar impune um criminoso do que arrancar confissões ou denúncias por meios violentos.

Passados dias, já longe da circunscrição, fui informado de que não houvera roubo. Os meus argumentos passaram, por certo, a ser melhor apreciados, e este e outros casos, juntamente com o grande desejo que quase todos os funcionários de Angola tinham de me ser agradáveis, foram, pouco a pouco, modificando uma mentalidade quase geral.

Sobre estes tempos, os melhores da minha vida, já decorreram mais de vinte anos. Não sei o que se passa actualmente em Angola. O mundo modificou-se tanto nestas duas dezenas de anos!

Mas estou certo de que as minhas palavras não foram inúteis e que ainda hoje elas ajeitam sobre as terras de Angola, levando consigo a cordura e a brandura de costumes, tão essenciais para a civilização das raças negras.

Parece, pelas notícias que nos vão chegando (Julho de 1935), que os indígenas da Rodésia Norte não estão muito satisfeitos.

Quando se estava em plena celebração do jubileu do rei de Inglaterra, teve o governador daqueles territórios de abandonar as festas e de seguir com tropas para a região cuprífera da Rodésia, onde os pretos se tinham levantado em massa, assumindo atitudes de declarada hostilidade contra as autoridades inglesas e contra os colonos brancos. A causa próxima deste movimento, que rapidamente alastrou e se intensificou, foi um aumento de imposto indígena, ultimamente decretado. Mas as origens do mal são mais antigas, mais profundas e mais graves.

Há muito que em toda a África negra lavra um forte espírito de rebelião contra os dominadores brancos. Num discurso que pronunciou, há poucos dias em Londres, na Câmara dos Comuns, o ministro das Colónias disse que as sociedades secretas, que existem entre os indígenas de África há muitos séculos, têm nos últimos tempos desenvolvido uma grande actividade.

Conhece-se muito pouco da organização destas sociedades. Nascidas da civilização banto, com evidente parentesco com os «mistérios» egípcios e gregos, têm por principal objectivo cultos secretos, manifestações de magia de horripilante selvajaria. Mas a sua influência nos movimentos de agitação social e política é enorme. Nós, por mais de uma vez, a sentimos e experimentámos nas revoltas de S. Salvador do Congo, nas resistências dos

bienos e dos quiocos de Angola, a nossa ocupação, e na formidável oposição que à nossa expansão levantaram os vátuas do *hinterland* de Moçambique.

No Parlamento inglês afirmou-se que os elementos comunistas que, nas regiões de civilizações atrasadas, estão exercendo tão nefasta acção, se apoderaram das sociedades secretas indígenas e que as ramificações da grande organização de comunismo indígena, estabelecida na África do Sul e dispondo de um jornal, o «Umsebenzi», que muito tem dado que fazer à polícia «afrikander», se estendem sobre toda a África.

Muita razão me assistia quando, em Dezembro de 1921, proibi às missões religiosas o ensino das línguas indígenas, o emprego na catequese das línguas indígenas, por escrito e a publicação em língua indígena de folhetos, folhas avulsas, jornais, etc., impressos ou manuscritos.

Mas esta digressão sobre a perigosa acção que estão exercendo na África as sociedades secretas indígenas, dirigidas por pretos instruídos e sob a influência bolchevista, afastou-me do que principalmente quero contar.

Logo que os pretos da Rodésia Norte se revoltaram, entendeu o governo da África do Sul que devia intervir no conflito que se desenhava de maneira pouco tranquilizadora entre os indígenas da região rodesiana, que indiquei, as autoridades britânicas e os colonos brancos. De facto, no segundo ou terceiro dia dos acontecimentos, chegou à Rodésia uma esquadrilha de aviões sul-africanos, munidos de bombas diversas, mas, principalmente, de gases lacrimogéneos. Não teve a aviação «afrikander» de intervir, porque as providências tomadas, com rapidez e decisão, pelo governo da Rodésia, foram bastantes para submeter os revoltosos e restabelecer a ordem em poucos dias. Os aviões sul-africanos retiraram para os seus hangares.

Seguiram-se, naturalmente, as reclamações e os reparos do governo da Rodésia e as críticas da Imprensa. Era, de facto, caso para estranhar que forças militares da União sul-africana viessem, sem ninguém as chamar, a um território inteiramente estranho à sua jurisdição e muito distante das suas fronteiras, para reduzirem à impotência uma parte dos seus habitantes revoltados.

O Sr. Pirow, ministro da Defesa da África do Sul, acaba de responder a esses reparos e a essas críticas.

Depois de dizer que a África do Sul era o único território branco «of consequence», situado ao sul do Sara, declara que as vidas dos brancos, homens, mulheres e crianças do seu país, correriam grave perigo, se a revolta da Rodésia Norte não tivesse sido prontamente jugulada.

Onde quer que, nessa imensidade da África ao sul do grande deserto, os indígenas se levantem contra os brancos ou resistam à ocupação dos brancos, a União Sul Africana «tem direito» de intervir militarmente a favor dos brancos, sem sequer os consultar sobre se desejam ou não o seu auxílio, porque, acima de tudo, é necessário evitar, para segurança dos brancos da União, que em África o branco seja vencido pelo homem de cor.

As nações que têm colónias em África carecem de meditar bem nestas palavras. Se quiserem desviar intervenções de estranhos na sua vida colonial, terão de se preparar, sem demora, contra o fermento de rebelião que está alastrando por todo o continente negro, organizando-se militarmente com forças brancas e aviação, intensificando, à sombra dessa organização militar, a ocupação administrativa, acelerando o fomento das regiões coloniais, e colonizando-as com famílias dos seus países.

A primeira vez que tive conhecimento de protestos contra a organização e emprego de tropas indígenas foi durante a Grande Guerra. Estava então em Londres, a tratar de assuntos que se relacionavam com a nossa intervenção militar, quando fui informado dos inconvenientes que o general Smuts apresentava ao aparecimento de tropas de cor nos campos de batalha da Europa. Lembro-me bem da impressão que me ficou da argumentação de Smuts. Na mente do grande *leader* afrikander desenhava-se nitidamente o obstáculo que seria para a conquista e ocupação da África pela raça branca, pela sua raça, a existência de tropas africanas, que se tivessem batido contra brancos ao lado de brancos.

Nunca mais se apagará no continente negro essa tradição...

Tempos depois, levanta-se na África do Sul uma campanha contra o recrutamento, instrução militar e armamento de pretos de África, que se estava realizando, em grande escala, nas colónias africanas da França, da Bélgica e de Portugal: «Brincava-se com o fogo, dizia-se; aumentava-se, com a maior das inconsciências, o poder e a força das raças subjugadas; a África

do Sul onde existia já uma considerável população branca, não podia olhar indiferente para tão tremenda loucura».

Veio agora a guerra entre italianos e abexins trazer, de novo, à baila tão debatida questão.

Um dos grandes magnates da África do Sul publica um artigo sobre o que ele chama a «militarização, dos nativos como consequência da actual guerra», que merece referência demorada.

Deixemos de parte a opinião do articulista de que os indígenas lucram muito mais, no que se refere a bem estar e civilização, sob a administração inglesa do que sob a administração de qualquer das outras nações que possuem territórios em África. Não ponho em dúvida que muito têm feito e estão fazendo os ingleses pela prosperidade e saúde dos indígenas das suas colónias: são admiráveis e dignos de serem imitados por nós os seus exemplos neste sentido. Não me resta dúvida, porém, de que os indígenas vivem muito mais contentes e satisfeitos nas nossas colónias do que nas colónias inglesas. E isto de contentamento e satisfação são bens que muito apreciam os povos... Afirma o articulista que «a política indígena inglesa nunca permitiu que se organizassem grandes massas de soldados indígenas; limitaram-se os ingleses a constituir polícia indígena, para serviço dos indígenas. Os 50 milhões de indígenas que habitam as colónias inglesas de África: gozam a mais pacífica das vidas porque nunca foram militarizados, e os 2 milhões de brancos da União da África do Sul vivem no meio de 6 1/2 milhões de nativos, sem um único soldado indígena».

Não há dúvida que isto é assim nos tempos correntes, mas será bom não esquecer o papel das tropas europeias e da aviação de guarnição na União Sul Africana e nas colónias inglesas de África, os voluntários brancos que rapidamente se organizam em corpos militares de valor e as expedições punitivas que, por diversas vezes, os ingleses têm mandado à África.

O que mais preocupa o articulista é o que se está actualmente passando na Abissínia, que «pode criar um perigo negro, uma ameaça para os brancos da África e talvez para a Europa».

A política de Mussolini, armando legiões de nativos para auxiliarem as tropas italianas na Etiópia, colocando esses nativos na frente de batalha, nos lugares de maior responsabilidade e portanto, de maior honra, levando

as tropas negras da Abissínia a defrontarem-se, por vezes vitoriosamente, com as tropas brancas da Itália, está criando, entre os indígenas africanos um sentimento de igualdade e até de superioridade, que pode ter as mais funestas consequências.

Tudo isto é de ponderar.

Em face de todos estes acontecimentos que nos cumpre fazer em Angola, em Moçambique e na Guiné? Seguir a nossa política de sempre.

Há muitos séculos que aproveitamos as tropas indígenas para nos auxiliarem contra inimigos internos e externos, quer na Ásia, quer na África, e nunca nos arrependemos de o ter feito. Temos sabido dignificar os nossos soldados de cor e sempre os consideramos tão portugueses como os brancos; o nosso secular procedimento para com eles assegura-nos de que, dentro da organização militar, puramente nossa, que adoptamos nas colónias, nada temos a recear deles. Tive a honra de os comandar na Índia, na qualidade de comandante militar de Satari, e em Angola tive-os sob o meu comando superior.

Estou seguro de que podemos contar inteiramente com as tropas indígenas para, juntamente connosco, defenderem, até ao último alento, a Pátria comum.

O facto de outros verem o problema de maneira diversa, não nos cria sustos, não nos faz ver perigos que não podem existir perante a nossa política indígena.

De resto, somos já muito velhos para receber lições: temos cinco séculos de administração colonial em cima dos ombros.

Na política indígena por mim seguida nos meus governos de 1912-1915 e 1921-1924 figurou, como primacial princípio orientador, a transformação da família indígena em proprietária de terras, que seria obrigada a cultivar. Quando muito, e como medida de transição, era encarado o agrupamento de famílias, possuindo e cultivando em comum uma determinada área de terreno. Previa-se, porém, que de cada família, exclusivo proprietária e cultivadora de parte de uma vasta terra, surgiriam, com o tempo, várias famílias de agricultores indígenas, que se manteriam ligados pela terra comum, constituindo, de princípio, um casal de família e, de futuro, um casal de famílias. Não se destruiriam assim as tradições bantos da organi-

zação da família e da origem do casal de famílias mantidos por duas ou três gerações.

Como corolário deste primacial princípio, aparecia no campo social a impossibilidade do proletariado indígena, que de modo algum devemos deixar aparecer em Angola, e no campo administrativo a rápida extinção do antigo chefe indígena, soba ou o que fosse, com todas as características da civilização banto, hoje moribunda. Deveria ser esse chefe substituído inteiramente, em breves anos, pela autoridade administrativa da civilização dominadora, sem que isso significasse, porém, a exclusão dos pretos dessas funções públicas.

E, ainda que vendo claramente não ser bem o mesmo que eu queria, o que se estava fazendo em algumas colónias inglesas — na Gold Coast e noutras — muitas vezes invoquei o exemplo do que nessas colónias se passava como arma contra o principal adversário da minha reforma agrária, social e administrativa, o grande concessionário de terras, que organizara as suas explorações agrícolas, assentando os seus problemáticos lucros no trabalho assalariado do preto.

Na Gold Coast, o governo inglês acabara, de facto, com o regime de concessões e de mão-de-obra indígena, distribuindo as terras aos indígenas seus antigos possuidores, obrigando-os a cultivá-las, dando-lhes larga assistência agrícola e guiando-os e protegendo-os na venda dos produtos do seu trabalho. E a prosperidade era enorme.

Mas, note-se bem, os ingleses destruindo o regime de propriedade tribal, conservaram intacto, se é que o não aumentaram o poder do chefe de tribo e não souberam arrancar a esse poder tirânico sagrado por séculos de domínio, o indígena, e a família indígena.

Assim, a propriedade particular que se quis estabelecer nunca chegou a existir realmente, pois que o chefe indígena continuou a possuir as terras, como as possuía antes do regime de concessões.

E nisto é que reside o valor da transformação que iniciei em Angola e cuja doutrina, como aconteceu em tudo mais, fui beber no nosso admirável passado de colonizadores.

Foi graças, em grande parte, a esta orientação e transformação, que Angola pode resistir à crise mundial e a pragas diversas que nos últimos tempos a têm consumido.

Pelo contrário, a Gold Coast, com a sua enorme produção de cacau, encontra-se hoje num beco sem saída.

Os indígenas desta colónia inglesa ou mais propriamente, os seus chefes, estão convencidos ou fingem estar convencidos de que os comerciantes europeus fizeram baixar os preços do cacau, produto principal e quase exclusivo desta região, e afirmam que por tal preço não lhes vale a pena cultivar. Principiaram pela recusa de o vender, armazenando-o em péssimas condições, por sinal; seguiu-se a destruição propositada deste produto e terminaram por fazer uma completa boicotagem a todos os produtos europeus, nada comprando que seja importado.

Os compradores de cacau da Gold Coast fizeram em Outubro do ano findo (1936) um acordo para terminarem a concorrência entre si pela fixação de preços de compra, que todos observassem. Acontece que depois de firmado este acordo, os preços fixados têm sido sucessivamente menores. Isto é principalmente devido à queda mundial do preço do cacau, que era de 27 *shilings* por 60 libras em Janeiro de 1937 e é agora, meados do mesmo ano, de 10 *shilings*. Mas nos meios indígenas da Gold Coast associam-se os dois factos e atribui-se a baixa a manejos dos comerciantes.

Na revista donde tirei estas informações leio o seguinte: «O factor mais surpreendente da situação é a absoluta união dos nativos, sob a guia e direcção dos seus principais chefes e, sobretudo, do mais prestigioso de todos eles, Nana Sir Ofari Atta».

Na Gold Coast só há chefes nativos; os europeus, a não ser o governador, não contam como autoridades perante os indígenas. Foi devido a isto que o governador da Gold Coast se viu obrigado a ter uma conferência com os chefes indígenas e os agricultores indígenas (conferência onde estes últimos eram apenas o verbo de encher) que nenhum resultado deu e donde a primeira e única autoridade administrativa da colónia saiu, sem dúvida, com seu prestígio abalado perante os indígenas.

Todos nós sabemos bem a má impressão que produz a baixa de preços dos géneros agrícolas nos agricultores africanos. Temo-nos encontrado muitas vezes perante as calamidades que resultam de fenómenos dessa natureza. Em Angola o indígena, que me conste, o mais que tem feito é mostrar relutância em cultivar os seus terrenos, perante preços mínimos dos

produtos agrícolas. Mas acaba sempre por cultivar, porque, acima de tudo, tem confiança em nós, e porque a nossa autoridade foi sempre, no seu conjunto, paternal e benévola. E também porque conhecedores, como nenhuns outros colonizadores, do indígena, do seu sentir, pensar e agir, tomamos, desde há muito, as medidas necessárias. Pusemos ao lado dos indígenas alguém superior aos seus chefes; estabelecemos a possibilidade do pagamento do imposto em géneros, sempre que o preço desses géneros não encontrava mercado; tornámos dependente a sua qualidade de proprietários da obrigação de cultivo; despertámos nos indígenas, pela atitude que desde o início da nossa colonização tomámos, o respeito pelas nossas pessoas e a confiança na nossa palavra.

Quase podia escrever-se a história da «política indígena» seguida por Portugal nos seus territórios de além-mar, desde os remotos tempos das descobertas até hoje, citando as várias disposições dos antigos «regimentos» e da nossa legislação colonial e o que se tem escrito e dito sobre os «usos e costumes» dos indígenas. Poucas nações coloniais têm respeitado esses «usos e costumes» como nós.

Devo confessar que, por vezes, achei excessivo esse respeito, e em determinadas circunstâncias, ainda que raras, entendi dever pôr de lado práticas e preconceitos, que funcionários e missionários coloniais consideravam como «tabu sagrado», e que se levantavam como obstáculo insuperável perante realizações necessárias e urgentes.

Vieram-me à memória casos desta natureza ao ler um recente discurso do ilustre governador da Nigéria, Sir Bernard Bourdillon.

O problema posto por este alto funcionário colonial inglês todas as nações coloniais têm de o encarar e de lhe procurar solução adequada. Dentro de que limites devem os governos das colónias guiar, estimular e obrigar os indígenas a concorrer com o seu trabalho e com a sua organização social para a produção de matérias-primas, e a produzir umas de preferência a outras?

Das palavras do governador da Nigéria ressalta, acima de tudo, a concepção inglesa, moral e política, do respeito pela liberdade individual, pela pessoa «homem», seja qual for a sua condição social.

Sob o ponto de vista puramente comercial, leio no seu discurso, que o fim a atingir é dispor da maior quantidade possível de mercadorias que,

nas presentes circunstâncias, são de consumo quase ilimitado e que, portanto, se pagam por altos preços, em constante subida.

Para conseguir isto é necessário que os agricultores indígenas trabalhem utilmente a terra e, para tanto, terão de adoptar os modernos métodos de cultivo e de trabalhar, mais do que hoje trabalham. Ora, tanto uma como outra coisa conduz a profundas alterações nos costumes e nas maneiras de pensar e de viver dos indígenas da Nigéria.

Não pode haver a menor dúvida sob o direito que nos assiste, a nós colonizadores e civilizadores, de nos esforçarmos por estimular os indígenas a atingirem um nível de vida mais elevado do que o seu: «mas, diz-nos Sir Bernard, sinto fortemente que não devemos forçar o passo neste sentido; devemos conduzir e não arrastar, persuadir e de modo algum compelir, e isto sem nos esquecermos de que a persuasão é próxima vizinha da compulsão».

Admiráveis palavras.

E continua: «Sempre que se trate de processos destinados a quebrar uma organização social, temos de caminhar muito cautelosamente e muito vagorosamente. Arrancar um indígena da sua tribo é sempre um problema difícil. Individualmente, poderá esse indígena passar a viver vida mais próspera, mas sentirá a dolorosa falta do meio a que estava habituado, da organização social, única que ele compreende e que controlava toda a sua vida».

Qual o caminho a seguir? Responde-nos o governador da Nigéria:

«Julgo erróneo o processo de levar o indígena a fazer isto ou aquilo; devemos levá-lo a desejar fazê-lo. Não aconselhemos nunca aos indígenas processos de cultivo, de que cujos resultados não estivermos absolutamente seguros; o indígena só adoptará a valer os novos processos, quando tiver visto os seus resultados. Nunca nos abalancemos a levar os indígenas a culturas novas, mais produtivas ou mais largas do que as suas, sem termos a certeza da sua possibilidade e de as podermos manter em anos futuros».

A produção de sementes oleaginosas na Nigéria poderia ser rapidamente elevada ao dobro desde que os homens da tribo Tiv pudesse semear os seus campos, sem perda da sua dignidade. O governador submeteu o assunto ao «conselho das tribos», mas a questão arrasta-se e as áreas susceptíveis de cultura continuam incultas.

Ainda mais grave é o que se está passando com a produção do óleo de palma. Os indígenas colhem o fruto das palmeiras silvestres, que nascem aqui e acolá entre outras árvores. Se em lugar desta exploração primitiva, se fizessem plantações de palmeiras, seguindo-se o exemplo das empresas europeias, a produção aumentaria e o trabalho dos indígenas seria menos fatigante, menos perigoso e incomparavelmente mais remunerador. Mas a esta transformação da actividade dos indígenas opõe-se o modo de ser da propriedade, das terras na principal região da palmeira. Essa propriedade é tribal e nenhum indígena ou grupo de indígenas se arrisca a fazer uma plantação de palmeiras em terra que não lhe pertence: «Mas, afirma, o governador da Nigéria, já se não dá o mesmo em Benim, onde existem terras que constituem propriedades de uma família ou de pequenos grupos de famílias. Nessa região os meus esforços para levar os indígenas a fazer plantações à europeia, estão dando bons resultados. E estou convencido de que, quando as tribos, possuidoras das regiões de palmeiras silvestres, virem os resultados que obtiveram das suas plantações os indígenas de Benim, acharão meio de resolver rapidamente a questão da propriedade tribal, que actualmente se levanta. Mas isto levará tempo, e mais uma vez afirmo que temos de ir devagar».

Acabo de ler (Abril de 1937) uma severa crítica aos processos do governador da Nigéria. A sua atitude equivale, dizem os críticos, a um «laissez-faire» que serve apenas de manto à inacção dos nativos; está a pôr-se um travão ao progresso da Nigéria; noutros países, mais avançados do que a Nigéria, julgou-se conveniente substituir a persuasão por uma forte legislação compulsiva, em matéria de produção agrícola, tendo em vista os interesses, da comunidade; o governo da Nigéria está assumindo uma grave responsabilidade pelo facto de se limitar a fornecer aos indígenas exemplos isolados de boa exploração agrícola, deixando-os deliberar, em face deles, sobre a melhor maneira de harmonizar esses novos processos de cultivo com os seus usos e costumes e com a sua constituição tribal. E assim por diante, em carga cerrada...

Estas dificuldades aparecem em muito menor grau nas nossas colónias. O nosso génio colonial permitiu prevê-las, desde remotas eras, e temos sabido fazer-nos compreender pelos indígenas e ganhar não somente o seu respeito, mas, sobretudo, a sua confiança.

Julgo, porém, que no caso de Sir Bernard Bourdillon, outro não poderia ser o procedimento a adoptar. Além de tudo o mais, devemos ter sempre presente, em política indígena, o conto da galinha dos ovos de ouro.

Duas publicações portuguesas trazem-me semanalmente (Janeiro de 1939) aquele alimento de alta cultura e de intelectualidade, tão necessário aos homens, cujo feitio os leva a empregar a maior parte do seu tempo a planear ou a sonhar modestas «grandes obras». São elas a «Seara Nova» e o semanário «O Diabo». Leio-os avidamente logo que os recebo. Talvez haja outras publicações melhores, nacionais e estrangeiras; as revistas estrangeiras são muito caras para mim, e quanto às portuguesas, que ultimamente têm aparecido, falam, por vezes, por forma que a minha avançada idade me não permite compreender.

Ora, no penúltimo número de «O Diabo» li um artigo «a mulher na China de ontem» e depois de o ler, fiquei-me a pensar nas indígenas de Angola.

Antes de mais, será bom dizer que não partilho inteiramente o modo de ver do autor daquele artigo. A explosão revolucionária deu-se na China em 1911. Um período de 27 anos é muito curto para transformar radicalmente a mulher na vida da comunidade, e as filhas que delas nasceram, neste curto período, mamaram o velho leite e ainda receberam, em grande parte, a educação materna de antes da revolução. Deixemos passar, pelo menos, quatro gerações para podermos, se pudermos, falar, com respeito à China, na mulher de ontem.

O mesmo acontece noutros países. Dá sempre lugar a grandes retrocessos pretender ir além, em movimentos revolucionários, das concepções sociais da mulher.

Por outro lado, porém, a mulher chinesa estava longe de ser, antes da revolução, o que muita gente pensa: pouco mais de um animal doméstico.

Andei, pela China um ano, de meados de 1909 a meados de 1910: Sun-Yat-Sen, o grande reformador chinês, tão grande como Confúcio, estava então exilado em Inglaterra, mas em Macau em Hong-Kong e em Cantão, muitos dos chineses com quem me relacionei me falavam dele e me afirmavam que a sua propaganda revolucionária se dirigia de preferência às mulheres chinesas; em Xangai e, depois, na vagarosa viagem que fiz, subindo

o majestoso rio Yang-tse-kiang, da sua foz a Hankow, foi-me dado constatar, nas numerosas povoações marginais, onde desembarquei e me demorei, o notável papel que a mulher estava desempenhando no movimento revolucionário; informações que colhi de missionários, principalmente americanos, convenceram-me da grande influência da mulher chinesa, esposa e mãe, na vida social da China.

Há poucos dias, veio a leitura que fiz dos admiráveis livros da escritora americana Pearl Buck, confirmar-me esta impressão de há 28 anos.

Se nem eu, nem Mr. Buck nos enganamos nas observações que fizemos, como poderiam as mulheres chinesas de ontem ser consideradas pelos chineses, seus pais, maridos e irmãos, «incapazes por natureza», «seres inferiores», quase «desprezíveis».

A respeito da mulher indígena da África intertropical ouvi muitas vezes expressões idênticas e outras muito mais depreciativas. Tinha-as lido a respeito da mulher indiana, e nos dez anos que andei pela Índia portuguesa e inglesa, convenci-me de que essas deprecições de modo algum traduziam a verdade.

A mulher é o tipo supremo das civilizações históricas; representa ela, mais do que o homem, as civilizações hindu e chinesa, paralelas ainda que notavelmente diferentes, e a civilização africana, inferior, sem dúvida, às duas primeiras.

Sem partilhar inteiramente a opinião de Frobenius de que a «ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia, que dominou a Europa até ao princípio do século actual», não posso deixar de reconhecer que há nessa opinião um grande fundo de verdade. Basta estudar as nossas relações com os congolenses, durante os setenta anos que se contam a partir da primeira viagem de Diogo Cão, para verificar que a civilização indígena de então era muito superior à que hoje se estende sobre: a bacia do Zaire. A escravatura e o álcool foram os principais factores desta decadência. Outros houve, porém, mas deixemos isso...

Não há dúvida que os estudos históricos, ainda tão incompletos, da civilização africana, nos vão mostrando que essa civilização teve o seu ponto culminante nas regiões compreendidas entre as zonas desérticas do norte e o equador, e que ela se apaga notavelmente à medida que se caminha para

o sul, principalmente ao longo da parte central do estreitamento do continente africano. Mas, ao estudar a civilização africana, reconhecemos sempre, com maior ou menor intensidade, no espaço e no tempo, «o mesmo espírito, o mesmo carácter e a mesma essência», como diz Frobenius.

Poderiam os portugueses ter feito um estudo completo da mulher africana e sobretudo da sua influência na família e na comunidade como esposa e mãe. Apesar da degenerescência que sofreu a civilização africana, no decorrer dos últimos três a quatro séculos, ainda estamos a tempo de fazer esse estudo. Deve ele encontrar grande auxílio no que se sabe da influência que teve a escrava preta no Brasil e em várias colónias, e a amante indígena junto de muitos colonos brancos.

Quando se acaba a leitura de compilações de contos africanos ficamos com uma impressão de ser a mulher indígena muito superior ao homem que se move ao lado dela.

«Por ti eu sofri muito, mas agora tu pagas-me com a ventura que me dás», diz uma mãe ao filho.

A influência da beleza feminina revela-se quase de conto para conto: «Fixava os seus pretendentes em torno de si, pelo seu sorriso e pelas suas maneiras, e o seu poder era tal que nenhum deles a podia deixar sem que ela lho ordenasse. A vontade de cada um fundia-se na vontade da bela mulher».

A mulher africana é por tendência monógama: prova-o a instituição da «primeira mulher» e o que nos mostram os contos sobre a má vontade de umas contra as outras e contra os filhos que não são seus.

A mulher casada não é de modo algum uma escrava na casa do marido indígena. São muitas as causas que levam à anulação do casamento. Os maridos avaros, glutões, violentos, são abandonados. A mulher indígena casada dispõe de uma grande arma contra o mau procedimento do marido: «a fuga para casa dos pais», diz-nos o missionário Junod.

Foi com a intuição desta influência da mulher indígena na vida familiar e social que tentei espalhar por Angola as escolas para o sexo feminino indígena, a que deram o nome de escolas «Rita Norton de Matos». Em dois princípios, se baseavam essas escolas:

a) Não arrancar as raparigas indígenas à família no sistema de semi-internato, passariam as crianças com a família as tardes e as noites de cada dia, os dias feriados e as férias.

b) Ensinar-lhes a língua portuguesa e, com ela, os misteres próprios de mulheres e os hábitos e costumes da nossa civilização.

Para o desenvolvimento económico e para a valorização de Angola, indispensável será elevar o padrão de vida dos indígenas angolanos.

Todos sabem o que quero dizer com estas palavras. Melhorar a vida espiritual e material dos nativos tem de continuar a ser o principal aspecto da nossa obra de colonizadores.

Melhor vida espiritual resultará, sobretudo, da cristianização. Pegar nas crianças indígenas, ensinar-lhes o português, ministrar-lhes a instrução que a sua inteligência seja capaz de absorver, educá-las à nossa moda, vesti-las e calçá-las, evitando, porém, despertar nelas qualquer emoção religiosa, equivaleria a produzir fenómenos artificiais e não a criar homens. Treme-se ao pensar no que seriam comunidades constituídas por estas monstruosidades.

A transformação espiritual dos indígenas tem de ser conseguida, em grande parte, pelo proselitismo cristão.

Mas, e desde já abordo o meu tema predilecto, não creio que dê os desejados resultados procurar destruir por completo todas as emoções religiosas ancestrais, dos indígenas de Angola, substituindo-se inteiramente pelos exclusivismos da religião cristã.

Os grandes males espirituais e materiais da humanidade têm sido devidos, quase sempre, à tendência do homem para fazer desaparecer, para destruir, para aniquilar o que é contrário às suas crenças, à sua ideologia (como, impropriamente, se diz agora), à sua civilização. Houve sistemas de colonização, guerras religiosas, implantações de civilizações, revoluções várias, que se serviram desta tendência destruidora. Hoje vemo-la como processo corrente dos mitos marxistas e hitlerianos.

Sem querer meter foice em seara alheia, estou absolutamente convencido de que muitas das emoções religiosas dos indígenas não cristãos, podem e devem passar, dignificadas e depuradas, mas sem perderem a sua

essência fundamental, para os indígenas cristianizados. Será mesmo esta, a meu ver, a única maneira de os transformar em verdadeiros cristãos. Na Índia conheci pessoas, cujos antepassados tinham sido convertidos ao cristianismo, havia séculos, que se apegavam a deuses da mitologia hindu, em crises de grande aflição. Ainda na mesma ordem de ideias, direi aos educadores, religiosos ou laicos, de Angola, que faz parte daquela tendência destruidora o sistema educativo de segregar as crianças indígenas das suas respectivas famílias e das comunidades nativas. É este um processo de produzir monstros morais, idêntico ao de educar e de instruir, com exclusão completa de emoções religiosas. Nunca devemos esquecer que o amor paternal e filial e a veneração dos antepassados são virtudes dos bantos.

Quando passamos a considerar a indumentária indígena, o que, principalmente, nos deve preocupar, como disse, é o combate à nudez. É, porém, indispensável não cair em coisas feias e ridículas.

Confesso que ainda hoje todo me arrepio ao pensar nas inestéticas figuras de indígenas, principalmente de mulheres e de crianças, vestidos à europeia que vi em Angola.

Quando transformamos os indígenas, de harmonia com os moldes da nossa civilização, é indispensável fugirmos à caricatura. Creio que há em nós, e também nos nativos, a arte suficiente para se poderem vestir os indígenas segundo as suas regiões e com trajes elegantes e tradicionais. Para que substituir este traje pelos horrores da saia de chita, da casaquinha e do lenço branco, que vi em aldeias cristãs de África?

O cristianismo não destruiu os belos trajes das mulheres das freguesias de Viana do Minho e a civilização europeia não impede as mulheres parsis de usarem, nos salões de Bombaim e nas recepções da corte de Inglaterra, as suas admiráveis vestes.

O clima de Angola exige que o corpo se não cubra inteiramente. Combata-se a nudez, mas sem cair em exageros, em práticas não higiénicas e fugindo, sobretudo, da caricatura e daquilo que os franceses chamam *pruderie*. A austeridade exagerada é inimiga da saúde e da alegria dos povos: e os indígenas de África são, no seu conjunto, em demasia doentes e tristes. Introduzir nas suas aldeias a saúde e a alegria da vida, ainda será a melhor maneira de os transformar de os trazer à nossa civilização.

O problema da habitação indígena é de solução difícil. Temos de combater intransigentemente a cubata e a palhota, como temos de combater a nudez. Mas temos de atender a que as actuais habitações indígenas têm, em regra, de ser abandonadas, fechadas ou destruídas após a morte do seu dono, e, desde que se trate das casas comparativamente caras, feitas com materiais permanentes, higiénicas e confortáveis, que devem substituir a cubata, as cerimónias rituais do abandono ou da destruição da habitação do morto, não poderão realizar-se. É certo, porém, que em algumas tribos bantos a cubata pode ser habitada de novo, pelos herdeiros do morto, depois de purificada; isto indica o caminho a seguir, pois que uma caição ou pintura, uma limpeza geral e uma desinfecção à moderna, serão, facilmente, consideradas pelos indígenas como a melhor das purificações, cujo sentido profundo foi sempre evitar contaminações ou influências maléficas.

Outro inconveniente da habitação indígena, construída com materiais permanentes, é a existência da poligamia. Como poderá o indígena construir tantas casas caras, quantas sejam as suas mulheres? Mas não será exactamente a construção das casas modernas um dos melhores meios de acabar com a poligamia que nenhuma vantagem tem na vida actual dos indígenas?

Tem cabimento, em relação à transformação das habitações indígenas, o que acabo de dizer sobre o vestuário. Temos de pôr de lado o estilo arquitectónico europeu, pois que é necessário atender às tradições indígenas, tanto quanto no-lo permita a nossa civilização. Não faltarão, por certo, artistas europeus e angolenses, que atendendo a essas tradições, à vida peculiar dos indígenas, às condições climatéricas, criem o tipo de casa do soba, o das casas destinadas aos macotas e o das casinhas para o resto da população, que formem aldeias alegres, cheias de cor e de vida. É necessário criar o «urbanismo indígena».

Ainda um outro o assumo quero abordar: é o da transformação da arte indígena. Dadas as tão frequentes manifestações de génio artístico entre os indígenas de Angola, não será uma falta imperdoável não existirem na província modestas escolas de belas-artes, onde se ensine o desenho, a pintura e, principalmente, a escultura?

Sei que em Angola muito se tem feito, desde que me obrigaram a deixá-la, em 1923, no que respeita a uma salutar e dignificadora transformação da vida indígena. E por saber isso, escrevi estas palavras, que destino aos missionários, aos professores e aos administradores da província, ditadas pela preocupação e pelo receio de que, na santa ânsia, de renovar e de transformar, se não destrua o que há de bom e de belo na civilização banto.

A PREGUIÇA DOS PRETOS

Não têm conto as noções erradas que vão correndo mundo e que, enraizadas no nosso espírito, nos levam a ser injustos. Uma delas e que de perto nos toca a nós, portugueses, como velha nação colonial que somos, é a convicção que quase toda a gente partilha de que o preto de África é, por natureza, um preguiçoso.

Faz-nos falta um *tratado sobre a preguiça*, no qual este pecado mortal fosse analisado sob todos seus aspectos — o individual, o que se liga com a constituição da família, o etnográfico e o social, e que nos mostrasse as suas transformações e variações, com o clima e as doenças, com a abundância ou a escassez de alimentos, a riqueza e a miséria, a instrução e a ignorância. Talvez da sua leitura se concluísse que a aversão ao trabalho é inerente à natureza humana e que a civilização e o progresso se devem na maior parte ao desejo dos homens de trabalharem o menos possível. No Génesis diz-se ao homem que «terá de comer o seu pão do suor do seu rosto», e da leitura dos versículos que narram a expulsão do Paraíso, fica a impressão de que o trabalho é uma maldição.

Sempre os homens têm procurado viver com o menos trabalho possível, em lugares de delícias, que a sua imaginação criara no meio de sofrimentos e privações. O caminho para terras de promessa, onde os frutos nascem em abundância, sem necessidade de cultura, dotadas de tanta exuberância que de pequeno esforço resultam grandes colheitas; a domesticação de animais e a escravização de homens, que para nós trabalhem; e a continuada e cada vez mais intensa invenção, e emprego de máquinas: tudo tem tido em vista reduzir ao mínimo a intervenção do

homem na produção de que carece para a sua alimentação e para o seu conforto material e espiritual. E no seu ardente desejo de regressar aos paraísos perdidos, apenas se quer reservar o homem, ciosamente, o trabalho intelectual e artístico, como sinal e revelação da sua espiritualidade.

Sendo isto assim, que direito temos nós, os civilizados, de estar a lançar continuamente à face dos pretos, de primitiva civilização, a acusação e o estigma da sua preguiça.

Das estatísticas que tenho presentes conclui-se que a população do território africano, situado entre os dois trópicos, deve andar por uns 100 milhões de habitantes pretos e por 300 a 400 mil brancos e doutras raças. Por outro lado, é sabido que o aumento da produção agrícola e extractiva nesta grande zona africana, tem sido enorme nestes últimos cinquenta anos, apesar de não chegar a 4 a densidade daquela população por quilómetro quadrado. Todos os que conhecem a África Tropical e a sua escassa e peculiar população branca e asiática, sabem bem que toda a sua produção é devida ao trabalho manual dos seus habitantes pretos.

Há tantas coisas a perscrutar nas primitivas civilizações da África. Quantas vezes tenho procurado imaginar o que foram as migrações bantos no seu caminhar de norte para sul, no seu por vezes regressar a pontos de partida, havia séculos deixados, no estabelecimento das suas comunidades e da sua ordem social, cheia de coisas estranhas, mas também de grandes ensinamentos. E depois de ler e meditar os poucos livros que tratam de tão grandiosa e secular deslocação de povos, depois de a seguir sobre um mapa de África, fico a pensar na energia, no esforço, no trabalho árduo e contínuo, que foram necessários para se fixarem as civilizações bantos.

Nas sessões 12.^a e 14.^a da Conferência Internacional do Trabalho, realizadas em Genebra, em 1928 e 1930, virou-se e revirou-se este caso da indolência do preto e da sua aversão ao trabalho. Li as longas actas das sessões, tomei conhecimento das opiniões apresentadas e das conclusões a que se chegou, e fiquei com a impressão que nenhum dos ilustres componentes daquela assembleia conhecia a fundo a alma do preto.

Saiu destas duas sessões uma convenção internacional sobre o trabalho forçado e foi ao abrigo dela que o governo Belga publicou recentemente um decreto sobre trabalho agrícola obrigatório no Congo Belga.

Como preâmbulo, declara-se neste decreto que a designação de «trabalho forçado» não inclui os serviços militares prestados ou a prestar, nem quaisquer trabalhos penais. Seguidamente se estabeleceu que as autoridades competentes do Congo Belga podem, nos casos em que tais medidas se justifiquem «pela indolência e imprevidência dos indígenas», compeli-los a cultivar a terra como medida de educação agrícola. Esta compulsão será de carácter temporário, terminando logo que os indígenas ou grupos de indígenas a quem foi imposta, mostrem ter-se habituado à profissão de agricultores. As terras a cultivar serão escolhidas entre aquelas sobre as quais os indígenas tenham direitos, diz o decreto.

Quanto aos produtos resultantes deste trabalho compelido ou a quaisquer lucros dele derivados, directa ou indirectamente, determina o decreto que eles pertençam inteiramente aos indígenas, cumprindo às autoridades tomar as medidas necessárias para que assim seja, assegurando a venda dos produtos por justo preço, fixando preços mínimos de compra, fiscalizando a maneira de pesar e de medir esses produtos e a forma do seu pagamento. Acrescenta ainda o decreto, que os indígenas poderão também ser compelidos à execução de trabalhos florestais de utilidade pública.

Devo confessar que não me sabe bem este conjunto de disposições, em que há muito de bom, mas com os quais se vai em grande parte ferir o sentir inato do preto. Obrigar, compeliir, forçar são palavras que nas administrações coloniais têm aparecido em todos os tempos, a contradizer as de dirigir, educar, fiscalizar, tutelar e proteger.

Portugal enveredou por processos essencialmente diferentes daqueles que estabelece o recente decreto do governo Belga, para levar os indígenas das suas colónias de África a dedicarem-se à agricultura. Em Angola os resultados da aplicação intensiva da política indígena portuguesa aos trabalhadores pretos, nas últimas três a quatro dezenas de anos, têm sido surpreendentes. Por mais de uma vez os tenho resumido em escritos e conferências.

Pareceu-nos a nós, portugueses, que a única maneira de erguermos, em África, uma obra humana e redentora, donde resultasse a rápida transformação dos indígenas e considerável melhoria das suas condições de vida, e que concorresse, ao mesmo tempo, para o engrandecimento

nacional, pela valorização dos territórios portugueses de além-mar, era fazer desses indígenas agricultores com plena propriedade das terras que cultivassem. Nesse sentido se deram já grandes passadas e de ano para ano se vai caminhando para o fim em vista: — a maior parte das terras produtivas da África portuguesa, convenientemente divididas e cadastradas, a constituírem propriedade particular, registadas em nome de cada chefe de família preto e, em alguns casos, como pertencentes a antigas comunidades que ainda não desapareceram.

Seria sobre este regime de pretos proprietários e cultivadores das suas terras, que tudo mais deveria assentar. A existência da propriedade indígena inalienável, transmissível por herança, segundo regras estabelecidas de harmonia com os usos e costumes de cada tribo, contendo em si própria a obrigatoriedade de cultivo — constituiria a verdadeira carta da liberdade e de independência do preto de África.

A experiência está feita com os mais brilhantes resultados: basta, para o verificar, olhar para as estatísticas, de 1912 em diante.

Resta agora aperfeiçoar, metodizar e consolidar, e é isso que se está fazendo.

OS SALÁRIOS INDÍGENAS

Em Março de 1943, principiaram os indígenas da África do Sul a insistir na satisfação dos seus pedidos de aumento de salários e o governo da União organizou uma comissão para estudar o assunto.

Fala-se num aumento de 4 «pence» diários para os trabalhadores indígenas das minas, o que, para o caso das minas de ouro do Rand, representaria um excesso no custo da produção do ouro, de 2 milhões de libras por ano. O lucro da extracção do ouro, que, em 1941, andou por 46 milhões de libras, seria diminuído de 4,3 por cento. Também se diz que se aumentará, em benefício destes trabalhadores, de 1 *shiling* o custo da extracção e tratamento de uma tonelada de minério aurífero. Para o caso dos 67 milhões de toneladas, removidas em 1941, teríamos um aumento de despesas com os indígenas de 3 350 000 libras por ano, e aquele lucro sofreria uma quebra de 7,2 por cento.

O preço do ouro teria de subir acabada a guerra, dizem os homens que deste caso se ocupam, em consequência de mão-de-obra mais cara. A mim parece-me que ainda há pano para mangas. O lucro médio da exploração mineira, a que me estou referindo, foi, em 1941, de 13 *shilings* 9 d. por tonelada. Acresce que o preço do ouro subirá, dos 168 *shilings* actuais por onça, para 10 libras, se se der, como se prevê, a desvalorização do dólar, que uns receiam e outros desejam. Hoje, com 35 dólares compra-se uma onça de ouro, mas o presidente dos Estados Unidos tem poderes para fixar o preço da onça em 41,34 dólares. Se isso acontecer e se a libra continuar com o valor cambial de 4 dólares é aritmético que o preço do ouro subirá, aproximadamente, a 200 *shilings* por onça.

Mais importante do que a depreciação decretada do dólar e do que a variação cambial dólar-libra, que as duas nações adoptem, com o seguro resultado de complicar e de confundir ainda mais a vida perturbada que estamos vivendo, é o facto dos indígenas da África do Sul estarem a manifestar marcada repugnância pelo trabalho nas minas. Por esta e por outras razões se tem ido procurar em regiões diversas das da União campos de recrutamento de trabalhadores indígenas. Pelo que respeita a Angola posso afirmar que será com a maior relutância que os seus habitantes de cor deixarão as suas aldeias para seguirem para tão distante e desconhecido destino. Se considero as coisas sob o ponto de vista humano, em que tanto se fala agora, não vejo que possa haver qualquer vantagem para a humanidade em arrancar ao trabalho agrícola ou a indústrias locais de reconhecida utilidade uma ou duas centenas de milhares de pretos para produzir ouro que, na quase totalidade, se irá acumular, sem visível utilidade, nos cofres fortes de bancos e de Estados.

O número de trabalhadores indígenas nas minas de ouro do Rand era, em Maio de 1942, de 369.000, baixando durante o verão para 299.000.

Há uma evidente tendência para diminuição do trabalho indígena nas minas, o que, naturalmente, muito preocupa os interessados.

Um aumento de 150.000 mil novos trabalhadores indígenas corresponderia, se as condições de 1941 se mantivessem, a um aumento de ouro extraído no valor de 58 milhões de libras e a um aumento no lucro de extracção de 23 milhões de libras. Por outro lado, se as autoridades da

região onde os 150.000 pretos se recrutassem tomassem as medidas que é de uso serem tomadas nestes casos e estabelecessem um seguro «roulement», poderiam os pretos trazer anualmente para as suas terras um total de um a dois milhões de libras. O negócio apresenta-se, portanto, tentador para as duas partes, as minas, de ouro, de um lado, e a região fornecedora de mão-de-obra indígena do outro lado. São formidáveis tentações desta natureza a causa das grandes calamidades de que reza a história, das actuais e das que estão para vir.

Voltando ao aumento dos salários dos indígenas, acabo de ler no «Times» que o Parlamento da Southern Rodésia adoptou uma moção destinada à fixação de um salário mínimo-base, para os trabalhadores indígenas, adultos do sexo masculino. Esse mínimo deverá ser, segundo a proposta, de 45 *shilings* por mês, e seria reduzido para 20 *shilings* mensais, desde que se fornecesse aos trabalhadores a alimentação conveniente e habitação adequada Estes mínimos seriam aumentados de 5 *shilings* depois de 6 meses de serviço.

Chegaria assim um indígena da Rodésia a ganhar, por mês, 250 escudos.

Fui sempre partidário do aumento dos salários dos trabalhadores indígenas e alguma coisa concorri para esse aumento em Angola.

O aumento de salário do indígena, além de muitas e várias vantagens, seria a única maneira de acabar com a aguda e irritante questão das matérias-primas coloniais, a que me referi neste volume.

Pagar aos indígenas salários que se aproximem dos nossos, pagar-lhes a sua produção pelos maiores preços que as cotações mundiais e a actividade comercial permitam, seria a maneira de os fazer atingir rapidamente uma civilização e um bem estar muito superiores ao que actualmente desfrutam.

Teria este aumento de se fazer lentamente, e, dado o atraso da quase totalidade dos indígenas da África Tropical, deveria o salário ser dividido em duas partes, uma parte directamente paga em dinheiro, outra de pagamento indirecto, destinada à transformação da vida indígena, a acabar com a nudez, com a palhota, com a miséria material e moral do triste viver dos pretos de África. Ao Estado civilizador e tutor competiria fiscalizar e,

em parte, fazer as duas espécies de pagamento. Muitas empresas na nossa África estão seguindo já este caminho. A parte do salário, representada pelo pagamento em dinheiro, iria aumentando à medida que a civilização e a educação dos pretos se fosse realizando. Mas o essencial é que o justo e equitativo salário incidisse totalmente sobre a produção e que acabasse de vez o baixo preço inicial da maioria dos produtos coloniais. Todos lucrariam com isso.

Sabem bem os administradores e os missionários das nossas colónias, o que eu quero dizer com tudo isto.

MULHERES E FILHOS DE SOLDADOS INDÍGENAS DE ANGOLA

Angola está entrando numa nova transformação, a terceira no decorrer da minha vida. Quero referir-me, como facilmente se deduz, ao deslocamento, devido à guerra actual, das relações entre a África ao sul do Equador e os países da Europa para mais íntimo convívio inter-africano.

Quanto às duas outras transformações, foi a primeira devida ao admirável esforço de ocupação militar que Portugal levou a efeito em África, de 1880 até poucos anos antes da Proclamação da República, tendo a segunda actuado mais essencialmente sobre o espírito dos homens e suas tendências. Ambas se penetram e evidentemente a segunda não poderia dar-se sem a primeira, mas o valor da primeira transformação teria sido nulo, se não tivesse conduzido à segunda.

Uma das principais características da segunda transformação é a radical mudança da atitude dos brancos perante os pretos que, nos últimos 34 anos, tem elevado a colonização portuguesa em África à culminância ainda não atingida por qualquer outra nação colonial. As manifestações desta transformação, na mentalidade dos colonos, têm sido cada vez em maior número e, de ano para ano, cercadas de maior brilho e de mais bela significação.

Constitui uma prova desta asserção o que vou escrever, colhido do «Diário de Luanda», de 26 de Janeiro de 1942. E mal poderão imaginar os que me lerem, a grande consolação que me envolve ao reconhecer que

a pequenina luz que me foi possível acender, há tantos anos já, à qual tantas outras, acesas com mais alto espírito, se juntaram e que estão hoje enchendo de rútila claridade as terras de Angola, foi o início de uma nova era, cheia de espiritualidade.

A 1.^a Companhia Indígena de Caçadores tem o seu quartel em Luanda. Comanda, vai em quatro anos, esta unidade o Sr. capitão José Silvestre Rodrigues. Resolveram desde a primeira hora, a esposa, e a filha do comandante da Companhia visitarem o aquartelamento, o quartel-sanzala, como lhe chamei na minha legislação de 1921 e 22, onde os soldados vivem com as suas famílias: «As mulheres e as crianças viviam no mais atrasado estado de civilização», diz o referido jornal, donde começo a fazer transcrições. Mulheres onde a nudez abundava, crianças inteiramente nuas, ausência de limpeza e das mais elementares práticas de higiene, a vida quase inteiramente selvagem e, pior do que tudo, o medo, o receio, a desconfiança das mulheres e crianças pretas, perante o carinho e a bondade com que pretendiam tratá-las. Não desanimaram, porém, e, pouco a pouco, foram inculcando novos hábitos nas famílias dos soldados, transformando por completo aquele meio, com constantes e incessantes transformações para melhor, que a isso se resume toda a acção colonial. E a «montanha de dificuldades» moveu-se, deixando aberto um largo horizonte».

Passaram as mulheres dos soldados indígenas a vestirem-se com decência e a apresentarem-se limpas; desapareceu o hábito de trazerem os filhos ligados às costas; e agora vestem-nos e alimentam-nos convenientemente. As mulheres grávidas recolhem ao hospital, onde são rodeadas da assistência necessária. Há no quartel-sanzala uma escola para os filhos dos soldados. Existe assistência médica diária. A vida da família indígena vai-se modificando, dia a dia. «A maternidade passou a ser uma coisa sagrada e de respeito», diz a reportagem que estou decalcando, a mortalidade infantil quase se reduziu a zero. Passaram as crianças a ser tratadas como seres humanos, já não fogem dos brancos, andam vestidas e limpas, tomam o seu banho diário, comem com talheres, em pratos lavados, fazem ginástica apropriada, preenchem os recreios escolares com jogos infantis, aprendem doutrina cristã e falam português. «São em número de setenta. Vimo-las gordas, sadias, vivas, transbordando de alegria comunicativa».

As rapariga aprendem, além do que lhes vem do ensino primário, costura e bordados. As mulheres foram também ensinadas a fazer roupa e a bordar, e vendem parte do que produzem.

Boa vontade teria de transcrever para aqui todo o artigo do «Diário de Luanda», mas falta-me o espaço e devo dizer em palavras, finais, a expressão do alto louvor de um homem que tanto a peito tomou, durante uma longa vida, a civilização dos indígenas. Que as duas senhoras, a quem me venho referindo, D. Petra e D. Maria de S. Luís Rodrigues, aceitem as minhas mais sinceras e mais respeitosas homenagens pela obra que já conseguiram realizar e que irão continuamente aperfeiçoando. Sei, talvez como poucos, o que pode o alto espírito de uma mulher, na obra civilizadora de África. Mas o que acaba de me revelar a reportagem do «Diário de Luanda», é de tal maneira simples e límpido e ao mesmo tempo cheio de, tanta grandeza e, acima de tudo, tão inédito, que só as palavras adorável e admirável o podem classificar.

E ponho-me a pensar: O que seriam hoje os indígenas de Angola, se em cada um dos sessenta quartéis-sanzalas, que desveladamente tracei na Portaria 37, de 22 de Fevereiro de 1922, destinados cada um a 250 soldados ou, mais propriamente, a 250 famílias indígenas, se tivesse realizado, nestas duas dezenas de anos, a obra admirável e adorável que acabo de apresentar. E este pensamento eleva ainda mais no meu íntimo o que se fez e está fazendo na Companhia indígena de Luanda.

Foi realmente para mim um dia de plenitude espiritual, este em que li a reportagem, do «Diário de Luanda» e em que me foi dado escrever o que aí fica.

O PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DAS ADMINISTRAÇÕES COLONIAIS

Os meus velhos amigos de «A Província de Angola» transcreveram os passos principais de um artigo que no «Primeiro de Janeiro» publiquei sobre a produção do algodão em Angola.

Nesse artigo enunciei mais uma vez o que considero como base fundamental das administrações coloniais nas regiões de África, onde o

povoamento branco é possível, em maior [ou] em menor extensão: «A agricultura deve ser a actividade por excelência; zonas agrícolas para pretos e zonas agrícolas para brancos; em cada zona a terra parcelada; e em cada parcela ou só brancos ou só pretos a cultivarem a terra».

Não excluirá isto o mútuo auxílio de brancos e pretos no exercício de outras actividades; e, com o decorrer dos tempos, quando a mesma civilização, uma alta moral e uma perfeita noção da dignidade humana, igualar brancos e pretos, acontecerá o que tem fatalmente de acontecer: uma nova raça surgirá, produto de mistura de sangues, como tantas têm surgido no mundo.

A única maneira de purificar as terras de África, de as lavar inteiramente das nódoas que nelas deixaram os pecados originais do tráfico da «escravatura» e do «trabalho forçado», é não permitir que se empreguem pretos assalariados em explorações agrícolas de brancos.

Foi por estar absolutamente convencido disto, que considerei como benéfico, ainda que não totalmente, o decreto das zonas algodoceiras. As medidas impostas por esse decreto deixarão de ter aplicação, passados que sejam uns trinta ou quarenta anos. A cultura do algodão passará a ser feita livremente por cultivadores pretos ou brancos, mas um grande golpe se terá dado no trabalho forçado e no trabalho do «preto assalariado», que tantas pareenças tem com o preto compelido.

Termina o artigo de «A Província de Angola» com palavras de amizade e de estima, a que tanto me tem habituado a gente de Angola e que neste fim de vida tanto me têm confortado. «Que nos perdoe, pois, o nosso ilustre amigo... se, excepcionalmente, desta vez, não estamos de acordo com as (suas) ideias», é o fecho do artigo.

Mas, se não estão de acordo comigo neste ponto fundamental, orientador de toda a minha administração colonial, pouco poderão encontrar na modesta obra que aí deixei, a que possam dar a sua concordância.

Estou a escrever estas palavras em meados de Junho de 1940, numa velha casa de avós, situada na ribeira do Lima. E se me é possível escreve-las, apesar da ansiedade que me invade ao ler e ouvir os relatos do que se está passando nos campos de batalha, e a tremenda notícia da paz separada da França, é porque o trabalho do preto, ainda envolto nas trevas

de civilizações primitivas, tem por certo muito que ver com os resultados dos sangrentos combates, que se estão travando.

Que ordem social nova sairá?

Subverter-se-á na nova ordem de coisas a incipiente dignidade humana do preto de África, que nós, portugueses, tanto nos temos esforçado para despertar e formar, ou, pelo contrário, concorrerá essa futura ordem de coisas para acelerar e sublimar as nossas humanitárias e altruístas concepções?

Seja como for, da história ficará constando, para sempre, que um pequeno povo de antiga e alta civilização, possuidor de largas terras, onde vivem milhões de indígenas, ignaros e incultos, soube colocar acima de tudo, na difícil administração dos seus territórios coloniais, e apesar das horas difíceis e amargas que o mundo vivia, o bem estar moral e material desses indígenas.

Ao trazer para esta publicação, neste abrir do ano de 1944, estas palavras, há quase quatro anos escritas, tenho de fazer graves restrições às consequências do decreto das zonas algodoeiras a que me refiro. O que me vêm dizendo de Angola mostra-me que, à sombra deste decreto, se estão praticando abusos sem nome e que a exploração do preto se infiltra deploravelmente nesse novo sistema de cultura de algodão. Cada vez me convenço mais que a única maneira de conseguir em Angola produções agrícolas necessárias e úteis, é seguir as minhas passadas, de 1912 a 1914, para o estabelecimento, em grande escala, da cultura do milho: transformar os pretos em pequenos proprietários rurais que, com as suas famílias, cultivem as terras que lhes pertencem, sob benéficas e orientadoras tutelas; a assistência agrícola por parte do governo, que evite abusos e torpes explorações, que os eduque, auxilie e ajude.

O ENCANTO DAS TERRAS DE ÁFRICA

Extraí-o do meu «diário»:

Regressámos, ontem à tarde, a Luanda, depois de uma longa e demorada viagem. Andámos de automóvel, mais de cinco mil quilómetros. Percorremos uma grande parte de Angola. Viagem anunciada, com um mês

de antecedência, e as estradas esperando a minha passagem, lisas como se fossem asfaltadas, nesta admirável quadra do «cacimbo». Trago da paisagem, tão diversa e tão variada que contemplei, uma sensação de enlevo e de saudade infinda.

Volto para o meio do casario, para terra civilizada, onde só a vista do mar me vale. Mas a contemplação do mar apenas nos absorve e não tem ele para mim o encanto da terra. O interior de Angola, e quanto mais avançamos para leste mais essa sensação se sente, subjuga-nos e domina-nos deliciosamente. Vêm-me à memória versos de hinos gregos, há muito lidos: «Terra tu és uma divindade, és eterna, e o amor que despertas penetra-nos como o ar».

As sensações que se experimentam, perante as paisagem de África, são principalmente de tranquilidade e de plenitude de vida. Há, em Angola, manhãs e tardes com cambiantes de luz solar, como noutros lugares da terra, noites escuras ou luminosas que nos envolvem também suavemente, serranias com estranhas e variadas formas, trechos de rios, florestas, planícies sem uma árvore a perder de vista... Mas ao contemplar, em Angola, todas estas «aparências» do mesmo nome, vistas em tantas partes do mundo, nenhuma das já vistas nos vem à memória, e sentimos o que nunca sentimos noutras terras, uma emoção sem igual, tão grande que os olhos se nos encham de lágrimas.

Julgamos que acabamos de chegar a outro mundo que pela primeira vez pisamos e, ao percorre-lo, ao descobri-lo, mais e mais, com gozo mais ardente à medida que os dias e os anos passam, cresce em nós a certeza de que podemos neste novo mundo sofrer, que talvez nele sejamos vencidos, mas que em nenhum outro poderíamos viver a vida plena que nele encontramos. E uma grande serenidade passa a acompanhar-nos sempre.

É este o encanto das terras de Angola.

Sentem este encanto mais do que outros os que são dotados de grande espiritualidade, mas para todos estas sensações são idênticas, variando apenas em grau de intensidade. Lembrem-me, nesta hora em que estou recordando os quase dois meses de excursão, momentos vividos em regiões do interior, muito distantes do mar, depois de milhares de quilómetros percorridos. Descansávamos em grupo silencioso, olhando a paisagem



Paisagem africana: o rio Cuanza, em Massangano

estranha, e em todos nós a sensação era a mesma: para que andar mais, para que voltar, porque não ficamos aqui para sempre...

E agora compreendo bem as confidências que na Europa recebi de mulheres e de homens que em Angola viveram: «quem me dera voltar para lá», a infinita, a desconsoladora saudade...

Na moderna literatura brasileira encontram-se «apontamentos», de página a página, que nos mostram quanto doía a expatriação aos escravos que de Angola, iam para o Brasil; essa dor transmitia-se de geração em geração e ainda hoje dura. Um médico preto, brasileiro, educado nos Estados Unidos da América do Norte, donde viera para a África francesa, disse-me que mais feliz teria sido se tivesse aceite a proposta de missionários americanos para servir nas missões de Angola, porque assim estaria na terra dos seus antepassados. Como o sabe? perguntei-lhe: «Tenho percorrido grande parte da África Tropical, mas o que de extraordinário senti nos meses que permaneci em Angola, o encanto que aqui sempre me envolveu, mostraram-me que esta era a minha terra».

A história das migrações bantos diz-nos que certas tribos que, levadas pelo impulso inicial, tinham seguido mais para o sul ou mais para leste, depois de gerações e permanência em terras a que hoje se dá o nome de Angola, retrocediam e vinham buscá-las de novo, por elas atraídas com invencível força.

Como explicar esta acção que Angola exerce sobre todos que a habitam? As razões devem existir simultaneamente na terra e nos homens.

A variedade dos aspectos a sucederem-se, raramente idênticos, uma imensidade territorial de tal grandeza que não se lhe concebem fronteiras nem limites, devem constituir uma das causas da emoção que se experimenta. Perante essa imensidade erguem-se para o homem que a vai contemplando, que a vai sentindo e que dela se vai apoderando, todas as possibilidades de uma vida plena para si, para os seus vindouros e para a sua grei.

Se esse homem é o banto, batido por migrações milenárias; a terra vastíssima e quase desabitada, fértil e acolhedora, representa para ele a paragem, o descanso, o terminar da vida cruel do ciclo das grandes migrações humanas. Se é um europeu, representante de gerações e gerações

de vida encurralada limitada por mil restrições, apoucada por mesquinhez constante, sem ar, sem luz, sem espaço onde livremente se possa mover, as terras de Angola oferecem-lhe o mais flagrante contraste entre o que deixou e o que encontrou, e ele ergue-se a toda a sua altura, estende os braços, caminha, respira e olha a vastidão sem limites.

E se esse homem tem dentro de si o dom divino dos que são capazes de criar, para ele a posse dessa terra será a felicidade suprema, cairá a venda que lhe tapava os olhos e sentirá que as suas energias se libertam e que surgirão sob as suas passadas grandes e benéficas realizações.

E todos os que vivem nessas terras sentem uma profunda paz.

Foi assim que mais uma vez senti Angola, e será, neste fundo de um grande quadro, que terei de traçar os meus planos de procônsul, caldeados nesta longa e primeira viagem do meu segundo governo desta província de Portugal.

Angola, Agosto de 1921.

Passaram quase 23 anos sobre o que acaba de se ler. Quando escrevi estas palavras estava ainda convencido de que a minha intenção de permanecer, em Angola, à frente daquela província se realizaria. Podia então, com o tempo diante de mim, conceber e realizar vastos planos, continuar a obra, iniciada em 1912, e projectá-la no futuro.

«Homem de pensamentos ousados, vê o que ganhaste por tentares arvorar-te em benfeitor dos homens», dizia a Prometeu, Hefaisto, o ferreiro dos deuses...

(Página deixada propositadamente em branco)

ÍNDICE

Prefácio	3
<i>Mário Soares</i>	
O general Norton de Matos e o seu tempo, 1867-1955	13
<i>Armando Malheiro da Silva e José Pedreira Castro Norton</i>	
1. Alto Relevo	15
2. Contornos de um Projecto	33
3. «Memórias e Trabalhos» de uma vida	38
4. Critérios de uma (Re)edição	42
MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA • TOMO I	45
Introdução	47
I – Assuntos históricos, humanitários, económicos e políticos	49
II – A África	49
III – Os Indígenas de África	50
IV – A minha concepção do Império Português	50
V – Fomento Colonial	54
VI – Índia, Macau e China	54
VII – A Grande Guerra	54
VIII – Estadia em Inglaterra: no exílio e como embaixador em Londres	55
IX – O crepúsculo de uma vida	55
PRIMEIRA PARTE • MEMÓRIAS	59
Observação Prévia	61
I – Nas brumas de um passado longínquo	63
II – Meus pais	71

III – Um episódio da revolução da Maria da Fonte	81
IV – Na Universidade de Coimbra	87
V – Assim fui entrando no mundo	95
VI – A nossa sorte em África	99
SEGUNDA PARTE • OPINIÕES E CONCEITOS	107
I – Prometeu	109
II – Sursum Corda	115
III – Os cinco impérios do mundo	121
IV – 31 de Janeiro	127
V – A cidade de Huambo	131
VI – Angola e os alemães	139
VII – Problemas sociais	149
VIII – Universidade Colonial	173
IX – Carreira colonial	177
X – A conferência imperial de Londres em meados de 1937	181
XI – Conversando com o rei Alberto	193
XII – O retrato de António José de Almeida	199
XIII – A visita do chefe do Estado a Angola	203
XIV – Raízes do Brasil	207
XV – Os portugueses no Brasil	213
XVI – Portugal e a Espanha	219
XVII – Oportunidade que se perdeu	225
XVIII – Um pouco de filosofia	233
XIX – A minha homenagem a António Feijó	239
MEMÓRIAS E TRABALHOS DA MINHA VIDA • TOMO II	247
PRIMEIRA PARTE • ANGOLA NO MAPA DE ÁFRICA	249
Projectos de alemães e de sucessores seus	251
O nosso campo de acção	254
A África vai secando... ..	258
SEGUNDA PARTE • CIVILIZAÇÃO AFRICANA	263
Os Indígenas	265

Como sempre vi a história de Angola	266
A República e a escravatura	268
A pré-história	269
Os bantos	271
A religião dos bantos	276
Uma nota feminina	284
Manifestações artísticas dos bantos	287
Os direitos sobre as terras	290
Vida social e política dos bantos	291
TERCEIRA PARTE • ÁFRICA POLÍTICA	303
Observação prévia	305
A atitude da África do Sul	306
A atitude da Inglaterra	312
A atitude da Alemanha	315
A defesa da posição africana	318
Ambições estrangeiras sobre as nossas colónias	321
África - sonho da Alemanha	351
A posição da Bélgica	359
A África e a Itália	362
O futuro império dos Afrikanders	369
Os conceitos de Smuts	390
A nossa tarefa	395
QUARTA PARTE • OS INDÍGENAS AFRICANOS	401
Palavras prévias	403
Os Indígenas de Angola	404
O nudismo africano	418
Gente preta	421
A preguiça dos Pretos	439
Os salários indígenas	442
Mulheres e filhos de soldados indígenas de Angola	445
O princípio fundamental das administrações coloniais	447
O encanto das terras de África	449
ÍNDICE	455

Série

Documentos

•

Coimbra
Imprensa da Universidade

2005